

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**  
**INSTITUTO DE GEOGRAFIA**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO: ENSINO, MÉTODOS E TÉCNICAS EM**  
**GEOGRAFIA**

**A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA AMÉRICA DO SUL**  
**COMO BASE PARA A INTEGRAÇÃO DO**  
**CONTINENTE**

**VINICIUS MODOLO TEIXEIRA**

**UBERLÂNDIA/MG**

**2013**

**VINICIUS MODOLO TEIXEIRA**

**A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA AMÉRICA DO SUL COMO  
BASE PARA A INTEGRAÇÃO DO CONTINENTE**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Uberlândia, como requisito parcial a obtenção do título de mestre em Geografia.

**Área de Concentração:** Ensino, Métodos e Técnicas em Geografia.

**Orientadora:** Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Martins de Souza.

**Uberlândia/MG  
INSTITUTO DE GEOGRAFIA  
2013**

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**

**Sistema de Bibliotecas da UFU, MG, Brasil.**

---

T266c20 Teixeira, Vinicius Modolo, 1987-  
13 A cooperação em defesa na América do Sul como base para a  
integração do continente/Vinicius Modolo Teixeira.–  
2013.  
244f. : il.

Orientadora: Rita de Cássia Martins de Souza.  
Dissertação (mestrado)– Universidade Federal de Uberlândia, Programade  
Pós-Graduação em Geografia.  
Inclui bibliografia.

1. Geografia - Teses. 2. América do Sul - Integração econômica -  
Teses. 3. América do Sul -Cooperação - Teses. I.Souza, Rita de Cássia  
Martins de. II.Universidade Federal de Uberlândia. Programa dePós-  
Graduação em Geografia. III. Título.

CDU: 910.1

---

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE UBERLÂNDIA**

**Vinicius Modolo Teixeira**

**A Cooperação Em Defesa Na América Do Sul Como Base Para A  
Integração Do Continente**

Banca Examinadora

---

Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Rita de Cássia Martins de Souza (Orientadora – IG/UFU)

---

Prof. Dr. Vicente de Paulo Silva (IG/UFU)

---

Prof. Dr. Edu Silvestre de Albuquerque (DGE/UFRN)

Data: \_\_\_\_/\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_.

Resultado: \_\_\_\_\_

*The sweet smell of a great sorrow lies over the land.  
Plumes of smoke rise and merge into the leaden sky  
A man lies and dreams of green fields and rivers,  
But awakes to a morning with no reason for waking*

*He's haunted by the memory of a lost paradise  
In his youth or a dream, he can't be precise  
He's chained forever to a world that's departed  
It's not enough, it's not enough*

**(Sorrow, Pink Floyd, 1987)**

## **AGRADECIMENTOS**

A realização desse trabalho não seria possível sem a convivência com muitas pessoas, as quais gostaria de aqui listar.

Em primeiro lugar devo mencionar os meus familiares que ao longo desses anos a que me dediquei aos estudos souberam me apoiar de todas as maneiras possíveis. Aos meus pais, avós, tios e irmã, a todos vocês gostaria de agradecer o empenho e carinho e por me apoiarem nos estudos.

Aos vários grupos de amigos a que tenho imensa alegria de pertencer, aos quais devo grande parte da minha formação como pessoa, que me ensinaram em vários momentos de como a amizade é importante para o engrandecimento intelectual e humano.

Dos amigos oriundos da minha infância e adolescência, um dos períodos de maiores descobertas e que certamente foi muito bem aproveitado ao lado de vocês. Marco e Vitor, que sempre estiveram por perto nas peladas da rua e aos amigos do Objetivo e agregados, com os quais o desejo em aprender foi aguçado. Leonardo, Leandro, Luciano, Leandro (Taturana), Douglas, Vinicius (Sargento), Henrique e Felipe, meu muito obrigado pelos vários momentos juntos.

Aos amigos de curso, que o tornaram- no mais produtivo com sua convivência (ou pelo menos mais engraçado). Geraldo, Vitor, Popeye, Allan, e Bim jamais serão esquecidos pelos momentos em sala e trabalhos de campo, e Pedrim, Luciana, Tchurps, Douglas que, além disso, também decidiram se enveredar pelo mestrado achando que seria fácil.

Aos companheiros de pesquisa, na figura dos estimados amigos Túlio, Thaís, Naiara, Artur, Lucas, Rose, Fernanda e Carlos Nardim e sem jamais esquecer do grande Ricardo. O amigo Aristides fica um agradecimento especial pela preciosa ajuda na confecção dos mapas. Todos eles fizeram parte da minha trajetória acadêmica e vivenciaram momentos parecidos. Todos eles souberam mostrar com seu trabalho um grande valor, mesmo que por vezes não tenhamos sido reconhecidos, devemos nos lembrar que nunca deixamos de cumprir com nossas obrigações no Núcleo, sem jamais nos utilizarmos de outros meios para conseguir sobressair. Sabemos que papel de bajulador alcoviteiro não nos cabe.

Aos amigos da USP e CENEGRI, os quais deram um grande impulso em minha pesquisa e muito me auxiliarão com nossas discussões e oportunidades oferecidas. A vocês sou imensamente grato, Vitor, Charles, Tamiris, Danilo e Tito.

A Professora Rita de Cássia, orientadora desse trabalho e de inúmeros outros, o meu sincero agradecimento pela longa jornada que se iniciou na graduação e que agora se encerra.

Por último, e mais importante, devo agradecer à Kárita, pessoa que foi responsável pelo meu suporte durante todos esses anos e sem a qual certamente não teria alcançado a maior parte de minhas conquistas. Você foi a pessoa mais especial em minha vida!

A todos, os meus sinceros agradecimentos, pois reconheço que tiveram uma influência decisiva na pessoa que sou e, no trabalho que produzi.

## RESUMO

O presente trabalho está situado no campo da Geografia intitulado Geopolítica. Tendo a América do Sul como seu recorte espacial, a discussão aqui apresentada trata da dinâmica de conflitos e integração presente nesse território e que é tema de diversos estudos em vários campos da ciência. Essa pesquisa, entretanto, buscou se concentrar sobre o limiar dessa dinâmica, a qual consideramos ser a cooperação em defesa. Por se tratar de um assunto de ordem militar, a defesa se envolve diretamente com os conflitos do subcontinente sul-americano, sendo responsável pelas diversas ações conflituosas perpetradas entre os países dessa região, nos últimos dois séculos. Já a cooperação, trata efetivamente da integração, que se apresenta para a América do Sul como um de seus desafios mais importantes, contando com inúmeras tentativas na história de seus países. Dentro do complexo quadro dessa região, as questões sobre a defesa regional tiveram pouca inserção nos projetos de integração pretendidos, sendo subjugados por questões econômicas que não alcançaram o objetivo final de integração regional, enquanto a rivalidade era responsável pelo envolvimento desses países em contendas recorrentes. Entendemos aqui que a defesa seria componente fundamental para o enlace sul-americano, fornecendo a segurança necessária para o desenvolvimento da integração continental. Dessa maneira, esse estudo da cooperação em defesa na América do Sul tem como objetivo elucidar a importância desse mecanismo de integração pouco discutido, trazendo em uma perspectiva histórica uma investigação a respeito da relevância das questões militares no desenvolvimento da cooperação sul-americana, ligando os projetos de integração aos conflitos regionais e a influência externa, e, apresentando também, um panorama da distribuição das bases militares na região e sua importância para os recentes projetos integracionistas.

**Palavras chaves:** Cooperação em Defesa, América do Sul, Conflito e Integração, Bases Militares, Forças Armadas.



## ABSTRACT

This paper is situated on a Geography area titled Geopolitics. Having South America as its spatial profile, the discussion here is about the dynamics of conflict and integration in this territory that is the subject of several studies in various fields of science. This research, however, sought to focus on the threshold of this dynamic, which we consider to be the defense cooperation. Because it is a matter of military order, the defense engages directly with the conflicts of the South American subcontinent, responsible for various actions perpetrated conflict between the countries of this region in the past two centuries. Already cooperation effectively deals with the integration, which is presented to South America as one of its most important challenges, with numerous attempts in the history of their countries. Within the framework of this complex region, issues of regional defense had little insertion in integration projects intended, being overwhelmed by economic issues that have not reached the ultimate goal of regional integration, while the rivalry was responsible for the involvement of these countries in strife recurring. We understand here that the defense would be a key component to link South America, providing the security necessary for the development of continental integration. Thus the study of defense cooperation in South America aims to elucidate the importance of this integration mechanism just discussed, bringing in a historical research about the relevance of military issues in development cooperation in South America, linking projects integration of regional conflict and foreign influence, also presenting an overview of the distribution of military bases in the region and its importance to the recent integrationist projects.

**Palavras chaves:** Defense Cooperation, South America, Conflict and Integration, Military Bases, Armed Forces.

## **Lista de Quadros**

<b>QUADRO 1:</b> Navios previstos no plano de 1904.....	55
<b>QUADRO 2:</b> Evolução dos PIBs de Brasil e Argentina na Década de 1980.. .....	109
<b>QUADRO 3:</b> Acordos Bi-laterais de Cooperação em Defesa promovidos pelo Brasil..... .....	138
<b>QUADRO 4:</b> Gastos em Defesa na América do Sul em Bi de US\$. .....	142
<b>QUADRO 5:</b> Distribuição dos Gastos Militares na América do Sul (%). .....	144
<b>QUADRO 6:</b> As Atividades Militares Relacionadas de Chile, Peru e Equador.....	169

## **Lista de Mapas**

<b>MAPA 1:</b> Limites aproximados de tratados estabelecidos entre Portugal e Espanha na Região Sul do Brasil. ....	44
<b>MAPA 2:</b> Disposição das Unidades Militares de Infantaria na América do Sul. ....	148
<b>MAPA 3:</b> Disposição das Unidades Militares de Cavalaria na América do Sul. ....	149
<b>MAPA 4:</b> Disposição das Unidades Militares de Artilharia na América do Sul. ....	150
<b>MAPA 5:</b> Disposição das Unidades Militares de Engenharia na América do Sul.....	151
<b>MAPA 6:</b> Disposição das Unidades Militares de Comunicação na América do Sul...	152
<b>MAPA 7:</b> Bases Aéreas na América do Sul.....	154

## Lista de Figuras

<b>FIGURA 1:</b> Prováveis conflitos e alianças na América do Sul na década de 1890, com base em Moniz Bandeira (2003).....	51
<b>FIGURA 2:</b> Figura que ilustra a capa do livro Geopolítica del Cone Sur de Juan Enrique Guglielmelli (1979). ....	90
<b>FIGURA 3:</b> Mapa com a descrição das ações argentinas programadas para a “Operação Soberania”. ....	95
<b>FIGURA 4:</b> Arcos da Estabilidade e Instabilidade no entendimento de Medeiros Filho (2008). ....	117
<b>FIGURA 5:</b> Complexos regionais de segurança no continente americano, segundo Buzan e Waever.....	118
<b>FIGURA 6:</b> Situação das Rivalidades na América do Sul na primeira década do século XXI .....	136
<b>FIGURA 7:</b> A transformação e modernização do Exército chileno a partir dos anos 2000 .....	163
<b>FIGURA 8:</b> Projeto do avião UNASUR I. ....	178

## **Lista de Gráficos**

**GRÁFICO 1:** Despesas dos 10 maiores consumidores do mercado de defesa em 2011.37

**GRÁFICO 2:** Gastos militares mundiais por regiões..... 39

**GRÁFICO 3:** Gráfico de Gastos Totais em Defesa na América do Sul em Bi de US\$ (2006 - 2012)..... 143

## SUMÁRIO

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>14</b>
<b>CAPÍTULO 1 – A COOPERAÇÃO EM DEFESA E A GEOPOLÍTICA SUL-AMERICANA.....</b>	<b>19</b>
1.1 Da Geopolítica.....	19
1.2 A América do Sul no Discurso (Geo)Político.....	22
1.3 Das Rivalidades à Cooperação em Defesa.....	27
1.4 O Sistema Internacional e a Validade de uma Estrutura Militar .....	34
<b>CAPÍTULO 2 – A COOPERAÇÃO EM DEFESA NA AMÉRICA DO SUL: UMA PERSPECTIVA HISTÓRICA DAS APROXIMAÇÕES E RIVALIDADES E A INFLUÊNCIA DA DEFESA NESSAS RELAÇÕES .....</b>	<b>41</b>
2.1 A Rivalidade como Herança e a Formação dos “Arcos Estratégicos” .	42
2.2 O Período Rio Branco E As Primeiras Intenções Em Cooperação Em Defesa .....	52
2.3 Os conflitos territoriais da América do Sul entre a Crise 1929 e a Segunda Guerra Mundial .....	62
2.4 O Pós-Guerra, os Movimentos de Integração Econômica concorrenciais e a importância das Forças Armadas nas relações Brasil-Argentina.....	70
2.5 – A Guerra das Malvinas e a Aproximação Brasil e Argentina: a importância da questão militar nesse processo. ....	89
<b>CAPÍTULO 3 – A CONSTRUÇÃO DA COOPERAÇÃO NA AMÉRICA DO SUL NA VIRADA DO SÉCULO XXI .....</b>	<b>104</b>
3.1 - A Construção da Cooperação e o Arrefecimento das Hipóteses de Confrontação entre Brasil e Argentina: da Cooperação Estratégica à Cooperação Neoliberal na Nova Ordem Mundial.....	105
3.2 - Os Acordos de Base Neoliberal e a Perda do Caráter Estratégico na Cooperação do Cone Sul.....	115

3.3 – As Iniciativas de Integração no Século XXI: a Cooperação em Defesa em Pauta .....	131
---	-----

## **CAPÍTULO 4 – A DISPOSIÇÃO DA DEFESA NO SUBCONTINENTE: ENTRE A DISSUASÃO E A COOPERAÇÃO ESTRATÉGICA..... 140**

4.1 – A Estrutura da Defesa na América do Sul: os gastos.....	141
---	-----

4.2 – O Posicionamento das Bases Militares: A dissuasão ativa frente aos parceiros comerciais .....	146
---	-----

4.2.1 As Fronteiras do MERCOSUL .....	156
---------------------------------------	-----

4.2.2 A Fronteira Chile-Bolívia-Peru .....	163
--	-----

4.2.3 A Fronteira Venezuela-Colômbia .....	170
--	-----

4.3 – As Possibilidades de Cooperação em Defesa .....	174
---	-----

<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>182</b>
----------------------------------	------------

<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>188</b>
--------------------------	------------

<b>APÊNDICE A .....</b>	<b>199</b>
-------------------------	------------

<b>APÊNDICE B.....</b>	<b>200</b>
------------------------	------------

<b>APÊNDICE C .....</b>	<b>239</b>
-------------------------	------------

## Introdução

A América do Sul vive um momento de grande importância para sua geopolítica. Passados vinte anos do fim da bipolaridade da Guerra Fria, os países localizados nessa porção do globo adotam uma postura com objetivos voltados para mudanças nas suas relações de dependência com outras nações, vislumbrando a possibilidade de alcançarem um padrão mais elevado de desenvolvimento social, econômico e político.

Mesmo que essas mudanças variem em relação a cada país, estando desde a timidez e impossibilidade de recursos, até a elaboração de projetos de potência e enlace continental, é notável que a configuração mundial tenha também se alterado, possibilitando novos espaços de diálogo e uma nova dinâmica entre vários países. Essa nova configuração, entretanto, ainda é substancialmente baseada na liderança das antigas potências mundiais, que historicamente se apoiaram em suas forças armadas para fazer valer seus interesses em torno do mundo.

As observações dessas mudanças nos aspectos geopolíticos que envolveram a América do Sul nesses últimos anos, conjugado às análises voltadas para as questões de defesa – parte essencial da geopolítica – nos levaram a optar por um tema que apesar de não ser novo nas ciências humanas, ainda carece de discussões mais amplas e interdisciplinares.

A busca pela integração dos países sul-americanos é um projeto de longa data, devendo-se remeter ao momento seguinte da independência desses Estados nacionais de suas antigas metrópoles. Os diversos projetos surgidos ao longo dos anos visaram uma aproximação entre essas nações com origens comuns, ao mesmo tempo em que se tornavam distintas.

Nas tentativas de aproximação, as questões de cunho comercial se sobressaíram sobre os demais projetos, uma opção lógica de países com atraso industrial e exportadores de matérias primas. Entretanto, por diversas vezes essa opção se mostrou falha, já que ao se apoiar em bases mercadológicas, esses países se expunham ainda mais à influência de origem externa e às variações de preços e compradores, na qual as sucessivas crises demonstravam sua fragilidade.

Os diversos projetos rascunhados no intuito de aproximar os países da América do Sul deixaram de lado, em grande parte, questões mais profundas para a integração, relegando ao livre mercado a sua principal opção. Dentro dessas questões de maior relevância que não



foram pleiteadas, ressaltamos projetos de aproximação tecnológica e principalmente os baseados em defesa.

Poucos foram os projetos que de alguma forma incorporaram em seu texto a pretensão de aproximar a América do Sul por essa questão, ou mesmo somá-las aos entendimentos comerciais pleiteados, para assegurar a estabilidade das relações entre os países e prosseguir nas relações comerciais.

Em paralelo, a defesa sul-americana esteve durante o século XX atrelada a relações com países europeus e os Estados Unidos. A ausência de indústrias voltadas para a fabricação de equipamentos no subcontinente fez com que as necessidades bélicas fossem solucionadas com compras nesses países. No entanto o que efetivamente ocorreu foi o envio de material ultrapassado, em pouca quantidade, sempre correndo o risco de ter a manutenção negada em caso de conflito, servindo apenas para que esses exércitos mantivessem uma prontidão mínima e a rivalidade acesa entre os vizinhos da região.

As rivalidades inseridas no continente, também oriundas do período colonial, se firmaram como bastiões nacionais, justificando a existência de nacionalidades por suas elites e sua separação de outras nações, o que acarretou a formação de um pensamento arraigado na divisão e busca de identidade, a qual esteve ligada ao território e sua delimitação.

As rivalidades e os aparatos de defesa são indissociáveis, e no cenário sul-americano representam uma possibilidade para a eclosão de conflitos. Questões como a “balança de poder” e “equilíbrio estratégico” povoaram as políticas externas desses Estados para com seus congêneres regionais durante todo século passado, sendo impensável para esses países incorrer no risco de estarem defasados em número e tipo de material militar.

O equilíbrio almejado também se materializava no território, já que o posicionamento desse material se fez ao longo de várias décadas em zonas de prováveis combates e em fronteiras sob disputa, concentrando tropas em regiões específicas desses países. Essa busca constante pelo equilíbrio, entretanto, não suscitou a criação de indústrias de defesa locais, havendo raríssimas exceções no caso dos países do cone-sul, que acabaram ruindo nos anos 1990.

Dessa maneira vislumbramos uma ligação estreita entre os projetos de integração e o aparato de defesa, já que para a consecução dos acordos comerciais pleiteados ao longo dos últimos anos, a superação das rivalidades bélicas, com a retirada de bases das fronteiras, traria a segurança para o desenvolvimento desses blocos. Ao mesmo tempo em que, a busca pelo desenvolvimento conjunto desses equipamentos poderia garantir aos países envolvidos

soluções regionais para suas forças armadas com a industrialização e capacitação na área de defesa.

Essa dissertação buscou apontar a necessidade de considerar a defesa na América do Sul como um ponto fulcral para o desenvolvimento dos projetos de integração, a qual cada vez mais tem ganhado espaço nos fóruns regionais, sendo a UNASUL o seu projeto mais ambicioso nesse sentido. O objetivo principal desse trabalho foi relacionar a evolução dos projetos de integração na América do Sul, com a situação geopolítica do momento, demonstrando a influência da defesa no desenvolvimento dos blocos regionais. Através de um levantamento das principais iniciativas de integração e cooperação na América do Sul, buscamos atentar para as questões de defesa que envolvia os países pretendentes e como elas de alguma maneira influenciaram na evolução das propostas, assim como, criaram cenários de cooperação estratégica, unindo países pela rivalidade a um terceiro.

A reflexão histórica traçada no presente trabalho busca elucidar ainda a carência de propostas voltadas para a solução de rivalidades e disputas militares, bem como a influência externa na defesa dos países sul-americanos por países centrais, demonstrando assim a debilidade desse setor como uma fragilidade regional.

A atualidade desse trabalho se dá pelas propostas contemporâneas de integração da América do Sul em diversos cenários, como econômico, de infraestrutura, e mais recentemente o de defesa. Entretanto, apontamos para a presente configuração dos aparatos militares na região como um possível entrave para a evolução da cooperação. Sendo assim, um dos objetivos desse trabalho foi localizar o atual posicionamento de bases militares na América do Sul, demonstrando que, tal como ocorria no passado, a defesa de alguns países continua orientada para os vizinhos, tornando válida a suspeita de que as hipóteses de conflito não foram suplantadas e, de que isso poderá inviabilizar os projetos de integração regional. Assim buscamos demonstrar a importância da cooperação em defesa e do desenvolvimento tecnológico regional nesse setor como a base para a condução da integração sul-americana.

O presente trabalho encontra-se assim organizado.

No capítulo um, “*A Cooperação em Defesa e a Geopolítica Sul-Americana*”, buscamos situar o tema escolhido para essa dissertação, apresentando algumas ponderações sobre a opção de análise e os caminhos trilhados que nos levaram a essa abordagem. Nesse capítulo expomos nossas considerações a respeito da Geopolítica e sua relação com a Geografia e os estudos em defesa, em uma tentativa de esclarecer os motivos que a tem deixado a margem dessa discussão. Nesse capítulo também apresentamos algumas

justificativas que nos levaram a esse estudo, como o processo de integração europeu e a importância do setor de defesa, tanto para os Estados nacionais na atualidade, como a sua representatividade para o desenvolvimento tecnológico e econômico no mundo.

No segundo capítulo, intitulado “*A Cooperação em Defesa na América Do Sul – Uma Perspectiva Histórica das Aproximações e Rivalidades e a Influência da Defesa Nessas Relações*” buscamos compreender a importância das forças armadas nas relações entre os países sul-americanos em uma perspectiva histórica, demonstrando a sua importância para o compute final das políticas regionais. Esse capítulo, dividido em cinco momentos históricos, se estrutura a partir do desenvolvimento das intenções de cooperação entre os países sul-americanos e de como a rivalidade entre esses Estados nacionais contribuiu para o fracasso de propostas de integração, com o surgimento de alianças estratégicas no subcontinente de países com inimigos em comum. Dessa forma a defesa ganha um papel importante para entender a dinâmica sul-americana de conflito e cooperação, desde o surgimento de Estados independentes até o presente. Assim, esse capítulo busca através de um levantamento histórico, abordar diversos projetos de associação e a participação de questões militares no seu desenvolvimento.

O capítulo três, “*A Construção da Cooperação na América do Sul na Virada do Século XXI*”, ainda através de uma perspectiva histórica, trata do processo de integração na América do Sul, a partir do Conflito das Malvinas. Fez-se necessário a separação dessa narrativa em um novo capítulo, dado que a situação na América do Sul, principalmente no que concerne à integração e cooperação em defesa, ganha novos rumos a partir desse conflito, sendo a origem do principal bloco regional, o Mercosul. Dessa forma, entendemos que esse conflito tem papel central para a reformulação tanto das políticas de defesa na América do Sul, quanto para o processo de integração, já que a partir dele ocorre a aproximação de Brasil e Argentina, os dois principais rivais do subcontinente, justamente a partir da construção de relações militares confiáveis. Assim, esse capítulo tenta esclarecer esse novo período pelo qual passou as relações entre os países do continente, os avanços nos processos de integração e, também, a manutenção de relações estratégicas e conflitos entre eles.

No capítulo quatro, “*A Disposição da Defesa no Subcontinente – Entre a Dissuasão e a Cooperação Estratégica*”, chegamos aos apontamentos de nossa pesquisa que ressaltam a opção pelo tema, demonstrando a disposição das forças armadas no subcontinente sul-americano. Levando em conta a histórica dinâmica de conflito e integração na América do Sul, os dados apresentados nesse capítulo propõem entendimento no sentido da manutenção

de pontos de tensão, baseados na concentração de forças militares em áreas de fronteira. Essas concentrações apontadas em mapas derivados do levantamento dessa pesquisa, a nosso ver, revelam que as hipóteses de conflito entre alguns países do continente ainda não foram totalmente superadas, o que deve continuar a causar entraves no processo de integração continental. Assim pontuamos a necessidade de integração em defesa como um processo de base para o andamento dos vários projetos de integração.

Por fim, apresentamos as considerações finais embasadas nos levantamentos apresentados nos capítulos precedentes, acreditando contribuir para a discussão dessa temática que tem se apresentado de maneira contundente em várias ciências, mas, sobretudo, pensando em contribuir para essa discussão por parte da geografia.

## **Capítulo 1 – A Cooperação em Defesa e a Geopolítica Sul-Americana**

Nesse primeiro capítulo buscamos apontar nossas opções de pesquisa através de considerações a respeito do desenvolvimento do trabalho e das referências utilizadas devido à escolha da temática. A opção pelo estudo da Geopolítica e da delimitação do recorte espacial na América do Sul deve-se aos recentes movimentos que o subcontinente vem apresentando no sentido à integração, porém, sendo ainda permeados por ações divergentes, que esboçam traços de antigas rivalidades forjadas no período colonial e na formação dos Estados nacionais sul-americanos.

As constantes comparações encontradas ao longo da pesquisa, entre o processo de integração sul-americano e o processo de integração europeu, arquétipo para os modelos de integração, suscitaram uma breve discussão sobre o caminho trilhado pela Europa até a formação da atual União Europeia, aspectos que consideramos relevantes para o seu relativo sucesso, e que no nosso entendimento são concernentes à cooperação em defesa.

### **1.1 Da Geopolítica**

A geopolítica é dentro da geografia um dos campos mais controversos e que mais gerou discussões sobre seus objetivos finais e sua real validade para a ciência geográfica moderna. Temas relacionados a ela costumam causar tanto a aversão quanto o deslumbre, pois são temas vinculados à guerra, sendo assim um campo que trabalha com questões delicadas da humanidade. Em nossa visão, essa relação com temas “perversos”, e seu uso para justificá-los, como na geopolítica alemã do entre – guerras levou a geografia ao afastamento desses estudos no segundo pós-guerra, somente sendo retomada nos anos 1970 de forma crítica, porém, mesmo assim sem ser totalmente aceita dentro dos seus quadros acadêmicos.

Considerando os limites entre a Geografia Política e a Geopolítica de difícil separação, como comenta Costa (2008), entendemos em princípio que os limites da geografia política se atenham a análises pautadas por questões relacionadas à administração e organização do território, como os processos eleitorais, formação entidades políticas, organizações governamentais etc. Já a Geopolítica, para questões sobre guerra, poder e estratégia.

Segundo Mattos (2002), para Ratzel, a separação entre os dois conceitos lhe parecia bastante simples, usando para isso uma analogia, onde Geografia Política seria como a fotografia e a Geopolítica como o cinema, sendo essa, produto da interação da política, geografia e história. Essa diferença entre as duas, baseada na ação, incorpora a estratégia ao escopo da segunda dando assim a Geopolítica um caráter mais dinâmico e fluído, orientada para as intenções do Estado, sendo assim, um modo de planejamento do território. Por geopolítica, apreendemos algo que diga respeito às disputas pelo espaço mundial, uma ciência que se atenha ao poder e as suas aplicações, as dominações e a guerra, tanto orientado para isso, como tecendo análises críticas sobre suas aplicações, sendo dessa forma de emprego dual, não se limitando somente as visões oficiais e parciais do Estado.

Para Costa (2008), a diferença entre ambas poderia residir no nível de engajamento dos estudos. Em uma definição que poderia satisfazer os menos exigentes, o autor as separa da seguinte maneira:

É preciso reconhecer, entretanto, que parte da tradição nesse setor identifica como geografia política o conjunto de estudos sistemáticos mais afetos à geografia e restritos às relações entre o espaço e o Estado, questões relacionadas à posição, situação, características das fronteiras etc., enquanto à geopolítica caberia a formulação das teorias e projetos de ação voltados às relações de poder entre os Estados e as estratégias de caráter geral para os territórios nacionais e estrangeiros, de modo que estaria mais próxima das ciências políticas aplicadas, sendo assim mais interdisciplinar e utilitarista que a primeira. (COSTA, 2008, p.18)

Essa proximidade entre a geopolítica e as Ciências Políticas, somado ao distanciamento não totalmente superado entre a Geografia e a geopolítica, fez com que esses estudos tivessem se mostrado mais interessantes a primeira ciência e também para as Relações Internacionais, do que para o campo geográfico. Como exemplo do longo tempo de afastamento da Geografia das análises Geopolíticas, podemos exemplificar isso pelas poucas publicações direcionadas exclusivamente para esse tema dentro dessa disciplina, que a cada dia se mostra mais atual e carente de análises bem fundamentadas. No Brasil ficou patente na última década a pequena participação de Geógrafos e suas contribuições, nos diversos eventos patrocinados pelo Ministério da Defesa e Secretaria de Assuntos Estratégicos, assim como os realizados por grupos de pesquisa.

Já os conceitos de Segurança e Defesa podem ser agrupados e caracterizados de maneira mais simples como sendo temas pertinentes à guerra, ou a conflitos, estando intimamente ligados, porém, cada qual com sua especificidade e objetos de interesse, mas ambos pertencendo assim ao escopo geopolítico. Falar desse tema na Geografia como aponta

Medeiros Filho (2005) é algo raro, tendo sido temas abordados preponderantemente mais uma vez pelas Ciências Políticas e Relações Internacionais.

Avançando sobre esses conceitos, poderíamos considerar a Defesa como sendo pertinente a uma questão estatal: a defesa de um território. Uma forma de proteção contra ameaças que tentem romper a sua unidade ou agredir sua soberania de alguma forma, como intervenções estrangeiras, violações territoriais, bloqueios etc, estando orientada de maneira geral para inimigos externos e a defesa da unidade do Estado.

Já Segurança poderia ser compreendida como algo similar à Defesa, porém voltado para o interior dessa unidade estatal, relativos aos problemas domésticos e que dizem respeito unicamente a esse Estado donde as escolhas para lidar com esses problemas não interferem e não dependem, em princípio, do relacionamento externo desse país. Poderíamos relatar como problemas de Segurança, questões como banditismo, tráfico de drogas, grupos subversivos ou separatistas, que atentem para a clivagem desse território (nesse caso podendo ser considerado ao mesmo tempo como pertinente à Defesa).

Para Darc Costa (2009) Segurança poderia ser tratada também como sendo um estado e defesa como sendo um ato. Para esse autor questões de segurança precedem as de defesa, sendo necessário antes, estabelecer as bases seguras de uma nação para depois pensar em se defender. Existem ainda na literatura especializada temas “universalizantes” como os de Segurança humana, Segurança ambiental, Segurança jurídica etc, os quais também são usados no âmbito geopolítico e que transpassam os limites dos Estados, sendo abordados por organismos supranacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Organização dos Estados Americanos (OEA) etc, que, porém não cabem como pontos desse trabalho.

A contribuição da geografia para esses trabalhos é muito mais ampla do que somente o de espacializar essas questões, pois fornece uma perspectiva única a partir do território. A Geografia, como ciência, estuda o espaço e os seus movimentos, utilizando-se dos estudos mais aprofundados de outras ciências para compor seu panorama, como uma articuladora de escalas, enquanto as outras ciências a fazem em profundidade. O que nem por isso, a torna menos rica. O papel da geografia é de extrema importância, costurando as análises para assim fazer suas proposições, e nessa diferença está sua validade.

No nosso caso, o estudo da cooperação em defesa na América do Sul se pauta pela localização das ameaças à integração do continente sul-americano, com o posicionamento das forças militares e as questões históricas envolvendo os países dessa região, baseadas em disputas que se arrastam desde a sua formação territorial, assim como o aproveitamento das

potencialidades desse território para o fomento da cooperação, o que podem ser considerados como os pontos práticos a serem trabalhados nessa pesquisa, concernentes a uma análise geopolítica pela Geografia.

Em nossa análise consideramos o Estado como a unidade privilegiada desse estudo, já que como aponta Costa (2008) o Estado ainda é a unidade primária e principal da política internacional.

Quer optando pelo poderio, lastreado na força militar e na “defesa-expansão” territoriais, quer escolhendo o caminho da supremacia na economia, na tecnologia e no comércio “civis”, os Estados contemporâneos, e as relações internacionais, mantêm-se, no presente, como realidades específicas do âmbito da política. Isso significa que a dinâmica das relações de poder, em sua projeção externa, continua pertencendo ao terreno exclusivo das políticas dos Estados, no exercício permanente e contraditório das suas respectivas soberanias. (COSTA, 2008, p.329).

A atual posição do Brasil nos *rankings* econômicos e a sua declarada intenção de pertencer ao Conselho de Segurança da ONU, um organismo regido basicamente pela força militar de seus membros, aliado a um ambiente sul-americano variando entre a cooperação e conflito, onde as forças militares desses países podem ser a chave para ambos os casos, caracterizam um ambiente propício para o estudo da geopolítica e dessa forma, de questões de Segurança e Defesa a partir de uma perspectiva geográfica.

## 1.2 A América do Sul no Discurso (Geo)Político

O recorte espacial do presente trabalho tem como escolha a América do Sul. A opção por esse espaço para a dissertação se deve, além do alcance do tema, cooperação em defesa, também pelo atual significado desse território para os projetos de integração, que por hora se articulam através da configuração territorial do subcontinente sul-americano.

A atual visão do Itamaraty, sobretudo no que diz respeito à cooperação, se pauta por áreas bem delimitadas da América e África. Com relação ao primeiro, a América do Sul tem sido o principal território no qual a política externa oficial do Brasil tem operado, tanto na formulação de projetos com objetivos integracionistas, como em relações bi-laterais com foco comercial e políticas mais abrangentes, o que suporta a escolha de nosso recorte espacial.

Dois termos, América Latina e América do Sul, conviveram paralelamente na história



do continente americano e foram usados muitas vezes, de forma sinonímica, para aludir ao conjunto de países americanos situados ao sul do Rio Grande como indica Santos (2005). Mais recentemente a América Latina foi costumeiramente usada para apontar arranjos que na realidade eram compostos unicamente por países sul-americanos, não tendo relações com demais países centro-americanos e caribenhos, o que provoca confusão e uma generalização no trato dos textos voltados para a América do Sul.

Historicamente, no discurso diplomático brasileiro, o termo América Latina esteve presente quando se queria invocar a questão identitária dos povos da região, associado a momentos de distanciamento ou contraposição aos EUA, na tentativa de reforçar os laços com os países que se identificavam com as origens latinas. O apelo a uma “latinidade” foi exercido em alguns momentos na política externa brasileira para plasmar uma ideia de unidade entre os países pobres do continente, assim como “países do Terceiro Mundo” e “subdesenvolvidos”. Dessa maneira, o conceito de América Latina era usado, de acordo com Santos (2005), como representação do “outro”, um contra conceito assimétrico frente às virtudes estadunidense.

Ao longo dos últimos anos, a política externa brasileira substituiu a América Latina pela América do Sul, sendo que o primeiro termo já se encontrava em desuso nos discursos políticos, tanto pelo improvável arrebatamento para intercâmbios dos países que compõem esse sistema, quanto pela ineficiência dos diálogos tentados através de uma união de países latino-americanos, já sem força nos últimos anos. Contribui para essa redefinição de escalas da política externa brasileira e erosão do termo “latino-americano”, a associação do México ao NAFTA, em 1992, carreando esse país em definitivo para órbita geopolítica dos EUA.

A América do Sul, porém, só ganha contornos mais claros na política externa brasileira a partir dos anos 2000, após as Reuniões dos Presidentes das 12 nações que compõem o subcontinente, primeiramente em Brasília (2000) e em seguida em Guayaquil (2002), formalizando as intenções brasileiras de ter esse espaço mais restrito como seu foco de ação privilegiado no continente.

Comparativamente à América Latina, a América do Sul tem como vantagens a sua conformação em um território facilmente delimitado, representada por um acidente geográfico coeso, e com projetos com maior propensão ao êxito quando comparados a América Latina. A proximidade dos países, somados aos atuais projetos de reforço da infraestrutura, com criação de uma vasta rede de transportes por todo o subcontinente através da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), ampliam as vantagens comparativas com o outro conjunto de países.

Com isso, a América do Sul acopla-se aos debates sobre regionalização e globalização. Por um lado, a contigüidade geográfica é elemento determinante para impulsionar a cooperação internacional na área de infraestrutura de integração e em contraposição ao ideológico latino-americano emerge a noção de um espaço sul-americano integrado. (GALVÃO, 2008 P.65)

O território sul-americano se apresenta, dessa forma, muito mais coeso e palpável para as futuras comunidades políticas e econômicas se desenvolverem do que o “território” de uma América Latina, que abarcaria uma região de difícil delimitação, a começar pelas definições generalizadas que o termo encontra. Para os países centro-americanos, principalmente para os insulares, onde além da existência de países de origem reconhecidamente não latina, perseveram ainda protetorados de países europeus, transformando a América Latina em um território descontínuo e necessário de um acerto primário relativo à quais países se enquadrariam nessa definição. Ainda sob o uso desse termo, vale pensar também, quais as vantagens de pertencer ou não a uma “América Latina” e o que isso traria para o país, tanto como trunfo, quanto como estigma político.

A adoção de uma proposta de comunidade que envolvesse a América Latina encontraria, além disso, uma complexidade de interesses que o termo esconde por trás de uma possível homogeneidade:

América Latina como abstração geográfica desenvolveu-se e ganhou força com o passar do tempo, chegando a caracterizar linhas de estudos nas principais universidades estadunidenses e vertentes de política externa direcionadas para uma região como se esta fosse um só país. Entretanto, as similitudes no que concerne a um passado histórico colonial e a necessidade de superação do subdesenvolvimento simplificam demasiadamente a complexidade dos países que compartilham, dentro de uma área de dimensões vastas, elementos culturais próprios e, conseqüentemente, interesses nacionais distintos. (GALVÃO, 2008 P.64)

A própria evolução dos acordos comerciais e de blocos econômicos iniciada na segunda metade do século XX apontam para a substituição da América Latina por acordos de ordem territorial mais coesa, centrados em regiões mais específicas, como o Caribe e de alguns Estados limítrofes na América do Sul, concebendo assim, acordos baseados em uma realidade voltada para proximidade territorial, econômica e política (ou geopolítica) em detrimento de um arranjo pautado preponderantemente por questões culturais.

Não se trata aqui de excluir o fator cultural pelo qual se envolve a América Latina para a construção desses arranjos de integração, pois ele existe e também os compõem, mas sim pensá-lo como um fator que acompanha esses arranjos apontados e não como um fator que os

sustenta e que pelo qual se construirá essa integração. Em todos os blocos já citados a questão cultural também é levada em conta, mas acompanha a proximidade territorial e as relações econômicas. O “ser” sul-americano é também “ser” latino-americano, mas as implicações geopolíticas a nosso ver acabam orientando as opções de integração, tal como por hora se apresentam nos blocos.

As primeiras tentativas para compor acordos econômicos tinham a América Latina, ou países que a comporiam, como seu foco, na qual surgiram as iniciativas da *Comissão Econômica para a América Latina* (CEPAL), *Associação Latino-Americana de Livre Comércio* (ALALC) e *Associação Latino Americana de Integração* (ALADI). Porém, dado o lento avanço e relativo fracasso dessas iniciativas, logo surgiram blocos que se pautaram pela continuidade territorial ou características territoriais comuns que, mesmo sem ter alcançado grandes status, avançaram muito mais do que os baseados em um enlaçamento vago e territorialmente fragmentados. Rapidamente lembramos os acordos da Comunidade Andina, Tratado de Cooperação Amazônico e MERCOSUL, como exemplo de blocos que se caracterizaram por apresentar uma configuração territorial mais coesa, entretanto, o fator cultural também está presente.

Para esse trabalho a América Latina tem sua validade questionada pelo tipo de estudo a que nos propusemos: a cooperação em defesa. É inegável pensar que a esse tipo de cooperação resulta em entendimentos muito mais profundos e de caráter “crítico”, por relacionar as forças militares dos países envolvidos, atuando de forma conjunta e tendo objetivos minimamente comuns para elas. Ao pensar tal proposição para um ambiente latino americano, acabamos por atingir uma área de limites com maior potência militar do globo sendo bastante representativa a configuração de tal tipo de acordo em uma área contígua ao seu território. Seria demais pensarmos que os EUA não se posicionariam contrários a tal construção política, como efetivamente fizeram ao longo do século XX entre Brasil e Argentina, já que tal estrutura afetaria diretamente seus interesses mais próximos podendo no futuro ameaçar sua hegemonia ou dificultar a execução de seus planos. Estaríamos, pois, a adentrar em um *mare nostrum* estadunidense com grandes chances de fracassos de tal empreitada. Como ressalta Medeiros Filho (2005) tal quadro de proximidade dos países caribenhos e centro americanos dos EUA reduz em muito a autonomia estratégica desses países, dificultando o estabelecimento de políticas regionais de cooperação, conduzidas através de um “bloco latino americano”.

Na política externa brasileira a América do Sul sempre se configurou como a área mais propícia aos seus empreendimentos geopolíticos. Apesar de a América Latina ter figurado no discurso oficial, ora por um uso generalista e vago, ora tendo como real intenção de compor um bloco latino, os adeptos da *Realpolitik* sempre vislumbraram os assuntos tratados ao norte do Panamá e Venezuela como assuntos eminentemente da órbita de influência dos EUA.

Deve-se atentar para a validade e importância da proximidade e contiguidade territorial, já que a política externa brasileira no século XIX e grande parte do século XX estiveram preponderantemente ligadas à América do Sul tanto para a resolução dos contenciosos fronteiriços, com os quais o país lidou até o início do século XX, como com relação aos conflitos deflagrados entre os países vizinhos, onde a diplomacia brasileira sempre foi bastante ativa. Nesse aspecto é de pouca, ou mesmo nula, a importância dos fatos ocorridos nos outros países “latinos americanos”, para a política exterior do Brasil. Qual a importância e o poder de influência do Brasil na Guerra entre Estados Unidos e México? Ou nos diversos contenciosos ocorridos na América Central, como a invasão de Granada, Guerra do Futebol, Belize e etc? Logicamente, houve protestos e reuniões em órgãos como a Organização dos Estados Americanos (OEA), assim como recentemente países da América Central e Caribe recorreram ao auxílio brasileiro, porém esses eventos não tiveram o peso das contendas entre Equador e Peru, Bolívia e Paraguai e outras questões diplomáticas em que o Brasil se fez mais presente e, em certos momentos decisivo, como na América do Sul. Entretanto não se trata de excluir o conceito da política externa:

A América Latina continuará a ser um conceito útil em diversos contextos – por exemplo, como grupo parlamentar no âmbito de organizações internacionais. Não há nenhum sentido prático em se pensar, por exemplo, na substituição do Grupo Latino-Americano e do Caribe (Grulac) por um grupo exclusivamente sul-americano. Nesse caso, essa troca far-se-ia em detrimento dos interesses concretos da atuação internacional do Brasil e dos países sul-americanos. (SANTOS, 2005, p.19)

Assim, a América do Sul emerge como cenário propício a esse campo de estudos por possuir características mais interessantes ao tema, tendo o respaldo de uma miríade de pesquisadores de temas afins, como Costa (2009) e os diversos membros filiados a Associação Brasileira de Estudos de Defesa, muitos dos quais aqui referenciados, na qual a nossa proposição se assemelha. Optamos assim, pela escolha do território da América do Sul,

como mais produtora frente ao conceito de “América Latina” para a composição de um estudo de Geopolítica.

Devemos ressaltar também que não excluimos a possibilidade de inclusão dos países centro americanos e caribenhos a um sistema de cooperação sul-americano, e sim, pensamos que o fortalecimento da América do Sul em um primeiro plano, favoreceria a adesão de novos participantes no futuro, quando estivesse minimamente fortalecido, e não a criação de um bloco de cooperação envolvendo uma enorme diversidade de países, mais complexo, em primeiro lugar, já que as experiências passadas demonstraram as dificuldades em se avançar em sistemas com número elevados de participantes, com interesses dispersos.

### **1.3 Das Rivalidades à Cooperação em Defesa**

A história das relações entre os estados sul-americanos é reconhecidamente pautada por conflitos e cooperações, por aproximações e rivalidades, cultivadas desde os primórdios da colonização, e também, fomentadas por atores externos ao continente, com objetivos claros de fragmentar a aproximação entre esses países, como nos casos da Guerra do Paraguai e da “Paridade Naval”.

No sentido de auxiliar a compreensão da configuração geopolítica sul-americana baseada em conflitos e cooperações, buscamos explicações na história e na geografia histórica, nas quais os estudos sobre formação territorial da América do Sul contribuem de maneira preponderante para esse entendimento. Para isso, recorreremos a dois autores com maior destaque dentro deste trabalho, Antonio Carlos Robert Moraes e Luiz Alberto Moniz Bandeira. O primeiro autor, que centraliza seu pensamento na formação territorial do Brasil, diz que, a concepção do país como um “espaço”, reflete as “vias” coloniais de desenvolvimento do sistema capitalista na periferia da economia-mundo. “Nos países de passado colonial a ideia do ‘nacional’ é muito acoplada a uma visão territorial” (MORAES, 2000). Sendo assim, extrapolamos esse pensamento para o restante do continente, devido ao seu passado colonial comum, entendendo que os demais países partilham do mesmo mecanismo de sustentação da nacionalidade, o território. Nesse sentido os problemas de demarcação territorial foram explorados em momentos de crise interna para suprimir disputas na sociedade, orientando as atenções para um inimigo externo, onde os casos que

apresentaremos nessa dissertação reforçam essa ideia. Ainda com relação ao Brasil, para o autor:

“Com a emancipação política em 1822 era necessário consolidar o novo Estado nacional, numa situação em que quase metade da população era constituída por escravos: na dificuldade de identificar-se como uma nação, o Estado brasileiro toma o território como centro de referência da unidade nacional, vendo seu povoamento como a tarefa básica a ser realizada no processo de construção do país. Tal concepção espacialista enraíza-se na cultura política do Brasil estimulando argumentações de forte conteúdo geográfico que adentram pelo século XX, fundamentando algumas das principais interpretações do país nas primeiras décadas republicanas.” (MORAES, 2008, p.33)

Já Moniz Bandeira, em seu trabalho intitulado *Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e Integração na América do Sul (Conflito e Integração na América do Sul: Da Tríplice Aliança ao Mercosul)*, nos apresenta a história das relações entre o Brasil e a Argentina, permeada pela influência dos EUA, sem deixar de lado o restante da América do Sul, que é profundamente influenciado pelo que ocorre entre os dois principais países do subcontinente. Esse trabalho nos serve de argumento principal para sustentar aqui a tese das relações sinuosas que se estabeleceram na América do Sul, alternando entre momentos de aproximação, que tenderiam a cooperação, para momentos da mais completa rivalidade, em que a ameaça de conflitos desconstruíam as propostas de integração.

Partindo dessas ideias advém o interesse desse trabalho pela Cooperação em Defesa entendida como sendo toda a cooperação que tenha por princípio partilhar conhecimentos militares, sejam eles doutrinários, operacionais, de armamento e industriais, concebendo essas ações em mecanismos específicos, ou então como parte de acordos com âmbitos mais extensos, nos quais essa dimensão tenha sido levada em conta. Para o instrutor da Escola de Comando e Estado Maior do Exército, General Rocha Paiva (2011) a cooperação em defesa<sup>1</sup> é realizada com as seguintes ações:

A cooperação militar abrange: ajuda, apoio, parcerias, e intercâmbios; reuniões e órgãos de defesa; exercícios e missões combinadas; parcerias em outros campos da ciência e tecnologia, desenvolvimento e indústria de defesa; **medidas de equilíbrio de poder, que desenvolvam a confiança mútua; e controle de armas.** (PAIVA, 2011, p.38, grifo nosso.)

Como hipótese, temos que a Cooperação em Defesa é o caminho que pode sustentar as cooperações tencionadas no subcontinente sul-americano de forma efetiva, freando as

---

<sup>1</sup> Tratada pelo autor como Cooperação Militar.

rivalidades através do intercâmbio entre as forças armadas dos países signatários desses acordos, fomentando assim a confiança recíproca e esvaindo a possibilidade de confrontação armada. Tal intento, já tencionado algumas vezes durante a história sul-americana, e rejeitado por motivos diversos (por vezes externos), pode sustentar as cooperações nas áreas econômicas e políticas, contribuindo para a coesão de um possível bloco regional. Nessa perspectiva nos apoiamos em Héctor Luiz Saint-Pierre (2009) que entende que a cooperação em defesa na América do Sul deve ser tratada como a base capaz de sustentar a integração do subcontinente e não como o teto, realizada após essa.

Ao pensarmos a cooperação sul-americana, não podemos deixar de referir às suas expectativas de integração como a de conformação de um Bloco Internacional de Poder, na assertiva de Rogério Haesbaert (COSTA, 1991), os quais se apresentam como uma possível reavaliação da divisão do mundo. Mesmo que em seu estudo o autor tenha contemplado a América do Sul como totalmente inserida em um sistema capitaneado pelos EUA, vemos no atual momento a possibilidade de ruptura desse paradigma das relações entre países sul-americanos e o seu “país líder”. Queremos propor aqui que a América do Sul, com seus projetos de integração, mesmo que difusos e vacilantes tem condições de assumir no futuro, a forma de um bloco com características de um “Bloco de Poder”, de maneira mais independente das relações com os EUA.

Ainda com relação à Haesbaert (COSTA, 1991), o autor não desvincula totalmente o fator militar da construção desses blocos, citando a OTAN ao se referir ao projeto europeu e que para este trabalho assume características estruturantes quando a União Europeia (UE) é abordada de forma comparativa.

Quando tratamos de assuntos relativos à integração regional torna-se impossível não pensar, ler e escrever sobre a União Europeia. Esse Bloco econômico e político teve suas origens no período imediato ao pós-guerra, premido pela necessidade de reorganização de um continente abalado pela Segunda Guerra, o evento mais representativo da nossa era e que certamente causou as maiores destruições do século XX. O continente que havia sido destruído pelo conflito, levando ao colapso não só a estrutura produtiva, com a destruição de cidades e vias de comunicação, mas principalmente, a perda irrecuperável de vidas. O novo contexto que se apresentava, necessitava de uma recuperação rápida, com entendimentos que propiciassem seu desenvolvimento de forma segura, sem mais ser assolado pela rivalidade destrutiva que marcou a Europa por toda a história. Esses entendimentos iniciais, entretanto,

só foram consagrados com a formação da UE após quatro décadas de negociações, sendo que muitas ainda carecem de ajustes.

A recuperação do continente e surgimento de um sistema europeu tem início na década de 1950, girando em torno de dois mecanismos de cooperação econômica, representados pela Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA) e BENELUX. O primeiro desses mecanismos de cooperação, surgido em 1951, congregava as indústrias que tinham suas bases produtivas ligadas à liga metálica, participando desse acordo França, Alemanha Ocidental, Itália, Bélgica, Holanda e Luxemburgo. Já a BENELUX foi o projeto de cooperação econômica instituído em 1958 entre Bélgica, Holanda e Luxemburgo baseado em acordos econômicos e financeiros entre esses membros fundadores. Esses dois acordos de cooperação são à primeira vista a base para o surgimento da Comunidade Econômica Europeia, e atualmente a União Europeia<sup>2</sup>.

O sucesso dessa empresa no velho mundo ao conseguir unir países com economias, políticas e sistemas tributários diferenciados, tornou-se objeto de comparação para outras iniciativas que se pautaram em cooperação e integração, com os projetos sul-americanos não fugindo a regra. O sucesso relativo desse bloco em proferir uma notável circulação de bens de consumo, serviços e pessoas, em constituir uma estrutura parlamentar, e a adoção de uma moeda única por quase todo o bloco, é realmente inspirador para vários projetos em outras partes do globo, principalmente quando pensamos na sua parte mais visível e chamativa a esses interesses, o aspecto econômico.

Ao nos remetermos exclusivamente ao aspecto econômico e seu sucesso dentro do sistema europeu de cooperação, e também aos outros já mencionados, nos esquecemos, entretanto, de um exercício de reflexão que aqui se apresenta como fundamental, e que nesse trabalho é entendido como um dos aspectos mais importantes para a estruturação da União Europeia, a cooperação em defesa.

A cooperação em defesa no continente europeu, também iniciada no pós-guerra, é anterior à consecução dos tratados de cooperação econômica, sendo representado pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), tratado celebrado por vários dos países da Europa ocidental no ano de 1949 e até o presente um dos maiores acordos militares já estabelecidos no mundo.

A situação do pós-guerra para a Europa não envolvia somente o caos desencadeado pela destruição do conflito mundial, mas também, a possibilidade da emersão de um novo

---

<sup>2</sup> Para maiores esclarecimentos a respeito do processo de formação da União Europeia ver: MAGNOLI, D. União Européia: História e Geopolítica. 9º Ed. Editora Moderna, São Paulo, 1995.



conflito, agora pautado pela disputa leste-oeste entre duas superpotências separadas ideologicamente e com potencial de destruição nuclear. Nesse cenário apocalíptico que começava a se delinear com a Guerra Fria, o oeste do continente europeu (postado do lado ocidental da disputa) seria o primeiro a sofrer em caso da eclosão da nova contenda.

A ameaça representada pela União Soviética baseada em seu grande poder terrestre, capacidade de deslocamento de um grande contingente de homens e máquinas, que seriam lançadas a partir das fronteiras da Alemanha Oriental e de países da chamada Cortina de Ferro promoveu análises catastróficas a respeito do sucesso da resistência contra a grande estrutura militar comunista, sendo que algumas análises desse período inicial da Guerra Fria diziam que somente seria possível pensar em uma reação a partir da península Ibérica, assumindo que todo o restante da massa continental seria perdido pelo rápido deslocamento das forças soviéticas sobre esse território.

Nesse cenário de ameaça a construção da cooperação em defesa a partir da OTAN se estabeleceu como um quesito básico para a sobrevivência desses países sob uma estrutura capitalista e “livre”, aliando-se à outra superpotência ocidental, os EUA, para prover sua segurança perante o “perigo do leste”.

No período subsequente a Segunda Guerra, a necessidade de armamento para a segurança da Europa capitalista, ainda muito debilitada e sem condição de produzir a nova geração de equipamentos que surgira no pós-guerra, encontrou no apoio militar dos EUA, somado ao Plano Marshall de auxílio econômico, a resposta para suas necessidades. Dessa forma, a partir da OTAN passou-se ao desenvolvimento de planos de defesa comuns, baseados em uma grande estratégia para o cenário europeu, que eram partilhados por todos os países signatários desse bloco militar. Nessa estrutura, a condução da padronização de equipamentos e a sua construção conjunta passaram a ser a premissa básica para o sucesso no caso de um possível enfrentamento contra o lado soviético, minimizando o caos logístico que se apresentaria sem essa base comum.

Passado o período inicial da construção da OTAN com a ajuda militar americana provendo parte das necessidades das forças armadas da parte europeia do pacto, a visualização da necessidade do desenvolvimento europeu desses equipamentos de defesa, como forma de não depender unicamente dos EUA e de fortalecer o desenvolvimento tecnológico, norteou as compras e pesquisas desses países. Já na década de 1960, o desenvolvimento conjunto de uma variada gama de sistemas militares suscitou a fusão de grandes indústrias de defesa, primeiramente dentro das fronteiras desses países, fortalecendo a

indústria nacional, e depois entre os países do bloco, sempre com o objetivo de poupar esforços e recursos com a padronização de seus exércitos.

São inúmeros os exemplos que poderíamos citar aqui para demonstrar a condução desse desenvolvimento conjunto no solo europeu, como Airbus, Eurocopter, MBDA, Dassault. O certo é que os grandes conglomerados de defesa baseados hoje em solo europeu, e vários outros, têm na pressão exercida pelo contexto da Guerra Fria e na organização da estrutura da OTAN suas origens.

Ainda nesse sentido, para exemplificar a importância desse mecanismo para a criação do bloco europeu, devemos levar em consideração que a construção da segurança nas relações entre esses países, por meio do Tratado Atlântico foi fundamental para a superação das rivalidades entre os mesmos, mesmo que em princípio, ela tenha sido forçosamente construída por uma questão de sobrevivência comum. De um cenário europeu onde os conflitos e as rivalidades entre as nações era a tônica desde um passado imemorial, o pós-guerra pressionou a condução de uma política pautada pela aceitação e superação da rivalidade entre esses estados nacionais. O novo rearme alemão, por exemplo, mais uma vez temido pela França, como aponta Kennedy (1989), se concretizou através da confiança estabelecida dentro da OTAN, tendo a URSS como inimigo comum. Não é demais lembrar que as agressões entre França e Alemanha pelas regiões ricas em ferro e carvão da Alsácia e Lorena, estiveram entre os assuntos mais complexos das políticas bilaterais desses dois países por um longo período, e que no pós-guerra, os dois países formaram, junto a outros, a CECA, que envolvia justamente os minerais dessas regiões alvo de disputa, o que demonstra a evolução das relações entre esses países e da importância da construção confiança mútua para o desenvolvimento da cooperação.

Deve-se considerar, Também, que dentro do sistema europeu, ao menos no tocante ao escopo da União Europeia os conflitos armados entre os estados partícipes foram excluídos e em relação a OTAN há somente uma exceção, já que Turquia e Grécia ainda possuem diferenças não superadas. Nesse ponto devemos fazer uma ressalva. Os acordos da União Europeia e os da OTAN têm abrangências territoriais distintas. Porém, o que queremos salientar quando colocamos a OTAN como componente estrutural para o surgimento da União Europeia é que esse primeiro acordo suprimiu a possibilidade de desacertos militares entre os seus membros que representavam o núcleo duro dos países fundadores da aliança militar, onde surgiu o projeto de integração europeu e que hoje temos como exemplo, já que ao menos inicialmente, a composição dos países da CECA e BENELUX encontravam-se

totalmente inseridos na “Aliança Atlântica”. Ou seja, no nosso entendimento, a OTAN contribuiu para que se pudesse produzir um ambiente de segurança nas relações entre os estados europeus, possibilitando a construção de mecanismos de cooperação político-econômicos.

A partir da assinatura do Tratado Atlântico, o posicionamento dos exércitos e os investimentos em defesa dos países membros, não se tornaram ponto de conflito ou desconfianças, fatos que poderiam danificar o processo de integração que estava se constituindo nos anos 1960. De maneira geral, a organização das forças armadas desses países passou a ser orientado de forma a dissuadir o inimigo comum e não mais orientadas para os vizinhos e parceiros da Comunidade Econômica. Também, as compras militares desses países e o desenvolvimento de determinados sistemas de armas não constituíram riscos para os vizinhos, e sim, oportunidades para o desenvolvimento conjunto desses equipamentos e uniformização do seu emprego.

Cada bloco – OTAN e EU – segue políticas distintas para a adesão de novos membros e na condução das relações aos que já aderiram a seus programas. Entretanto, há uma coincidência no avanço desses dois blocos para os territórios do leste europeu, antiga área de influência comunista, onde se situavam os estados membros do Pacto de Varsóvia e União Soviética. A adesão ao acordo da União Europeia de países como Polônia, Rep. Tcheca e dos três Estados do Báltico – Letônia, Lituânia e Estônia – foi precedida ou concomitante à adesão desses países ao bloco militar ocidental, numa situação que pode ser considerada como fundamental para sua aceitação ao Tratado europeu, como se a adesão a OTAN tenha se tornado uma pré-condição não escrita para sua incorporação ao sistema econômico comum. Esse movimento para o leste, além de agregar mais países e mercados para a UE, também implica na diminuição de poder da Federação Russa, agindo no sentido de retirar de sua esfera de influência seus antigos parceiros políticos e militares.

Devemos lembrar o caso turco como exceção a essa regra de anexação OTAN-UE, já que esse país, membro da aliança militar já a muitas décadas, segue pleiteando sua anexação ao sistema econômico, porém suas especificidades – como o caso de disputa com a Grécia, sistema judiciário e também religião – sejam mais significativas para explicar os motivos dessa negação à entrada na União Europeia.

Mesmo que a OTAN e EU sejam mecanismos distintos e, de o bloco econômico ter um sistema próprio voltado para o âmbito da defesa desde 1999 com a Política Europeia de Defesa e Segurança, a OTAN continua a sustentar a adesão de novos membros do bloco

européu, ao anexá-los militarmente à sua estrutura. Entretanto, a OTAN também pode ser entendida como um freio às pretensões europeias no campo militar, já que essa Organização continua sob a liderança dos EUA. Para o embaixador Samuel Pinheiro Guimarães isso significa que:

Ainda que nunca exposta explicitamente, a prioridade suprema da política exterior da União Européia é recuperar o papel preeminente desempenhado pelos países da Europa Ocidental na política mundial, perdido para os Estados Unidos e a Rússia como resultado de duas Guerras Mundiais. E para atingir esse objetivo é essencial recuperar o controle militar sobre todo o território europeu. Esse objetivo requer manobras extremamente complexas e delicadas em virtude da presença e da crescente afirmação do poder da OTAN, da influência de círculos atlanticistas (pró-americanos) que existem em cada país europeu, especialmente no Reino Unido, e dos interesses dos países europeus orientais na presença americana para contrabalançar na região a disputa tradicional por influência entre a Alemanha e a Rússia. (GUIMARÃES, 2006, p.394)

Dessa forma, a existência da OTAN acaba por se tornar um obstáculo às pretensões europeias de criar um sistema de cooperação em defesa autóctone, rompendo de vez com gerência dos EUA em suas políticas militares. Entretanto, a continuidade da OTAN como um sistema de cooperação fortalecido, no nosso entendimento, tende a preservar a Europa ocidental como um território livre de conflitos. A construção da confiança entre os militares do continente e a variada gama de empreendimentos comuns, com partes de um mesmo equipamento vindo de diversos países do bloco, deverá servir de amalgama contra o surgimento de rivalidades conflituosas, mesmo em uma época de crise econômica, como a atual.

#### **1.4 O Sistema Internacional e a Validade de uma Estrutura Militar**

O sistema internacional ainda carece das características por muitos apontadas como de “união entre os povos” e estabilidade entre as nações, e sim, mais parecidos com as dinâmicas do final do século XIX, como se as nações ainda concorressem e disputassem territórios militarmente, em uma situação da “geopolítica das nações” (WALLERSTEIN, 2012). Para o autor, vivemos um período de grande incerteza para as relações internacionais, onde fatos recentes apontam que essa situação tende a continuar muito mais num sentido do chamado

“Espírito de Davos”, com um mundo competitivo e desigual entre os países, do que no sentido de um mundo pautado pelo “Espírito de Porto Alegre”, mais justo e igualitário.

Ao entendermos o mundo ainda suscetível a ameaças e jogos de poder que sempre permearam as relações entre estados, confiamos na necessidade do fortalecimento militar como necessário para sobrevivência nesse sistema. As recentes demonstrações de ingerência na soberania de Estados por meios militares demonstram a falência de teorias neoliberais que defendiam o esvaziamento de poder unilateral dos países subdesenvolvidos, sobre a premissa de pacificação mundial.

Nesse sentido ao pensar a integração sul-americana, devemos pensá-la como um todo, em todos os seus aspectos, onde além do econômico, político, cultural existe também o militar, com a integração em defesa. Não entendemos como suficientes a consecução de mecanismos meramente econômicos ou de supressão tributária como condizentes a projetos de integração em territórios tão vastos como o da América do Sul, onde ainda se figuram tensões e possibilidades de conflito.

Sendo assim, nosso estudo vai ao sentido de abordar essa temática ainda pouco discutida, tanto nos meios acadêmicos como no da política externa desses países, mas onde já se observam mudanças significativas, que certamente poderão dar encaminhamento a essas necessidades que consideramos fulcrais para o desenvolvimento dos projetos de integração. A discussão a respeito de questões militares envolvendo blocos sul-americanos deverá se tornar mais ativa, já que delas devem depender a autonomia regional:

No terreno *militar*, as duas questões básicas são o desenvolvimento de uma capacidade autônoma de defesa, tanto no campo convencional como no campo de tecnologias altamente desenvolvidas, e a recusa serena de qualquer tentativa de estabelecer bases militares estrangeiras em território sul-americano. O êxito em lidar com essas duas questões será essencial para a defesa dos interesses do Mercosul no exterior e para o pleno exercício da soberania, num mundo de crescente instabilidade, arbitrariedade e intervencionismo. (GUIMARÃES, 2006, p. 428)

A Cooperação em Defesa deste modo emerge como um componente estratégico para a busca de um futuro equitativo para os países sul-americanos no mundo, sem que isso possa parecer ingênuo, já que entendemos que a ingenuidade reside em advogar sobre o desarmamento das nações, a pacificação mundial pela globalização e o sistema financeiro liberal.

Ao refletirmos sobre o que ocorre atualmente na América do Sul podemos perceber uma grande distância para atingir objetivos de integração, frente a obstáculos construídos pela

rivalidade entre os países, onde a manutenção das forças militares de alguns estados está disposta para as fronteiras com os vizinhos, nas quais, em passado recente experimentaram ocorrências de guerras e incidentes diplomáticos. Permanecem assim inalteradas as antigas estruturas de dissuasão, e que no nosso entendimento, apontam para situações ainda não totalmente superadas entre países que se propõem parceiros em vários projetos de integração.

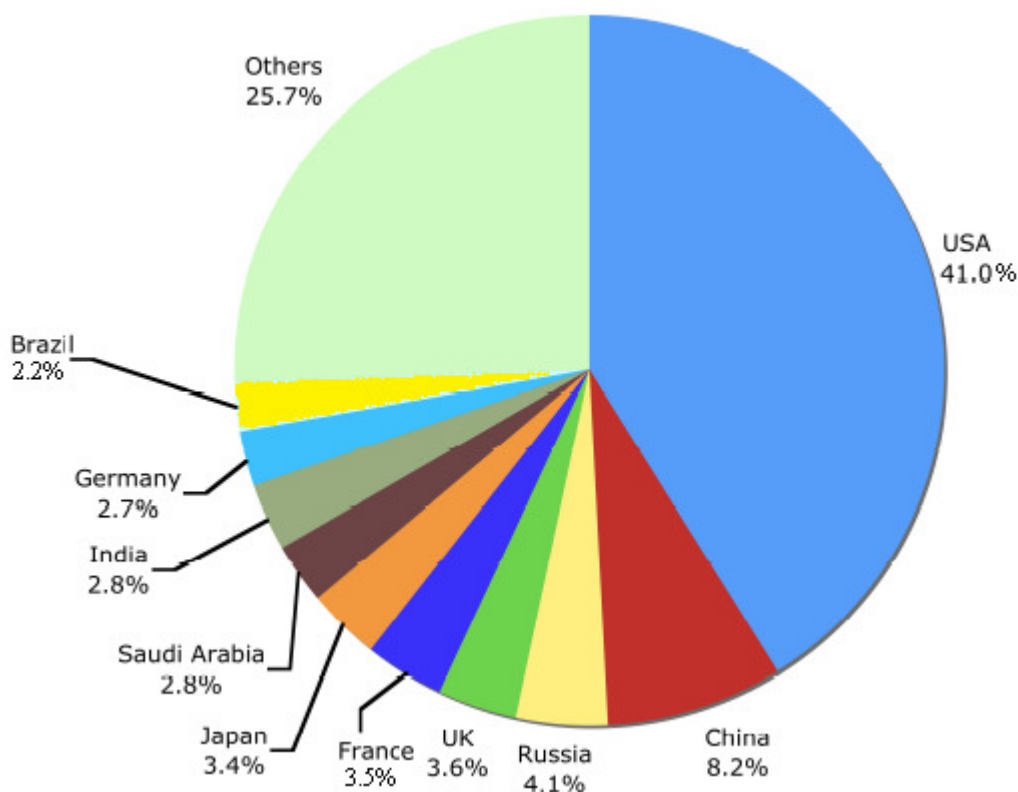
Já no tocante a aquisição de equipamentos militares na América do Sul, isso tem se apresentado como ponto de discórdia e um potencial de risco para as relações diplomáticas entre os estados vizinhos, que costumeiramente apontam as compras de outros países como de caráter belicista ou então, fomentador de uma corrida armamentista com objetivo de desestabilizar a região. Buscamos identificar os movimentos nesse sentido, onde a modernização das forças militares de países como Brasil, Venezuela e Chile, causou estremecimentos e desconfianças nas relações sul-americanas.

A representatividade de certos tipos de armamentos em cenários como a América do Sul, significa uma reformulação completa de doutrinas e táticas, não só do país que os adquire, como também dos vizinhos que já se sentem ameaçados por eles. Entender o significado e a potencialidade desses armamentos é fundamental para ter no escopo da América do Sul uma análise mais próxima do real. Os planos de compra e as capacidades militares de cada país têm significados não só para a geopolítica local, mas também, no âmbito mundial, como no caso do Brasil, que busca ascender a uma posição de representatividade nesse cenário, sendo um dos seus pilares o seu fortalecimento militar. Porém, no cenário sul-americano, esses significados ganham maiores dimensões, causando a fragmentação dos processos de integração.

No cenário mundial, pretensamente global e com discursos diversos, onde se ressaltam temas universalizantes como os direitos humanos e questões ambientais, esquecem-se mecanismos que têm implicações muito mais perversas e que costumeiramente são utilizados no âmbito desses outros. Temas militares estão longe de perderem sua importância. Se estão com ela diminuída em alguns campos da ciência, isso deve a opções ideológicas e políticas, frente à atual realidade e relevância. Pensar questões militares na atualidade não diz nada a respeito do caráter e dos fins perversos com o qual elas já estiveram relacionadas, e muito menos caráter antidemocrático que um dia também já foi realidade na maior parte dos países da América do Sul. Pelo contrário, a importância dessa temática deve ser ressaltada no atual momento, necessitando de críticas quanto ao seu emprego e sua importância para a

geopolítica internacional, sendo um assunto de extremo interesse para o futuro da região e o seu desenvolvimento.

Em termos econômicos, o mercado mundial de defesa é um dos mais expressivos em volume de dinheiro, garantindo a sobrevivência de numerosas indústrias em países centrais ao custo de vendas a países sem capacidade de fabricação desses artefatos. No ano de 2011, segundo dados do *Stockholm International Peace Research Institute* (SIPRI), esse mercado atingiu 1,74 trilhões de dólares, onde somente os EUA, foram responsáveis por 41% de todos esses gastos, aproximadamente 700 bilhões de dólares (GRÁFICO 1).



**Gráfico 1:** Despesas dos 10 maiores consumidores do mercado de defesa em 2011. Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2011. Modificado por TEIXEIRA, 2013.

Na atualidade, pensar no estabelecimento de uma convivência harmoniosa entre as nações, tal qual Kant propõe em sua paz perpétua, significa congelar o atual sistema numa condição de disparidade, com profundas assimetrias políticas, econômicas e militares (GUIMARÃES, 2005). Conflitos recentes e intervenções internacionais só ressaltam a importância de se discutir o tema de defesa e, sobretudo, Cooperação em Defesa.

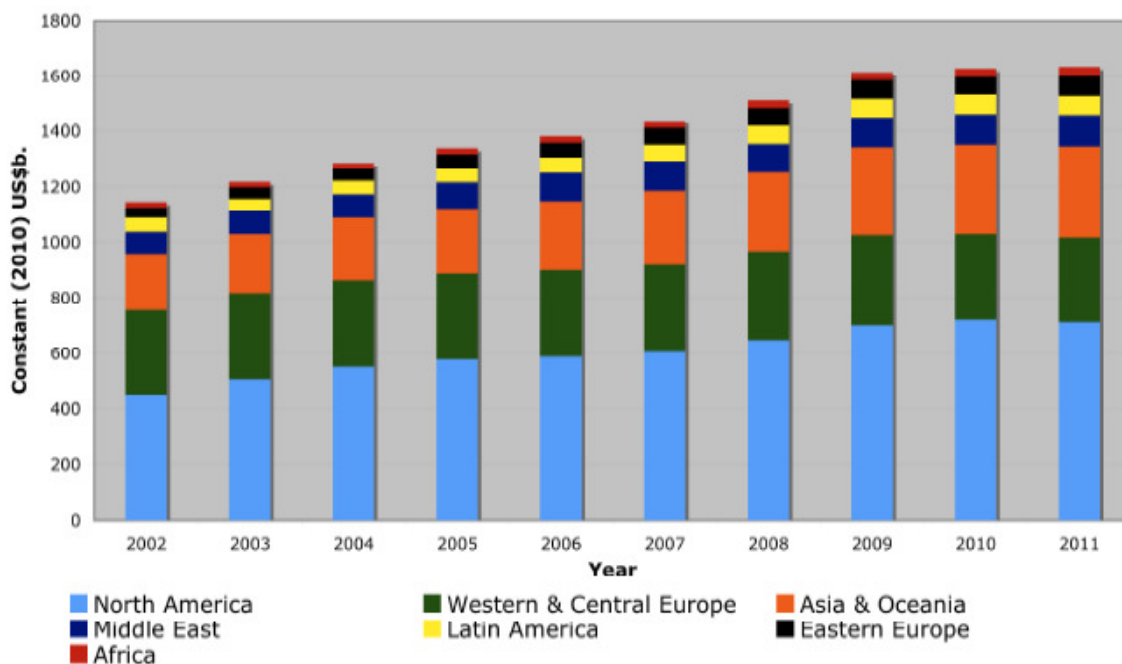
Os EUA não se manterão como potência econômica e militar de grandeza insuperável. Mesmo que a ascensão da China e Europa pareçam vacilar com previsões econômicas desfavoráveis na dimensão militar, principalmente em relação ao primeiro, isso se mostra bastante proeminente para alguns analistas. Nessa primeira década do novo século, a China tornou-se uma ameaça aos seus vizinhos marítimos, requisitando soberania sob vários arquipélagos e passagens oceânicas.

A Rússia, que ainda se reestrutura economicamente para ascender a patamares que foram ocupados pela antiga URSS, jamais perdeu sua capacidade militar e ainda hoje, é a única a rivalizar com os EUA em poderio nuclear. A Índia tem se mostrado sólida no caminhar, com seus problemas internos ainda por resolver, mas firme na sua ascensão mundial, também amparada por crescentes investimentos em defesa.

Rússia, Índia e China, somados à África do Sul e Brasil formam juntos os BRICS, sigla que virou referência aos países emergentes com importância no sistema mundial. Desses países – desconsiderando a África do Sul, que entrou para a sigla somente recentemente e ainda assim sem consenso geral sobre sua inclusão – o Brasil é o que menos investe no setor de Defesa. É o mais fraco nesse ramo de desenvolvimento e mesmo com suas perspectivas atuais de modernização, continuará distante dos outros países da sigla, no qual se insere por critérios econômicos. Também não é demais lembrar, que de todos eles – agora também incluindo a África do Sul – o país foi o único a não possuir armamento nuclear em sua história, assinando tratados que teoricamente o impedem de prosseguir no desenvolvimento desses artefatos. Está assim limitado em sua capacidade estratégica.

Quando se analisa os investimentos em defesa por regiões, os dados obtidos do SIPRI revelam que a América Latina – que aqui tratamos unicamente de sua porção sul-americana – é uma das regiões onde menos se investe em defesa, paralelamente à África e Leste Europeu (GRÁFICO 2).





**Gráfico 2:** Gastos militares mundiais por regiões. Fonte: STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE, 2011.

A formalização de acordos que envolvam a Cooperação em Defesa cumprem assim, objetivos para que a estruturação de um Bloco Econômico Regional possa avançar na sua institucionalização, fomentando o desenvolvimento dos países signatários e contribuindo para a superação da condição periférica da América do Sul. A Cooperação em Defesa, além de neutralizar as ameaças de confrontação entre os países sul-americanos, proveria capacidade de resistência às pressões externas, possibilitando a emergência da América do Sul como uma “região Geopolítica”, como pensa Wanderley Messias da Costa, “isto é, uma entidade política transnacional dotada de unidade mínima e arcabouço institucional baseados em princípios e macro-objetivos comuns nas relações internacionais” (COSTA, 2009, p.4).

Dessa maneira a América do Sul teria a capacidade de resistência frente a pressões externas. Além disso, não compreendemos a formação de um “bloco regional de poder” sem que haja a formação de uma comunidade capaz de sustentar suas ambições frente às ameaças e ingerências externas, o que nas palavras do ex-ministro da defesa Nelson Jobim, seria a capacidade de “dizer não” (GUIMARÃES, 2008), que para ele estaria sendo perseguida pelo Brasil, e que poderíamos pensar como uma capacidade para toda a região, caso o objetivo de avançar para uma comunidade de defesa seja alcançado.

Em um cenário internacional, onde observamos o crescimento dos investimentos em defesa, e no qual o Brasil busca se inserir, pleiteando inclusive uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, isso só poderá ser realizado em conjunto com os outros países sul-americanos, tornando-os partícipes do processo. Aumentar os investimentos em defesa no subcontinente, de maneira colaborativa entre esses países, pode ser o caminho para o sucesso da cooperação, ou ao menos, uma forma de minimizar ameaças e as rivalidades internas.

O estudo da Cooperação em Defesa na América do Sul pode, assim, aproximar o que foi de mais marcante na história dos Estados do subcontinente, o conflito e a cooperação, em um único ambiente e prever as condições para a superação dessas relações oscilantes.

Diante desse quadro de incertezas e em circunstâncias similares, o melhor caminho a escolher é o de evitar a armadilha das dicotomias e conceber o sistema internacional atual enquanto uma configuração extremamente complexa, mutante e hierarquizada. Significa vislumbrá-lo em sua natureza multidimensional (para utilizar uma expressão de Raffestin), no qual se encontram integrados às suas instituições e normas legais e consuetudinárias de convivência, duas centenas de estados que operam atualmente em um contexto de globalização econômica acelerada. Reconhecer que nele também gravitam e se posicionam inúmeras expressões e frações do poder econômico, político e estratégico-militar. (COSTA, 2009, p.3)

Dessa forma, entendemos que a cooperação em defesa tende a trazer ganhos políticos e a estabilidade para a América do Sul, um entendimento necessário para a evolução da integração regional.

## **Capítulo 2 – A Cooperação em Defesa na América do Sul: Uma perspectiva histórica das aproximações e rivalidades e a influência da Defesa nessas relações**

Este capítulo se estrutura a partir da premissa de que as relações entre os países sul-americanos se desenvolveram eminentemente sobre o viés dual da cooperação e da rivalidade, da aproximação e da dissuasão. A história desses estados revela fatos marcantes e indeléveis dessa situação, que perdura até o presente, dissolvendo as estruturas que teriam por interesse a condução de políticas integracionistas, num sistema construção-desconstrução constantes. Dessa maneira, cabe-nos apresentar pontos relevantes para a compreensão da América do Sul como um espaço político envolto em situações que chegaram à beira do colapso e agressão mútua, assim como, os projetos que tinham o objetivo de lançar o subcontinente na construção de um território desenvolvido e influente no sistema mundial.

Utilizamos como base para essa temática a obra de Moniz Bandeira (2003), que tem justamente como tese a dinâmica de conflitos e integração na América do Sul, auxiliado por outras discussões de diversos autores, que situam no subcontinente sul-americano questões de conflito e cooperação em diferentes épocas, buscando assim, levantar o histórico de propostas regionais no sentido da integração e influência da rivalidade na condução desses projetos.

Para tanto, foram eleitos cinco marcos históricos do século XIX e XX na tentativa de demonstrar a importância das questões de defesa no cenário sul-americano. Longe de esgotar o tema e na tentativa de minimizar o risco da repetição de assuntos tão bem trabalhados por outros autores, muitos dos quais nos ajudaram a compor esse texto, buscamos identificar aqui questões levadas a cabo no âmbito militar, que influenciaram sobremaneira as relações entre vizinhos e, de maneira geral, o sistema sul-americano.

A construção da rivalidade que desencadeou inúmeros conflitos passa assim, pela construção dos estados nacionais na América do Sul pós-colonial, na qual a questão territorial é a chave para a compreensão das contendas e das relações de cooperação. Durante o século XX as intenções de aproximação, iniciadas pelo Cone Sul, já identificavam as questões militares como um grande problema a ser ultrapassado, para que se pudessem erigir relações baseadas na confiança entre esses países. Porém, essas intenções não foram levadas adiante, fato que permitiu o retrocesso para hipóteses de conflito com o vizinho e, em alguns casos, sua eclosão.

Esses vários conflitos desencadeados na América do Sul tiveram papel importante para a formação de “alianças estratégicas” entre os países que possuíam inimigos em comum, movimentando tropas para as fronteiras e acordando apoio mútuo em caso de agressão. Dessa forma, a cooperação militar atuou no sentido contrário à integração regional, favorecendo a manutenção das rivalidades, que em alguns casos persistem até hoje, dificultando a construção de um sistema cooperativo no subcontinente.

## **2.1 A Rivalidade como Herança e a Formação dos “Arcos Estratégicos”**

A América do Sul inicia sua história com Estados independentes a partir do século XIX, após a irrupção das Guerras Napoleônicas no continente europeu propiciarem um momento incerto para a continuidade das possessões de Portugal e Espanha na América. Esse momento foi aproveitado pelas elites locais para lançarem as bases dos futuros Estados Nacionais, trazendo à tona movimentos que já se faziam sentir nas últimas décadas do século XVIII. No entanto, com menor possibilidade de reação das forças imperiais, principalmente com relação às possessões da Espanha, esse momento é aproveitado pelas elites locais que iniciam uma longa luta até sua total libertação das metrópoles. Já o Brasil, recebeu a Família Real em suas terras, tornando-se assim sede da Coroa Portuguesa. Dessa forma, além da posição do Brasil como sede, as diferenças presentes nos projetos coloniais ibéricos acabaram tornando-se decisivas para a posterior formação dos novos Estados.

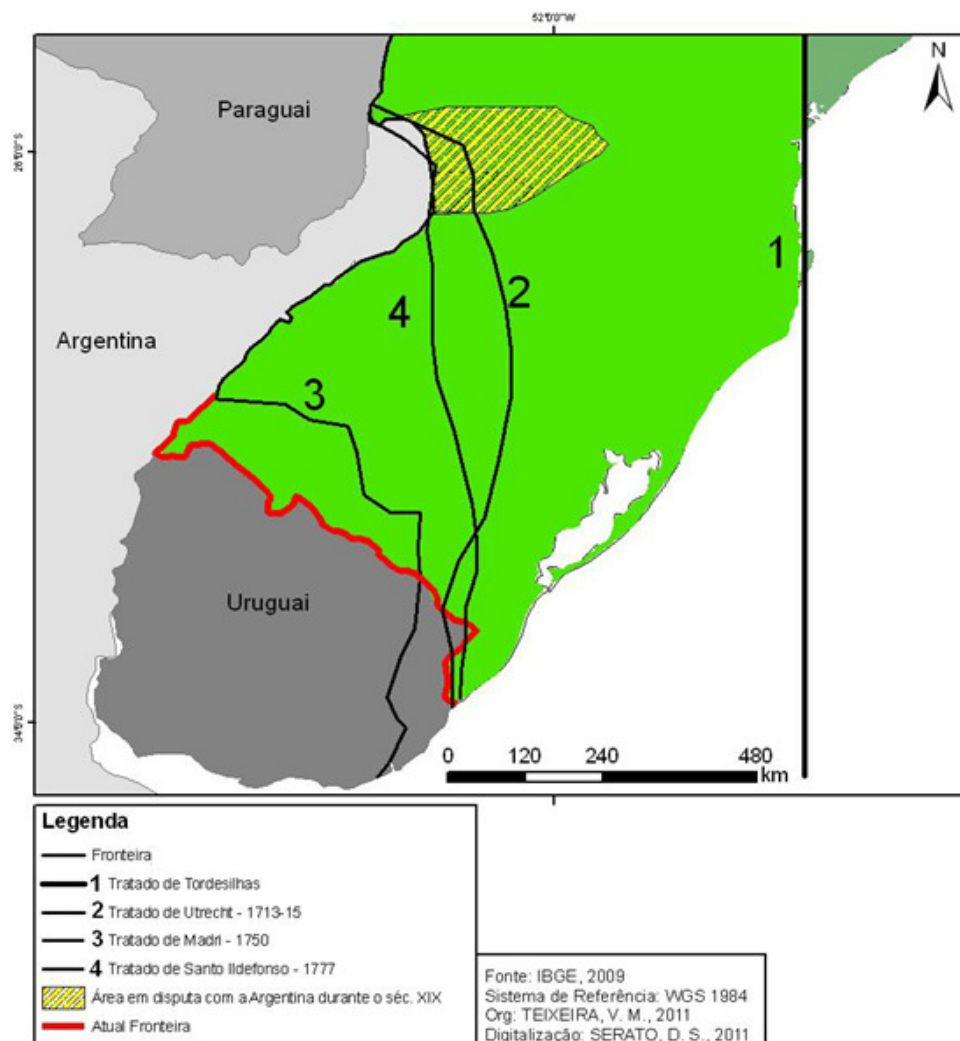
O processo de independência do Brasil, com participação da Corte Portuguesa, logrou a manutenção de sua antiga colônia como um único grande Estado, unindo uma grande massa territorial, mesmo que essa fosse formada por diferentes regiões e economias. Já a América espanhola não teve o mesmo destino, esfacelando-se em uma porção de estados, como previa Simon Bolívar em seus escritos sobre a clivagem da unidade espanhola, previamente estabelecida pelo Império e, que iria dar origem a outros estados menores. Porém, tanto o caso da descolonização do Império Espanhol, como o caso Português, não são suficientes para entender como se compuseram territorialmente os novos estados.

Segundo Silveira (1992), Bolívar previa que a América Hispânica se dividiria especificamente em 17 Estados, dada as condições e as subdivisões estabelecidas pelo Império Espanhol durante a ocupação da América. Esses números não se materializaram

como previa Bolívar, o que na proposição de Pimenta (2006), deveu-se a não coincidência plena entre os países independentes e os territórios coloniais americanos. Essa fragmentação da América Hispânica em novos territórios independentes está ligada, além da forma descentralizada de gestão do Reino Espanhol sobre seus domínios na América do Sul, às características geográficas em que se assentavam seus domínios na região, encontrando inúmeros obstáculos naturais que, como observa Donghi (1975), são compartimentos que acabaram favorecendo diferentes projetos das elites locais.

Já em relação aos limites entre os dois Impérios Ibéricos na América do Sul, estes estiveram em constante debate, permeados por invasões, guerras e tratados ao longo de três séculos de colonização. Com o esvaziamento dos dois Impérios, essa questão não arrefeceu as lutas territoriais entre os novos Estados, ao contrário, multiplicou-as a partir do número de novos territórios independentes e das novas fronteiras que teriam de ser demarcadas.

A região de maior atrito entre os dois impérios coloniais estabeleceu-se próxima à foz do Rio da Prata, devido à disputa pelo acesso a essa importante via de navegação ao interior do continente e escoadouro da prata de Potosí. De um lugar negligenciado por ambos os impérios no início da colonização, onde não se encontravam as terras produtoras de açúcar e extração do pau-brasil no caso português, e tampouco a civilização, os tesouros e as minas do Peru e Caribe no caso espanhol, essa região veio a se tornar alvo de grande atenção nos séculos seguintes. Para o império português, a região sul do Brasil significou uma área de constante tensão com o Império Espanhol, muito bem representado pelo avanço e recuo da fronteira sulina e os acordos firmados ao longo do século XVIII para seu estabelecimento definitivo:



**Mapa 1:** Limites aproximados de tratados estabelecidos entre Portugal e Espanha na Região Sul do Brasil. Fonte: TEIXEIRA; ANSELMO, 2012.

Essa movimentação na região sul levou à formação de uma área de intenso contato entre os dois territórios, motivando novas estratégias por parte de Portugal para assegurar sua posse e alcançar seus interesses comerciais no Rio da Prata. A construção de uma estrutura militarizada, com a participação de uma grande parcela da população foi certamente central nesse plano, que além de muito trabalhoso, não concretizou seu objetivo final de assegurar o acesso à foz do Rio. Em compensação, na região Amazônica, a “pacificação” dos indígenas e a identificação desses com o Império Português, somado às fortificações dispersas por esse território, conseguiram assegurar para o reino lusitano a imensa região que hoje pertence ao Brasil, com a utilização de poucos recursos, diferentemente do insucesso na Região Sul.

Dessa forma, a Região Sul se desenvolveu tendo íntima relação com os conflitos com nossos vizinhos, moldando a dinâmica local às estruturas ligadas a vida militar, seja através de grandes construções fortificadas, ou da simbiose entre o soldado e o camponês. Percebe-se

que a figura do militar, seja ele de carreira ou não, esteve presente no processo de formação territorial do Rio Grande do Sul, dadas às circunstâncias com que se estabeleceram, tendo sempre ao seu lado o espanhol, pronto para tomar as terras (TEIXEIRA; ANSELMO, 2012).

Enquanto no Brasil os conflitos estiveram concentrados nessa porção, o restante da América Hispânica foi responsável pela maior parte das guerras após os processos de independência, muitos dos quais se estenderam até o fim do século XX. Na América do Sul, área de nossa pesquisa, os países de origem hispânica se envolveram em diversas contendas, desde sua independência até os dias atuais, fruto em sua maior parte, de disputas territoriais e fronteiras não demarcadas, o que ainda é uma questão importante quando se pensa na geopolítica sul-americana. Alguns desses conflitos, apesar de extintos, ainda afastam vizinhos pela desconfiança e o ressentimento na perda de tão importante fundamento da nacionalidade de seu país, como a questão boliviana da saída para o mar.

Os centros administrativos estabelecidos pelo Império Espanhol, segundo aponta Pimenta (2006), não se apresentaram como fator aglutinante e tão pouco explicativo para o estabelecimento dos estados nacionais que nasceram da retirada hispânica da América, apesar desses centros terem criado significados e alguns deles terem se tornado capitais ou importantes cidades nos Estados independentes. Ainda segundo esse autor, nenhuma dessas novas unidades ao serem analisadas, representou uma unidade única ao longo da regência pelo poder ibérico, donde se pode apreender que nenhuma delas possuía um passado territorial completamente definido a que se pudesse remeter, legitimando assim a criação desse um novo Estado nação, territorial e historicamente delimitado.

Já os conflitos, esses sim, bastante marcantes para a nascente historiografia dos novos países, e também necessários no arcabouço de sua criação devido à necessidade de formar um passado heróico, emergem como bastiões firmes que serão lembrados em momentos de incerteza, como forma de aglutinar interesses diversos, formados por uma comunidade heterogênea e com projetos diferentes para o mesmo território:

Área de conflitos duradouros, de intercâmbio e atividade comercial, portanto de interligação entre os que nela habitavam ou praticavam seus ofícios: tal o Rio da Prata nos quadros do sistema colonial. Nela se observam a formação de interesses que transcendiam as fronteiras imperiais que, com a transformação dos eixos articuladores da política do Antigo Regime, revela toda a sua heterogeneidade, problema de fato para os projetos políticos (fossem monárquicos, fossem republicanos) que pretendiam a manutenção das partes até então integrantes dos impérios. Afinal, surgiram outras alternativas, incompatíveis com esta, e, nas lutas políticas que se seguiram, o passado dos conflitos emergiu como suposta herança, reivindicada em momentos em que a recorrência a uma tradição poderia contribuir para o sucesso desta ou daquela parte. (PIMENTA, 2006, p.60)

Dessa forma geral, a visão geral latino-americana de um país ligado ao seu recorte territorial explica, para nós, as sucessivas disputas que desencadearam os vários conflitos ao longo da história desse continente, os quais, em sua maioria, motivados pela demarcação de fronteiras, perdas territoriais ou conquista de um espaço pertencente aos habitantes de um determinado país. O uso de um agente externo, ligado à integridade territorial do Estado, foi por diversas vezes utilizado na política interna como engodo para problemas socioeconômicos, com relativo sucesso no seu intento. Sendo assim, a formação territorial sul-americana, de origem colonial, e continuada pelos seus descendentes, é base de entendimento para a atualidade de problemas geopolíticos importantes do atual território e fundamentais para sua análise.

Enfim, a dimensão territorial recorta importante campo de condicionamento para a explicação das formações sociais latino-americanas. Por isso, o exame dos processos singulares de formação de cada território que compõem o espaço do subcontinente revela-se caminho importante de investigação para os que buscam interpretar este singular capítulo da estruturação da economia-mundo capitalista. (MORAES, 2000, p. 286)

Uma das primeiras contendas a eclodir entre esses novos estados ocorreu no Cone Sul, a tradicional área de litígio entre os impérios coloniais. A Guerra da Cisplatina foi desencadeada pela disputa da província homônima, alvo de luta entre Argentina e Brasil nos anos de 1825 a 1828, já que os habitantes da região não se sentiam integrantes do Império brasileiro, que havia anexado a Província, por possuírem língua e culturas diferentes. A Argentina, buscando expandir seu território com a incorporação da área, deu apoio ao movimento litigioso entrando em confronto com o Brasil. Esse conflito teve fim com a arbitragem da Inglaterra, julgando que a Província de Cisplatina não pertencia a nenhum dos dois países, e, através do Tratado de Montevideú, concedeu independência ao Uruguai, favorecendo o interesse inglês, com ambições no comércio da região.

No conflito contra Oribe e Rosas (mandatários de Uruguai e Argentina respectivamente), entre 1851 e 1852, a luta pela hegemonia no Prata colocou novamente Brasil e Argentina em lados opostos. O Brasil sentia-se ameaçado com a influência argentina no Uruguai, temendo pelo surgimento de um Estado que englobasse as antigas terras do Vice-Reinado do Prata, o que ameaçaria o Rio Grande do Sul que também já fora parte desse território espanhol e por ter ainda o litígio não resolvido pela região das missões, porção estratégica desse território. A vitória da aliança entre Brasil e Paraguai garantiu a estabilidade



no sul do Brasil a partir da manutenção de Uruguai e Paraguai como países independentes. No entanto, a situação de aliança entre Brasil e Paraguai não persistiu por muito tempo, tornando-se belicosa já na década seguinte.

O que se viu foi o desenvolvimento do maior conflito que envolveu os países da Bacia do Prata, a Guerra do Paraguai (1865-1870), tendo Argentina, Brasil e Uruguai formado a Tríplice Aliança para combater o país vizinho. A Guerra que figura na historiografia militar brasileira com diversas passagens de demonstração de coragem e bravura, foi a mais sangrenta e danosa ocorrida na América do Sul, consumindo recursos humanos e materiais dos três aliados e deixando o Paraguai em condição de penúria após o findar das batalhas. A participação dos três aliados foi financiada em grande parte por capital inglês, revelando a deficiência do Império brasileiro em mobilizar suas forças para defender os territórios invadidos e a falta de organização de seu exército, que teve que contar com grande quantidade de escravos na condição de civis, para ir à luta.

O resultado final foi uma extensa destruição do que antes poderia ser considerado um país próspero e o endividamento dos aliados. As despesas brasileiras durante o conflito foram muito maiores do que a arrecadação de impostos do período, com seus gastos se concentrando principalmente na compra de armas e no transporte de homens até a frente de batalha. Já na Argentina, partes dos empréstimos contraídos financiaram alguns setores que ajudaram o país platino a obter melhores condições econômicas durante algumas décadas, condições essas, no entanto, sempre atreladas ao capital inglês, que comandava as operações de crédito no mundo.

Além da clivagem do território espanhol, outro fator diferenciador e que orientou as políticas sul-americanas no século XIX, foi o fato de que esses novos estados de origem hispânica tivessem outras formas de governo – em geral de modelo republicano –, ao contrário do Brasil, que mantinha a monarquia no poder. Esse fator alimentava as tensões entre o Brasil e os seus vizinhos, que acreditavam em um expansionismo brasileiro sobre seus territórios demarcados. Esse receio sobre as intenções imperialistas ampliava o discurso antibrasileiro e fomentava reações, como a da Argentina que por seu turno, tencionava a união com Paraguai e Uruguai como forma de se contrapor ao Brasil, revivendo o antigo Vice-Reino do Prata (MONIZ BANDEIRA, 2003).

Na vertente oeste, a Guerra do Pacífico, ocorrida entre 1879 e 1883, levou à batalha Chile, Peru e Bolívia pela posse das áreas ricas em salitre e guano desses dois últimos. Essas importantes reservas minerais, que serviam como fertilizantes, eram exploradas por empresas chilenas, financiadas por bancos ingleses, dentro dos territórios dos vizinhos. Quando esses

dois países tentaram nacionalizar a produção mineral nesses territórios devido à crise econômica que presenciavam, o Chile questionou tal decisão militarmente, invadindo as zonas produtoras na Bolívia, o que levou esse país a invocar a aliança secreta que era mantida com o Peru desde 1873, justamente para contrapor-se ao vizinho (SANTOS, 2002).

A formação dessa cooperação bilateral, associada ao capital predatório inglês orientando as ações chilenas, acabou sendo o mote dessa Guerra.

Com uma situação econômica melhor, o Chile não teve muitas dificuldades em dominar esses territórios, conseguindo se sobressair tanto nas campanhas terrestres, quanto na campanha naval contra os dois inimigos. A Argentina que nessa época mantinha com o Chile uma disputa pelas terras da Patagônia foi incitada a combater esse país, porém não se movimentou nesse sentido por temer uma ação do Brasil, o que certamente alteraria os rumos do conflito para o lado boliviano-peruano. Com a derrota de Peru e Bolívia, os dois Estados perderam importantes reservas minerais. Porém, para a Bolívia, isso significou também a perda de sua saída soberana para o mar, relegando-a a uma condição mediterrânea que ainda hoje é problemática para as relações com o Chile. No caso peruano, permanece ativa a disputa pelos limites marítimos, tendo causado nos últimos anos alguns incidentes diplomáticos sérios (PIERI, 2011).

A vitória militar chilena contra os dois vizinhos do norte, mostrou-se extremamente limitada em seus ganhos, já que o fruto da disputa – as reservas de salitre do Atacama –, como observa Santos (2002), recaíram todas sobre a mão do capital inglês, país que incitara a decisão militar da contenda e, que mantinha as empresas de exploração mineral na área. Cabe destacar que a influência externa na vida política e nas relações com os vizinhos é uma constante na história dos países sul-americanos, não só através de governos de países como a Inglaterra, mas através de suas empresas, que se apropriaram das “novas riquezas” sul-americanas, tal como os impérios ibéricos dos recursos entesourados no subcontinente, porém, agora, com o consentimento das elites desses novos Estados.

Em boa parte do século XIX e XX, Brasil e Argentina se colocaram como os dois mais prósperos países dentro do contexto sul-americano e, com suas ações, sempre objetivaram tomar a dianteira no continente. A disputa pela hegemonia dentro da América do Sul levou os dois países a agirem no sentido de anular as ações um do outro, de forma que quando um se sobressaía, aquele que estava atrás na corrida lançava mão de algum trunfo para que ao menos se igualassem as forças. A visão de uma guerra no futuro era algo certo, tanto que em 1882, o

general Julio A. Roca, então presidente da Argentina julgara-a como “inevitável”, uma “guerra fatal” (MONIZ BANDEIRA, 2003).

Essas disputas, originadas no período colonial e transplantadas para os novos Estados, eram peças chave para a reafirmação de questões nacionais, justificativas para as estratégias de Argentina, Paraguai, Chile, Brasil etc, invocando o território como o símbolo maior da nação fundada sobre a união de povos distintos.

A última disputa fronteiriça entre Brasil e Argentina se deu pela posse do Território das Missões. O questionamento argentino foi levado à arbitragem internacional, tendo sido escolhido como mediador o presidente estadunidense Glover Cleveland. O Barão do Rio Branco, após a morte de Aguiar de Andrada, chefiou a defesa brasileira em Washington, conseguindo reunir grande quantidade de documentos e mapas que substanciavam o argumento brasileiro, o que levou a decisão favorável ao país, tomada em 1895. Se a Argentina conseguisse ter parecer favorável, formaria com seu novo território uma “cunha” sobre os estados sulinos, o que se tornaria certamente um grande problema para o Brasil. Essa disputa encerrou definitivamente a questão de limites entre os dois Estados, iniciada pelos Impérios Ibéricos e motivo de diversas guerras entre eles, restando, no entanto, o ressentimento argentino, por mais uma parcela perdida de seu território.

As percepções dos vizinhos como inimigos fomentavam por essa época um intenso aparelhamento das forças armadas dos países do Cone Sul, muito bem aproveitada por empresas estrangeiras, ávidas em se beneficiar da disputa:

E embora nem a Argentina nem o Brasil pretendessem, efetivamente, deflagrar a guerra por causa das Missões, a corrida armamentista continuou, fomentada, em larga medida, pelas indústrias de material bélico da Alemanha, e a Schneider-Creusot da França, que competiam pelos mercados da América Latina. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.55)

A situação na América do Sul, na última década do século XIX podia ser entendida como aponta Moniz Bandeira (2003), como um “tabuleiro de xadrez”, no qual nenhum país poderia mover livremente uma peça contra outro, sem sofrer um contra ataque pela retaguarda. Essa situação de “intercalamento” das rivalidades entre os países congelava as tensões, de certa maneira impedindo a guerra, mas, mantendo ativa a rivalidade. Para alguns países, o estabelecimento dessas “íntimas inteligências”, segundo o autor, era essencial para o desenvolvimento de sua política externa. O Chile, caso o Brasil estabelecesse algum acordo de cooperação com a Argentina, ou simplesmente se desanuviassem as hipóteses de conflito

entre eles, ficaria isolado, não tendo aliados imediatos para o enfrentamento dos contenciosos com seus vizinhos.

A Argentina sempre temera que o Brasil a atacasse por causa das missões, caso ela se envolvesse em guerra com o Chile. O Chile também evitava o confronto com a Argentina, porquanto o Peru e a Bolívia poderiam intervir, a fim de tentarem retomar Tacna e Arica. E o Peru, por sua vez, receava que o Brasil o acometesse, através da Amazônia, aproveitando-se de qualquer outro conflito que se desencadeasse com o Chile. Em tais circunstâncias, portanto, os entendimentos entre o Brasil e a Argentina acarretariam, naturalmente, profundas mudanças no equilíbrio geopolítico do Cone Sul, com imensa desvantagem para o Chile. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 60-61)

Nesse cenário, ao qual podemos somar também os questionamentos mantidos entre Equador e Peru por uma área, que somada, resultaria o dobro do território equatoriano atual, completava uma situação que configurava um sincronismo entre as rivalidades, inviabilizando tanto as contendas, como também o fim das ameaças ao sul da linha hemisférica. Para Santos (2002), essa configuração de possíveis entendimentos estratégicos era tida como um “caleidoscópio de alianças”, no qual, somente se confirmaria a entente entre Peru e Bolívia que mantinham um tratado secreto desde 1873, invocado contra o Chile.

Dessa maneira, a América do Sul internalizava dispuestas distribuídas de tal forma que não propiciariam uma solução fácil, já que estavam ligadas não só por rivalidades históricas, mas também, pelo caráter estratégico atribuído a elas pelos países. Essas alianças formavam “arcos estratégicos”, já que os prováveis aliados eram países que não mantinham fronteiras em comum (Figura 1). Assim, a paz entre dois contendores ameaçaria a segurança dos demais, arriscando desencadear um conflito preventivo por alguma das partes que perderia o aliado, já que não contaria mais com parceiros imediatos.



**Figura 1:** “Arcos estratégicos” - Prováveis conflitos e alianças na América do Sul na década de 1890, com base em Moniz Bandeira (2003). Org: TEIXEIRA, 2013.

Assim, o bojo da América do Sul concentrava laços bilaterais baseados em princípios de cooperação em Defesa com vistas a dissuasão de vizinhos, o que só aumentava a desagregação continental, tornando-os suscetíveis à influências externas. Esses princípios, visualizados ali basicamente como um amparo mútuo em torno de inimigos comuns, acabaram nutrindo o sentimento de rivalidade, sedimentando essas ideias no imaginário regional. Essa situação iria se arrastar pelas décadas seguintes, influenciando as estratégias locais e as intenções de cooperação, como veremos adiante.

## **2.2 O Período Rio Branco e as Primeiras Intenções em Cooperação Em Defesa**

A trajetória do Barão do Rio Branco como Chanceler, entre 1902 e 1912, logrou demarcar definitivamente as fronteiras do Brasil tal qual as conhecemos atualmente. Sua gestão contornou problemas com os países vizinhos, buscando soluções de forma conciliatória, no intuito de tirar o país do isolamento em que se encontrava na América do Sul, a essa época.

Certamente a disputa mais emblemática de sua carreira, e pela qual é comumente lembrado, é a Questão Acreana, solucionada junto à Bolívia, em 1903, pelo Tratado de Petrópolis. O território do Acre foi adquirido em troca de concessões ferroviárias, indenizações e territórios no Mato Grosso, como compensação à perda territorial boliviana. A Questão Acreana que já perdurava desde o fim do século XIX, havia se tornado um imbróglio, no qual além do Brasil e Bolívia, estavam envolvidos interesses dos Estados Unidos e da Inglaterra, com volumosos investimentos por parte destes sobre essas terras e seus seringais, importantíssimos à época para a produção mundial de borracha.

Após a dissolução dos problemas fronteiriços com a Bolívia, a gestão de Rio Branco viria ainda a fixar os limites com o Suriname em 1906, com a Colômbia em 1907, com o Uruguai em 1908 – nesse caso cedendo parte do território, a Lagoa Mirim – e com o Peru em 1909, marcando assim, o fim de pendências fronteiriças com nossos vizinhos de uma vez por todas.

A partir desse momento o Brasil não mais se envolveu em disputas oficiais em torno de questões que diziam respeito os limites em qualquer ponto do território, fechando o longo ciclo de conquista e expansão territorial iniciado na colonização. Entretanto, isso não significou aproximação com os vizinhos amazônicos, já que o Brasil manteve a atenção política e o comércio eminentemente orientados para o Atlântico e, diplomaticamente para o Cone Sul, em questões com a Argentina.

Apesar da orientação de Rio Branco para a manutenção da prosperidade e estabilidade política dos países sul-americanos, a rivalidade concentrada no Cone Sul atingiu limites preocupantes na década de 1910, quando os três países, Brasil, Argentina e Chile, se envolveram numa escalada de compras militares (DORATIOTO, 2000). Essas compras, principalmente destinadas às suas marinhas de guerra, se desenvolveram sempre com a suspeita de que a aquisição de novas unidades por parte do vizinho pudesse significar um

conflito. A busca pelo equilíbrio de poder entre essas marinhas era notória, sendo que sempre que algum desses países encomendava um ou mais navios de guerra à Europa, o outro o seguia tentando manter as forças equiparadas.

Essa questão de “paridade naval” e a compra de material para equipar os seus exércitos eram também exploradas pelos países europeus e os Estados Unidos, os fornecedores dos armamentos, que ameaçavam os países sul-americanos com o corte de empréstimos ou retirada de investimentos, caso os contratos de compra não fossem acertados com os países que forneciam o crédito. Esses países vendedores usavam também outros artifícios como forma de convencimento das autoridades locais para que seguissem com as encomendas, como subornos e “presentes” para facilitar a realização dos negócios (MARTINS FILHO, 2010).

Havia na Europa, nesse período, uma intensa disputa entre os grandes fabricantes de armamento, entre as quais destacamos a *Krupp* da Alemanha, *Vickers* e *Armstrong* da Grã-Bretanha e *Creusot* da França. Buscando expandir seus lucros já bastante altos com vendas de navios para o exterior, essas empresas ampliaram seus campos de atuação, tornando-se verdadeiros impérios industriais, contando também com grande visibilidade social e política, já que algumas eram donas de jornais em grandes centros da época e, seus donos vinham se transformando em verdadeiras figuras mitológicas, como aponta Martins Filho (2010). Nessa competição, porém, não se usavam métodos usuais, já que eram comuns os subornos a pessoas de influência nos países a que essas empresas “desejavam equipar” com seus navios e canhões, recebendo-os em seus castelos com presentes de alto valor, como aponta o autor.

Nesse jogo alguns acertos entre essas empresas eram feitos para ampliar suas vendas, já que era mais interessante manter os preços altos e dividir as encomendas em sistema de sorteio – excluindo os países as quais pertenciam – do que entrar em disputas que as levariam ao rebaixamento da margem de lucro:

Seguiam-se arranjos mais permanentes, com o fim de atender os mercados externos, que tomaram o formato de uma série de alianças *ad hoc* para a fixação de preços dos contratos com o exterior. Já mencionamos que tais acordos constituíram um mecanismo destinado a não permitir que a concorrência entre duas grandes empresas baixasse suas margens de lucro, num esquema que fortalecia a posição da indústria britânica diante de seus concorrentes estrangeiros. (MARTINS FILHO, 2010, p. 122)

No cenário sul-americano e, no tocante ao poder naval, o Brasil se colocava nessa época atrás dos dois outros vizinhos, não tendo renovado sua frota, enquanto que a dos

demais crescia vertiginosamente em tamanho. Segundo Moniz Bandeira (2003), entre 1875 e 1900 a esquadra argentina saltou de 6.114 toneladas para 94.891 toneladas em uma espantosa evolução de seu poderio militar. Entretanto, as compras do país portenho não visavam diretamente o Brasil, e sim, a disputa com maior risco de eclosão que nesse momento envolvia o Chile, sendo o mote mais uma vez as questões relativas às demarcações fronteiriças, resquícios do processo de formação desses Estados. Com essas questões em aberto, corria-se o risco de que uma disputa deflagrada extravasasse o Cone Sul envolvendo outros países, ainda presentes no “tabuleiro de xadrez”. Dessa forma, recaiu sobre as marinhas de guerra de Brasil, Argentina e Chile, o símbolo da rivalidade entre eles por essa época:

E o presidente Roca, em 1900, advertiu que “a compra de um navio pelo Chile seguir-se-á, qualquer que seja o sacrifício, a compra de dois para a Argentina”. O Chile, porém, aumentou ainda a sua esquadra com mais dois *destroyers*, comprou o cruzador *Armstrong* e negociou a venda de um encouraçado ao Equador, bem como outros armamentos, para que, a pretexto de reivindicar territórios, ele invadisse a fronteira do Peru, caso este país, juntamente com a Bolívia, intervisse no conflito com a Argentina, a aproveitar a situação com o objetivo de reconquistar Tacna e Arica. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 63)

Nessa situação calamitosa para os orçamentos já bastante limitados, os dois países assinaram em 1902, respectivamente em Santiago e em Buenos Aires, o que ficou conhecido como de “os *Pactos de Mayo*”, que segundo aponta Doratioto (2000), congelavam as compras navais de ambos, numa tentativa de arrefecer os ânimos e poupar os recursos que eram sugados pelo clima de tensão que se instaurara.

O Brasil, ainda estando em desvantagem técnica e numérica frente aos outros dois e prevendo a possibilidade de um cenário belicoso à frente, apresentou em 1904, através do ministro da Marinha, Júlio de Noronha, um ambicioso plano de rearmamento da esquadra, que deveria elevar o poderio da Marinha Brasileira em condições próximas das de uma potência europeia, ou até mesmo superiores a elas, como veremos adiante.

Os planos elaborados por Júlio de Noronha, e aprovados pelo Congresso Nacional, propunham a aquisição de uma variado leque de navios (Ver quadro 1), suficiente para se equiparar aos vizinhos do Cone Sul, no entanto, não foi seguido de maneira planejada, sendo reelaborado em 1906 pelo Almirante Alexandrino de Alencar.



Quantidade	Tipo	Tonelagem
3	Encouraçados	13.000 ton.
3	Cruzadores	9.500 ton.
6	Contratorpedeiros	400 ton.
6	Torpedeiros	130 ton.
6	Torpedeiros	50 ton.
3	Submarinos	n/d

**Quadro 1:** Navios previstos no plano de 1904. Org. TEIXEIRA, V. M. 2013

O novo plano de modernização da armada brasileira passou a ter fulcro nos três grandes encouraçados que faziam parte desse plano, porém, com maior tonelagem e outras modificações que visavam dar maior poder de fogo a esses navios, transformando-os no símbolo da chamada “Esquadra de 1910”. Assim, essas seriam até então, as naves de guerra com maior capacidade de combate adquirida por um país da América do Sul.

Os motivos que levaram à revisão do plano e concentração da atenção nesses navios deveram-se, fundamentalmente, à batalha ocorrida no ano anterior nas águas do Pacífico, colocando em xeque a validade das táticas e equipamentos até então utilizados.

Tal fato, ocorrido na Guerra entre Japão e Rússia, levou à derrota da armada desta última, na Batalha do Estreito de Tsushima, mostrando pela primeira vez o papel decisivo dos encouraçados no campo de batalha e, inaugurando o início de uma nova era na construção dessas belonaves, um verdadeiro marco na estratégia naval. Isso demonstra a sintonia da Marinha brasileira com o que ocorria no mundo nesse momento, vislumbrando suas necessidades navais como as de um país central, ao se preparar para um possível conflito com o que havia de mais moderno nos estaleiros nessa época.

Os novos conceitos de construção advindos dos ensinamentos do enfrentamento entre Japão e Rússia, foram absorvidos pela indústria naval ocidental e materializados em um novo tipo navio que passou a ser sinônimo do poder naval dessa era, o HMS *Dreadnought*. Esse navio moldou os paradigmas a serem adotados por todos os futuros projetos de grandes navios de combate, transformando o nome *Dreadnought* em uma referência para navios que fossem

contemplados por essas novas soluções técnicas e, principalmente, no tocante aos arranjos dos armamentos.

Seguindo essa nova orientação, o plano de modernização de 1906 incluiu como sua pedra angular três desses poderosos navios, transformando assim a Marinha do Brasil em uma das primeiras a adotar o novo modelo de navio. Dadas às características encomendadas, seria um dos mais poderosos navios já construídos até aquele momento, o que colocaria a Marinha do Brasil na vanguarda não só na América do Sul, mas do mundo. Essa situação *sui generis* experimentada pelo Brasil, não ocorreu sem que houvesse muita discussão a respeito da necessidade de tais navios e sobre os reais fins dessas peças, que, ao mesmo tempo eram tão valiosas do ponto de vista militar, como também dispendiosas do ponto de vista econômico.

A importância de tal aquisição pelo Brasil merece ser mais detalhada, já que tal fato alteraria a balança de poder não só na região, mas também em outras partes do globo. A imprensa internacional questionava se tais navios seriam mesmo incorporados pelo Brasil ou se o país fazia parte de algum plano secreto para despistar inimigos de alguma das potências de então. Em uma extensa pesquisa sobre esse período vivenciado pela Marinha do Brasil, João Roberto Martins Filho aponta para uma matéria publicada pela imprensa da época, que ilustrava justamente a desconfiança mundial quanto ao destino das embarcações brasileiras:

A mais longa peça dedicada a nosso programa naval foi publicada em agosto de 1908 na revista *The Nineteenth Century and After*. Segundo a matéria, as características tecnológicas dos navios provocaram reação semelhante a um pânico naval de primeira grandeza, e a idéia de que poderiam ser destinados a outra potência não era absurda. Afinal, “os navios brasileiros, até onde se pode dizer pelos sinais exteriores de potência estrutural, igualam os padrões de qualquer Marinha do mundo”. Em vista disso, o artigo considerava três hipóteses de venda. Cada uma delas teria reflexos específicos sobre três blocos de rivalidades regionais: Japão x EUA; Alemanha x Grã-Bretanha e Itália x Áustria-Hungria. Em qualquer dos casos uma transferência provocaria efeitos não desprezíveis sobre o equilíbrio mundial. “Esses *dreadnoughts* brasileiros são, portanto, de importância nova e terrível”, concluía o artigo. (MARTINS FILHO, 2010, p.149-150)

O equilíbrio de poder na Europa, símbolo na qual se espelhava a América do Sul para a supressão de suas contendas através da mútua dissuasão poderia, assim, ser quebrado com o envio dessas peças navais a um dos lados das rivalidades continentais postadas no velho mundo. Na América do Sul, a compra dessas unidades pelo Brasil causava o estremecimento incontestado da balança de poder no Cone Sul.

Ainda que se mantivessem as dúvidas sobre as aquisições brasileiras, elas realmente se efetivaram, recebendo a partir de 1910 dois dos planejados navios, o Minas Geraes e o São Paulo. O recebimento do terceiro e maior dos navios, o Rio de Janeiro, enfrentou uma série de

problemas, com a falta de verbas e tentativas de alteração de seu projeto, paralisando sua construção por duas vezes até ser vendido à Turquia por falta de recursos para sua conclusão e que a ela não seria entregue, sendo confiscado pelos britânicos quando do início da Primeira Guerra Mundial, um dia antes de ser entregue ao Império Otomano.

Mesmo não tendo concretizado os planos iniciais para o rearmamento, com todos os navios planejados, os dois que foram incorporados acabaram por elevar a tensão regional, pelo temor da Argentina de que esses navios fossem usados contra sua esquadra, que seria indefesa contra a nova arma, assim como para o Brasil, que antes de recebê-los temeu ser atacado preventivamente.

O clima predominante em Buenos Aires era de que a modernização naval brasileira tinha fins hostis à Argentina. Como resposta, para permitir a seu país fortalecer a Marinha de Guerra, Zeballos denunciou o *Pacto de Equivalencia Naval*, assinado com o Chile em 1902. Por esse acordo, com validade de cinco anos, estipulou-se, para pôr fim à corrida armamentista entre os dois países, a limitação do armamento naval; a desativação de algumas unidades e a renúncia à compra de outras. Em fins de 1908, quando Zeballos já não mais era Chanceler, o Congresso argentino promulgou uma nova lei de armamentos, permitindo ao país modernizar-se militarmente. (DORATIOTO, 2000, p. 139)

Mesmo com toda a capacidade bélica alcançada na aquisição desses “navios da discórdia” a estrutura militar da Marinha Brasileira, que passara por um surto modernizante de relevância mundial, retornou a uma condição precária, revelando uma estrutura deficiente e pautada pelo imediatismo de compras externas, sem relevar as reais necessidades operacionais e os gastos que seriam necessárias para uma armada do tamanho que havia se pleiteado. Os dois navios em operação logo foram superados por projetos em andamento nos países europeus, praticamente encerrando sua carreira durante a Segunda Guerra, como baterias costeiras em portos do nordeste, já sem poder se locomover e representar valor militar para então.

[...] O material humano existente na força marítima brasileira estava aquém do equipamento adquirido, e a dependência exterior para manutenção e reparos dos navios tornou o poder naval nacional menor do que se esperava. A esquadra de 1910, bem pouco tempo após sua chegada, já não podia rivalizar com outras dotadas de navios mais modernos, até mesmo na própria região. Após alguns anos e ela já estava ultrapassada, tendo de ficar grande parte do tempo parada em estaleiros para reforma de algumas importantes unidades. [...] (ALVES, 2005, p.4-5)

A despeito da ameaça estratégica que o armamento de um vizinho representava, alguns setores da sociedade argentina reconheciam e denunciavam a ação de “agitadores” de

opinião, tentando envolver o país contra o Brasil, servindo a interesses de grupos que lucrariam com as encomendas de armamento da Argentina (DORATIORO, 2000). Mais uma vez nota-se a utilização dos meios não “usuais” pelas empresas estrangeiras para conseguir encomendas junto aos países em dissonância.

A influência estrangeira na rivalidade argentino-brasileira também merece ser destacada, pois essa disputa beneficiaria a vários grupos e países. Na América do Sul, Paraguai e Bolívia, países “mediterrâneos” e com economias baseadas em exportação de produtos primários e dependentes de saídas para o mar, moviam-se pendularmente entre Brasil e Argentina, como forma de conseguir benefícios econômicos e garantir certa independência em suas ações, alternando com o tempo a influência de cada um dos vizinhos em sua política interna.

Alguns países europeus, além dos Estados Unidos, também tinham interesse em manter a “rivalidade” (MONIZ BANDEIRA, 2003), já que os fabricantes de armas possuíam importante papel nesse sentido. Alemanha e França foram grandes exportadores de armamento para Brasil e Argentina, e mantiveram acesa a discórdia para que novas encomendas se realizassem. Já a Inglaterra, financiava com grandes empréstimos a compra de parte do armamento e era a fornecedora preferencial de suas marinhas, assim como tinha um mercado garantido para seus produtos industrializados.

Os Estados Unidos tinham um interesse particular em manter separados os dois maiores países da América do Sul, já que, uma aproximação entre eles afetaria a sua crescente influência na região e poderia contrapor, de certa forma, seu poderio econômico e militar. Sobre uma encomenda de armamentos efetuada nesse período pela Argentina Moniz Bandeira (2003) mostra com clareza essa situação:

[...] A Grã-Bretanha receberia a maior parte das encomendas navais e a Alemanha, o fornecimento da artilharia e dos fuzis. A França, que reclamava parcela das encomendas para a construção de contratorpedeiros, sentiu-se assim prejudicada, pois o dinheiro que ela emprestava serviria para a compra de canhões alemães, e os EUA fizeram pressão, ameaçando cortar vantagens comerciais da Argentina, se não recebessem algumas encomendas. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.123).

Para esses países a guerra entre Argentina e Brasil sempre se apresentou como uma opção pouco vantajosa, já que a hipótese de um conflito armado entre os dois países envolveria toda a região na disputa, prejudicando os negócios estrangeiros e impedindo-os de honrar suas dívidas. Essa exportação de capitais, atrelada à contratação de encomendas nos países de origem do empréstimo, principalmente para Brasil e Argentina, foi mencionada por

Lenine (2008) como mais uma ação de países imperialistas como Alemanha e Inglaterra para beneficiar-se dos mercados desses países e como instrumento de partilha do mundo. Nessas condições a “rivalidade”, sem que se chegasse às vias de fato, sempre foi benéfica a interesses outros que não os de Brasil e Argentina.

Nesse ínterim que incitava as nações vizinhas a se envolverem em disputas fratricidas – mas sem nunca chegar a elas – os três países, Argentina, Brasil e Chile, tencionaram uma proposta de aliança política em 1909, que seria segundo Doratioto (2000) um “tratado de cordial inteligência”, com origem na diplomacia chilena e com apoio de Rio Branco. Essa proposta não obteve sucesso, sendo esquecida ainda em 1909, entretanto, foi o preâmbulo de outra proposta que se tornaria um símbolo para a cooperação no Cone Sul.

Na visão de Rio Branco, “se conseguirmos firmar o ABC nas bases desse tratado teremos assegurada para sempre a paz na América do Sul” (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.129). Dessa forma essa proposta, em princípio, pode ser considerada como uma das primeiras iniciativas de cooperação em defesa entre esses países, pautados por um realismo político frente a sua posição no sistema mundial e de como a concorrência entre eles os levaria a sua constante “inanição” econômica e política. Isso leva a compreensão de que, apesar da rivalidade e desconfianças sempre reinantes, os políticos dos três países, Argentina, Brasil e Chile, sabiam que uma coordenação entre eles poderia resultar em grande salto para o desenvolvimento e integração do continente, rompendo com a rapina externa e fortalecendo-os perante o restante do mundo. Esse entendimento levaria também a um bloqueio sobre quaisquer influências negativa proveniente da Europa e EUA, com vistas a manter separados os vizinhos.

Na Argentina, com a eleição de Roque Sáenz Peña para presidente, a ideia de aproximação com o Brasil ganhou força, com propostas que visavam reduzir a força das questões militares entre eles, como envolvendo a paridade naval. Como parte constante para os entendimentos, havia inclusive a ideia de troca de informações sobre suas unidades navais, propiciando assim a segurança nas relações bilaterais como prova de confiança mútua, porém, sem esquecer-se da parte comercial:

Algo también puede pensarse sobre trigos e harinas y otros importantes artículos de intercambio, pero conviene ante todo un pacto que nos contenga en la carrera del armamentismo, suprimir esta danza de millones [...] Uma equivalência naval. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 128).

Esses esforços em empreender uma atitude amigável e transparente entre os vizinhos acabaram por se tornar uma proposta concreta através do Pacto de Não Agressão, Consulta e Arbitragem, ou como ficou popularmente conhecido, o Pacto ABC.

Com as mortes de Rio Branco em 1912 e de Sáenz Peña em 1914, o Pacto perdeu força e não conseguiu se firmar como gostariam esses políticos, sendo ratificado apenas pelo Brasil em 1915, não alcançando assim, o objetivo de congregar as três nações em torno de um acordo que proveria segurança para suas relações.

Apesar de não ter sido levado adiante, o Pacto ABC figura como a primeira tentativa oficial de integração entre as nações do Cone Sul e também como a primeira proposta a envolver assuntos relacionados à Defesa. A percepção de então, era que para a construção da cooperação entre os três países, dever-se-ia antes passar por conversações a respeito do poderio militar e suas intenções, não deixando margens para a desconfiança nesse aspecto, fato que já havia se mostrado de alta sensibilidade, e então passar ao intercâmbio econômico. Entretanto, essa clarividência para a construção da cooperação foi perdida ao longo do século XX, podendo apenas encontrar resquícios de tentativas nesse sentido. Entretanto, percebe-se que essa intenção de configuração do Pacto ABC deixou um legado diplomático, permanecendo como paradigma não oficial da política externa dos três países até meados década de 1930.

É importante lembrar que esse Pacto tratava unicamente dos três “grandes” do Cone Sul, excluindo o restante da América do Sul de entendimentos que propiciariam a confiança mútua. Dessa forma, os “arcos estratégicos” que mantinham congeladas as ações ofensivas desapareceriam em uma parte do sub-continente, permitindo a eclosão de conflitos bilaterais, já que, possíveis atacantes teriam sua retaguarda segura, sem os possíveis aliados de seu inimigo:

[...] o Tratado do ABC defrontou-se com forte oposição da opinião pública na Bolívia, Equador, Colômbia, Venezuela, Uruguai e Peru, cujos jornais sustentaram a tese de que uma política pan-americana “não deveria fazer exclusões nem fundar-se sobre preponderâncias inaceitáveis, mas inspirar-se nos princípios do direito e do respeito mútuo. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 133).

Dessa forma, considerando os acordos que viriam a se materializar ao longo do século XX, os quais também incluíam apenas parte dos países sul-americanos, esses viriam a encontrar problemas semelhantes ao do Pacto ABC. A exclusão de alguns países causaria desconfortos e protestos que, de certa forma, tornaria inviável a continuidade de tratados de

livre comércio celebrados apenas entre uns poucos países, reforçando a ideia da necessidade de tratados que congregassem todos os países sul-americanos, sem exclusões.

Em relação à questão naval desenvolvida entre os países do Cone-Sul, deve-se considerar que se na Europa e nos EUA a compra dos *dreadnoughts* despertou preocupações, no âmbito regional, a dimensão de tal empreendimento quase levou ao conflito. Para Martins Filho, reside basicamente na aquisição de tais navios a origem da crise no Cone no Sul:

A nosso ver, o traço principal dessa crise não foram as divergências de pessoas, nem a importação artificial de idéias européias de poder naval, como defende até aqui a historiografia das relações exteriores dos dois países. Tampouco foi a pura ação dos interesses financeiros, como sugerem outros autores. Ao contrário, tudo indica que os programas navais brasileiros de 1904 e, principalmente, de 1906 representaram a importação para América do Sul dos efeitos desestabilizadores da corrida naval tecnológica, devido ao desequilíbrio que as últimas tecnologias navais eram então capazes de trazer para as relações de poder entre as nações. (MARTINS FILHO, 2010, p.159)

Dessa forma, o apontamento do autor pode ser extrapolado para diversas situações que vêm se apresentando na condução das políticas dos países sul-americanos no decorrer do século XX e XXI. A introdução de meios bélicos de elevada capacidade em um cenário que sempre foi pautado pela debilidade de poder militar, causaram embaraços e ameaças de retaliação por diversas outras vezes. Da mesma forma que, anúncios de investimentos que significavam a alavancagem dos países para patamares econômicos e de desenvolvimento superiores, causaram desconfianças e desequilíbrios na balança de poder regional.

A principal questão, para nós, pauta-se nas ações que associam diretamente à condução dos meios militares por esses países, genericamente chamada de Defesa, e que são capazes de causar imbróglis a níveis regionais, solapando iniciativas de aproximação. Nesse sentido, as iniciativas para bloquear a influência das compras e atividades militares na América do Sul, encontram um exemplo nesse passado distante com a iniciativa do Pacto ABC. Esse Pacto, que pode ser considerado como uma proto-cooperação no sentido da Defesa. Apesar de pouco delineada, as intenções documentadas têm grande valor histórico, por já considerarem os efeitos danosos da desagregação entre os vizinhos e os perigos de uma corrida armamentista, assim como o potencial da defesa para os países sul-americanos, tanto para a integração, como para a convivência pacífica entre as nações sul-americanas.

### 2.3 Os conflitos territoriais da América do Sul entre a Crise 1929 e a Segunda Guerra Mundial

O início da década de 1930 continha as reverberações da crise mundial de 1929 por todo o mundo, e essa situação não era diferente nos países sul-americanos. No Brasil, a convulsão política desencadeada pela crise, tendo a elite cafeeira em seu centro, derrubou a República Velha e levou Getúlio Vargas à presidência do Brasil, pondo fim a chamada política do “Café com Leite”. Nos países vizinhos a grave crise desencadeou um dos piores conflitos ocorridos no subcontinente, novamente por questões fronteiriças originadas no período colonial.

Bolívia e Paraguai já haviam sofrido reveses no século anterior e ambos estavam limitados à sua “continentalidade”, dependentes dos outros países para alcançar o oceano, o que figurava como um problema estratégico de primeira grandeza para ambos. Para a Bolívia a questão da saída para o mar já se arrastava por 60 anos sem solução. Após a perda dos territórios da margem do oceano para o Chile, na Guerra do Pacífico, o país ainda não havia encontrado uma solução para esse problema, e também não tinha condições de reverter a perda por meios militares com esse vizinho.

Além disso, havia perdido também o território do Acre para o Brasil em 1903. Apesar de não ter sido através de combate, tal episódio ceifou grande parte de seu território rico em seringueiras, em troca de uma pequena indenização, alguns pequenos territórios na fronteira e a promessa de uma ferrovia que daria sua saída para o mar. Essa ferrovia teria, entretanto, efeito etéreo, perdendo sua utilidade quando da crise da borracha alguns anos depois.

O Paraguai também carecia de uma saída para o mar, tendo sido esse um dos pontos deflagradores da Guerra do Paraguai, entretanto, esse país se encontrava em melhor situação do que o seu vizinho, por acessar trechos navegáveis da Bacia do Prata, podendo assim, mesmo que de forma limitada, ter acesso ao Oceano Atlântico por via fluvial.

O episódio que viria a deflagrar a crise entre Bolívia e Paraguai, em 1932, fora uma suposta descoberta de petróleo no território do *Chaco Boreal*, descoberta essa que aguçou a cobiça de ambos em torno desse território, sem demarcação oficial, em pleno século XX. Tal cobiça, levou-os ao enfrentamento pelas supostas reservas de óleo, além da saída para o mar através dos rios da região (MONIZ BANDEIRA, 2003).



O conflito foi marcado por intensos combates, permeados por períodos de extremo imobilismo de ambas as partes, devido à escassez de recursos e dificuldades em acessar o campo de batalha. Dificuldades essas, enfrentadas principalmente pelo lado boliviano, que não dispunha de rios para dar suporte logístico às suas tropas, fato melhor aproveitado pelo Paraguai.

O Chaco, ambiente extremamente inóspito com altas temperaturas e baixa umidade, acabaria por cobrar grande parcela das mortes ocorridas no conflito, que chegaram a 90 mil somando ambos os lados. Apesar de afetados pela crise do início da década e serem os dois países mais pobres da América do Sul, Bolívia e Paraguai tentaram empreender, sem sucesso, o uso de novas armas que vinham sendo desenvolvidas desde a Primeira Guerra. A aviação armada e pequenos tanques foram introduzidos, mas, ambos em pouca quantidade para que realmente pudessem ter efeitos significativos no campo de batalha.

Ambos os países fizeram esforços para arrastar Brasil e Argentina para o conflito, apoio que seria certamente decisivo para o lado que conseguisse esses aliados. Entretanto, a guerra não era de interesse de nenhum desses dois países e, os acordos de paz mediados acabaram por encerrar o conflito em 1935, com a vitória do Paraguai, que conseguiu avançar seus limites por quase todo o território em disputa. Para o Brasil era de extremo interesse manter Paraguai e Bolívia distantes de uma influência maciça da Argentina, sempre temendo que as pretensões portenhas conseguissem refazer as antigas fronteiras do Vice-Reino do Prata, mesmo que através de entendimentos diplomáticos, o que colocaria sérios impedimentos à geoestratégia brasileira na região.

As relações entre Brasil e Argentina durante o conflito conseguiram mais uma vez dar um passo em direção à superação da rivalidade firmando em 1933 o Tratado Anti-Bélico de Não-Agressão e de Conciliação – também conhecido como Pacto Saavedra-Lamas, embaixador argentino que fora seu proponente – no que seria uma reedição do Tratado ABC. Tendo outra vez enfoque em temas relativos ao que concebemos como princípios da cooperação em defesa e construção da confiança mútua.

Esse tratado condenava todo conflito por agressão, devendo todas as divergências ser solucionadas através do Direito Internacional. Ele congregava além de Argentina e Brasil, também Chile, Paraguai, Uruguai e México e permitia a adesão dos demais Estados – sendo assim de amplitude mundial – ao qual aderiram ainda, Colômbia, Bolívia, Peru, Equador, Venezuela, EUA, Costa Rica, Itália, Bulgária, Portugal, Espanha, entre outros.

Segundo esse Tratado:

ARTICULO I. Las Altas Partes Contratantes declaran solemnemente que condenan las guerras de agresión en sus relaciones mutuas o con otros Estados, y que el arreglo de los conflictos o divergencias de cualquier clase que se susciten entre ellas, no deberá realizarse sino por los medios pacíficos que consagra el Derecho Internacional.

ARTICULO II. Declaran que entre las Altas Partes Contratantes las cuestiones territoriales no deben resolverse por la violencia, y que no reconocerán arreglo territorial alguno que no sea obtenido por medios pacíficos, ni la validez de la ocupación o adquisición de territorios que sea lograda por la fuerza de las armas. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1993)

A validade do Tratado para as relações dos pactuantes, apesar de ter prazo indeterminado, pode ser posta em xeque, pois no período imediato após a assinatura do mesmo, as divergências de alguns desses Estados com seus vizinhos foram pautadas por sérias agressões, como viria a demonstrar a Segunda Guerra. Na América do Sul, Equador e Peru entraram em guerra na década seguinte; o Chile teve um grave embate com a Argentina nos anos 1970; e as relações entre Venezuela e Colômbia se apresentaram de alto teor bélico. Além disso, vários países sul-americanos fizeram uso intenso de suas forças armadas para a solução de entraves diplomáticos, sendo que a concentração de forças militares nas fronteiras se manteve em alta em alguns deles durante o restante do século XX, como clara dissuasão ao vizinho.

A isso se somava ainda a presença de países da América Central e Europa na composição do Tratado, o que tornaria esse acordo meramente figurativo, dada sua amplitude e composição, o qual viria a ser contrariado diversas vezes por alguns de seus contratantes. Entretanto, para o subcontinente sul-americano, as intenções de não agressão, aliadas ao caráter anti-bélico contidas no documento, reforçavam as ideias originais do Pacto ABC, no qual somente através de entendimentos profundos e com a total negação do uso do poder militar, principalmente no que constava para Brasil e Argentina, as relações poderiam evoluir de maneira concreta e propiciar entendimentos construtivos entre seus membros. O que se passou nos anos seguintes, no entanto, não propiciou esse entendimento.

As relações entre Brasil e Argentina, a respeito dessas iniciativas, nunca foram realmente cordiais e cooperativas no campo militar. Apesar das intenções documentadas e tentativas de aproximação econômica, restava a apreensão militar do vizinho, o que acabava por solapar as iniciativas favoráveis. Como resultado dessas apreensões, cada país tomava suas providências, precavendo-se de uma investida ou da necessidade do uso da força para que não lhe ocorressem prejuízos irreversíveis. Em 1934, em uma carta dirigida a Oswaldo Aranha, embaixador em Washington, Getúlio Vargas dizia a respeito da política cordial com a

Argentina: “Devemos mantê-la, mas precisamos tomar precauções militares” (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.147), fato que ressalta a dicotomia entre a cooperação/aproximação e as relações em defesa entre os dois países. Getúlio teria solicitado ainda ao seu embaixador que verificasse junto aos órgãos estadunidenses a possibilidade de compra de armamentos, principalmente unidades navais, como parte dessas precauções a serem tomadas em relação à Argentina.

A geopolítica brasileira, bastante ativa e influente nessa época, traçava planos para assumir a dianteira do subcontinente e impedir a possibilidade do vizinho em ameaçar esses planos. É de grande importância destacar o papel exercido por Mário Travassos nas décadas de 1930 e 1940 durante a “Era Vargas”.

O autor sugere em seus livros que seja dada uma atenção maior à infraestrutura do setor de transporte como forma de garantir o controle do Estado brasileiro sobre o território e, também de servir aos interesses no continente. Segundo Vlach (2002/2003), Travassos considerava a Argentina nessa época, em melhores condições econômicas e com uma rede de transportes mais estruturada e, para atingir seus objetivos regionais do Brasil, dever-se-ia neutralizar a influência argentina sobre a Bacia do Prata.

Para esse autor a Bolívia exercia papel central na geopolítica sul-americana, figurando tal qual a *Heartland* eurásiana de Mackinder, sendo o ponto de soldadura do subcontinente, permitindo acesso aos três principais sistemas geográficos, a Bacia Amazônica, a Bacia Platina e a cadeia andina. O autor ressalta ainda a posição geográfica de Colômbia, Peru e Equador, situados no noroeste da América do Sul, e que, portanto, seriam presas fáceis para a influência dos EUA na região (MEDEIROS FILHO, 2006).

Além das possíveis compras navais, as precauções militares se refletiam também na área fronteiriça entre os dois Estados, principalmente a que compreende hoje o Rio Grande do Sul, que recebia, à época, especial atenção quanto às forças lá fixadas. Historicamente militarizado, o estado sulino tinha a partir da década de 1940, uma nova onda de fortificação, tal como a ocorrida no século XVIII, sendo beneficiado pela leva de armamentos que o Brasil recebera na década de 1940, quando as bases lá situadas passaram a ter importância central dentro da organização militar brasileira na dissuasão da República Argentina.

Uma das cidades que passou a contar com uma grande presença militar é a cidade de Santa Maria, que se localiza na região central do Estado. Como aponta Machado (2008), suas origens têm relação com o tratado de delimitação de Santo Ildefonso (1777), pois a cidade

estava num ponto de passagem para a comissão demarcadora dos limites estabelecidos entre Portugal e Espanha por esse Tratado.

[...] Santa Maria surge com uma função estratégico-militar apoiada sobre o posto avançado dos ferreiros e do acampamento militar. A partir disso, torna-se o acampamento também referencial geográfico-militar na conquista do território, tendo por objetivo a tomada do forte espanhol de São Martinho e, conseqüentemente, das Missões. Para tanto, Santa Maria, já no seu nascimento, desempenha uma função militar. (MACHADO, 2008, p. 76)

Essa “função militar” da cidade fora ressaltada durante todo o século XX, com a criação e transferência de inúmeras organizações militares para esta cidade, inclusive, com um Parque de Aviação Militar, que foi criado para apoiar as atividades do 5º Regimento de Artilharia Montada, e, conseqüentemente, criar os alicerces para a instalação da atual Base Aérea de Santa Maria (BASM).

No início da década de 1940 a situação de beligerância entre Brasil e Argentina mais uma vez misturava momentos de apreensão quanto às intenções militares recíprocas, com momentos de cooperação, dessa vez vislumbrando acordos no campo econômico, que ainda sofria as consequências da crise que os assolara na década anterior. O Tratado de Livre Intercâmbio representou assim a primeira tentativa de formação de uma união aduaneira entre Brasil e Argentina sendo limitado a esse aspecto, e, não vislumbrando acordos na área militar.

O Tratado sobre Livre Intercâmbio, datado de 1941, tinha como intenção:

[...] o propósito de conseguir – estabelecer em forma progressiva um regime de intercâmbio livre, que permita chegar a uma união aduaneira... aberta à adesão dos países limítrofes, o que não seria obstáculo a qualquer amplo programa de reconstrução econômica que, sob a base da redução ou eliminação de direitos e outras preferências comerciais, viesse a desenvolver o comércio internacional, baseado no princípio multilateral e incondicional da nação mais desenvolvida. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.201)

A Segunda Guerra tem papel fundamental para a não concretização desse Tratado, já que após o ataque de Pearl Harbour, em dezembro do mesmo ano, o Brasil passa a ter grande importância no esforço de guerra dos EUA, não só para envio de suprimentos para os teatros europeus e africanos, utilizando o promontório nordestino como escala, mas também pelo interesse dos EUA nas reservas minerais estratégicas e, também na borracha. Essa última de extrema importância, pois, as reservas do sudeste asiático se encontravam sob domínio japonês, impedindo o acesso aliado a esse material. Porém, o reconhecimento de beligerância

com os países do Eixo só viria a ocorrer já bem avançado o ano de 1942, após o torpedeamento de vários navios na costa brasileira e a morte de centenas de tripulantes.

Já Argentina adota a opção de não envolvimento na beligerância e continuidade de suas relações diplomáticas com a Alemanha Nazista, separando-a assim do Brasil pela sua postura neutra, juntamente com as intenções de integração.

No momento subsequente ao ataque aos EUA, esse país buscou formar com o restante do continente americano um acordo de cooperação em defesa, através da formação da Junta Interamericana de Defesa (JID), de 1942, que tinha como tese principal que [...] “um atentado de um Estado não americano contra a integridade ou a inviolabilidade do território, soberania ou independência política de um Estado americano seria considerado um ato de agressão contra todos [...]” (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1993).

Essa organização tinha por fim estabelecer a Defesa do continente contra ameaças que por ventura pudessem afetar qualquer país presente no acordo. Ela deveria fomentar a colaboração entre os Exércitos, Marinhas e Aeronáuticas dos respectivos países, para a adoção de medidas comuns em caso de ataque, assim como ser um órgão de consulta para a resolução dos problemas hemisféricos. A organização não se mostrou atuante no seu sentido primário, nem conseguiu atingir a colaboração desejada em seu texto, no entanto, os interesses dos EUA se fizeram valer para a consecução desse acordo, atrelando os demais estados americanos sob sua liderança política. No âmbito das ações de cooperação, as trocas de informação e formação de oficiais, as relações dos países americanos se deram de maneira muito superior nas relações bilaterais com os EUA, do que no intercâmbio entre os demais países do hemisfério, o que reforça esse organismo de cooperação como uma entidade vinculada unicamente aos interesses estadunidenses, não colaborando assim para a construção da cooperação regional.

O Brasil como aliado dos EUA e beligerante no conflito contra a Alemanha, além de fornecer matérias primas e bases no litoral nordestino, também tomaria parte das ações, iniciando a preparação para o envio de tropas para a Europa, o que se concretizou somente no fim de 1944, dada a situação precária dos meios militares brasileiros. Para que o país aderisse ao esforço de guerra, tanto na Europa, quanto no próprio litoral brasileiro, era necessária uma completa reformulação doutrinária e de equipamentos das forças armadas, com o exército ainda organizado segundo a Missão Militar Francesa da década anterior e, portando equipamentos de origem alemã.

No início de 1940 o Exército e a Marinha estavam distantes de serem forças bem equipadas, possuindo ainda navios e canhões da Primeira Guerra e treinamento inadequado para o momento. Já a Força Aérea, criada em 1941, era equipada com antiquados aviões originários das aviações do Exército e Marinha, em quantidades insuficientes para os fins desejados. Para contornar a situação de penúria, o Brasil passou a ser beneficiado pelo sistema de *Lend-Lease*<sup>3</sup>, recebendo equipamentos novos para as três forças. O armamento fornecido ao Brasil consistia em navios, aviões, tanques e fuzis destinados a modernização e utilização em combate, causando assim um surto – temporário – de modernização.

[...] Em agosto de 1941, o Brasil criou a comissão de Compras de Material Aeronáutico, sediada nos Estados Unidos, para, com base na Lei de Empréstimos e Arrendamentos, adquirir aviões e equipamentos para a FAB.

Em 23 de maio de 1942, foi firmado o Convênio Político Militar Brasil-Estados Unidos, em que este abria um crédito de 200 milhões de dólares ao Brasil para a aquisição de equipamentos militares, com desconto de 65% sobre o valor real de cada item a ser adquirido. (ALAMINO, 2008, p.28)

Além do compromisso do envio de tropas para o combate na Europa, o esforço de guerra ocorria também em território brasileiro. Como parte da chamada “Batalha do Atlântico”, o Brasil forneceu bases aéreas no nordeste, sudeste e sul, para a realização de missões de patrulha naval, regiões onde frequentemente eram avistados submarinos inimigos. Durante a Segunda Guerra podia-se notar três áreas de concentração da Força Aérea Brasileira no território nacional, cada qual voltada para as necessidades locais.

No nordeste, a Base Aérea de Natal, fornecia apoio aos aviões estadunidenses que utilizavam o Brasil como rota para chegar à África e à Europa, assim como patrulhavam o mar a procura dos *U-boat's* do Eixo; No sudeste, onde se situavam São Paulo e a Capital Federal, indo até a altura de Florianópolis, os aviões protegiam essas cidades e também cumpriam missões de patrulha marítima; E no Rio Grande do Sul, onde os meios aéreos não tinham qualquer envolvimento direto nas patrulhas marítimas ou com o conflito mundial, mantinham-se a postos para resguardar a fronteira com a Argentina.

Com a relutância argentina em entrar na guerra, renovou-se o medo brasileiro de um conflito armado com o país vizinho, o qual também era partilhado pelos EUA, que viam a neutralidade portenha como ameaça, usando esse argumento para influir no distanciamento desse país com o Brasil. Do grande volume de meios que eram fornecidos ao Brasil nessa

---

<sup>3</sup> Empréstimo e arrendamento. O *Lend-Lease* foi o programa estadunidense aprovado em 1941 para o suprimento de nações aliadas consideradas estratégicas, tendo fornecido além de armas, alimentos e vestimentas para a URSS, França Livre, Inglaterra, China e outros aliados.

época, principalmente no que diz respeito aos aviões, parte deles foram destinados diretamente para o sul, nesse caso para a Base Aérea de Canoas (BACO). A partir de 1944 essa base passou a contar com o 1º Grupo de Bombardeiros Leves, dotadas com Bombardeiros A-20K e o 3º e 4º Grupos de Caça, equipados com caças P-40N, que eram então os melhores equipamentos disponíveis para o Brasil, demonstrando assim, a importância dessa região para o pensamento geopolítico brasileiro, carecendo de meios de dissuasão constantemente posicionados no local.

A Argentina que aproveitava sua neutralidade para vender seus produtos agrícolas tanto para os aliados como para a Alemanha, sofria um embargo de armamentos dos EUA, único país que tinha condições de disponibilizar material bélico nesse momento, para terceiros. Dessa forma, enquanto o Brasil se tornava aliado e com isso conseguia boas somas de armamentos modernos, a Argentina estava impossibilitada de modernizar suas Forças Armadas. Tal situação perdurou para além de 1945, obrigando os comandantes das armas a recorrerem a uma solução engenhosa para superar a penúria do exército de meios modernos. Segundo Higuchi e Bastos Jr. (2008), essa situação obrigou a Argentina a adquirir material militar como sucata na Europa pós-guerra, como no caso da compra de 360 tanques *Sherman* da Bélgica, comprados por U\$ 0,20 por quilo.

A cordialidade entre Brasil e Argentina sofria assim, com a influência externa nas suas relações, onde as questões militares eram sempre ressaltadas de tempos em tempos, intercaladas com tentativas de entendimentos, já identificados como necessários ao futuro desses dois países. Em uma fala atribuída à Perón, com clareza sobre essa situação, o mandatário argentino dizia: “O ano 2000, nos encontrará unidos ou dominados!”.

Na porção noroeste da América do Sul, enquanto o restante do globo estava envolto no conflito mundial, Peru e Equador entraram em sua própria contenda em 1941, em disputa pela fronteira ainda parcamente delimitada e muito questionada por ambos os países. Mais uma vez, o imperativo para o conflito estava situado no passado colonial desses estados, ambos de origem hispânica, porém, pertencentes a dois Vice-Reinados diferentes, o do Peru e de Nova Granada. Quando da independência de ambos, suas fronteiras foram objeto de disputa já em 1828. Após a retirada espanhola, a Grã-Colômbia, que veio a substituir o Vice-Reino de Nova Granada como estado independente, a qual havia agregado também a Capitania Geral da Venezuela, acabou esfacelando-se, formando por sua vez os estados do Equador, Colômbia e Venezuela.

As demarcações fronteiriças pendentes entre Peru e Equador acabaram por resultar no conflito de 1941, que veio a findar já no ano seguinte, através do acordo de paz mediado pelo Brasil, com ajuda de Argentina e Chile. As requisições Equatorianas sobre territórios posteriormente acordados como peruanos, representavam quase a mesma dimensão do atual Equador, demonstrando a grandiosidade da contenda. Porém o documento do Protocolo do Rio, que estabelecia o acordo de paz entre as partes, limitava o território equatoriano a quase a mesmas dimensões atuais.

A paz entre os dois vizinhos não permaneceu selada desde então, pois como aponta Galastri (2005), uma missão de mapeamento da região realizada na década de 1950, pela Força Aérea Americana, viria a descobrir rios não mapeados na fronteira entre os países, o que levaria o Equador a denunciar a nulidade do Protocolo do Rio em 1961, motivando novos conflitos nos anos seguintes.

A partir desse momento a América do Sul passa a sofrer a influência incontestada dos EUA, que com os prejuízos das outras potências no conflito mundial, passaria a ter maior liberdade em suas ações no continente, e, com a promulgação de acordos de defesa com o continente, esse país findava com a possibilidade de qualquer outro contestar seu poderio.

## **2.4 O Pós-Guerra, os Movimentos de Integração Econômica concorrenciais e a importância das Forças Armadas nas relações Brasil-Argentina**

A partir do conflito mundial, tem-se a emergência dos EUA como superpotência militar e econômica, triunfando o projeto que vinha sendo trabalhado desde o século anterior. A partir da Segunda Guerra, sem ter sofrido com a destruição no seu território continental e, com a construção de uma enorme estrutura industrial voltada para fins militares, os EUA têm a oportunidade de superar os demais países de forma incontestada. Além de sua capacidade militar, naquele momento a única a deter o engenho nuclear, os EUA passam a influir de maneira quase que exclusiva na economia dos outros países americanos, retirando os últimos resquícios do que sobrara do influente capital inglês.

O início da Guerra Fria e a bipolaridade do sistema mundial levaram os países da Bacia do Atlântico Norte a promoverem o maior entendimento no âmbito da cooperação em defesa até hoje assinado, a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Essa



organização, criada para se contrapor ao poderio soviético e arregimentar a defesa europeia sob uma base comum, promoveu o fortalecimento dos mecanismos de defesa através da cooperação entre os países membros. A OTAN desenvolveu sistemas de armas, tecnologias, doutrinas e etc, transformando as relações entre os países do Atlântico Norte em um sistema equilibrado, porém capitaneado pelos EUA, sem ameaças de conflitos entre seus membros. A padronização dos equipamentos e códigos, como por exemplo, a utilização de um calibre comum para as diversas armas utilizadas pelo bloco, manuais técnicos e a denominação dos equipamentos soviéticos através de um “padrão OTAN”, são algumas das pequenas ações que serviram para a montagem do aparelho defensivo da organização<sup>4</sup>.

Enquanto as relações dos EUA com a Europa ocidental se fortaleciam no âmbito da cooperação em defesa, as relações desse país com o restante do continente americano se pautaram pelo fortalecimento de sua posição hegemônica, com o reforço de sua liderança através de mecanismos de defesa, que ao contrário da OTAN, foram pautados pelo enfraquecimento do poderio continental, sob o pretexto da proteção benevolente da potência ocidental.

Dessa maneira, as relações do eixo Leste-Oeste do Atlântico se caracterizaram pelo aumento da capacidade de poder conjunto entre as nações desse sistema, em contraposição à ameaça soviética, no que pode ser entendido como uma relação equilibrada – considerando as divergências ocasionais ali contidas –, em comparação com as relações Norte-Sul do sistema americano, em que as relações foram baseadas num protecionismo “patriarcal” relegado aos EUA. Isso contribuiu para o enfraquecimento do poder militar regional através de mecanismos que promoveram a dependência da defesa continental à estrutura industrial e organizacional desse país.

Essa relação que perdurou por 50 anos nas relações americanas, levou a debilidade das estruturas de poder localizadas ao sul do Rio Grande, minando qualquer possibilidade de contraposição pelos países sul-americanos aos ideais estadunidenses e enfraquecendo suas indústrias de defesa e o seu poder militar.

Através do Tratado Interamericano de Assistência Recíproca (TIAR), criado em 1947, que fora uma evolução da JID, os países americanos passaram a colaborar com a geoestratégia dos EUA no que passou a ser conhecido como “Política de Defesa Hemisférica”. Esse tratado

---

<sup>4</sup> A adoção do calibre 7,62 como padrão dos rifles e metralhadoras buscou superar a utilização de uma variada gama de calibres usados nos países que compunham o bloco. Já os códigos de identificação, tinham como objetivo utilizar uma palavra em inglês não usual em conversas, e através de letras iniciais, proverem a identificação exata do equipamento soviético, por exemplo, B para bombardeiros (*Bear*, *Badger* etc), C para aeronaves de carga (*Candid*, *Cossac* etc), G, para mísseis anti-aéreos (*Guideline*, *Goa* etc) e assim por diante.

baseava-se na mesma ideia magna que fora a fundadora da JID, a de que uma agressão a um país americano significará uma agressão a todos os demais:

ARTICULO 3.º

1. Las Altas Partes Contratantes convienen en que un ataque armado por parte de cualquier Estado contra un Estado Americano, será considerado como un ataque contra todos los Estados Americanos, y en consecuencia, cada una de dichas Partes Contratantes se compromete a ayudar a hacer frente al ataque, en ejercicio del derecho inmanente de legítima defensa individual o colectiva que reconoce el Artículo 51 de la Carta de las Naciones Unidas. (ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS, 1993)

A partir desse tratado, tem início a concepção de segurança hemisférica que irá nortear as relações militares no invólucro do continente americano, porém, assim como a JID, essas relações serão executadas em sua maior parte no âmbito bilateral dos demais países com os EUA. Para Martins Filho (2005), as relações eminentemente desenvolvidas sobre acordos bilaterais e não dentro do sistema de cooperação continental, tinham como objetivo evitar o maior controle da OEA, o que demonstra o agudo controle dos EUA sobre esses mecanismos de cooperação.

Esse país irá promover uma série de medidas, como a criação da Escola das Américas, o envio de missões de instrução para garantia da operacionalidade das forças armadas do continente e, a transferência de equipamentos militares a baixo custo. Entretanto, essas ações tiveram efeito comprometedor sob as forças armadas dos outros países, praticamente transformando-as em forças policiais, com no máximo relevância regional, amputadas de seu caráter estratégico.

Na América do Sul, o fim da Segunda Guerra ainda demonstrava uma situação de relativo equilíbrio entre as forças militares de Brasil e Argentina para os seus pares de primeiro nível no mundo. O Brasil, que ingressara ao lado dos Aliados ainda em 1942, havia recebido grandes somas de equipamentos modernos e ainda os conservava como uma poderosa força. Após o fim das hostilidades do conflito mundial, que terminaram pouco após a Argentina declarar Guerra ao Eixo, o país portenho se enveredou em um ambicioso processo de modernização de suas forças armadas, em que Força Aérea receberia principal destaque, superando assim o longo período de embargo imposto pelos EUA.

Segundo Leonel Itaussu (1996), a Argentina, durante a Guerra, viu aumentar a demanda externa pelos seus principais produtos de exportação, a saber, trigo e carne, passando por um processo de acumulação monetária que serviria o governo Perón para

promover a industrialização do país. Respalado pelo bom momento econômico, o processo de modernização fora pensado para transformar a Força Aérea Argentina (FAA) na mais moderna da América do Sul, colocando-a em condições próximas a dos vencedores da Segunda Guerra.

Para tanto a Força Aérea Argentina encomendou junto à Grã-Bretanha uma centena dos novos jatos *Gloster Meteor*, tornando-se o primeiro país latino a empregar aeronaves de combate à reação. Na mesma época a FAA adquiriu no mesmo país 30 bombardeiros *AVRO Lincoln* e 15 bombardeiros *AVRO Lancaster*, utilizando como parte do pagamento, uma dívida contraída pelos britânicos durante a Guerra.

Até a década de 1950 as exportações argentinas estavam eminentemente voltadas para a praça londrina, a qual lhe fornecia créditos e comprava sua produção. Entretanto o pós-guerra acabaria por alterar essa situação, alterando o fluxo financeiro para os EUA, o que acabaria por se traduzir em sucessivas crises para o país portenho. Sendo que, uma das principais razões, a produção competitiva entre seus principais produtos de exportação, - cereais e produtos animais - com a produção local nos EUA, impossibilitaram a manutenção de uma balança comercial favorável à Argentina.

Nessa época a FAA tornou-se a mais bem equipada na América do Sul, contando com uma poderosa força de combate e a única dotada de um componente estratégico de ataque, representada pela força de bombardeiros *Lancaster/Lincoln*. O bom momento argentino chegou a prover condições de que o país instalasse uma moderna indústria aeronáutica, inclusive projetando aviões a jato. A construção desses aviões movidos a reação, com a ajuda da expertise de alemães emigrados para a Argentina após o fim da guerra, se transformou em preocupação para os EUA, já que o domínio dessa tecnologia por outro país americano poderia significar a perda de controle sob os sistemas de defesa do continente e, o surgimento de uma potência regional.

O mecanismo utilizado pelos EUA para solapar as tentativas de produção de material bélico no continente, sendo que as iniciativas nessa área se mostraram mais prolíficas no Brasil e na Argentina, foi o da pronta transferência de equipamentos a um custo muito reduzido e em quantidades suficientes, para esses países desistirem da produção local, já que a oferta imediata de armas, no pensamento de certos grupos locais, não compensava o elevado gasto no desenvolvimento autóctone, que seria em longo prazo. Em curto prazo, essas ofertas conseguiam seduzir os comandantes das forças militares, ávidos por equipamentos mais modernos em seus exércitos que se encontravam bastante obsoletos. Porém no longo prazo,

isso significou a estagnação das indústrias ligadas ao setor de defesa, sendo geralmente indústrias voltadas à produção de tecnologia de ponta. Assim, com essas ofertas de pronta entrega, os EUA conseguiam desarticular a indústria de defesa local e reduzir a capacidade militar, entregando usualmente equipamentos tecnologicamente defasados, porém, que serviam as forças militares latino-americanas por representar um relativo salto na qualidade de seu material.

Prova dessa iniciativa estadunidense de coibir o desenvolvimento regional a partir do material de defesa é a reação à produção argentina dos jatos *Pulqui I e II* nos anos 1950, que poderia frutificar em uma indústria aeronáutica de ponta justamente no Cone Sul, área que merecia atenção primordial nas Américas por parte dos estrategistas dos EUA. Esses jatos deveriam se igualar em desempenho aos jatos F-86 e Mig-15, então em uso na Guerra da Coreia, transformando a Argentina em um dos poucos países a produzir seu próprio caça a jato. Ante uma possível concorrência, já que a construção de um polo aeronáutico no outro hemisfério do continente poderia capacitar esse país na produção de outros engenhos bélicos e civis, os EUA fizeram a oferta de aviões *Sabres* à Argentina:

O Pulqui II não passou do estágio de protótipo e foram construídos cinco que tiveram seu desenvolvimento demorado, e quando sua produção em série estava para ser iniciada, com uma previsão de cem exemplares, em 1956, houve a derrubada do General Perón e uma oferta atribuída aos norte americanos de cem jatos F-86 com turbinas “Orenda” com entrega imediata, pelo Brigadeiro Ahrens como justificativa para cancelar a produção do Pulqui II que deveria demorar cinco anos. (BERTAZZO, 2006)

A oferta de entrega imediata que resultara no cancelamento desse promissor programa aeronáutico, não se concretizou, sendo que esse fora o argumento que o governo militar, substituto de Perón, havia utilizado para justificar a escolha da oferta dos EUA ante a possível demora de cinco anos para a entrega dos jatos argentinos. Os caças F-86 somente foram entregues em 1960, sem as turbinas mais potentes e em número de somente 28, sendo todos de segunda mão. A retirada do governo peronista e sua substituição por um governo militar, marcaria também, o “rodízio” que se estabeleceria nas décadas seguintes na presidência argentina, entre civis e militares.

Nessa época torna-se mais evidente a macro estratégia militar dos Estados Unidos desenvolvida na Guerra Fria, fortemente influenciada pelos escritos de Nicholas Spykman, cujas teorias seriam norteadoras para as políticas do período que se fazia à frente. Escrevendo sua obra no período subsequente ao início da Segunda Guerra e, quase concomitante à entrada

dos EUA no conflito, Spykman apreende que os escritos de Mackinder no começo do século XX sobre a importância do *Heartland* já não se faziam decisivos no contexto geopolítico de então, e sim, as regiões de “dupla frente” que ele passa a denominar de *Rimland*, que teriam contato tanto com o interior do continente quanto com a orla marítima (COSTA, 2008).

A partir dessas proposições, que segundo Spykman teriam condição de superar o *Heartland*, George Kennan em 1947 propõe sua “Estratégia da Contenção” que em grande medida, coincide com as áreas da *Rimland* de Spykman. Essa estratégia previa o fortalecimento de posições no entorno estratégico da antiga URSS, evitando assim a dispersão do comunismo para outras regiões do globo, como também a tomada de uma posição soviética em um oceano “quente”.

A linha da contenção, que se fazia circunferencial desde a Europa até o extremo oriente, mantinha fora desse eixo estratégico a América do Sul, uma região que para Spykman deveria ser alvo de “todos os meios disponíveis” para persuadir suas nações a se voltarem preferencialmente no âmbito comercial aos EUA (COSTA, 2008). Para ele, os países que compõem o chamado A.B.C (Argentina, Brasil e Chile) são as peças chave para a continuidade da hegemonia norte-americana na região, sendo que uma aliança antiamericana ali, não pode ser tolerada.

Para Spykman (2008), caso a hegemonia estadunidense seja desafiada no A.B.C, a única resposta condizente seria a guerra. Ainda segundo o autor, a visão dos EUA por como um perigo por parte desses países, poderia suscitar uma ação comum e com o uso de influências externas para contrabalançar os EUA:

Para nossos vizinhos abaixo do Rio Grande nós permanecemos o "Colosso do Norte", que em um mundo de políticas de poder só pode significar uma coisa, perigo. Boa vontade é apreciável, mas um poder equilibrado é a maior segurança. Isto significa que os países de fora da zona de nossa predominância imediata, os estados maiores da América do Sul, devem tentar contrabalançar a nossa força através de uma ação comum e com o uso de pesos de fora do hemisfério. (SPYKMAN, 2008, p.65, tradução nossa)<sup>5</sup>

Dessa maneira, apartada da “rota” principal da geopolítica dos EUA na Guerra Fria e estando em seu principal bolsão de influência, a América do Sul sofreu ao mesmo tempo um

---

<sup>5</sup> To our neighbors below Rio Grande we remain the “Colossus of the North” which in a world of power politics can mean only one thing, danger. Good will is fine, but balanced power is a greater security. This means that those countries outside the zone of our immediate predominance, the larger states of South America, must try to counterbalance our strength through common action and through the use of weights from outside the hemisphere. (SPYKMAN, 2008, p.65)

excesso de influência desse país e uma deterioração de suas capacidades de defesa, perdendo a importância que tivera na Segunda Guerra e tornando-se, naquele momento, secundária na contenção dos comunistas. No nosso entendimento, essa política de enfraquecimento estratégico da região, negando o acesso a determinados tipos de tecnologias e, cerceando o desenvolvido local, está totalmente vinculada ao pensamento formulado por Spykman nos anos 1940 e, que naquele momento, podia se realizar com toda a força na região.

Na execução da estratégia de contenção, os EUA foram hábeis em arregimentar organizações de cooperação em defesa e defesa mútua, tal como a OTAN. Nesse ínterim, formando uma barreira de aliados através da *Rimland*, foram criadas em 1955 a *Central Treaty Organization* (CENTO – Organização do Tratado Central, primeiramente nomeado Pacto de Bagdá), composto por Turquia, Iraque, Irã, Paquistão e Grã-Bretanha (pelos seus territórios coloniais) e também no mesmo ano a *South East Asia Treaty Organization* (SEATO – Organização do Tratado do Sudeste Asiático), composta por Austrália, Filipinas, Tailândia, França, Nova Zelândia, Paquistão, Grã-Bretanha e EUA.

Com esse formato, Turquia e Paquistão se tornavam pontos de soldadura entre a OTAN-CENTO e CENTO-SEATO respectivamente, o que também explica a disposição de bases e equipamentos importantes dos EUA nesses países, como mísseis balísticos com ogivas nucleares no primeiro, e postos de vigilância eletrônica e bases de aviões espões U-2 no segundo.

No continente Americano, a organização mais próxima de um modelo de cooperação em defesa, o TIAR, tinha apenas fins defensivos, e sendo assim, somente formaliza a união dos países latino-americanos sob a liderança dos EUA, sem significar nenhuma vantagem em equipamentos e tecnologia transferida. Pelo contrário, esses países passariam cada vez mais a receber antigas armas dos EUA e a se tornarem mais dependentes da indústria militar desse país.

Tementes da construção de governos orientados, mesmo que levemente, para a esquerda, os EUA apoiaram firmemente através de sua agência de inteligência, diversos golpes militares que ocorreram na América Latina, transformando esses países em apoiadores certos dos ideais partilhados por Washington, sem a ameaça de um novo governo comunista em seu quintal, tal como ocorria com Cuba naquele instante. Substituía assim, justificado pela defesa da liberdade e contra a opressão comunista, governos civis, em sua maioria legitimamente eleitos pelo povo, por governos que nem perto chegavam de democráticos e

tão, ou mais opressores, do que aqueles que supostamente justificavam a atitude golpista perpetrada naquele momento.

Os golpes que incorreram em todos os países sul-americanos levaram ao fortalecimento das políticas de ajuda de Washington aos governos militares, os quais partilhavam do pensamento de defesa hemisférica, com uma visão oriunda da caserna, em que a defesa continental seria liderada pelos EUA, seguida de perto pelas forças do continente americano. Essa visão “cega” da liderança dos EUA não será tomada como verdade para todos os países e nem por todos os governos, ocorrendo digressões ao longo do período mais duro dos regimes militares sul-americanos, os quais irão levar Brasil e Argentina a lados opostos, tanto no campo militar, sentindo-se como ameaças, quanto no desenvolvimento das políticas internas desenvolvimentistas.

A política estadunidense de rebaixamento das forças militares sul-americanas, apesar da maior proximidade com os governos militares, continuaria como a ordem do dia. Às forças navais de todo o subcontinente foram negadas ao acesso a determinados tipos de navios, somente sendo liberados os excedentes navais que haviam combatido na Segunda Guerra e, que ainda permaneciam em portos dos EUA aguardando o seu envio para algum “aliado”.

Os navios que acabaram destinados a países como Brasil e Argentina tinham a função primordial de luta anti-submarina, tarefa que fora relegada pela Marinha dos EUA dentro de sua geoestratégia ao restante das marinhas do continente, representando uma função secundária a essas forças navais. O porta-aviões adquirido pelo Brasil no fim dos anos 1950 da Inglaterra – a despeito da disputa entre Marinha e Aeronáutica pela operação do mesmo – ficou destinado exclusivamente a essa função secundária, o que retirou todo o potencial desse navio para a defesa antiaérea da esquadra. Assim forças navais sul-americanas foram transformadas em forças de apoio a OTAN em caso de conflito contra o Pacto de Varsóvia, impedindo que os submarinos dessa aliança bloqueassem as rotas de comércio das matérias primas do subcontinente para as indústrias do norte. Ressalta-se aí, a diferenciação entre as políticas de defesa desenvolvidas no sistema do Atlântico Norte, levadas a cabo no âmbito da OTAN, contra as políticas desenvolvidas no eixo norte-sul do sistema americano.

Para manter o adestramento dessas marinhas na luta anti-submarina, os EUA passaram a organizar, a partir de 1959, o exercício anual naval UNITAS, no qual uma Força Tarefa da Marinha dos EUA circundava todo o continente americano ao longo de nove meses do ano, realizando exercícios bilaterais com as marinhas dos países por onde passava, sendo ao mesmo tempo uma força diplomática, com a realização de encontros entre os comandantes

das *Task Forces*, como também uma demonstração de poder desse país aos demais, com a presença de seus navios ao redor do continente.

Durante o período da Guerra Fria os EUA criaram mecanismos de auxílio às forças armadas dos países aliados, contribuindo para barrar o avanço da influência soviética e armar o “mundo livre”, suprimindo as suas necessidades de equipamentos, serviços e treinamentos, garantindo assim, “níveis aceitáveis” para a sua segurança interna, que pode ser entendida como uma garantia de combate a forças revolucionárias de esquerda. Dois programas se destacaram para esses fins, o *Military Assistance Program* (MAP) e o *Foreign Military Sales* (FMS). Esses programas tinham foco principal na transferência facilitada de equipamentos, tais como tanques, aviões e navios, sendo parte deles já retirada de serviço nos EUA.

O Programa de Assistência Militar - MAP foi criado após o fim da Segunda Guerra e diferia do mecanismo *Lend-Lease* usado durante o conflito, não necessitando de contrapartidas financeiras pelos equipamentos recebidos através desse programa de ajuda. Criado durante a Guerra da Coreia, o MAP transferiu grande somas de armamentos para os países europeus e asiáticos que necessitavam recompor suas forças, esse plano estava associado ao Plano *Marshall* de âmbito econômico, sendo que nesse momento, somente os EUA tinham condições de suprir tais necessidades bélicas de forma imediata no ocidente. No caso francês, envolvido com a guerra de libertação na Indochina, essa ajuda foi providencial, fornecendo grandes quantidades de aeronaves e navios para uso nesse conflito.

Já o programa FMS atuava na venda direta dos equipamentos e missões de treinamento para os países aliados requisitantes. A venda desses equipamentos através do FMS era feita entre os governos dos países que compravam o material e o governo estadunidense, que atuava como intermediário na venda entre os países e as suas indústrias de defesa. Esse tipo de programa de venda, ainda ativo e bastante comum atualmente, necessitava de aprovação do congresso para ser efetivada, sendo que os países que receberiam a ajuda teriam que cumprir regras estritas, e, caso houvesse o descumprimento de alguma cláusula, o país seria impedido de conseguir peças de reposição e novos equipamentos, ou mesmo ter bloqueado a entrega de equipamentos já pagos.

Mais uma vez, esse modelo de cooperação criado pelos EUA, não se fazia homogêneo, diferenciando os equipamentos que poderiam ser entregues aos países, segundo sua posição no globo, proximidade política com os EUA e a sua geoestratégia. Equipamentos classificados como estratégicos raramente eram repassados aos países fora do pacto da OTAN. Países latino-americanos e do sudeste asiático, como Vietnam, recebiam



equipamentos de segunda linha, bastante úteis em cenários de combate a guerrilha, porém ineficazes para enfrentamentos clássicos.

Já países que detinham um lugar privilegiado na política externa estadunidense, situados dentro do arco da “Estratégia de Contenção” de Kennan, como o Irã da era do Xá, conseguiam acesso à equipamentos considerados extremamente sofisticados, como os aviões F-14 e mísseis *Phoenix*, sendo que, somente esse país receberia o avião além do próprio EUA. Novamente com relação aos países latino-americanos, a política de transferência de equipamentos militares para eles envolvia limitações no que dizia respeito às suas capacidades, o que segundo as diretrizes de sua política externa, deveria impedir esses estados de ter acesso a armamentos avançados, não envolvendo assim a América Latina em prováveis corridas armamentistas.

As restrições na venda e transferência de equipamentos militares aos países sul-americanos conseguia assim, limitar seu potencial de defesa, através do cerceamento a tecnologias de ponta, limitando a capacidade bélica desses países. Como observa Martins Filho (2005), o expediente de transferência de material oriundo do conflito mundial se manteve até o início da década de 1960, quando ainda se transferiam materiais pesados aos países latino-americanos, porém compostos em sua maioria de sobras do conflito mundial. Em seguida, o material destinado a América Latina passou a ser primordialmente destinado ao combate a contra-insurgência, ou seja, material leve de combate a guerrilha. Ainda segundo o autor, a subida ao poder de Fidel Castro, em Cuba, foi o ponto deflagrador dessa nova fase da “ajuda” militar dos EUA voltada para o combate interno, claramente inadequado à defesa nacional.

Mas o impacto mais direto dos acontecimentos de Cuba foi a ascensão da teoria da contra-insurreição. Nesse sentido, podemos propor como um dos marcos divisórios da nova política um documento preparado pela seção de Planejamento de Políticas do Departamento de Estado em janeiro de 1961, com o título: “A New Concept for Hemispheric Defense and Development”. Em sua proposição central ele sugeria substituir a idéia da defesa coletiva do hemisfério contra um inimigo externo pelo conceito de manutenção da ordem interna no hemisfério. A teoria da “contra-insurreição” era o pilar dessa concepção. (MARTINS FILHO, 2005, p.118-119)

A partir do planejamento da segurança hemisférica, da assinatura do TIAR e do envio de material bélico para os aliados estadunidenses no continente, ficou claro o cerceamento tecnológico a que passaram a serem submetidos os países americanos sob a égide hegemônica dos EUA. Na década de 1960 para substituição das aeronaves de caça da Força Aérea

Brasileira, vislumbrava-se a aquisição de aeronaves modernas e com avançadas capacidades de combate para aquela época.

No processo de escolha do novo modelo de caça, a FAB havia selecionado o modelo o *McDonnell Douglas F-4 Phantom II* produzido nos EUA, aeronave que combatia nos céus do Vietnam e era o principal caça dos Estados Unidos, dotado de um potente radar e mísseis de longo alcance. Entretanto a compra desse modelo foi vetada pelos EUA que não tencionavam a introdução de um avião com tais características na América do Sul, o que poderia resultar em corrida armamentista, principalmente quando considerada a rivalidade com a Argentina. A venda dessas aeronaves também foi requisitada pela Venezuela em 1971, como comprova um memorando entre o então assistente de assuntos de segurança nacional Alexander Haig e o Presidente Richard Nixon. Nesse documento é ressaltada a intenção de não se introduzir esse tipo de armamento na região, que no caso Venezuelano afetaria as relações com a Colômbia, já que, esses países mantinham pendências fronteiriças:

A Colômbia, cujas relações com a Venezuela estão tensas devido a uma disputa de fronteira, iria reagir bruscamente para a venda de F-4 para a Venezuela. Eles iriam ver a venda como favoritismo, particularmente desde que lhes disse no ano passado que iria vendê-los apenas aviões da geração do F-5/A-4. Apesar da ênfase do Presidente Caldera sobre a natureza defensiva do F-4, eles tem a capacidade de bombardear Bogotá.

Seria extremamente difícil de explicar para outros países latinos, como o Brasil e a Argentina, porque estamos fazendo uma exceção para a Venezuela quando rejeitamos seus pedidos para F-4 previamente. (U.S DEPARTMENT OF STATE, 1971, tradução nossa)<sup>6</sup>

Ainda nesse mesmo documento é revelada a intenção de liberar pela primeira vez a venda de caças *F-5E* armados com mísseis, o que seria a primeira venda do tipo para a região, que somente foi permitida após a introdução de aeronaves francesas *Mirage* com armamentos similares. Fica patente na leitura desse documento a preocupação interna do Governo dos EUA em manter uma política uniforme em relação aos países sul-americanos, não concedendo privilégios a nenhum deles, contribuindo dessa forma para a manutenção da balança de poder no subcontinente, realizada através de um nivelamento marginal das capacidades militares desses países.

---

<sup>6</sup> Colombia, whose relations with Venezuela are currently strained over a border dispute, would react sharply to the sale of F-4's to Venezuela. They would view the sale as favoritism, particularly since we told them last year that we would sell them planes of the F-5/A-4 generation only. Despite President Caldera's emphasis on the defensive nature of the F-4, it does have the capability to bomb Bogota.

It would be extremely awkward to explain to other Latin countries, such as Brazil and Argentina, why we are making an exception for Venezuela when we turned down their requests for F-4's previously. (U.S DEPARTMENT OF STATE, 1971).

A política limitante dos EUA com relação às armas sofisticadas para esses países eram baseadas na emenda constitucional Conte-Long e Symington, agregadas ao *Foreign Assistance act* de 1967 (MARTINS FILHO, 2005) que limitava a ajuda econômica a países com altos gastos militares e, acabou levando a uma situação contraditória para a política externa dos EUA, que nas décadas anteriores via a ajuda militar originada nos EUA como uma forma de conter as exportações de armas da Europa.

Com as limitações impostas pelo congresso estadunidense, os países latino-americanos que a despeito das lutas internas para a contenção de movimentos de esquerda, também vislumbravam a aquisição de equipamentos mais condizentes para formação de um aparato de defesa nacional, sentiram-se tentados a buscar outros fornecedores para os seus requerimentos operacionais, e estando fora de questão a aquisição de material soviético, essa escolha recaiu sobre os fornecedores do velho continente. Sendo assim, a partir dos anos 1970 os países da América do Sul que buscaram se equipar com material relativamente moderno, foram às compras em países como a França, Inglaterra e Itália, adquirindo navios, submarinos, aviões e helicópteros com tecnologia que antes seriam impossibilitadas de serem fornecidos pelos EUA.

As políticas de cerceamento de tecnologia militar empreendida pelos EUA não encontravam consenso na política interna, havendo grupos que defendiam flexibilização nas listas de produtos que poderiam ser oferecidos as nações aliadas (MARTINS FILHO, 2005). E assim como no seio da política estadunidense havia divergências, na América do Sul, os países receptores da ajuda militar, grupos nacionalistas dos governos militares já ansiavam mais independência na aquisição e fabricação de aparatos com maior poder de fogo, tendo aí o nascimento – em alguns casos o fortalecimento – de complexos industriais militares, onde se destacaram o Brasil e a Argentina, principalmente.

Com a proibição da venda de um vetor supersônico proveniente dos EUA para a Força Aérea, a escolha do novo avião para a FAB recaiu sobre o francês *Mirage III*, que começou a ser entregue a partir de 1972, destinado a operar em Anápolis, próxima ao Distrito Federal. Em conjunto com o novo avião, o governo brasileiro adquiriu um moderno sistema de controle aéreo, que foi implantado nas três regiões mais populosas do país, provendo assim a modernização da estrutura comercial e militar do sistema de transporte aéreo brasileiro, sistema este, que vinha encontrando dificuldade de ser adquirido através de contratos com os EUA.

Para os países europeus, as restrições impostas pelo governo dos EUA não só a países da América Latina, mas como também para a África e Ásia, abriu as portas para a venda de seus equipamentos militares, que acabaram por se tornar símbolos desse complexo industrial nessa época, ajudando a reerguer a produção militar europeia. Os caças franceses *Mirage*, comprados pelo Brasil também foram adquiridos por Argentina, Chile, Colômbia, Venezuela, Equador e Peru. Para as marinhas, as fragatas italianas e britânicas, os submarinos *Oberon* desta última e os alemães IKL-209 também fizeram sucesso. Nos exércitos dos países sul-americanos, os fuzis de fabricação belga FN-FAL foram adotados quase que como padrão, e os canhões suecos *Bofors*, tanques franceses e sistemas de mísseis anti-blindados completavam parte do quadro de sucesso obtido pelos europeus nas exportações de armas para a América do Sul.

A intenção estadunidense de frear a importação de armas da Europa e evitar possíveis corridas armamentista na região, e com isso - supostamente - as rivalidades e conflitos entre os países, se configuravam como um duplo fracasso. As tensões contidas dentro do complexo regional sul-americano estiveram próximas de encontros decisivos entre as forças armadas dos países contentores, e como motivação, já que as históricas questões territoriais vieram mais uma vez à frente das políticas externas, dessa vez com governos ditatoriais que viam a iniciativa militar como a solução óbvia as disputas, permeados, além disso, por iniciativas de cooperação eminentemente econômicas, desprovidas de entendimentos de natureza estratégica.

O movimento sinuoso das relações entre Brasil e Argentina já havia sido pauta nos encontros entre os chefes de Estado, buscando afastar as desconfianças e perpetuar uma relação amistosa, para prosseguirem uma forma de cooperação eficaz. Em 1961, o então presidente Jânio Quadros se encontrou com o seu par argentino Arturo Frondizi, em Uruguiana. As relações bilaterais entre os dois países foi um dos temas da conversa, na qual o presidente Frondizi, julgava necessário afastar as desconfianças que os cercavam para se unirem em um esforço comum, fazendo um dos últimos apelos a questões que envolviam questões militares entre os dois países, para que promovessem a confiança mútua necessária antes de acordos voltados a ganhos econômicos. Segundo Moniz Bandeira os dois presidentes:

[...] Comprometeram-se então a retirarem respectivamente as tropas estacionadas nas fronteiras entre os dois países, que, dali por diante, não mais competiriam para influenciar os vizinhos, como Paraguai, Uruguai, Bolívia e Chile e sim coordenariam esforços para os desenvolver. (MONIZ BANDEIRA, 1987, p.38).

Apesar do discurso cooperativo, no sentido de desmobilizar as tropas que se aquartelavam em seus limites, os governos militares que se seguiram no poder dos dois países não levaram adiante o empreendimento, e, no caso do Brasil, o reforço nas guarnições do Estado do Rio Grande do Sul continuou nas décadas seguintes, tornando o estado mais militarizado do país, tal qual fora no período colonial.

Entre as questões militares que suscitavam a rivalidade na América do Sul, surgiam também intenções para o desenvolvimento econômico conjunto da região. Criada em 1948 como uma das cinco comissões regionais da Organização das Nações Unidas para esse fim, a Comissão Econômica para América Latina, CEPAL, tinha como propósito monitorar as políticas direcionadas ao desenvolvimento econômico da região, assessorando as ações para prover o engrandecimento das relações econômicas entre os países da região. Dessa maneira, alguns acordos foram construídos entre uma seleção de países, sob os auspícios da CEPAL, e passaram a ser chamados devido a sua origem nessa comissão, de acordos “cepalinos”.

Nesse sentido os projetos baseados em intercâmbios econômicos e supressões tarifárias entre os países membros, tiveram início na década de 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), em que participaram países com a intenção de formação de uma zona de livre comércio até o ano de 1973. Dentre os países que compunham esse acordo estavam, em um primeiro momento, Argentina, Brasil, Chile, Uruguai, Paraguai, Peru e México, aos quais ainda na década de 1960 seriam agregados Venezuela, Bolívia, Colômbia e Equador, completando assim os países sul-americanos, mais México.

As intenções de associação à ALALC, em 1960, eram de estabelecer uma zona de livre comércio até 1972, através da eliminação gradual de barreiras entre o comércio intra-regional. Para que o prazo de 12 anos entre a assinatura do tratado com os primeiros membros, e os objetivos finais planejados para 1972 fossem cumpridos, os países participantes da associação formularam listas de produtos que deveriam ter seus impostos de entrada nos outros países reduzidos, sendo que essas listas seguiam ordens nacionais, comuns e especiais, as quais visavam também o favorecimento das nações menos desenvolvidas do bloco.

Nos seus primeiros anos a construção do projeto de cooperação através das listas de produtos a terem seus impostos reduzidos obteve relativo sucesso, chegando a um entrave, porém, já no fim da década, associado aos golpes militares na maioria dos países da região e a

postura desses novos governos para com o futuro do bloco. Dessa maneira esse primeiro projeto integracionista não logrou sucesso. A tentativa de dar mais fôlego ao comércio regional com a entrada dos novos membros na década de 1970, também não surtiu o efeito desejado, já que a sequência infrutífera de reuniões para dar seguimento à liberalização das tarifas continuou de forma lenta e sem os resultados esperados.

Dada a impossibilidade de alcançar os objetivos planejados para o ano de 1972, o ano de 1980 surgiu nessa época como a nova data para atingir as metas de supressão tarifárias, ano no qual ocorreu também a mudança de nome para Associação Latino Americana de Integração (ALADI). Isso ocorreu como observa Silveira (1992), na tentativa de superar os entraves, substituindo o acordo que visava criar uma zona de livre-comércio, por outro de criação de uma área de preferências econômicas, integrada por um conjunto de mecanismos de predileções tarifárias de âmbito regional. O desenvolvimento da proposta foi marcado por um começo promissor, seguido de incompatibilidades, impasse e imobilismo, dando margem para o surgimento de outras propostas de integração marginais a essa, o que entendemos atuar de maneira concorrencial a essa proposta original.

O surgimento de uma proposta que envolvia somente países sul-americanos, também baseado nas orientações “cepalinas” de desenvolvimento comercial, se deu com a formação do Pacto Andino<sup>7</sup>, que aparecia já em 1969, como alternativa regional à ALALC, e que utilizava os limites geográficos da Cordilheira dos Andes para a orientação do conjunto de países que comporiam o projeto. Essa proposta iniciada no fim da década de 1960 tinha como planos a formação de um mercado comum entre os países membros. A proposta de criação desse bloco nascia assim, de forma a concorrer com o projeto da ALALC, que já apresentava sinais de desgaste e insatisfação de vários membros, promovendo desconfianças quanto ao seu futuro e potencial de integração regional.

Esse bloco, apesar das intenções de integração mais ambiciosas do que as contidas na ALALC, prevendo programas industriais, agropecuários e de integração física, ainda assim era baseado, sobretudo, em fundamentos econômicos, aos quais se somavam antigas disputas e rivalidades entre seus países.

As antigas questões envolvendo a tríplice fronteira de Peru, Bolívia e Chile sempre foi tema recorrente nas relações entre esses países, levando o Chile, no período do governo Pinochet a criar diversos campos minados nas regiões fronteiriças com o Peru e Argentina, espalhando cerca de 180 mil artefatos antipessoais e antitanque pelas planícies desérticas do

---

<sup>7</sup> Chamado a partir de 1996 de Comunidade Andina de Nações.

Atacama, nos campos austrais e em áreas da cordilheira, sendo esses os campos minados situados a maior altitude no mundo.

As questões que envolviam Peru e Equador também se faziam presentes nas relações bilaterais, os quais freqüentemente se envolviam em combates na região não demarcada, com relatos de diversos incidentes e incursões militares por parte de ambos os países. A Venezuela – que aderiu ao bloco em 1973 – e a Colômbia, que também fazia parte do Pacto, também mantinham até aquele momento pendências territoriais, porém, em situação relativamente mais calma do que a dos demais países.

Tal situação demonstrava a fragilidade do Bloco, que se assentava sobre bases onde o potencial de conflito militar entre seus membros era sabidamente elevado, e que nos anos seguintes se mostrariam reais. Assim, como compreender a existência de programas de construção de infraestruturas de transportes para prover o trânsito entre os membros do bloco, se as fronteiras se encontravam ainda por serem demarcadas ou eram tomadas como inválidas por um dos lados? No nosso entendimento essas questões se colocam como incompatíveis, ou mesmo no limite do antagonismo entre esses Estados.

A perda da visibilidade sobre acordos que encerrassem em seus documentos ações para a dissolução de contendas e aumento da confiança mútua entre seus pares, em detrimento dos que se concentravam sobre as trocas comerciais, não desfaziam os possíveis laços estratégicos que haviam se formado no século XIX, e que de alguma maneira, se sobressairiam sob os pretensos acordos de bases econômicas no momento histórico que assim o impelisse.

Como prova da fragilidade e da não inclusão de mecanismos de elevação da confiança entre suas forças militares, o Chile anunciou sua saída do bloco já em 1976, devido às incompatibilidades econômicas adotadas pelo novo regime, de cunho liberalizante, em oposição às medidas do bloco, pautadas pelo protecionismo. Apesar da saída do Chile, principal economia do bloco, mantiveram-se os laços estratégicos desse país com o Equador, que viam o Peru como fonte de ameaça para ambos em suas fronteiras. Havia também laços que ligavam o governo peruano aos seus pares argentinos, como forma de contrabalançar o poderio chileno. Com esses fatos, o Pacto Andino tomou rumos morosos, semelhantemente ao que vinha acontecendo com a ALALC/ALADI, que tinham motivado os países da cordilheira a tomarem a iniciativa de construção de um mecanismo de integração em separado.

As questões fronteiriças entre Peru e Equador viriam a explodir de vez no início de 1981, quando o Peru avançou com seu exército por sobre postos militares do Equador,

iniciando um confronto que contou com todo o potencial militar dos dois países para a solução da contenda, sendo reportados diversos abates de aviões pelos dois lados. Caíam por terra as possíveis intenções dos EUA em evitar confrontação armadas entre países sul-americanos através da proibição de venda de certos materiais a esses países, já que nessa época, ambos utilizavam materiais de origem europeia.

O Peru, contava também com equipamentos provenientes da União Soviética, primeiro país sul-americano a buscar material militar no bloco comunista, tendo em vista as proibições de fornecimento impostas pelos estadunidenses.

Ficava claro com esse conflito que a construção de um bloco econômico sem antes assegurar minimamente a emersão de um conflito armado através da cooperação militar e construção da confiança, tornava seu avanço impossível dado o contexto das rivalidades sul-americanas.

Outro problema identificado com a construção do Pacto Andino é a situação interna do subcontinente sul-americano, em que a participação limitada aos países da cordilheira demonstrava uma fratura na integração do subcontinente e expunha a América do Sul à concorrência dos outros países e de novos acordos.

Nesse sentido o Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) surgiu no fim da década de 1970 em um momento bastante intenso da vida política dos países sul-americanos, devido à ocorrência de conflitos, a manutenção de rivalidades diversas, e as intenções de integração com origens na CEPAL. Como forma de inserção do Brasil na região noroeste da América do Sul, as bases do TCA foram lançadas de forma a superar a exclusão promovida pelo Pacto Andino em relação ao Brasil, e também como possibilidade para a execução de um plano para auxiliar o desenvolvimento de sua região Amazônica, em crescente importância para o país naquele momento, que contava ainda de certa maneira, com o arrefecimento das tensões entre Brasil e Argentina na Bacia do Prata.

A criação da Comunidade Andina de Nações buscando a integração dos Países da região do Pacífico afetaria em grande monta o envolvimento do Brasil na região Amazônica, o que seria uma ameaça para sua economia e geoestratégia, principalmente por esse bloco estar localizado na fronteira de sua região menos desenvolvida.

O Pacto Amazônico foi certamente uma reação brasileira à criação do Pacto Andino, na medida em que o Brasil era alijado de um processo de integração feito às suas “costas”, e em uma área de dificuldades de controle do território nacional. A proposição do pacto em 1978 veio como resposta à Comunidade Andina e os percalços que essa enfrentava,



exemplificados pelas várias concessões feitas ao Chile e sua posterior desvinculação do bloco. O pacto veio ainda como uma resposta a demora venezuelana em aceitar as condições das propostas para sua filiação. Aproveitando o momento, o Brasil buscou com a formalização do TCA, sua inserção na região noroeste da América do Sul, a partir de um projeto de integração, de proposição própria, utilizando a Amazônia como fator envolvente dos outros países, além de excluir o Chile por questão física, importante economia concorrente ao Brasil.

O Brasil pretendia não só diminuir receios dos vizinhos, mas também impedir que a existência de um grupo hispano-americano no norte da América do Sul (Pacto Andino) levasse à exclusão do Brasil desse subsistema, remetendo a diferenças com raízes nas disputas entre os países ibéricos. O objetivo principal parece não ser enfraquecer o Pacto Andino, como temiam seus membros, mas apenas garantir a presença do Brasil nesse espaço sub-regional. [...] (ANTIQUERA, 2006, p.65)

Nessa época o governo militar começa também a se valer da utilização do discurso da Pan-Amazônia para se referir à Amazônia, definindo assim uma região multinacional. Desta forma, buscava-se ampliar a visão desse território como área pertencente a vários países, em contraposição à compreensão reinante e sinonímica entre Brasil e Amazônia com que os militares vinham se referindo à região, podendo a partir disso fundamentar com mais segurança de aceitação a carta de intenções aos outros parceiros.

O livro do General Meira Mattos, *“Por uma Geopolítica Pan-Amazônica”*, de 1980, traz esse discurso de forma clara, argumentando fortemente sobre a importância da integração dessa região como fator de autoproteção e preservação, que deveria ser feita com a união de todos os países ali presentes, frente à possibilidade de “ingerência” externa ao território da floresta, o que sempre foi um fantasma a assombrar a Amazônia, principalmente na visão da “caserna”. Apesar disso, uma proposta envolvendo aspectos relativos à cooperação em Defesa foi rejeitada desde o início, como observa Antiquera (2006). O TCA tinha como objetivo final manter o Brasil como protagonista na região.

A proposta do Tratado de Cooperação Amazônico teria um forte argumento em seu favor e era de interesse de todos os envolvidos. Tal projeto poderia incorporar definitivamente para a economia dos países membros as áreas sobre o domínio da floresta amazônica, o que para todos sem exceção, representava a parte do país com os mais baixos níveis sociais e a porção menos ocupada de seus territórios. A proposta representava desse modo a chance, sobretudo, de integração nacional, em paralelo à realização da integração internacional.

A continuidade de todos os projetos até então pensados não havia sido interrompida, desenvolvendo-se concomitantemente a ALADI, o Pacto Andino e o TCA, cada qual com

objetivos específicos e voltados para os interesses dos países agrupados, diferenciando-se também pelos níveis de integração planejados e os métodos para sua efetivação. De maneira geral, todos tinham por base o mesmo intento, a busca por melhores condições de desenvolvimento, porém, baseadas principalmente em perspectivas de integração econômica e comercial, não contemplando formas de superação de possíveis conflitos entre seus membros. A execução concomitante desses projetos é entendida como concorrente, já que não haveria a possibilidade de atingir todos os objetivos planejados a todas as formas de cooperação que até então se vislumbravam e se sobrepunham, exaurindo assim as forças e as intenções de integração.

Esses acordos de origem econômica não foram suficientes para alavancar a economia regional, e tampouco formalizaram a construção de um bloco regional de forma efetiva. Além disso, as diferenças e rivalidades contidas entre os países desses sistemas de cooperação não foram superadas por esses tratados comerciais, diferenças essas que voltaria a despontar nas relações bilaterais de alguns deles, corroendo qualquer capacidade de integração que as proposições econômicas pudessem conter.

Sendo assim, a construção de mecanismos de cooperação voltados unicamente para o comércio regional, sem atentar para a possibilidade de conflitos ainda latentes entre os países que compunham os blocos, se mostraram frágeis e com pouca chance de sobrevivência em médio prazo, o que, entretanto, não foi apreendido pelas gestões posteriores que incorreram em erros semelhantes.

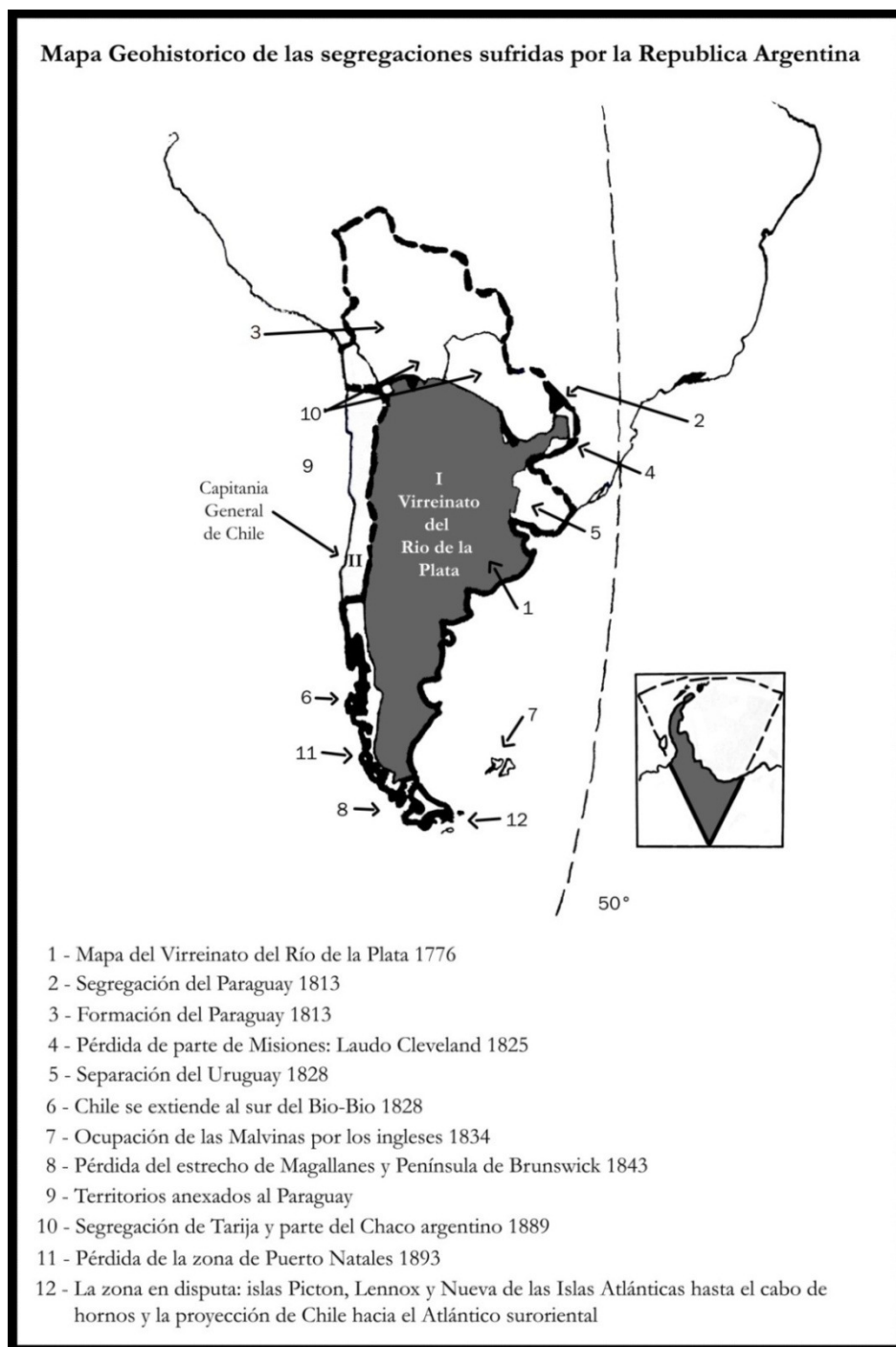
Soma-se a essas questões, os acordos de defesa continental firmados com os EUA, que mesmo restringindo o acesso a determinados equipamentos, servia de argumento para a não concepção de pactos regionais de defesa, contando certamente com a influência desse país para que se algum grupo cogitasse tal empreitada, ela não se efetivasse. A década de 1980 mostraria os limites dos tratados firmados com essa potência e outras perspectivas para a integração regional, na qual a cooperação em defesa se mostraria primordial para os acordos a serem firmados, inclusive, para a superação da maior rivalidade contida no sistema regional, entre Brasil e Argentina.

## 2.5 – A Guerra das Malvinas e a Aproximação Brasil e Argentina: a importância da questão militar nesse processo.

Enquanto o Brasil se desenvolveu ao longo de sua formação independente como um país praticamente delimitado, agregando porções territoriais através de acordos e arbitragens internacionais, sem se envolver em conflitos fronteiriços - como foram as questões acreanas, a das Missões e os tratados celebrados no início do século XX, com os países amazônicos que colocaram fim a qualquer pendência territorial do país -, a Argentina sentia-se espoliada de sua herança deixada pelos espanhóis no findar da colonização.

As perdas territoriais sofridas pela Argentina são certamente as maiores já sofridas entre os países sul-americanos, tendo cedido territórios para todos seus vizinhos, além da perda das Ilhas Malvinas. Dentro das requisições argentinas, essas áreas faziam parte segundo seus argumentos, do antigo Vice-Reino do Rio da Prata. Essas regiões perdidas para os países vizinhos permaneceram no imaginário nacional, e enquanto o Brasil se fazia um “país satisfeito” – segundo seu próprio discurso para não intimidar os vizinhos – a Argentina se sentia prejudicada pelo destino.

Na década de 1970, a situação com relação a questionamentos fronteiriços se tornou intensa. Duas áreas em específico traduziam com mais voracidade as pendências territoriais do país platino, o Canal de Beagle e as Ilhas Falklands/Malvinas. Nessa época, no ano de 1979, o General Juan Enrique Guglielmelli, militar e geopolítico argentino, diretor da Escola Superior de Guerra argentina e da revista de geopolítica *Estrategia*, publicou uma de suas mais importantes obras, o livro “*Geopolítica del Cono Sur*”, em que na capa e contracapa, figurava a imagem do mapa argentino com todas as áreas perdidas pelo país, então sob o nome de *Virreinato del Rio de la Plata*. Apesar de este autor reconhecer a importância da integração regional, em específico com o Brasil - na qual propunha a superação da rivalidade como única alternativa para aumentar suas respectivas capacidades de negociação frente aos órgãos econômicos e financeiros internacionais - a publicação do livro com tal imagem, reforça a ideia contida no imaginário popular argentino das perdas territoriais sofridas, representando um ponto inquestionável do fulcro patriótico portenho, muito bem aproveitado, poucos anos depois.



**Figura 2:** Figura que ilustra a capa do livro *Geopolítica del Cone Sur* de Juan Enrique Guglielmelli (1979). Modificado por TEIXEIRA, 2013.

Essas questões territoriais históricas, aliadas a possibilidade de novas perdas com caráter estratégico para o Chile, juntamente com as negativas do governo britânico em não negociar a soberania das Ilhas Falklandas/Malvinas, levaram os governos militares instituídos naquele momento, na Argentina, a optar pelas armas.

Os anos anteriores aos conflitos ocorridos no Cone Sul foram bastante conturbados para a Argentina e, de certa forma, contribuíram para que a contenda histórica com o Chile tomasse um rumo decisivo para o conflito e, para que a invasão das ilhas no Atlântico Sul se efetivasse.

Em um período de pouco mais de 15 anos a Argentina enfrentou dois golpes militares, intercalados pelo governo civil de Juan Domingos Perón, que veio a falecer e foi substituído por sua viúva Isabelita Perón, tornando a situação política mais dramática. Tanto os governos militares quanto os governos peronistas não conseguiram inverter a trajetória de declínio que enfrentava a economia argentina originada nos anos 1950, sendo que as opções realizadas por esses governos tiveram efeito inverso ao de salvar a economia do país, ampliando as dificuldades, que ainda hoje são sentidas.

O golpe militar de 1966, chamado de “Revolução Argentina”, levou ao governo o General Juan Carlos Onganía, o qual tentou restabelecer a condição de preponderância argentina na Bacia do Prata, dessa vez através da formação do vice-reino do Rio da Prata por meio das teorias das “fronteiras ideológicas” (MONIZ BANDEIRA, 2003). Essa política pregava que a influência sobre o Paraguai, Uruguai e Bolívia fosse preponderantemente argentina, o que a colocaria como a primeira potência da América Latina, no pensamento dos militares, tornando-a também a primeira opção dos EUA caso viessem a escolher um aliado privilegiado no continente, sentindo-se então, em melhores condições do que o Brasil para tal posto.

A situação que se delineou nos anos seguintes, entretanto, não foi favorável para o governo argentino, na medida em que o apoio brasileiro aos golpes de estado nos países vizinhos trouxe-os para sua órbita de influência. Com isso, segundo Moniz Bandeira (2003), o Brasil ampliou o desequilíbrio geopolítico na região em seu favor, ao qual se somava o Chile pelas suas questões fronteiriças com a Argentina, formando assim um cordão de isolamento geopolítico, com posturas antagônicas, que não favoreciam o pensamento argentino de inserção na América do Sul.

O governo de Juan Domingos Perón, que sucedeu os militares, fez um grande apelo ao seu governo passado, mas foi deficiente nas tentativas de reverter a situação econômica do país. Essa situação de crise ampliou-se com a sua morte e, durante o governo chefiado por sua viúva predominaram altas taxas inflacionárias e redução nas exportações.

A situação calamitosa permitiu mais uma vez aos militares argentinos assumirem o controle do país, cada vez mais perseguindo ações para colocar a Argentina como um país

chave para as políticas dos Estados Unidos. Na visão desse último, a Argentina reuniria melhores condições do que o Brasil para ser o aliado estratégico dos EUA no continente, já que nosso país acabara de romper sua aliança com EUA, aderindo a um acordo de cooperação nuclear com a Alemanha Ocidental.

Essa busca em se tornar um parceiro privilegiado dos EUA na região era reforçada pela política brasileira de não mais se envolver de forma dependente com os norte-americanos, a partir de 1975, dada as inúmeras recusas de transferência tecnológica e a mudança para a linha nacionalista dentro do governo militar brasileiro, que acabaram gerando o afastamento entre os dois governos e a ruptura de acordos militares em 1977.

Assim a solução encontrada pelos governantes, para contrabalançar o perigo externo, foi buscar manter uma relação “especial”, ou de “inserção subordinada” (Moneta, 1986, p. 188) com os Estados Unidos, atrelando os interesses da Casa Rosada aos da Casa Branca, o que significava o rompimento da política externa peronista, conhecida como Terceira Posição, a qual pregava a busca de benefícios políticos e econômicos pela “manutenção” de uma equidistância entre as duas superpotências (Estados Unidos e União Soviética). (ESPÓSITO NETO, 2006b, p.8)

Essa busca pela inserção subordinada aproximou os militares argentinos de interesses estadunidenses na América Central, uma vez que o governo militar portenho se envolveu no treinamento de forças de combate a contra-insurgência, papel que cada vez mais era atribuído aos militares sul-americanos no combate as guerrilhas de esquerda. A violência imposta pelo novo governo militar na argentina, ficaria marcada com o desaparecimento de 30 mil civis e inúmeros casos de atrocidades, como os “voos da morte” e o sequestro de bebês pelos militares.

No âmbito de suas relações internacionais, a Argentina estava envolvida em disputas diplomáticas envolvendo o Chile e o Brasil, sempre com o eminente risco de que essas disputas se enveredassem para a solução armada, porém nessa época, essa hipótese foi mais considerada do que nunca.

Ao longo da ditadura argentina (de 1976 a 1983), a política internacional do Estado argentino sofreu algumas importantes alterações, quando comparada com a política externa dos governos peronistas. Uma das principais foi o aumento do emprego da dissuasão militar para resolver problemas na área internacional, especialmente com países limítrofes, o que tornou a Argentina protagonista de diversos momentos de tensão e de conflito no Cone Sul. (ESPÓSITO NETO, 2006b, p.1)

A disputa envolvendo o Brasil nessa altura era relativa à utilização das águas do Rio Paraná e ao potencial hidroelétrico da Bacia do Rio da Prata. No cerne da questão estava a

construção da hidroelétrica binacional de Itaipu na fronteira entre o Brasil e o Paraguai, o que afetaria os planos do governo argentino na região. Se concluída, a obra teria efeitos tanto para a economia argentina, em franca decadência frente à brasileira que vivia seu milagre econômico, quanto para a geopolítica da região, já que traria o Paraguai definitivamente para a esfera de influência do Brasil (MONIZ BANDEIRA, 2003).

Os interesses argentinos nas águas da Bacia do Rio da Prata envolviam a construção de outra represa também com a participação do Paraguai, denominada Corpus, e que, segundo o governo, seria afetada pela represa de Itaipu, tornando-a inviável do ponto de vista econômico, já que com a construção da mesma, o Paraguai teria um enorme excedente energético, bastando para o seu consumo interno, a energia de apenas algumas poucas turbinas da nova usina.

O outro problema de vizinhança envolvia o Chile e o extremo sul do continente onde os dois países disputavam três pequenas ilhas de interesse estratégico para ambos, que seria assim, um dos últimos limites a ser demarcado entre os mesmos, pondo fim ao longo processo histórico percorrido desde a formação desses Estados, estando justamente, no fim do continente americano. A fronteira que havia sido estabelecida ao longo da história continha inúmeros erros cartográficos que abriam margem para dúvidas quanto à soberania de determinadas áreas fronteiriças, existindo ainda, nessa região, as várias ilhas que se formam no fim da Terra do Fogo.

A disputa entre os dois países envolvia a posse de três pequenas ilhas, inabitáveis e sem fonte de riquezas imediatas no extremo do continente americano, as ilhas Picton, Lennox e Nueva. Entretanto, dada a sua localização mais a leste da Terra do Fogo, a posse de tais ilhas pelo Chile o tornaria um país bi-oceânico, possibilitando-o exigir o limite de 200 milhas, atlântico adentro. Essa possibilidade seria desastrosa para a geopolítica argentina que almejava o controle da passagem estratégica entre o Atlântico e o Pacífico, assim como o controle sobre o mar territorial dessa área, e o mais importante, uma faixa de terra sobre o continente antártico, que também era lembrada no mapa de Guglielmelli como um território argentino.

Nos anos anteriores, a busca pela solução final nessa questão de limites foi tentada através de mecanismos internacionais, levando à arbitragem internacional, tendo a Rainha da Inglaterra como mediadora, incorrendo, talvez, no erro de relegar à Inglaterra a função de árbitro na questão, já que esse país matinha interesses muito próximos aos do Chile, podendo assim tê-lo favorecido em sua decisão final.

A decisão inglesa foi realmente favorável ao Chile, a qual lhe concedia a posse às três ilhas em questão, permitindo, no entanto, a livre navegação de embarcações argentinas e o acesso a Ushuaia (território no extremo sul argentino). Tal decisão não foi aceita pelo governo militar argentino elevando as tensões entre os dois vizinhos.

Com a recusa argentina em aceitar a decisão inglesa, as tensões com o Chile cresceram, tendo os dois países se posicionado na fronteira a espera de um ataque inimigo, donde ocorreram diversos incidentes, como a invasão do espaço aéreo por voos de reconhecimento dos dois lados. As tensões entre os dois chegaram a um ponto decisivo em fins de 1978, quando a esquadra argentina foi enviada para a área de conflito e as tropas do exército mantiveram-se em prontidão nos quartéis da fronteira a espera do sinal para a invasão de territórios no Chile. Em Punta Arenas, principal cidade chilena próxima as zona de conflito, telhados de hospitais eram pintados com a cruz vermelha, em clara preparação para o conflito eminente, enquanto que os canais do estreito de Magalhães eram patrulhados por lanchas da Armada (HIGUCHI; BASTOS JUNIRO, 2012).

A estratégia argentina estava colocada dentro do plano chamado “Operação Soberania” que previa a invasão de diversos pontos do território chileno, como a região próxima a capital Santiago e a Puerto Monte, não se limitando a simples retomada das ilhas. Tendo ainda em aberto as questões envolvendo a construção da hidrelétrica de Itaipu, o segundo Exército argentino ficou a postos na fronteira do Brasil, contígua ao Rio Grande do Sul, a espera de um possível revide brasileiro, no que poderia ser a formalização do antigo “arco estratégico” que envolvia Brasil e Chile contra a Argentina.





**Figura 3:** Mapa com a descrição das ações argentinas programadas para a “Operação Soberania”. (HIGUCHI; BASTOS JUNIOR, 2012, p. 57)

Nesse momento da história, portanto, a Argentina abria duas frentes de disputas diplomáticas que poderiam evoluir para um conflito armado. Com o Brasil, a possibilidade de conflito era cogitada devido à “rivalidade” histórica e à grande quantidade de quartéis localizados na fronteira entre os dois países. Com o Chile, além da rivalidade com esse país, a questão envolvia os futuros planos geopolíticos argentinos de conseguir um território no continente antártico e, o completo domínio dos mares do Atlântico Sul. Apesar de ter um poderio militar comparativamente menor do que o Brasil, além de uma maior dificuldade em defender seu território, o Chile se mostrava muito mais propenso a se envolver no conflito

com a Argentina, demonstrando tal qual esse país, a propensão para o uso de suas forças militares para a solução da contenda.

A disputa envolvendo o aproveitamento energético da Bacia do Prata com o Brasil, apresentava-se como o mais fácil a ser resolvido pelos meios diplomáticos. Nesse sentido, as discussões avançaram com o objetivo de anular uma confrontação armada, favorecendo o projeto brasileiro em um acordo que seria definitivamente selado no ano seguinte. O que pode ser entendido como o resguardo de sua retaguarda frente a uma possível evolução bélica tal qual se dava com o Chile naquele momento.

[...] A partir daí, os entendimentos para compatibilizar a construção de Itaipu, em andamento, com o projeto de Corpus progrediram favoravelmente ao Brasil, na mesma medida em que a disputa pelo canal de Beagle se aguçava. Assim, quando já ultimava os preparativos para a guerra contra o Chile, que lhe parecia cada vez mais inevitável e iminente, a Argentina, entre outubro e dezembro de 1978, cedeu e aceitou que Corpus ficasse com a cota de 105m, muito abaixo da que o próprio Azeredo da Silveira oferecera ao chanceler Alberto J. Vignes durante o governo de Maria Estela de Perón, (...) E, em 19 de outubro de 1979, os dois países, juntamente com o Paraguai, firmaram o Acordo Tripartite, com que superaram finalmente suas divergências sobre o aproveitamento hidroelétrico do Alto Paraná. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p. 435)

A Crise do Canal de Beagle realmente por pouco não deflagrou a guerra final entre Chile e Argentina, com o Vaticano se apresentando como mediador da contenda horas antes do que se planejava ser a hora marcada para o início da Operação Soberania e a tomada dos territórios chilenos. O Papa João Paulo II apresentou uma nova proposta que mantinha as ilhas sobre o domínio chileno, porém, negando que este país acessasse o Atlântico (MELLO, 1996) pela requisição de uma provável ZEE nesse oceano. Apesar dessa nova mediação, a Argentina não aceitou de imediato tal acordo, mantendo com o Chile as relações em um estado de animosidade.

Com a assinatura do Acordo Tripartite, em 1979, as relações entre Brasil e Argentina encontraram um novo patamar, possibilitando melhores trocas comerciais e acordos de cooperação assentados sobre uma relativa tranquilidade. Esse primeiro momento de mudança nas relações Brasil-Argentina, propiciou que os dois países buscassem maiores entendimentos também no campo militar, ressaltando a importância dessas relações para o desenvolvimento conjunto. No ano anterior, a Marinha do Brasil junto a Armada Argentina, iniciou a condução de exercícios navais de maneira bilateral, chamados *Operação Fraterno*, sendo essa a

primeira aproximação militar realizada pelas Forças Armadas desses países de forma autônoma<sup>8</sup>, como aponta Moraes (2010).

Mesmo que o desenvolvimento conjunto de exercícios militares não contemple de forma um acordo de cooperação em defesa de maneira mais ampla, essa primeira aproximação, feita de maneira independente pelas forças navais, sinalizava a possível mudança de paradigmas nas relações dos dois países, tendo como sustentáculo, a formação de uma base de confiança mútua entre suas forças armadas.

A aproximação entre Brasil e Argentina vinha sendo talhada de maneira gradual, tendo contribuído para isso como aponta Medeiros Filho (2010), o afastamento do Brasil dos EUA no ano anterior, já que na medida em que o Brasil se afastava da potência ocidental, ele fazia um movimento contrário rumo ao seu rival regional. Por outro lado, o recrudescimento das relações entre o Brasil e os EUA abria as portas para que a Argentina assumisse a posição de aliado privilegiado desse país, apontando assim, mais uma vez, para opções de enlace com os EUA. Já o Chile continuava a demandar atenção da junta militar argentina, mantendo tropas ao longo de sua fronteira como prevenção ao conflito não totalmente superado pela proposta papal.

Estando a questão do aproveitamento energético com o Brasil resolvido e a disputa com o Chile colocada em “panos quentes”, a Argentina teve que se voltar para o problema interno, referente à crise econômica e à insatisfação popular quanto ao governo militar do país. Os militares argentinos começaram, então, a mirar outro objetivo que fazia parte do seu plano de controle do Atlântico Sul. Por trás da geopolítica, a questão da soberania das Ilhas Malvinas cumpria outra função, que era a de desviar a atenção da população para um novo inimigo externo, no caso a Inglaterra, buscando assim a união nacional em torno desse problema de cunho territorial.

As ilhas Malvinas, localizadas a cerca de 500 milhas da costa da Argentina, foram objeto de disputa entre França, Inglaterra e Espanha nos séculos passados por se localizarem próximas da passagem do oceano Atlântico para o Pacífico, sendo de especial interesse para esses países coloniais. No momento da Independência, em 1810, as Ilhas passaram às mãos dos argentinos como herança do espólio espanhol na América do Sul.

Em 1833, a Inglaterra apoderou-se das Ilhas, desembarcando tropas do navio *Clio* e seu capitão, J. J. Onslow, tendo sido enviado com a missão de tomar posse das ilhas, ordenou

---

<sup>8</sup> Exercícios envolvendo as marinhas dos dois países eram realizados já anteriormente, como no caso das operações UNITAS, porém, nesse caso a iniciativa para a sua realização era por parte unicamente dos dois países sul-americanos, e não dos EUA como no outro exercício mencionado.

que os argentinos ali presentes se retirassem. A ocupação foi feita sem nenhum disparo. Logo em seguida, a Argentina enviou um comunicado aos países vizinhos, no qual informava sobre os acontecimentos, passando a protestar contra a ocupação britânica das ilhas, já que estes se consideravam herdeiros diretos da Espanha (DUARTE, 1986). Passados quase 150 anos da ocupação inglesa das Ilhas, essas se desenvolviam como uma pequena colônia britânica, esquecida no Atlântico Sul.

Como forma de garantir a unidade nacional, a continuação dos planos geopolíticos argentinos, e também do regime militar que enfrentava a cada dia mais oposição interna frente à crise econômica, o plano de recuperação das Ilhas Malvinas foi elaborado antes que se concretizasse o aniversário de 150 anos de ocupação inglesa. O plano argentino consistia em recuperar as Ilhas de forma rápida, forçando o governo britânico a devolver as Malvinas à Argentina, contando com a “vista grossa” dos EUA, que não deveriam entrar no mérito da questão, já que tanto a Inglaterra quanto a Argentina eram seus aliados e, o assunto apenas aos dois caberia.

No pensamento militar argentino, o alinhamento das políticas argentinas às de Washington, o apoio a sua posição de confrontação com os soviéticos e o treinamento de tropas de contra-insurgência na América Central, colocavam assim, a Argentina em uma posição de enlace com os EUA. Com esse pensamento, os militares argentinos enquadravam seu país em uma posição de igualdade para com a Inglaterra no tocante à sua importância para os EUA.

A intenção argentina era que a nomeada Operação Rosário, plano de ataque para a retomada das Ilhas fosse efetivada nos meses de inverno no hemisfério sul, dificultando uma reação inglesa por mar, porém com o agravamento da crise política na Argentina, os planos foram antecipados para o dia 2 de Abril. A retomada deu-se com poucos encontros entre os soldados britânicos e os soldados argentinos que desembarcavam dos navios e veículos anfíbios. Em poucas horas a bandeira portenha era hasteada na capital das Ilhas.

Os planos argentinos tiveram sucesso no que tange a retomada do arquipélago e na união nacional em torno da questão, sendo que, manifestações foram organizadas em comemoração à iniciativa do governo militar em recuperar parte de seu território. Dessa forma, a invocação pelo governo militar argentino do território perdido no Atlântico Sul, como artifício ante aos problemas internos, reforça nossas proposições iniciais, baseadas na formação territorial como símbolo maior para a identidade nacional dos países sul-americanos.

[...] A população de Buenos Aires teve ciência da operação nas Malvinas nas primeiras horas da manhã daquela mesma jornada de 2 de abril, por uma cadeia de rádio e TV. O povo em festa correu a reunir-se em frente à Casa Rosada, Plaza de Mayo, como nos tempos do Vice-Reinado do Rio da Prata, aguardando um pronunciamento do Presidente General Leopoldo Galtieri, portando faixas e cartazes, cantando hinos. O próprio CGT que, havia duas jornadas, promovera manifestações contrárias ao Governo, convocou os trabalhadores a embandeirar a cidade e a comparecer à Plaza de Mayo [...] (DUARTE, 1986 p.94).

No que tange ao não envolvimento estadunidense e a reação inglesa, que previa se limitar a um protesto internacional, os argentinos não tiveram a mesma sorte, errando em grau e número. O governo do presidente Ronald Reagan tentou mediar a questão enviando por mais de uma vez para as capitais dos dois países envolvidos, o agora secretário de Estado, Alexander Haig, na tentativa de convencer os Argentinos a se retirarem das Ilhas e a Inglaterra a abrir negociações a respeito da soberania das mesmas. Dado o fracasso nas negociações, os EUA se posicionaram ao lado dos britânicos, fornecendo apoio material e logístico para a empreitada militar das Malvinas, possibilitando que essas fossem retomadas após 74 dias do desembarque argentino em Port Stanley.

Ao mesmo tempo em que a crise política e econômica afetava o governo militar argentino, havia insatisfação em relação ao governo da primeira ministra Margareth Thatcher na Inglaterra. Assim o conflito das Malvinas pôs à prova os dois governos em crise, encurtando o fim dos militares argentinos e fortalecendo o governo inglês.

A participação de terceiros no conflito não se limitou aos EUA, sendo que na América do Sul, Peru, Chile e Brasil tiveram um envolvimento além do campo diplomático na contenda anglo - argentina.

O Chile, que mantinha em aberto a disputa sobre o Canal de Beagle, esteve presente no conflito de maneira provocativa, movimentando tropas na fronteira com a Argentina, o que obrigava esse país a manter guarnições de prontidão no continente, como fez durante todo o conflito com a Inglaterra, temendo o oportunismo chileno de aproveitar o momento para ocupar os territórios austrais em disputa. O governo chileno, ante a aproximação do Brasil com a Argentina e consequente desaparecimento dos laços estratégicos, manteve uma posição favorável aos ingleses, mesmo havendo indícios que este forneceu suas bases militares no extremo sul, de onde operaram aviões e helicópteros britânicos transportando tropas com o objetivo de sabotar os aviões argentinos responsáveis pelos ataques aos navios ingleses.

[...] O Chile encarava a presença inglesa no Atlântico Sul-Occidental como um freio às ambições navais argentinas e opunha-se à devolução das Malvinas, que considerava um risco à sua segurança nacional e um empecilho ao seu projeto hegemônico no “conjunto estratégico chileno”. (CHILD, 1987 apud MELLO, 1996)

O Peru além de fornecer apoio diplomático em favor da Argentina, também, transferiu armas para apoiar os combates nas ilhas, fornecendo mísseis antiaéreos russos e uma dezena de aviões *Mirage 5P* de origem francesa recebidos ainda durante as hostilidades, como forma de recompor as graves perdas sofridas durante os combates e, superar o bloqueio militar imposto pela Comunidade Econômica Europeia, que impedia o país de acessar peças de reposição para essas aeronaves.

Essa postura deveu-se em parte por sua rivalidade com o Chile que, no século XIX, ao findar a Guerra do Pacífico, tomou parte do território peruano rico em reservas de salitre e guano. A atitude peruana também pode ser considerada como o último lampejo da aliança não escrita com a Argentina, na forma dos arcos estratégicos, sendo que após o conflito, as alterações na política exterior do país portenho não mais permitiram aproximações com esse país motivadas pela rivalidade comum com o Chile.

A Venezuela foi outro país que deu apoio à reivindicação da Argentina, a qual também mantinha uma disputa com a Inglaterra, pela posse da região de Essequibo na Guiana Inglesa. A lógica por trás desse apoio era de que, se a Inglaterra cedesse na questão das ilhas Malvinas, abriria precedente para a devolução da região de Essequibo à Venezuela. Para a Inglaterra, antiga potência colonial, o risco da perda das Malvinas tornava-se ainda mais complexo para a sua geopolítica, pois assim, outras questões territoriais envolvendo suas possessões em outras partes do globo viriam à tona, como de Gibraltar que envolvia a Espanha e Hong Kong com China continental, o que também reforçava a postura dura por parte dos britânicos na manutenção de seus pontos estratégicos.

Por sua vez, o Brasil estava em uma situação delicada, o que implicava em ações calculadas, pois se incorresse em erro poderia ter graves resultados para a sua economia e política externa. A posição brasileira, porém, já se mostrava favorável à Argentina antes do conflito ter início, refletindo uma melhora nas relações entre os dois países que vinha desde a assinatura do Acordo Tripartite em 1979. No período entre a assinatura do Acordo e a eclosão do Conflito foram realizados diversos encontros entre as autoridades dos dois países e em um desses, como mostra Tomaz Espósito (2006a), o Ministério das Relações Exteriores deixou claro o apoio à Argentina nas discussões sobre a soberania das Ilhas. Sendo assim, o Brasil não poderia declinar de sua posição, já que o que estava em jogo era a consolidação das

relações entre Brasil e Argentina. Sobre a questão, diversos autores se referem a ela como “Neutralidade Ativa”, “Omissão Pragmática” e “Neutralidade Imperfeita”.

Apesar de oficialmente assumir uma postura neutra, quando a Inglaterra e a Argentina romperam as relações diplomáticas, o Brasil assumiu a responsabilidade pela defesa dos interesses argentinos em Londres, “o que na prática significou um apoio à posição argentina”, (ESPÓSITO NETO, 2006a p. 114). Além disso, havia o interesse brasileiro na retirada do poder naval inglês das águas do Atlântico Sul, que tinha nas ilhas Malvinas a sua principal base de apoio, sustentando assim o restante do cordão meso Atlântico formado por Tristão da Cunha, Santa Helena, Georgias e Ascensão. Locais estes, que ao contrario de suas possessões no Caribe, não prestam serviços financeiros, mantendo posições estratégicas em zonas de importantes rotas comerciais.

Para o Brasil, a saída do império britânico das águas austrais representaria um trunfo maior para sua geopolítica, mesmo que para isso, a Argentina sobressaísse com uma vitória militar.

As ações empreendidas pelo Brasil durante o Conflito, e que se mostraram contrárias ao discurso de neutralidade, vão além da defesa dos interesses argentinos em Londres. A Comunidade Econômica Europeia (CEE) em apoio à Coroa Inglesa aprovou um embargo de exportação de armas para a Argentina, freando a entrega de produtos encomendados antes do Conflito, como no caso dos mísseis *Exocet* franceses, além de sanções econômicas a produtos com origem no país sul-americano. A partir disso, o Brasil passou a exercer o papel de intermediário nas exportações argentinas, que eram operadas por empresas brasileiras para países que apoiavam o embargo contra os produtos argentinos, ajudando a diminuir o enorme prejuízo que o país platino teve. Segundo Moniz Bandeira (2003), o Brasil pouco se beneficiou dessa condição, já que poderia ter ocupado o lugar da Argentina dentro da CEE, como fornecedor de grãos e carne bovina. Para o autor:

[...] O que interessava não era competir e obter, circunstancialmente, o aumento da receita cambial, mas, sim, suprimir o sentimento de rivalidade, estabelecer confiança e fomentar as condições para ulterior integração da Argentina ao seu espaço econômico. Por isto, a orientação do governo Figueiredo foi no sentido de oferecer também facilidades para que a Argentina pudesse escoar parte de sua produção agropecuária através dos portos de Santos, Paranaguá e Rio Grande [...] (MONIZ BANDEIRA, 2003 p.449).

A posição inversa nas transações comerciais, porém, foram afetadas e o Brasil aproveitou esse momento para ampliar a presença no país vizinho como fornecedor de

produtos manufaturados, ocupando o lugar de empresas europeias (ESPÓSITO NETO, 2006a).

No campo militar a situação brasileira não foi menos complicada e teve maior repercussão na mídia por se tratar de um dos casos mais sensíveis ao Itamaraty, em que a “neutralidade” brasileira foi posta à prova. A esquadra inglesa ao iniciar sua jornada até as Ilhas no Atlântico Sul teve vetada a utilização dos portos brasileiros para reabastecimento, restando-lhes somente a Ilha de Ascensão no meio do Oceano Atlântico como alternativa. Uma única exceção foi dada a um navio inglês que transportava feridos. Já a sua atitude em relação à Argentina foi positiva com relação à ajuda despendida.

As forças armadas argentinas estavam bem equipadas, porém, a força aérea precisava com urgência de um avião para realizar patrulhas marítimas e localizar a Força Tarefa inglesa. A solução para esse problema partiu do Brasil. No momento em que se desenvolviam os combates nos mares do sul, a Força Aérea Brasileira retirou de operação dois aviões de patrulha marítima EMB-111, conhecidos como “Bandeirulhas”, encaminhando-os para a Embraer em São José dos Campos, onde foi feita a preparação para o envio de tais aeronaves para a Argentina, sendo eles repintados nas cores da Armada daquele país.

As aeronaves foram encaminhadas à Argentina sob regime de empréstimo sendo que, após findar o Conflito, foram devolvidas e reincorporadas à FAB. Tal fato não passou despercebido junto ao governo britânico que protestou em relação a essa negociação. O governo brasileiro encontrou justificativa no fato de que esses aviões se destinavam ao controle marítimo e não possuíam armamento, além de que não havia uma resolução na ONU que impedisse a negociação realizada entre eles (ESPÓSITO NETO, 2006a). Sobre esse fato recai ainda uma história pitoresca, onde segundo consta, o embaixador brasileiro em Londres, teria sido chamado para dar explicações sobre o empréstimo dos aviões durante o conflito, e teria respondido que o governo brasileiro estava em condições de fazer o mesmo à Inglaterra, caso fosse solicitado, preservando assim a neutralidade e imparcialidade no trato para com os dois combatentes.

Outro fato que encontrou repercussão na imprensa foi o pouso de um avião inglês com problemas no aeroporto do Galeão, no Rio de Janeiro. O avião bombardeiro *AVRO Vulcan* realizava uma missão de ataque nas Ilhas Malvinas e no seu retorno à Ilha de Ascensão teve problemas no reabastecimento em voo, sendo obrigado a pousar em solo brasileiro. O governo do Brasil reteve a aeronave e sua carga por vários dias e, ao liberá-lo, manteve o míssil que carregava, no Brasil. Apesar de não prejudicar a empreitada britânica de retomar as Ilhas, esse



fato colocou mais uma vez o Brasil em uma posição complicada, uma vez que a Argentina exigia a retenção da aeronave e, a Inglaterra, a sua imediata liberação.

A “neutralidade imperfeita” ou “ativa” do Brasil não logrou em ressentimentos por parte da Inglaterra já que esta saiu vitoriosa do Conflito. Um prejuízo tido pelo Brasil e que pode se relacionar ao Conflito foi a diminuição do fluxo de crédito internacional e a crise financeira brasileira, mas a esse fato estão associados outros fatores como a crise mexicana (ESPÓSITO NETO, 2006a) e a Guerra Irã-Iraque que influenciava na produção de petróleo do Oriente Médio, entre outras coisas. Em relação à Argentina, a posição como parceira comercial do Brasil foi fortalecida e desfez-se o sentimento de “rivalidade” com o país platino. Segundo um alto assessor da armada argentina: “O conflito estava servindo para medir os verdadeiros amigos da Argentina” (ESPÓSITO NETO, 2006).

A derrota argentina no conflito tornou insustentável a condição da ditadura militar no país, a qual já sofria um desgaste antes dos eventos, sendo que a tragédia selou em definitivo o destino desse governo. A capacidade militar do país portenho, que antes do conflito era tida como o mais bem equipado dentre os países da América do Sul, foi bastante reduzida com as perdas sofridas nas batalhas e a negativa de vendas pelos países europeus de novos equipamentos. Logo em seguida ao fim dos combates, tal como fizera o Peru, o Brasil cedeu 11 aeronaves de treinamento Xavante para repor as perdas da aviação da Armada Argentina.

A superação da rivalidade e das hipóteses de conflito entre os dois países tem assim, nos fatos desencadeados pelo Conflito das Malvinas, parte importante de suas explicações. A aproximação entre os dois governos, já ensaiada desde 1979 quando da superação das questões que envolviam o aproveitamento energético junto ao Paraguai, que também era levado a cabo no campo militar – com o desenvolvimento de exercícios entre suas marinhas –, era ainda mais reforçada pela conduta brasileira ao apoiar, mesmo que de maneira velada, as ações bélicas de seu vizinho platino.

Para esse trabalho, mais do que a aproximação política do acordo Tripartite de 1979, a aproximação militar desenvolvida durante conflito, e a débâcle argentina, reduziram as hipóteses de conflito entre os dois países, possibilitando assim a construção da confiança mútua, que evoluiria na década de 1980, até a formação do MERCOSUL nos anos 1990, mais uma vez, demonstrando a estreita ligação entre o conflito e a cooperação na América do Sul.

### Capítulo 3 – A Construção da Cooperação na América do Sul na Virada do Século XXI

A construção da cooperação entre Brasil e Argentina, fator que desvencilhou parte das relações de rivalidades sul-americanas, têm dois momentos como pontos cruciais para esse processo: primeiro, o processo de aproximação política a partir do Acordo Tripartite de 1979 que, em certa medida, foi influenciado pelas questões geopolíticas daquele momento, considerando a situação de beligerância da Argentina com o Chile; e em segundo, a “*débâcle*” militar da Argentina no Conflito das Malvinas, que gerou uma aproximação devido à postura de ajuda do Brasil ao governo argentino durante a crise, com contribuições notadamente na área militar, o que favoreceu a elevação do grau de confiança mútua e o posterior retraimento das hipóteses de conflito entre os dois países.

Considerando o retrospecto das tentativas de aproximação entre esses países no século XX, onde a rivalidade e o poderio militar foram considerados como pontos chave nas discussões que tinham como objetivo engendrar uma aproximação econômica e intercâmbios comerciais, os fatos ocorridos com a participação de Chile e Inglaterra, no limiar dos anos 1970 e 1980, adquirem importância fundamental para as análises da cooperação entre as duas principais economias da América do Sul.

A perda de iniciativas no sentido da superação das questões militares entre os países sul-americanos a partir da segunda metade do século XX, transformando a integração em um assunto pautado simplesmente por aspectos econômicos e de balança comercial, demonstrou a incapacidade dessas propostas em gerir a aproximação da maioria dos países, e menos ainda, da superação de questões históricas de cunho territorial, inseridas no seio do pensamento dessas nações de origem colonial.

Os conflitos e incidentes que se desenvolveram nesse período foram desencadeados, fundamentalmente, por revisões de limites fronteiriços, levando a batalhas dentro dos blocos de integração, apresentando assim a dualidade entre conflito e cooperação, a qual entendemos ter continuado até o presente devido a ausência de propostas no âmbito da aproximação militar entre os membros dos blocos econômicos, que nesse sentido, favoreceriam a solução das contendas históricas e redução das hipóteses de conflito.

A aproximação entre Brasil e Argentina, os dois países mais prósperos e que disputavam uma condição hegemônica na América do Sul, caracterizou assim, um novo

período na geopolítica sul-americana, ocasionando também a divisão desse território em duas frentes, uma mais propensa a aproximação e condução de mecanismos de cooperação e outra, que também continha mecanismos de integração, porém, permeados por situações de tensão que foram exaltados até as últimas consequências em disputas militares, como no caso entre Peru e Equador.

Assim, MERCOSUL, Comunidade Andina, UNASUL e outros mecanismos de cooperação com vistas à integração sul-americana merecem destaque em separado, por se constituírem como a segunda fase da integração da América do Sul. Apesar do relativo sucesso desses blocos, quando se comparado às antigas iniciativas discutidas no Capítulo 2, esses novos processos não conseguiram superar importantes questões contidas no sistema sul-americano, como a construção da confiança mútua entre suas forças armadas e a retirada de forças militares das antigas zonas de litígio fronteiriças.

Apesar de separados, as construções dos blocos econômicos do Pacífico e Atlântico encontraram dificuldades parecidas, e mais recentemente a volta de antigos assuntos desarticuladores baseados na esfera militar, demonstrando que esses assuntos não estão superados no subcontinente, e mais do que nunca, tornam-se necessários a sua discussão, ao se projetar um novo processo de integração.

Deve-se deixar claro que o objetivo desse capítulo é a discussão das intenções de cooperação em defesa e acertos estratégicos desenvolvidos na América do Sul e que estão ou não inseridos nos novos blocos criados a partir dos anos 1990. Dessa forma, esses mecanismos merecem maior destaque nesse trabalho, e não os processos que levaram a estruturação desses blocos e os seus ganhos econômicos, extensamente discutidos por outros autores e que aqui são utilizados como subsídio à compreensão desses mecanismos.

### **3.1 - A Construção da Cooperação e o Arrefecimento das Hipóteses de Confrontação entre Brasil e Argentina: da Cooperação Estratégica à Cooperação Neoliberal na Nova Ordem Mundial.**

As relações entre Brasil e Argentina no contexto pós-Malvinas foram bastante prósperas, com a formalização de vários objetivos para a construção de um projeto de integração, que tinham como preceitos além da articulação entre as duas economias, que podiam ser entendidas como complementares – principalmente no tocante à produção agrícola

– à busca pela construção de uma parceria estratégica, no que se ressalta a cooperação na área nuclear. Nesse contexto, o processo de redemocratização de ambos os países até a metade da década de 1980 deu grande impulso às conversações, despidos da retórica militar que antes acompanhava as tomadas de decisões.

As relações diplomáticas, que já haviam estabelecido as bases para a troca de informações nos projetos das usinas nucleares em 1980, foram intensificadas. A partir disso, as negociações sobre a formação de um bloco econômico passaram do projeto à fase de implantação, com a posterior participação do Paraguai e Uruguai, os quais mantinham suas economias bastante ligadas a Brasil e Argentina. Esses dois países dificilmente poderiam se esquivar dos entendimentos entre os seus vizinhos, tanto pela importância dos seus saldos comerciais com eles, como pela questão geopolítica, que no caso da união aduaneira entre os dois últimos, tornava a situação dos países menores incerta.

Os países menores, como o Uruguai, Paraguai e Bolívia, perderam o espaço em que balouçavam, exercitando uma política pendular a fim de explorar a rivalidade entre o Brasil e a Argentina e assim obterem vantagens econômicas e comerciais. (MONIZ BANDEIRA, 2003 p. 469)

A aproximação entre o Brasil e a Argentina teve início quando da solução do conflito diplomático que envolvia a construção da Represa de Itaipu, abrindo assim possibilidades para o desenvolvimento conjunto. Porém o Conflito das Malvinas, a despeito do seu caráter trágico, teve o papel de fortalecer enlace momentâneo pelo qual passavam os dois países, aproximando-os a partir de suas relações militares e de forma decisiva na economia.

[...] Em razão da guerra pelas Falklands/Malvinas, a Argentina perdeu seus parceiros políticos e econômicos (Estados Unidos e Comunidade Econômica Européia), o que resultou num processo de “mudança” de rota de sua política internacional. A ênfase, no pós-guerra das Falklands/Malvinas, era nas relações com os países vizinhos, entre eles o Brasil [...] (ESPÓSITO NETO, 2006b, p.21).

A derrota no Conflito das Malvinas teve consequências não só para as Forças Armadas do país platino, como também a política local, ainda na mão da ditadura militar, a qual tentara reverter seu declínio no poder com o apelo a retomada dos territórios do Atlântico Sul. A cortina de fumaça que o Conflito lançou sobre a memória dos argentinos contrários ao governo em poucos dias se dissipou. Quando a esses se somaram também os descontentes com o fracasso na operação militar, a população argentina retomou com ainda mais vigor os protestos contra o governo argentino, que além da crise econômica, tinha que arcar com

também com a vida de quase 700 soldados. Nas palavras de Silveira, “Estranhamente, a tragédia das Malvinas representa um fato decisivo para a aproximação argentino brasileira” (SILVEIRA, 1992, p. ).

O Conflito das Malvinas tem importância também nas relações entre os EUA e os países sul-americanos. O apoio militar à Inglaterra durante o conflito foi um claro descumprimento do acordo do TIAR, preterido frente ao acordo militar do Atlântico Norte, revelando assim os limites da política de defesa dos EUA para a região e de como os países sul-americanos estavam postados em uma região periférica no mundo, trazendo as análises geopolíticas desses países para uma visão realista. Após o conflito, principalmente no Brasil, as lições da guerra foram tomadas no sentido de reverter sua posição dependente e buscar independência nas relações globais, no qual o programa nuclear ganha importância nesse sentido, com a elaboração do projeto do submarino com essa propulsão, porém, ainda sob o viés de um programa paralelo.

Na Argentina, durante o governo militar, de 1976 a 1983, e especialmente após o Conflito, a crise econômica fora amplificada. Uma das escolhas que teve maior peso sobre o desempenho da economia argentina foi a decisão da retirada de incentivos à indústria. Como aponta Moniz Bandeira (2003), o pensamento dos militares naquele momento no poder indicava que a Argentina deveria se dedicar ao que “fazia de melhor”, ou seja, ao seu potencial agrícola e agropecuário, devendo importar os demais produtos industrializados que necessitava. Dessa maneira, os militares apontavam para que o futuro do país na Divisão Internacional do Trabalho se estabelecesse como produtor de *commodities*, baseando a economia do país em um setor de alta volatilidade. Essa atitude estava dentro do Processo de Reorganização Nacional que a Junta Militar programava naquele momento, mantendo o câmbio supervalorizado, permitindo a entrada de produtos estrangeiros no país. Para Rogelio Frigelio, ex-ministro do presidente Arturo Frondizi, essa situação tornou o caso argentino impar na história, já que “A Argentina foi o único país no mundo a caminhar no sentido inverso da história da humanidade: desindustrializou-se” (FRIGÉLIO, 1983 apud MONIZ BANDEIRA, 2003 p. 440).

As forças armadas do país platino, que outrora fora uma das mais bem equipadas da América do Sul, sofreu com o embargo imposto pela Comunidade Econômica Europeia, da qual grande parte de seu material bélico provinha, sendo a Inglaterra uma das fornecedoras de navios e aeronaves. A falta de manutenção e as pesadas perdas sofridas no Conflito fizeram com que se buscassem alternativas para recompor sua frota, porém as forças armadas nunca

mais alcançariam o status que tinham antes do conflito, não podendo mais rivalizar em igualdade com as forças vizinhas. A Força Aérea Argentina, que se orgulhava de ter a principal força de ataque da América do Sul, contanto com uma frota bem equipada e moderna para a época, perdeu quase 60 aeronaves na batalha pelas ilhas. Já a Armada sofrera com a perda de alguns de seus navios, dentre os quais o *ARA General Belgrano*, seu principal navio, além de um submarino e outras embarcações menores.

Essa situação se mostrou impossível de ser contornada nos anos posteriores com a aquisição de novas peças, dado as dificuldades econômicas que a década de 1980 impôs aos países sul-americanos. A ajuda do Brasil e Peru nos momentos seguintes ao conflito contribuiu para que o país mantivesse suas atividades militares operacionais. Do lado brasileiro, essa ajuda no fornecimento de material militar deve ser entendida como o rompimento das históricas situações de ameaças com que se viam os dois vizinhos, pela primeira vez intercambiando material de defesa. Já ajuda do Peru pode ser vista pela ótica da manutenção dos históricos laços estratégicos que ligavam esses países em torno da rivalidade com o Chile.

Nesse aspecto deve-se ponderar que, para o Brasil a situação da derrota militar argentina tornava o convívio na comunidade sul-americana mais promissor, com seu principal oponente militar sem condições de rivalizar pela força, porém, sendo ele um importante parceiro comercial. Ao Brasil interessava assim a aproximação, como um ato estratégico, facilitada pela suspensão da ameaça militar argentina. Dessa maneira, mais uma vez recai sobre a questão de defesa um marco importante para a compreensão dos processos de integração América do Sul e o processo de aproximação que transformou Brasil e Argentina em parceiros comerciais.

A economia argentina, que desde os anos 1950 vinha em ritmo lento, sofrera pesadas perdas na década de 1980, quando os saldos das políticas de desindustrialização se mostraram mais danosos, somados a uma sobrevalorização da moeda local que beneficiava produtos manufaturados de origem externa e, também, ao protecionismo que os países da Comunidade Econômica Europeia aplicavam aos seus produtos agrícolas, na qual, as exportações argentinas de cereais penetravam cada vez menos, o que só se agravou com o desgaste da guerra com a Inglaterra.

O Brasil, apesar da recessão, desfrutava de uma posição melhor do que a da Argentina na década de 1980, sendo que as exportações de produtos industrializados para o país vizinho

creciam na medida em que sua indústria se tornava menos competitiva sem os incentivos do governo argentino.

As economias dos dois países se encontravam em condições diferentes naquele momento. A Argentina que até a década de 1950 era a maior economia da América do Sul perdeu fôlego paulatinamente, enfrentando dificuldades desde então. Já o Brasil, que enfrentara um surto desenvolvimentista, “evoluiu” economicamente, industrializando-se e ultrapassando o país portenho na segunda metade do século XX. No início década de 1980 a economia do Brasil já somava três a da Argentina, e mesmo com a crise e superinflação pela qual ambos passavam, o Brasil obteve melhores retornos na década, terminando o decênio com o PIB em cinco vezes o valor do argentino.

<b>Evolução dos PIBs de Brasil e Argentina na Década de 1980</b>		
<b>Ano</b>	<b>PIB do Brasil (em Bi de US\$)</b>	<b>PIB da Argentina (em Bi de US\$)</b>
<b>1980</b>	235,02	76,96
<b>1981</b>	263,56	78,68
<b>1982</b>	281,68	84,31
<b>1983</b>	203,30	103,98
<b>1984</b>	209,02	79,09
<b>1985</b>	222,94	88,42
<b>1986</b>	268,14	110,93
<b>1987</b>	294,08	111,11
<b>1988</b>	330,40	126,21
<b>1989</b>	425,60	76,64

**Quadro 2:** Evolução dos PIBs de Brasil e Argentina na Década de 1980. Fonte: THE WORLD BANK, 2012, Org. TEIXEIRA, 2013.

Os investimentos brasileiros em ciência e tecnologia, mesmo que comparativamente limitados com os países centrais, e fortemente orientados pelo Estado, conseguiram um sucesso excepcional no desenvolvimento de centros de tecnologia, base da indústria da ponta, associados com centros de pesquisa das Forças Armadas. As opções realizadas nos governos anteriores tornaram o país mais industrializado, mais dinâmico e também partícipe do comércio de alta tecnologia, do qual o setor de defesa se projetava como expoente nesse período com o anúncio de grandes vendas para mercados da América, Oriente Médio e África.

Dentre as empresas que tinham sua produção vinculada ao setor de defesa, a EMBRAER, ENGESA, Bernardini, Moto Peças S/A e Avibras estão entre as mais conhecidas. Essas empresas localizadas no eixo Rio – São Paulo, onde a cidade de São José dos Campos é o *locus* desse modelo desenvolvimentista, estavam associadas aos centros de pesquisa da Aeronáutica e Exército. O afastamento político entre Brasil e EUA na década de 1970, deflagrado pelos acordos nucleares com a Alemanha e o rompimento definitivo dos acordos bilaterais de defesa em 1977, deram impulso ao desenvolvimento nacional de tecnologias militares, onde os aviões e tanques tiveram grande destaque nesse ínterim. Ficava claro naquele momento para a classe militar do Brasil que estando sob a tutela dos Estados Unidos a disponibilidade de equipamentos modernos seria escassa e rara, e vislumbrando a possibilidade de desenvolvimento local, associado à industrialização de tecnologias de ponta, esse setor conseguiu se sobressair durante um breve momento.

A produção bélica alcançou nesse período níveis elevados, levando o país a participar por um curtíssimo tempo como um dos dez maiores fabricantes de armas do mundo, o que também gerou alguns mitos sobre a capacidade de nossa indústria militar, dentre os quais, que essa posição alcançada perdurou por toda a década de 1980.

O bom momento de nossa indústria era reflexo do recrudescimento da Guerra Fria para um novo momento de tensão, perpetrada pelo governo Reagan contra a União Soviética e, mais uma vez, o embargo que os EUA estabeleciam no comércio de armas a países não alinhados, o que levava ao aumento das encomendas de fornecedores como o Brasil, que não restringiam suas vendas a nenhum país.

A produção local de pequenos aviões de treinamento, veículos blindados e dos sistemas de artilharia de foguetes *Astros II* obtiveram um bom número de encomendas, despontando no cenário internacional a frente de concorrentes estadunidenses e europeus. No Oriente Médio, a Guerra entre Irã e Iraque pelos limites costeiros no Golfo Pérsico aumentou a demanda por tais equipamentos, com o Brasil fornecendo armas para ambos. A venda de sistemas *Astros II* para o Iraque foi uma das mais bem sucedidas para esse equipamento, que também alcançou vendas em outros países da região como Bahrein, Qatar e Arábia Saudita.

Já a Argentina não conseguira o mesmo sucesso industrial, o que se refletia também no desenvolvimento de seus equipamentos militares. O país que teve nos anos 1950 um início próspero para a sua indústria de aviação, não deu sequência aos projetos sofisticados que a tornaria uma importante concorrente nesse cenário. Dos projetos de que ainda mantinha em desenvolvimento na década de 1980, somente um avião de ataque leve conseguiu um número



de vendas limitadas na América do Sul, com os demais projetos paralisados pela falta de verbas e impossibilidade do próprio governo em apoiá-los.

Com a eleição do presidente Raúl Alfonsín (1983-1989) na Argentina e a do presidente José Sarney<sup>9</sup> (1985-1989) para o governo do Brasil, a aproximação entre os dois países se postou como ponto principal para suas políticas externas. Nos anos seguintes, esses presidentes se tornariam os dois mandatários que mais vezes haviam se encontrado até então na história das relações bilaterais. Com as frequentes visitas, instituiu-se um novo regime de aproximação, tendo como marco principal do processo de cooperação, o encontro de 1985 na cidade de Foz do Iguaçu, onde se produziu a declaração de mesmo nome, na qual se postulava o objetivo de integrar os dois países. No entanto, dado a debilidade em que se encontravam as duas economias frente à crise dos anos 1980, alguns entendimentos referentes ao intercâmbio comercial tiveram caráter emergencial, avançando por fora do projeto em vista.

As propostas que foram abordadas e acertadas em diversos memorandos de entendimento nas reuniões seguintes propunham, também, acordos com caráter estratégico, o que representava o maior salto nas relações bilaterais dos dois países, fatos impensáveis poucos anos antes. Dentre os temas estratégicos que estavam pleiteados nesses acordos, os referentes à energia nuclear merecem especial destaque, pois estão associados a um alto nível tecnológico e a possibilidade de uso militar desses conhecimentos, demonstrando assim, o grau de confiança elevado com que se construía a integração naquele momento pós-Malvinas.

Deve-se considerar ainda, que em ambos os governos militares, e após a queda desses, com as instituições militares já sobre o controle civil, mantinham programas nucleares paralelos, com o objetivo de alcançar a fabricação de artefatos nucleares e a construção de submarinos propulsados com essa energia, constituindo-se em segredos de Estado e que deveriam estar sob rígido controle. As várias visitas às instalações nucleares que foram realizadas por técnicos de ambos os países e as proposições de cooperação para o desenvolvimento conjunto de reatores a base de plutônio ressaltam ainda mais o grau de confiança adquirido nesse período (OLIVEIRA, 1998).

Entre 1980 e 1990, os dois governos assinaram nove acordos e declarações conjuntas a respeito do intercâmbio e desenvolvimento partilhado de tecnologias na área nuclear, e que até o ano 2000, chegariam a 22 acordos e declarações. Na década seguinte, porém, as conversações foram ampliadas para a comunidade internacional, fato derivado da visão

---

<sup>9</sup> Vice-Presidente, o qual assumiu a vaga deixada pelo presidente eleito Tancredo Neves, falecido antes da posse em março de 1985.

política dos governos nos anos 1990, o que levou a perda de foco nas ações bilaterais e tornaram o processo mais lento, como veremos mais adiante.

Os acordos firmados na década de 1980 tinham como objetivos principais, a cooperação para o desenvolvimento de energia nuclear para fins pacíficos; ampliar a autonomia de seus programas nucleares; o desenvolvimento conjunto de combustíveis nucleares; o desenvolvimento de um reator do tipo *fast breeder*; tornar os programas nucleares dos dois países complementares, com o intercâmbio de equipamentos e materiais; intensificar a prática do intercâmbio de visitas, informações e consultas sobre aspectos relativos ao desenvolvimento tecnológico, à segurança e proteção radiológica e a outras questões relevantes dos respectivos programas nucleares.

Já os programas nucleares “paralelos”, operados pelas forças armadas de cada país e entre elas de forma independente, não foram contemplados nesses acordos. Apesar da destinação do uso da energia nuclear para fins pacíficos estar presente em praticamente todas as declarações e acordos conjuntos, os militares mantinham pesquisas de cunho secreto que se destinavam à construção do artefato atômico e do submarino de propulsão nuclear. No Brasil, cada força armada mantinha um projeto paralelo independente, com objetivos e estratégias particulares para alcançar seguimentos diferentes do setor nuclear.

Na Argentina, tanto as pesquisas civis para a geração de energia, quanto os projetos militares secretos, estavam mais avançados do que os do Brasil. As usinas de Atucha I e Embalse Rio Tercero foram concluídas e operadas muito antes das brasileiras, fornecendo experiência para o avanço do programa argentino, do qual o Brasil só conseguiria igualar no fim dos anos 1980, quando já entravam em vigor os acordos de cooperação.

O projeto do submarino nuclear, tal qual no Brasil, era um dos elementos chave com os quais os militares argentinos estavam envoltos, e também um dos mais complexos. Sua continuidade, entretanto, enfrentou sérios problemas após a guerra com a Inglaterra e a crise econômica, praticamente paralisando os estaleiros onde seriam construídos os submarinos da Armada argentina.

Na década de 1970, o geopolítico Juan Enrique Guglielmelli já vislumbrava a integração na área nuclear entre Brasil e Argentina, entretanto, suas teses não haviam encontrado guarida no governo militar que então se firmava, tendo que esperar as reviravoltas da década seguinte e um governo civil, para que suas ideias se efetivassem.

Brasil e Argentina, dessa maneira, antes de formalizarem os acordos de cooperação econômica nos anos 1990, conduziram um processo de aproximação técnico-científico e de

caráter estratégico na década anterior, o que inverteu de forma decisiva a condicionante da rivalidade militar entre os dois países, que por mais de um século influenciou a postura dos governos e suas relações bilaterais. A aproximação econômica, assim, tornou-se natural, tendo como salva-guardas os acordos de cooperação nuclear e a retirada da retórica militar, o que proporcionou finalmente um espaço para a condução de uma aproximação na América do Sul.

Em 1986, após a assinatura da Ata de Foz do Iguaçu no ano anterior, deu-se início ao Programa de Integração e Cooperação Econômica, PICE, celebrado pela nova Ata De Integração Brasil-Argentina, que visava organizar o intercambio comercial entre os dois países. Esse acordo colocou em vigor uma série de protocolos que tinham como função tornar a integração um ato contínuo e harmônico, que nas palavras utilizadas na ata deveria ser baseado em flexibilidade, gradualismo, simetria e equilíbrio dinâmico.

Dando sequencia ao processo de integração, os presidentes Alfonsín e Sarney, assinaram em 1988 o Tratado de Integração Cooperação e Desenvolvimento, evolução natural do PICE e que celebrou 24 protocolos em diversas áreas de economia, como, transportes, siderurgia, automotivo, alimentício, bens de capital e cooperação nuclear, passando a ter como meta formal, a criação de uma área de livre comércio entre os dois países, com o prazo máximo de dez anos almejado para sua total implementação.

A cooperação evoluía rapidamente, tanto no sentido estratégico, com os acordos nucleares que serviam de sustentação para a confiança recíproca, como no setor econômico, certamente a que proporcionava maior visibilidade os atos de integração. Segundo Moniz Bandeira (2003), os acordos econômicos firmados tinham como cláusula, que se mantivesse o equilíbrio comercial entre suas trocas comerciais, e, caso se ultrapassasse um determinado valor de déficit entre as partes, o outro país agiria na compra de produtos do vizinho como forma de amenizar o saldo negativo na balança comercial.

No setor militar a aproximação entre as instituições avançava de forma mais lenta. As duas Marinhas, que já realizavam treinamentos conjuntos desde 1978, deram continuidade ao exercício anual batizado de *Fraterno*, mantendo os laços de amizade entre as duas forças. Já o Exército e Aeronáutica de ambos, como indica Moraes (2010), só iriam iniciar atividades conjuntas, de proposição própria, nos anos 1990, sendo que os exercícios entre as Forças Aéreas só se tornaria realidade nos últimos anos do século.

A despeito dessa falta de interoperabilidade, isso não impediu que em 1986 o governo argentino confirmasse a compra de 30 aeronaves da Embraer, modelo EMB-312 Tucano, para treinamento avançado de seus pilotos. Essa compra foi a primeira compra direta de

equipamento militar realizada pelo país platino do Brasil, desconsiderando-se o empréstimo dos aviões de patrulha marítima durante a Guerra das Malvinas e, também, a posterior doação pela FAB de 11 aviões Xavante.

Ainda no mesmo ano, e a pedido do comandante da *Fuerza Aerea Argentina*, iniciaram-se as conversações para o desenvolvimento conjunto de uma aeronave de pequeno porte, fabricada pelas respectivas indústrias aeronáuticas de cada país. A construção conjunta desse avião demonstrava mais uma vez a boa condução das relações bilaterais, articulando os recentes sucessos da empresa brasileira à ociosidade da indústria argentina, o que poderia traduzir-se em um importante conglomerado na área aeroespacial. As empresas de ambos os países eram mantidas sob controle estatal, sendo que a *Fabrica Militar de Aviones* (FMA) da Argentina, era uma empresa controlada diretamente pela Força Aérea Argentina e dependente de seus recursos, e a Embraer, uma empresa estatal, porém com maior autonomia e recursos financeiros.

Nesse mesmo ano, os presidentes dos respectivos países assinaram o acordo para a construção conjunta da nova aeronave, que teria uma divisão societária da ordem de 80% para o Brasil e 20% para a Argentina, com o nome escolhido para o novo avião sendo CBA-123, na qual a sigla significava Cooperação Brasil-Argentina, e o número, uma sequência dos projetos realizados pela Embraer.

A construção dos mecanismos de cooperação econômica e também a maior proximidade dos governos em setores estratégicos, com as forças armadas não mais observando o vizinho como o provável inimigo não significou, entretanto, a construção formal de um mecanismo de cooperação em defesa, restringindo-se a apenas algumas nuances do que entendemos como sendo uma efetiva cooperação nessa área. Como observa Moniz Bandeira a respeito da Ata de Integração assinada em 1986, esse entrave teria partido das Forças Armadas do Brasil, dado o relativo grau de independência e força política que cada arma ainda conservava para si:

Só não firmaram o protocolo sobre Cooperação na Produção para a Defesa, que inauguraria a colaboração entre as indústrias bélicas dos dois países, no momento em que as fábricas militares argentinas passavam a ser empresas de capital misto, em vez de órgãos do Ministério da Defesa. As dificuldades, aparentemente, partiram das Forças Armadas brasileiras, devido às suas próprias disputas internas, na Marinha, Aeronáutica e Exército, em torno de prioridades para tecnologia e produção de seus respectivos armamentos. (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.459)

A falta de perspectivas para a formalização de acordos na área de defesa deixou desguarnecida uma importante área para o desenvolvimento da cooperação no Cone-Sul. Dessa forma, a perda da oportunidade naquele momento, acabou por não concretizar um objetivo que no início do século já havia sido apontado como fundamental para a construção da integração e convivência dos dois países. A importância de se firmar um acordo no setor de defesa entre os dois parceiros era ainda mais importante no fim dos anos 1980 devido ao desequilíbrio de poder que se apresentava em favor do Brasil.

O descompasso entre os PIB na década de 1980 e a manutenção de uma estrutura militar focada na Bacia do Prata, com mais recursos e sem ter sofrido desgaste por uma derrota em conflito, despontavam o Brasil de forma decisiva à frente da Argentina. Esse desequilíbrio na balança de poder, entretanto, não pode ser encarado como benéfico para o Brasil, já que aí residia a disputa entre os antigos rivais, e que certamente não poderia ser apagada simplesmente do escopo geopolítico. Na década seguinte, as provas quanto à perda da oportunidade de se firmar um acordo em defesa e suas consequências seriam irrefutáveis.

### **3.2 - Os Acordos de Base Neoliberal e a Perda do Caráter Estratégico na Cooperação do Cone Sul**

O período de aprofundamento das relações entre Brasil e Argentina atravessou uma fase crítica da geopolítica e história mundial. De um lado, a crise que se arrastou por toda a década de 1980, transformando-a na “década perdida”, e por outro, a queda do Muro de Berlim e a consequente dissolução da União Soviética, os quais fundamentaram novas concepções sobre uma Nova Ordem Mundial vigente, acabou dando vazão a uma “ideologia dos vencedores”, apontando o capitalismo de ordem neoliberal como a “única” escolha possível para o mundo, fator que moldaria boa parte das ações dos países nos anos 1990, estabelecendo o que seria conhecido como o “Consenso de Washington”, receituário para o desenvolvimento macroeconômico de países em dificuldade.

Na América do Sul, a aproximação no Cone Sul a partir dos entendimentos Brasil-Argentina levou o Paraguai e o Uruguai a aproximarem-se desses dois atores, pleiteando a sua participação no processo de integração econômica que se esboçava. Já as relações entre a Argentina e Chile entraram em um processo de distensão das relações políticas. As questões

territoriais que quase levaram ao conflito em 1979 foram superadas, sendo que ambas as partes aceitaram a oferta de resolução do conflito, em 1984, proposta pelo Papa João Paulo II, pondo fim às históricas questões territoriais.

As alianças que orientavam as políticas externas desses países, e que eram baseadas em entendimentos estratégicos não formalizados de forma a equilibrar a balança de poder na região, sustentadas pelas “rivalidades” intercaladas do continente, como eram as relações Brasil-Chile e Argentina-Peru, se desfizeram, sendo então substituída por uma proposta de integração no eixo Brasil-Argentina.

Com a rivalidade no Cone Sul superada, a região ingressou em uma nova fase, na qual se vislumbrava a possibilidade de não ter questões relativas ao poder militar como fator influente nas tomadas de decisões dos governos locais, e sim, uma aproximação que finalmente fizesse valer as intenções de aproximação política e econômica que desde o início do século XX já haviam tencionado.

A construção da cooperação a partir dos anos 1980, com a elaboração de um projeto baseado nas duas principais economias da região, entretanto, não avançou para um projeto de integração regional que abarcasse os outros países sul-americanos, resumindo-se ao Cone Sul apenas. Dessa maneira, a América do Sul passava a ter nesse momento duas configurações regionais distintas. Uma delas, com vistas à integração com possibilidade de uma aproximação estratégica, onde a ameaça armada havia sido aparentemente superada; e outra ainda sobre o permanente antagonismo entre conflito e cooperação. Dessa maneira, a partir do fim dos anos 1980 com a aproximação no Cone Sul, começa a se configurar uma divisão que Héctor Saint-Pierre (s/d *apud* MEDEIROS FILHO, 2008) observa como compartimentalizada em dois arcos: um sobre um regime de estabilidade através de seu projeto de integração e distensão da rivalidade; e outro ainda sob a influência da rivalidade e da possibilidade de conflitos:



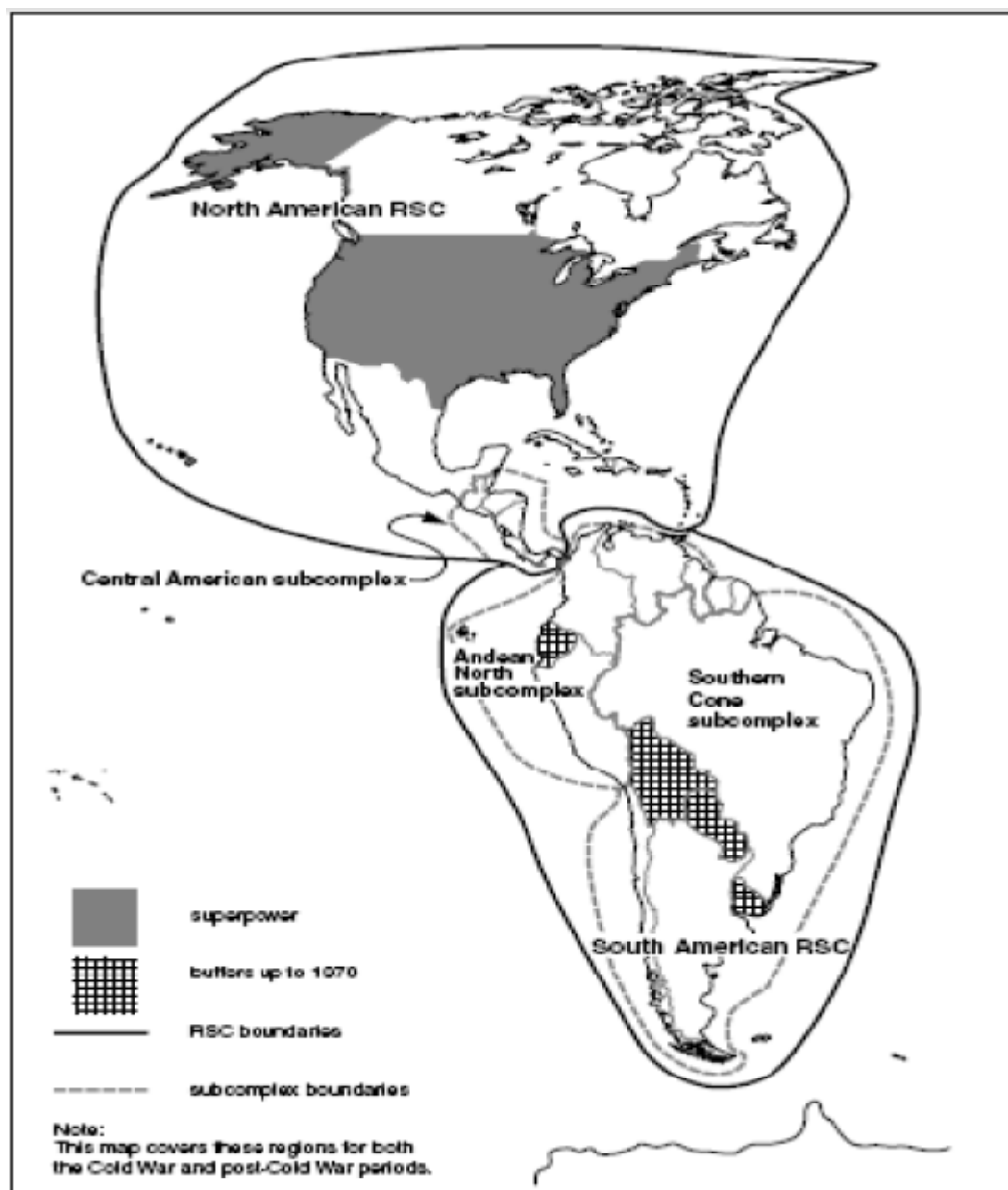
Fonte: MEDEIROS FILHO, 2008.

**Figura 4:** Arcos da Estabilidade e Instabilidade no entendimento de Medeiros Filho (2008).

Esse apontamento encontra similaridade na proposta de Buzan e Weaver (2003), aproximando-se dessa configuração a partir de uma perspectiva construtivista das Relações Internacionais, os quais entendem a América do Sul como um Complexo Regional de Segurança (RSC – *Regional Security Complex*). Na visão desses autores, há uma fratura dentro desse RSC, representada pela região noroeste do subcontinente, ou região do Norte Andino, dividindo assim a América do Sul em dois sub-complexos de segurança, com Uruguai, Bolívia e Equador servindo de zonas de “amortecimento”.

O processo de integração econômica entre Brasil e Argentina, que depois agregou de forma oficial Paraguai e Uruguai, e também Chile e Bolívia como associados, para Buzan e Weaver (2003), levou à constituição gradual de um processo de securitização entre esses estados, apontando para a construção de uma comunidade de segurança. Em contrapartida, a Região Andina continuou a conviver com os antigos problemas de rivalidade entre seus estados sob, a cada vez mais ineficiente, Comunidade Andina figurando como uma tentativa de formalização de um bloco econômico. Para os autores, existe uma visível reorganização das forças militares no Cone Sul – que discordamos em parte, como demonstraremos no

próximo capítulo – para uma postura defensiva, comparativamente ao que ocorre no Norte Andino, reforçando a divisão em dois sub-complexos de segurança.



**Figura 5:** Complexos regionais de segurança no continente americano, segundo Buzan e Waever. Fonte: MONTEIRO, 2011, p.12

Demonstrando essa diferenciação, a possibilidade de conflitos entre os países região noroeste da América do Sul não se esvaiu, levando a novos confrontos no período recente. O Conflito entre Equador e Peru no ano de 1995 trouxe a tona mais uma vez a indissolubilidade das disputas fronteiriças na região andina, sendo essa a terceira vez no século XX em que esses dois países recorriam às armas para solucionar os seus problemas de limites. O Equador



que havia tido resultados desfavoráveis nos outros dois conflitos dessa vez havia se preparado, posicionando tropas e sistemas de defesa na fronteira, obtendo assim a vitória militar no conflito.

A situação econômica peruana era de penúria no início dos anos 1990, tendo enfrentado grave crise econômica da qual ainda tentava se reerguer, não se encontrando em condições de enfrentar uma nova contenda (GALASTRI, 2005). Entretanto, a manutenção por ambos os lados de tropas próximas a fronteira em litígio, contribuiu para a eclosão do conflito entre Equador e Peru.

Em janeiro de 1995 após breves encontros de patrulhas equatorianas com soldados peruanos ocorreram trocas de tiros entre as guarnições, e em seguida os dois países atacaram-se com o auxílio de helicópteros, promovendo a escalada do conflito, que levou a cerca de 500 baixas em pouco mais de um mês de confrontação. Apesar do curto período, o conflito avançou para o uso da aviação militar, ocasionando alguns combates aéreos entre as aeronaves de caça e o bombardeio de posições inimigas, demonstrando disposição para o enfrentamento em que se encontravam os dois países. Também nesse caso, a localização das bases aéreas com esquadrões de ataque na proximidade das fronteiras foi outro fator que agregou força ao conflito, possibilitando o envio imediato para o cenário do conflito desses aviões.

Nos acordos posteriormente firmados entre os dois países, com a mediação empreendida pela Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), ficou reconhecido a influência das tropas na proximidade da fronteira em litígio para a eclosão do conflito (ORTIZ, 1999), sendo que um dos pontos definidos nesses acordos foi a retirada de efetivos militares da região da Cordilheira do Condor, com vistas a evitar a possibilidade de incidentes e a escalada de um novo conflito.

Outra questão que contribuiu para o confronto foram os baixos níveis de aceitação dos presidentes dos dois países, sendo que no Peru, Alberto Fujimori preparava a campanha para tentar a reeleição, tornando a opção pela demonstração de força militar viável, tal como ocorrera na Argentina em 1982.

A colaboração da MOMEPE para a solução do contencioso levou a criação de uma série de mecanismos para o estabelecimento de uma balança de poder militar entre os dois países. Segundo Ramón Ortiz (1999), esses acordos previam a comunicação bilateral prévia de manobras militares e da compra de armamentos, através de uma comissão estabelecida para tal. Mas como ressalta o autor, essa comissão logo se mostrou limitada, dado a iniciativa

peruana de repor suas aeronaves militares com a compra de caças *Mig-29* e *Sukhoi-25*, fator que “aqueceu” os ânimos novamente das relações com o Equador.

Esse último confronto desenvolvido entre Equador e Peru em 1995, provara mais uma vez que os mecanismos pautados em intercâmbios comerciais, como eram os que fundamentavam a CAN, não eram suficientes para garantir a elevação do nível de segurança entre os Estados membros, principalmente em regiões onde se concentravam disputas históricas e que ainda permeiam o pensamento popular. O uso político do conflito, com objetivo de aumentar a popularidade através da resolução bélica das antigas contendas pode se tornar alvo fácil para investidas de grupos políticos, como fora o caso de Fujimori. Ainda assim, ressaltamos o papel da construção do imaginário nacional baseados na dimensão territorial em países de origem colonial, tal qual nos apresenta Moraes (2000). Além disso, os militares na América do Sul tem uma forte ligação com a pátria, sendo o seu guardião incontestado:

Nesse ambiente regional, os exércitos nacionais jogam um papel fundamental. Nele, os militares constituem agentes “securitizadores” historicamente privilegiados. Na América do Sul, a história de formação dos Estados Nacionais possui forte relação com a história de seus exércitos, a ponto dos militares se autoidentificarem como a própria “encarnação da pátria”. Tais aspectos têm credenciado os militares como atores centrais na elaboração da “grande estratégia”, o que inclui elementos da política externa. (MEDEIROS FILHO, 2010, p.198-199)

A rivalidade entre Equador e Peru, ainda nessa perspectiva, que por diversas vezes no século XX evoluíra para o confronto aberto, estaria ligado mais a uma questão simbólica, do que a questões econômicas alocadas ao território em disputa. Para Bonilla (1999 *apud* GALASTRI, 2005, p.85) a motivação para o conflito entre os dois países “estaria na questão territorial como fonte de identidade nacional e, portanto, como instrumento de legitimação do próprio Estado”. Ramón Ortiz observa que isso foi um dos pontos que tiveram relevância nos acordos de paz, reconhecendo a influência simbólica no conflito:

Además, los acuerdos alcanzados prestan especial atención a los aspectos simbólicos del conflicto. De hecho, durante el último medio siglo, la confrontación ecuatoriana-peruana estuvo alimentada más por la relevancia política del conflicto en ambos países que por la importancia en términos estratégicos y económicos del espacio geográfico en juego. De hecho, el margen de 78 kilómetros de trazado fronterizo pendiente de demarcar era suficientemente reducido como para que el triunfo de las tesis de uno u otro contendiente no supusiese una modificación territorial sustantiva. Por otro lado, el valor económico del territorio era muy escaso. Los rumores sobre la existencia de importantes yacimientos de oro, petróleo o uranio en la frontera demostraron carecer de fundamento. Además, incluso si Quito conseguía el ansiado puerto amazónico, su relevancia económica sería mínima ante la carencia de una

infraestructura de comunicaciones que conectase este enclave con las regiones más desarrolladas del país. (ORTIZ, 1999, p.1).

Mesmo sendo estados partícipes do processo de integração da Comunidade Andina de Nações, isso não impediu a eclosão do conflito entre esses possíveis parceiros comerciais. Bonilla (1999 *apud* GALASTRI, 2005, p.86) descreve que no momento da eclosão do conflito a interdependência econômica entre Peru e Equador era quase nula, representando menos de 1% das exportações do primeiro para o segundo, e que após o conflito a fronteira entre os dois países permaneceu fechada para o comércio bilateral por seis meses, sem grandes prejuízos observados. A ausência de interdependência econômica é um fator que deve ser observado com atenção, já que ambos se enquadravam como membros oficiais da CAN desde 1969, o que de fato, representa resultados pífios dessa organização para o comércio bilateral entre esses dois países com disputas territoriais, revelando a prevalência de questões de rivalidade militar sobre as intenções de integração econômica. A condução do processo de integração econômica vislumbrado pela CAN ficava assim bastante prejudicada pelo clima de beligerância promovido entre seus membros, sendo que o processo iniciado no fim da década de 1960, já havia se tornado moroso, praticamente encontrando seu fim no início dos anos 2000.

Torna-se impraticável, a nosso ver, a construção de mecanismos de cooperação econômica sobre bases conflituosas entre seus sócios, carecendo de acordos no âmbito político e militar para minimizar possíveis tensões e lograr sucesso em outros campos da integração.

Outra situação de disputa, mas que não chegou a desencadear um conflito foi o incidente entre Venezuela e Colômbia em agosto de 1987, conhecido como o incidente da Corveta *Caldas*, também entre membros da Comunidade Andina. O incidente em questão ocorreu quando uma corveta da Armada Colombiana ingressou nas águas do Golfo da Venezuela, local onde até então não existia acordo sobre os limites marítimos entre os dois países. O ato desencadeou uma séria crise, com a mobilização imediata das forças armadas colombianas, já que a corveta *Caldas*, navio que adentrara nas águas em disputa, fora sobrevoada por aeronaves venezuelanas e confrontada por unidades da Armada desse país, o que no entendimento da Venezuela, respondia a provocação do envio do navio por parte da Colômbia.

Durante a crise, que durou cerca de 10 dias, os dois países mobilizaram seus exércitos para a fronteira comum, movimento facilitado pela concentração de importantes unidades de

ambos os países próximo à região do incidente. Mais uma vez, a proximidade de unidades militares da zona em questão teve relevância para entender a rápida evolução da crise que, porém, não se tornou um confronto aberto devido à mediação da OEA e do presidente argentino Raúl Alfonsín, prevalecendo, entretanto, a animosidade entre os dois países. Esses fatos contribuem para o entendimento da diferenciação com que passou a contar a América do Sul, já que na região noroeste prevalecem as hipóteses de confrontação armada.

Comentando sobre a situação específica dessa região, Medeiros Filho (2008) lembra que, um dos fatores que contribuem para a manutenção da situação de “instabilidade”, seria a influência externa com que sofrem os países do setor noroeste da América do Sul. Nesse sentido, como aponta o autor, a influência dos Estados Unidos na “instabilidade” foi primeiramente discutida por Mario Travassos, na década de 1930:

Cumpre destacar que, já na década de 1930, Travassos se referia a “*instabilidade geográfica do canto noroeste do continente*”. Na segunda parte de seu livro (signos de inquietação política), Travassos escreve o capítulo VI – Influência norteamericana, em que procura demonstrar que a influência que o potencial yankee exerce sobre os países americanos obedece a fatores puramente geográficos. Para ele a instabilidade estaria diretamente relacionada à influência dos Estados Unidos e teria causas puramente geopolíticas: “*justo porque está numa das extremidades da massa continental, se mostra presa fácil a influências extra-continetais*”. (MEDEIROS FILHO, 2004, p. 15)

Escrito na década de 1930, o livro de Travassos se mantém atual nesse sentido, na medida em que a interferência estadunidense na região continua ativa e tem justamente nessa porção do continente a sua maior inserção de militar.

Com relação à região definida por Saint-Pierre como “Arco da Estabilidade”, a cooperação entre Brasil e Argentina ganhou contornos oficiais no início da década de 1990, sendo que em 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, foi estabelecido o MERCOSUL, e em 1994 com o Tratado de Ouro Preto, o Bloco passou a ter personalidade jurídica e a ser reconhecido internacionalmente como organização, marcando o início da segunda fase da cooperação sul-americana.

A cooperação pretendida no documento assinado em Assunção, entretanto, deixava de conter o caráter estratégico com o qual se havia flertado nos anos 1980, não inserindo como parte desse acordo os entendimentos de cooperação nuclear, construção aeronáutica e demais questões discutidas no fim dessa década e que caso tivessem se institucionalizado a partir do novo bloco, teriam contribuído para elevar a confiança bilateral e o processo de integração.

Dessa maneira, no momento decisivo de aprofundamento dos tratados celebrados no fim dos anos 1980, deixava-se de incluir outras questões de ordem política e industrial, para obter foco sob uma cooperação exclusivamente econômica. Da mesma forma, em nenhum momento se propõe iniciativas com vistas à construção da confiança recíproca entre as partes do Tratado, como medidas de intercâmbio militar, abertura de informações sobre as forças armadas ou publicação de livros brancos de defesa.

Em comparação aos tratados assinados nos governos Sarney-Alfonsín em 1986 e 1988, em relação ao Tratado de Assunção, segundo aponta Almeida (2011), houve uma passagem de um modelo de cooperação baseado em “complementaridade gradual”, para um modelo econômico liberal e livre-cambista. O autor aponta ainda que tal mudança aparece primeiramente na Ata de Buenos Aires de 1990, sendo que o Tratado de Assunção faz uma cópia *ipsis litteris* de suas intenções, transformando o projeto de integração que antes era baseado em um modelo “dirigista industrializante”, em um “comercialista liberalizante”.

Repetiam-se em grande parte, as intenções em que se baseavam as iniciativas da CEPAL, na qual o projeto de integração figurava eminentemente sob as bases de “trocas comerciais”, com a redução de tarifas aduaneiras, porém, naquele momento no contexto do pós-Guerra Fria, na qual a corrente neoliberal tornara-se praticamente hegemônica na condução das políticas estatais do ocidente. Como diferenciação do modelo cepalino, as novas bases da integração sul-americana, lançadas pelo MERCOSUL e pela reformulação do Pacto Andino, buscaram orientar suas economias para o exterior, atraindo investimentos externos, funcionando como um canal de inserção na economia internacional (SARAIVA; TEDESCO, 2001).

Ao atrelar o processo de integração a bases puramente econômicas, Brasil e Argentina, ao qual também se associaram Paraguai e Uruguai, relegaram a pretendida cooperação a fatores que naquele momento, com a adoção de medidas neoliberais pelos governos Menem e Collor de Melo, ficavam a mercê de fluxos que a princípio esses Estados não teriam controle, privatizando dessa forma a integração. Soma-se a isso a falta de associabilidade dos processos produtivos entre os países do bloco, o que iria se revelar um dos fatores limitantes para as intenções de integração já nos anos 1990.

A convergência ideológica dos Presidentes Collor e Menem foi determinante para a aceleração das políticas de liberalização comercial. A integração bilateral, concebida no período Sarney-Alfonsín como projeto de integração de unidades produtivas para a formação de empreendimentos regionais de larga escala, transformou-se em um projeto concentrado na abertura comercial. O “espaço econômico comum” previsto pelo Tratado de 1988 foi lido sob a ótica de mercado ampliado para fins comerciais,

sem necessariamente uma complementaridade estratégica de setores. (CANDEAS, 2010, p.221)

Em relação aos aspectos da política de Defesa adotados pelos governos de Brasil e Argentina, o que se notou nos governos eleitos nos anos 1990 foi a subordinação estratégica aos EUA, concordando espontaneamente com seu cerceamento militar e capacidade de dissuasão, perdendo dessa forma a iniciativa independentista vislumbrada no momento após a Guerra das Malvinas.

No Brasil a crescente indústria de Defesa que havia conseguido alguma relevância comercial na década de 1980, sucumbiu aos erros de gestão e a falta de apoio dos governos civis. Os governos Fernando Collor de Melo e Fernando Henrique Cardoso, respectivamente, revelaram e abdicaram de um programa nuclear com fins militares. Mesmo sendo partícipe do Tratado de Tlateloco de 1967, que preconizava uma América Latina livre de armas nucleares, o Brasil mantinha um programa nuclear paralelo, o qual foi definitivamente encerrado após ser revelado pelo presidente Fernando Collor. Anos depois durante o governo de Fernando Henrique Cardoso, o Brasil assinou o Tratado de Não Proliferação de armas nucleares (TNP), o que na prática significava o congelamento do poderio nuclear aos países já possuidores desses engenhos, e quase ao mesmo tempo foi seguido pela Argentina, que buscava demonstrar suas intenções pacíficas frente à comunidade internacional.

Nesse sentido, no governo Menem (1989 – 1999) o país portenho cancelou o projeto do míssil balístico *Condor II*, que teria cerca de mil quilômetros de alcance, e privatizou sua Fábrica Militar de Aviação. Além disso, ambos os países assinaram o acordo internacional sobre mísseis balísticos MTCR (*Missile Technology Control Regime*). Esses pontos demonstraram a permissividade dos dois países a mecanismos de cerceamento tecnológicos unilaterais, já que restringiam o acesso de países emergentes a tecnologias de uso dual (de caráter tanto civil como militar), como eram os programas nucleares e de veículos lançadores de satélites, sobre o signo da não proliferação de armas estratégicas e preservação da paz.

Excetuando a postura similar frente a esses tratados internacionais, as políticas externas de ambos demonstraram a falta de associabilidade, o que se tornou um fator negativo para a consumação do processo de integração. Nesse sentido, questões relativas à Defesa mais uma vez vieram a tona, levando a divergências na política externa já no início dos anos 1990.

A Argentina que desde a Guerra das Malvinas passava por um declínio nas suas forças armadas procurou novamente sua inserção subordinada aos EUA, objetivando com isso recuperar seu poderio perdido no conflito dos anos 1980, partilhando do novo contexto da

política mundial como um dos parceiros privilegiados dos Norte-Americanos. Para isso, ao assumir o novo governo chefiado por Carlos Menem, uma das primeiras iniciativas de sua gestão foi alterar seu posicionamento na ONU de forma a coincidir seus votos com o dos EUA (SARAIVA; TEDESCO, 2001), levando a divergências com o Brasil. Essas posturas conflitantes entre os parceiros do bloco são reveladas na posição favorável do governo argentino à intervenção estadunidense no Haiti, em 1994, e no lançamento da candidatura argentina a uma vaga no Conselho de Segurança da ONU, concomitante e concorrente à do Brasil (MONIZ BANDEIRA, 2003), o que deve ser entendida como tentativa de manter-se equiparada ao vizinho.

Uma das nuances da nova política externa argentina levada a cabo pelo governo Menem, foi a retomada dos contatos bilaterais com a Inglaterra, o qual beneficiava de maneira direta o relacionamento da Argentina com os EUA e a Comunidade Europeia. Essa postura visava tornar a Argentina mais atrativa para o mercado internacional, tranquilizando os investidores quanto às intenções do país no cenário internacional, principalmente os de origem estadunidenses e europeus.

Quando da eclosão do conflito entre Iraque e Kuwait, em 1990, as posturas dos membros do MERCOSUL tornaram a se opor. Enquanto o Brasil ainda detinha estreitas ligações com o governo de Saddam Hussein, sendo esse um dos principais parceiros no Oriente Médio e com uma extensa lista de importações e serviços adquiridos, o Brasil manteve uma postura neutra durante boa parte do conflito que se iniciava. Já a Argentina, que não mantinha relações comerciais com o Iraque como o Brasil, logo aderiu aos protestos internacionais ao lado dos EUA e Europa, condenando a postura iraquiana na invasão de seu vizinho.

Uma das iniciativas mais inusitadas no sentido de apoiar a postura enérgica da coalizão liderada pelos EUA para retirar as forças iraquianas do Kuwait, foi o envio por parte da Argentina de dois navios de guerra para o Golfo Pérsico, decisão unilateral da presidência, sem consultar o congresso e países:

Durante o período o feito mais controvertido foi, sem dúvida a participação argentina na Guerra do Golfo. O presidente Menem decidiu enviar os navios de guerra sem consultar previamente o Congresso e os países vizinhos. O Chanceler Cavallo argumentou que esta decisão ajudaria a integração da economia argentina no mundo, incrementaria os níveis de investimento estrangeiro e, portanto, significava uma continuidade das reformas econômicas domésticas (Clarín, 19/9/90:5). Neste caso, a política externa aparecia, novamente, atada à estratégia econômica. (SARAIVA; TEDESCO, 2001, p.133).

A diferença na condução das políticas externas dentro do MERCOSUL certamente foi um dos fatores desagregadores com que o Bloco recém criado teve que conviver. Apesar de um cenário internacional no qual a ideologia em voga apostava no fim dos conflitos interestatais, e conseqüentemente, na não necessidade de investimentos nos setores de Defesa, o que se notou foi a continuidade de conflitos em outras partes do globo, pautado pelo poderio dos EUA/OTAN contra Estados nomeados como “fracos” ou fracassados.

No fim da década de 1990 o Brasil já havia alcançado a superioridade econômica e militar sobre a Argentina. No fim desse período, a grave crise econômica que se abateu primeiro sobre o Brasil e depois mais fortemente sobre a Argentina, foram reflexos de processos externos que vinham assolando a Ásia e Rússia, e reverberaram fortemente na América do Sul, ocasionando sobressaltos internos, principalmente com relação ao valor cambial entre a moeda norte-americana e os valores do Real e a manutenção da conversibilidade do Peso.

As políticas adotadas em momento anterior haviam valorizado artificialmente essas moedas nacionais, possibilitando a importação de insumos e materiais industrializados de fora com grande vantagem. Porém, o caminho inverso dos produtos brasileiro e argentino, ou seja, a exportação era fortemente prejudicada pelo elevado valor dessas moedas, tornando os produtos produzidos nesses países menos competitivos com congêneres de outros. Apesar do relativo sucesso do MERCOSUL na elevação do comércio bilateral, que em grande parte foi mais benéfico para o Brasil do que para a Argentina, ambos os países sofreram com a crise econômica que se apresentou no fim da década.

Ao mesmo tempo, a política externa do governo Carlos Menem continuou a buscar sua inserção no novo sistema internacional através da subordinação estratégica ao governo dos EUA. Em 1996 em visita a capital dos EUA o presidente Menem solicitou a elevação do status da Argentina ao patamar de Aliado Preferencial Extra-OTAN (*Major non-NATO Ally – MNNA*).

Essa disfunção entre a iniciativa de integração com o Brasil, por vias econômicas, e a iniciativa de aderir a um sistema de benefícios militares voltado para os EUA, tem sérias implicações para a consecução da cooperação na América do Sul. A questão mais importante é a não inclusão de mecanismos de confiança mútua no escopo do sistema do MERCOSUL. Sendo as questões militares um dos fatores que reconhecidamente mais influenciaram as posições divergentes entre Brasil e Argentina ao longo de suas relações, pode-se concluir que essas questões ainda tendiam a afetar o equilíbrio regional, principalmente em um momento



em que a balança de poder, que historicamente se mantivera equilibrada, passava a pender decisivamente para o Brasil.

Leonel Itaussu Mello, ao discutir a situação do equilíbrio de poder no Cone Sul destaca a posição brasileira como preponderante nesse momento. Segundo Mello, o Brasil assumiu na América do Sul não uma posição de hegemonia, mas de preponderância, pois a posição hegemônica no continente americano continuava a pertencer aos EUA. A preponderância brasileira, segundo o autor, é resultado da convergência da política de poder desse país na região platina e de sua modernização conservadora. Para tanto, Mello se utiliza do pensamento de Raymond Aron, na qual a ideia de preponderância é estabelecida como uma posição intermediária entre o equilíbrio e a hegemonia:

Por outras palavras, o que tipifica a preponderância é que o peso ou a influência superiores de uma certa unidade não lhe conferem, necessária ou automaticamente, uma posição de supremacia ou de comando nas suas relações com as unidades mais fracas que integram a constelação política (MELLO, 1996 p. 49).

Estando a Argentina em situação de declínio no sistema sul-americano, uma aliança privilegiada com a potência hegemônica do continente voltava a figurar como uma possibilidade real, assim como fora tencionado no fim dos anos 1970, quando a ditadura militar planejava tornar o país o principal aliado dos EUA no continente. Dessa maneira, a intenção argentina com a solicitação de sua inclusão em um sistema de benefícios militares deve ser entendida como a estratégia do país para recuperar o *status quo* que fora perdido, mesmo que isso significasse desentendimentos entre os membros do MERCOSUL, estabelecendo assim, uma preferência por um acordo militar com a superpotência e relegando o projeto de integração econômica regional a um segundo plano.

O objetivo de tornar um país Aliado Extra-OTAN para os EUA era condicionar em sua estrutura de poder pontos de apoio à sua estratégia de ação global. Dessa maneira foi instituída essa categoria de parceria em 1989, pelo governo George Bush, com vista principalmente ao fortalecimento militar do país a que fosse concedida essa condição, sendo que os primeiros países a serem elevados a esse nível de parceria estratégica foram Austrália, Japão, Coréia do Sul, Israel e Egito, *hot spots* da geopolítica estadunidense. Com isso as empresas dos EUA - com o aval pré-estabelecido pelo congresso - poderiam fornecer materiais estratégicos, serviços e parcerias em pesquisa e desenvolvimento, sem passar pelos obstáculos legais que circundam essas vendas na legislação dos EUA, e que somente era anteriormente liberado aos aliados da OTAN. No entanto, o país receptor e designado como

aliado prioritário dos benefícios deveria demonstrar a sua importância na promoção da geoestratégia dos EUA, e também de que forma a melhora na sua capacidade militar contribuiria para essa promoção.

Dentre outros benefícios que poderiam ser concedidos aos *non-NATO Ally* estavam: a compra de munição de urânio empobrecido; a prioridade na entrega de suprimentos; a possibilidade de manutenção de estoque de material militar para guerra (material dos EUA estocado no país aliado); e a possibilidade de importação de tecnologias espaciais (UNITED STATES PRINTING OFFICE, 2012). Assim, o governo argentino ambicionava transformar seu país em receptor de materiais de defesa de forma preferencial, recuperando seu poderio militar perdido nos anos 1980, e se equiparando a países como Israel, Japão e Coreia do Sul na estratégia militar norte-americana.

A tentativa de associação argentina a um mecanismo que tem como premissa o fornecimento de treinamento e material militar de forma prioritária, causou reações imediatas do governo brasileiro. O então presidente Fernando Henrique Cardoso (1995 – 2002), teria reagido com a declaração “E é aliado dos EUA contra quem?” (MONIZ BANDEIRA, 2003, p.503). Já o ex-presidente e então senador José Sarney, em artigo publicado em Abril de 1997 no Jornal *O Globo*, declarou de forma aberta a ameaça dos EUA através de sua pressão militar ao MERCOSUL, transformando a Argentina em aliado preferencial de suas vendas de material de defesa, o que, associado ao oferecimento de aviões e mísseis ao Chile, teria como função isolar o Brasil, deflagrar uma corrida armamentista no Cone Sul e dividir os países em seu projeto de integração (SARNEY, 1997). Com uma opinião bastante incisiva sobre essa questão e abordada de forma aberta na imprensa brasileira, o ex-presidente comentou:

Acredito que vamos entrar numa área de turbulência e pressões ao Mercosul. As investidas citadas já são indícios, mas há algo mais. Estamos ameaçados de investidas mais sérias para dividir-nos. Estas vão desde o aliciamento dos nossos parceiros, para participar do Nafta, sem o Brasil, até convites para figurar no Bloco Militar da Otan. Esta última manobra é cruel.

O que isto significa? O Chile acaba de mover-se para compra de armamentos estratégicos, aviões de última geração que afetam o equilíbrio militar da área. A Argentina é oferecido ser "aliado preferencial, não participante da Otan". Isto significa o fornecimento de equipamento militar, treinamento, acesso a tecnologias bélicas de ponta. (SARNEY, 1997, p.7).

Os EUA, dessa maneira, passavam a acenar para o Cone Sul com propostas de enlace econômico e militar de forma particular em cada país, buscando conquistá-los aos seus projetos de cooperação, oferecendo “regalias” militares, como forma de não permitir a integração desses países. Continuava a valer, assim, os escritos de Nicholas Spykman (2008)

sobre a possibilidade de emergência de um sistema antagônico aos EUA no continente americano. Caso viesse a surgir um sistema combinado entre os países do Cone Sul, esse deveria ser respondido pela potência do norte de maneira decisiva, sem se deixar ser desafiada em sua área imediata de influência.

Nesse sentido a Área de Livre Comércio das Américas também teria a função de desarticular o processo de integração centrado na América do Sul, com a CAN e MERCOSUL, e orientar esses países diretamente para os EUA, tornando-os fornecedores de matérias primas e receptores de tecnologia desse país, fortalecendo a dependência externa do subcontinente.

Em 1999, em nova visita a Washington, o presidente argentino solicitou a inclusão do país como membro efetivo da Organização do Tratado do Atlântico Norte, revelando mais uma vez as suas intenções de participar formalmente de um sistema de cooperação militar, e mais uma vez sem consultar os países vizinhos membros do MERCOSUL. As reações quanto a essa proposição foram imediatas, tornando a intenção argentina polêmica. Na Europa, as intenções argentinas se apresentaram como risíveis, já que não havia sentido a adesão do país fora do eixo do Atlântico Norte a um sistema de cooperação que a ele se restringia, pela simples posição geográfica desse país. No Brasil, mais uma vez a decisão argentina foi apresentada com surpresa, reagindo através do Itamaraty com a seguinte nota:

Caso eventualmente venha a se concretizar, a vinculação formal da Argentina a OTAN introduziria elementos estranhos no contexto de segurança regional sul-americano. Teria, portanto, consequências palpáveis para o Brasil, que estarão sendo analisadas em todos os seus aspectos de natureza política e militar. (EMBAIXADA ARGENTINA, 1999)

O que se apreende sobre a política platina de buscar a inserção em um sistema de cooperação militar tal como a OTAN, ou ser elevada ao nível de aliada preferencial dos EUA é de que Argentina militarmente enfraquecida não era concebível para sua elite, sob a qual sempre residira certo prestígio do país e o equilíbrio com seus vizinhos. Mesmo estando inserida em um bloco econômico com o Brasil e sem disputa territorial com o Chile, a ausência de um sistema de cooperação em defesa que garantisse um equilíbrio de forças no sistema sul-americano, a nosso ver, impeliu a tomada de decisão argentina de buscar filiação à OTAN naquele momento, numa tentativa frustrada de recuperar sua capacidade militar perdida nos anos 1980.

O período dos governos Menem-Cardoso demonstrou a possibilidade de dissenso do projeto de integração Brasil-Argentina dado a busca desse segundo em recuperar sua

capacidade militar. Essas questões são frutos do abandono da concepção estratégica de integração dos anos 1980 e sua substituição pelas preferências comerciais, o que acabou se tornando limitado para o aprofundamento da integração e ainda possibilitando o entrave em questões de defesa.

A associação de base econômica para a condução da integração apresentava também a suscetibilidade quanto às tensões externas, tendo parte significativa das diferenças conflituosas do bloco com origem nas crises russa e asiática. Dessa forma, Hector Saint-Pierre deixa claro em sua proposição que o processo de integração não deve ser relegado somente ao aspecto financeiro, deixando-o aos “humores de Hermes<sup>10</sup>” (SAINT-PIERRE, 2009). Tal processo deve ser entendido a outros acordos e questões políticas, e que o autor propõe para ser à base de um sistema de integração, a Cooperação em Defesa:

Construir la casa sudamericana sobre pilares comerciales es entregarla a los cambiantes humores de Hermes: los intereses que darán la dirección sólida a esa construcción no pueden ser los comerciales, siempre sujetos al lucro. Solo el convencimiento de que la seguridad de las naciones sudamericanas estará en buenas manos si estas fuesen sudamericanas, fraguado en la confianza mutua y la disuasión que brinda la transparencia, dará la fortaleza necesaria a aquellos cimientos y vigas para soportar la construcción de la integración subregional. (SAINT-PIERRE, 2009, p.19)

Mesmo acumulando um significativo crescimento no mercado interno, o bloco já no fim da década de 1990 se viu envolto em uma série de reclamações e restrições de importação por parte da Argentina, levando a conflitos comerciais, em um bloco que tinha como interesse principal a liberalização econômica e liberdade alfandegária progressiva. As limitações intra-bloco, demonstradas por esses reveses e pela possibilidade de dolarização da economia argentina no fim da década, deixaram marcas para o processo de integração do MERCOSUL, praticamente tirando das pautas dos governos partícipes sua prioridade, o que ocasionou reformulações no projeto integracionista sul-americano e a possibilidade ainda não descartada naquele momento de associação com os EUA através da ALCA.

---

<sup>10</sup> Deus grego associado como ao comércio, dentre outras divindades.

### 3.3 – As Iniciativas de Integração no Século XXI: a Cooperação em Defesa em Pauta

No início do novo século o contínuo processo de formulação de novos projetos de integração para o subcontinente sul-americano se manteve. As novas iniciativas que se apresentaram vieram acompanhadas das mudanças significativas tanto no cenário internacional como no regional.

A grave crise enfrentada pela Argentina a partir de 2001, com rápida sucessão presidencial e uma série de imposições unilaterais por esse país para tentar conter a evasão de divisas, como calotes internos e insolvência externa, levaram ao retrocesso no comércio intra-bloco, afastando ainda mais os países dos objetivos iniciais propostos no Tratado de Assunção, e a partir daí, sem apresentar um retorno aos números que haviam sido alcançados nos anos iniciais de sua criação (ALMEIDA, 2011).

Como aspectos relevantes a essa pesquisa, a partir da primeira década do novo século dois fenômenos passam a orientar decisivamente a postura regional com relação à integração: O primeiro deles foi a chegada ao poder de partidos com visões políticas vinculadas à esquerda em vários países da América do Sul, todos eles frutos de processos eleitorais democráticos. Esses partidos, com diversas vertentes de posição à esquerda, tiveram como ponto em comum o choque com projetos dos EUA para a região, e também com alguns países vizinhos, onde partidos com orientação à direita se perseveraram; O segundo fenômeno foi a escalada dos gastos militares na região, representada em parte pela não alteração da perspectiva de extinção de conflitos, tal como apregoadas pelas vertentes liberais de paz do pós-Guerra Fria, mas com maior razão para as necessidades de recuperação e renovação dos aparatos de defesa da região. Em sua grande maioria, o começo dos anos 2000 marcou o limite para a substituição de armamentos adquiridos nos anos 1970, que encontraram o fim de sua vida útil no começo dessa década, tornando o período propício para compras das diversas forças da região. Para a Venezuela, a renovação de seu arsenal encontrou fundamento no embargo estadunidense imposto ao país, fruto de sua agressiva guinada à esquerda, impossibilitando o acesso a peças e manutenção de seus equipamentos, praticamente todos com origem ou tecnologias dos EUA.

Os partidos de esquerda que assumiram no Brasil, Argentina e Venezuela se apresentaram ferrenhamente contrários ao projeto de integração econômica planejado pelos EUA, passando a se opor de forma decisiva na paralisação da ALCA, até ter definitivamente

“implodido” as negociações em 2005, na Cúpula das Américas (ALMEIDA, 2011). Em contrapartida, os partidos da Argentina e Brasil passaram a adotar novas intenções para o MERCOSUL, retomando antigas pretensões político/estratégicas que foram postas de lado na assinatura do Tratado de Assunção, aumentando a participação estatal nas decisões, ao mesmo tempo em que aumentaram as restrições comerciais internas por parte da Argentina, impedindo a entrada irrestrita de certos produtos vindos do Brasil.

Os EUA, após fracassarem nas proposições em torno da ALCA, passaram a agir de forma a cooptar alguns países sul-americanos com propostas de acordos bilaterais de supressão tarifária, numa agressiva postura diplomática (COSTA, 2009), a que também se seguiram sua permissão ao acesso a materiais militares. O Chile que durante a década de 1990 estudou a sua associação com esse país, finalmente assinou o acordo de livre comércio em junho de 2003 (BBC BRASIL, 2003). Já o Uruguai, membro pleno do MERCOSUL, assinou em 2007 um tratado considerado como passo anterior à contratação de um mecanismo de livre comércio, não efetivando esse acordo de maior amplitude devido às limitações impostas pelo do acordo no Cone Sul (BBC BRASIL, 2007). O Equador, que pleiteou sua associação, só não seguiu adiante nessa proposição devido à eleição de um presidente também ligado a esquerda e, contrário ao alinhamento com os EUA.

Esses acordos foram concomitantes ao aceno dos EUA de acesso de material militar para esses países, necessários à reestruturação de suas forças armadas, o que para o Chile significou a aquisição de caças F-16 e mísseis de longo alcance, e para o Uruguai a promessa não efetivada de doação de aeronaves de patrulha marítima (BONILLA, 2009). Já o Equador, mesmo não tendo progredido na formalização do acordo bilateral, mantinha em seu território uma importante base dos EUA, localizada na cidade de Manta, a qual era usada por aviões dos EUA para controle do tráfego marítimo e aéreo no Pacífico. A Defesa demonstra-se assim como um dos pontos de cooptação das unidades sul-americanas para os projetos dos EUA, e como um dos pontos frágeis para a volta de rivalidades no proposto sistema de integração.

A negativa de associação ao projeto da ALCA liderada pelos governos classificados como de esquerda da América do Sul gerou, também, a proposição de mais um mecanismo com intenção integracionista, a princípio conhecida como Comunidade Sul Americana de Nações (CASA). Proposta pelo Brasil, esse novo projeto, lançado em 2004 e posteriormente re-denominada como União das Nações Sul-Americanas (UNASUL), significou, ainda que de forma propositiva, avanços no campo da integração política da América do Sul, tornando a integração econômica como um aspecto derivado dos outros processos de cooperação.

Se por um lado o novo projeto apresentou avanços, por outro – pelo menos até o momento – a proposta da UNASUL não agregou ao seu escopo os outros projetos de integração sul-americanos que continuaram a caminhar paralelamente, como é o caso do MERCOSUL e CAN, assim como o projeto de integração física do subcontinente, materializado na forma da Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA). Dessa forma, passaram a conviver na América do Sul uma nova miríade de projetos voltados para a integração, encampando cada qual, aspectos e composição nacionais diferentes, esvaindo a energia despendida nesse sentido por diversos caminhos.

Como forma distintiva, o projeto de criação da UNASUL foi o primeiro a ser composto pela totalidade de países da América do Sul, retirando o véu de competitividade que havia entre os diferentes blocos regionais que, entretanto, ainda coexistem. Outro ponto ímpar, e que torna esse projeto de extrema relevância para esse trabalho, é o entendimento da importância da cooperação em defesa para a integração sul-americana, finalmente traduzida pela criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), que como observa Medeiros Filho (2010), se caracterizou por um “ineditismo geopolítico”. Assim, a América do Sul passou a contar com um documento acerca dos assuntos militares do subcontinente, tornando-se a última grande região do globo a contar com tal mecanismo.

A importância da alocação do tema de cooperação em defesa ao escopo das intenções de integração, por via da UNASUL, deveu-se a um novo aumento das tensões entre os países do setor noroeste do subcontinente, buscando por meio da criação do conselho um instrumento de solução interna de contenciosos, na tentativa de frear a influência externa e tornar o processo de integração mais independente. A proposta de criação desse Conselho partiu diretamente do Brasil, representado pelo então ministro da defesa Nelson Jobim (2007-2011) após mais um incidente entre Colômbia e Equador em Março de 2008.

As divergências entre Colômbia e Equador já haviam sido reveladas no tocante às divergências políticas em relação ao movimento guerrilheiro colombiano, em seu tratamento como grupo terrorista e quanto à possibilidade desses grupos utilizarem territórios vizinhos como esconderijo e rotas de fuga. Entretanto a situação se tornou crítica após um ataque da Força Aérea Colombiana a um acampamento das FARC localizado em solo equatoriano, ato que resultou na morte de 17 guerrilheiros, entre os quais, um dos líderes do movimento.

A ação tornou-se um sério incidente diplomático, já que as forças colombianas haviam bombardeado o país vizinho e entrado armadas nesse território com a missão de recuperar equipamentos e corpos dos guerrilheiros mortos. Após protesto oficial do presidente

equatoriano Rafael Correa, a crise aumentou com o apoio do presidente venezuelano Hugo Chávez, que reagiu de forma mais enérgica. Tal medida se explica pelas repetidas acusações colombianas de que os mesmos movimentos guerrilheiros utilizam o território venezuelano como esconderijo, o que também poderia ocasionar um ataque a esse país.

De forma a demonstrar o apoio ao Equador e impedir tal tipo de ação em seu país, o governo venezuelano enviou para sua fronteira com a Colômbia cerca de 10 batalhões, aumentando a tensão entre os três países (FOLHA DE SÃO PAULO, 2008). Como veremos no capítulo seguinte, essa movimentação foi facilitada pelo posicionamento dos tanques venezuelanos na fronteira com a Colômbia, tendo em vista que essa é uma das áreas onde permanece o risco de um conflito fronteiriço.

Após a solução das tensões, o governo brasileiro agiu de forma proposital na apresentação do então Conselho de Defesa Sul-Americano, fato que desagradou alguns países vizinhos, colocando em dúvida as intenções brasileiras. Apesar de que a proposta de formalização de um pacto voltado para assuntos em Defesa já estar em gestão no ano de 2007, e em 2006 ter se realizado a primeira reunião com ministros da defesa sul-americanos, a proposta somente foi encaminhada aos países vizinhos após esse recente *casus belli*. Uma das questões que pesaram sobre a iniciativa brasileira foi a de não consultar os vizinhos para a formulação do documento, entregando a proposta pronta para a Junta Interamericana de Defesa no dia 22 de Março e, na sequência, para os países vizinhos na reunião de cúpula dos presidentes sul-americanos no mês de abril de 2008, menos de um mês após o incidente entre Equador e Venezuela.

A iniciativa, apesar de oportunista, não previa a formação de uma aliança militar nos moldes da OTAN, e sim de um ambiente para fomentar a confiança mútua entre os Estados membros, com um dispositivo para resolução de crises, como a recentemente enfrentada, com somente a participação dos países do subcontinente. Em uma de suas falas à imprensa, o ministro Nelson Jobim deixou claras as intenções de circunscrever aos limites continentais tal conselho, que segundo ele seria “uma coisa nossa, da América do Sul e não permitiremos interferências” (GUIMARÃES, 2008). Na mesma fala, o ministro ressaltou o novo momento sul-americano, na qual seria a hora de “dizer não” frente a interferências externas.

A formalização de um acordo que previsse a colaboração conjunta entre os países sul-americanos e a elevação no nível de confiança se demonstrava extremamente necessária, principalmente para os países da região andina. Mesmo esses países estando inseridos em vários blocos de cooperação regional, ainda persistiam as colaborações em “arcos



estratégicos”, em torno de inimigos comuns. Com a eleição de presidentes de vertentes de esquerda, isso foi adicionado às rivalidades, colaborando para a formalização de alianças, como no caso de Venezuela e Equador, e Venezuela e Bolívia, ao passo que as relações entre Venezuela e Colômbia ficaram sujeitas à confrontação, já que nesse país permaneceu vinculado a um governo de extrema direita. O Suriname mantinha em comum com a Venezuela questionamentos junto à Guiana com relação à demarcação territorial, sendo que a demanda venezuelana representa cerca de cinquenta por cento do país vizinho, território conhecido como Essequibo.

O Equador ao colaborar politicamente com a Venezuela, tornou-se um apoiador de sua política externa e aliado contra ações colombianas e sua ligação com os EUA. Além disso, esse país continuou a receber ajuda chilena, revelando a permanência de laços estratégicos entre esses países contra o Peru, como será exposto no Capítulo 4. Dessa maneira, a situação das rivalidades no noroeste da América do Sul encontrou no Equador um ponto de apoio para a manutenção de “arcos estratégicos”, tornando-o um pivô de rivalidades. Ao fim da primeira década desse século, a situação geopolítica na América do Sul poderia ser representada pela figura 6:



**Figura 6:** Situação das Rivalidades na América do Sul na primeira década do século XXI.

Org: TEIXEIRA, V. M.. 2012.

A construção da cooperação em defesa através do Conselho de Defesa Sul-Americano se mostrou em um primeiro momento uma tarefa complicada, já que a aprovação conjunta de todos os países não se seguiu de maneira uniforme. O principal país a se opor a um acordo de defesa sul-americano foi a Colômbia, país que mantém estreita relação com os EUA, o qual fornece equipamentos militares, treinamento e recursos para o combate aos movimentos de guerrilha no país. Esse país se posicionou veementemente contra esse acordo por entender que não seria necessário, já que há outros acordos no âmbito continental que prevêm sistemas de cooperação similar, como a Junta Interamericana de Defesa.

O documento de criação do CDS como já dito, não ambicionava a criação de um mecanismo similar à OTAN, e sim, um instrumento para a resolução e fortalecimento da confiança entre os países sul-americanos. A seguir, selecionamos os pontos contidos no Artigo 3 do estatuto de criação do Conselho, que define os seus princípios e que são de

relevância para esse trabalho, configurando iniciativas de cooperação em defesa tal qual aludidas no Capítulo 1:

- c) Promove a paz e a resolução pacífica de controvérsias.
- d) Fortalece o diálogo e o consenso em matéria de defesa mediante a promoção de medidas de confiança e transparência.
- i) Promove a redução das assimetrias existentes entre os sistemas de defesa dos Estados Membros da UNASUL de modo de fortalecer a capacidade da região no campo da defesa. (UNASUR, 2008)

E aqui, seus objetivos específicos, localizadas no Artigo 5, que compactuam em sua quase totalidade com as perspectivas propostas:

- a) Avançar gradualmente na análise e discussão dos elementos comuns de uma visão conjunta em matéria de defesa.
- b) Promover a troca de informação e análise sobre a situação regional e internacional, com o objetivo de identificar os fatores de riscos e ameaças que possam afetar a paz regional e mundial.
- c) Contribuir para a articulação de posições conjuntas da região em foros multilaterais sobre defesa, no marco do artigo 14 do Tratado Constitutivo da UNASUL.
- d) Avançar na construção de uma visão compartilhada a respeito das tarefas da defesa e promover o diálogo e a cooperação preferencial com outros países da América Latina e o Caribe.
- e) Fortalecer a adoção de medidas de fomento da confiança e divulgar as lições aprendidas.
- f) Promover o intercâmbio e a cooperação no âmbito da indústria de defesa.
- g) Incentivar o intercâmbio em matéria de formação e capacitação militar, facilitar processos de treinamento entre as Forças Armadas e promover a cooperação acadêmica dos centros de estudos de defesa.
- h) Compartilhar experiências e apoiar ações humanitárias tais como a desminagem, prevenção, mitigação e assistência às vítimas dos desastres naturais.
- i) Compartilhar experiências em operações de manutenção da paz das Nações Unidas.
- j) Trocar experiências a respeito dos processos de modernização dos Ministérios da Defesa e das Forças Armadas.
- k) Promover a incorporação da perspectiva de gênero no âmbito da defesa. (UNASUR, 2008)

Mesmo sendo uma demanda regional, o documento do CDS, apresentou-se de forma vaga, não estabelecendo o seu modo operativo e por onde caminhar a cooperação sul-americana em Defesa. O posicionamento colombiano contrário a adesão imediata abriu caminho para o questionamento de outros países, desconfiados das intenções brasileiras, devido à rapidez com que foi gestado o acordo e a pouca clareza nas intenções alocadas a esse mecanismo.

Prevendo o insucesso da construção de uma cooperação em defesa através de um mecanismo geral para a América do Sul, o Brasil logo em seguida à proposição do CDS, se

movimentou para o arrebatamento dos países do subcontinente através de mecanismos bilaterais de cooperação em defesa. Tal iniciativa pode ser interpretada como de que as intenções brasileiras serem a promoção de sua política externa, angariando apoio para sua inclusão em uma possível reforma no Conselho de Segurança das Nações Unidas, e também o da viabilização de canais facilitadores de exportação de seu parque industrial de defesa.

<b>ACORDOS BI-LATERAIS DE COOPERAÇÃO EM DEFESA PROMOVIDOS PELO BRASIL</b>		
<b>País</b>	<b>Data</b>	<b>Observação</b>
Uruguai	Ago/2010	
Argentina	Abril/2007	Anterior ao CDS
Bolívia	Outubro/2012	Doação de 4 Helicópteros militares
Peru	Dez/2011	Atualização de documento de 2004
Colômbia	Jul/2008	Ampliado em 2012
Venezuela	Jan/2012	Apenas intenções, sem acordo firmado
Chile	Dez/2007	Anterior ao CDS
Suriname	Set/2012	Projeto de renovação das Forças Armadas do Suriname
Guiana	Set/2012	Apenas intenções, sem acordo firmado

**Quadro 3:** Acordos Bi-laterais de Cooperação em Defesa promovidos pelo Brasil. Org. TEIXEIRA, 2013.

Wanderley Messias da Costa (2009) aponta que as assimetrias contidas no MERCOSUL – as quais podemos sem muito esforço, ampliá-las para o conjunto da UNASUL – refletem a principal causa de sua fragilidade. O autor aponta que essas assimetrias estão não só nos PIBs e rendimentos de suas populações, mas em suas consequências políticas e sociais. A esses fatores, associamos também as disparidades militares, entendendo que congregam um grande potencial de instabilidade regional, dependendo da forma como são trabalhadas pelos países da região, e que no Capítulo 4 serão expostas de forma mais clara no intuito de compreender o seu potencial desagregador no contexto sul-americano.

A questão do equilíbrio aparece como um dos princípios a ser trabalhado no documento do CDS, figurando no inciso “i” do Artigo 3, que diz promover a redução das assimetrias dos sistemas de Defesa na América do Sul. Apesar de bem intencionado, não há alusão de como será feita tal redução, já que o que se observa no subcontinente é a ampliação do desequilíbrio, principalmente em relação do Brasil aos demais países, o que pode se figurar

um problema para o avanço da cooperação num futuro próximo. A falta de clareza na proposição do CDS, a série de anúncios de investimentos militares e reorganização da indústria de Defesa e a falta de um documento até pouco tempo que esclarecesse as intenções brasileiras, como o livro Branco da Defesa lançado em 2012, colocavam o Brasil mais como “suspeito” do que como parceiro na América do Sul. Adaptando a frase de Raymond Aron (1986) ao contexto brasileiro, “o ‘país preponderante’ que não proclama objetivos definidos se torna suspeito de ambições ilimitadas.”

As intenções brasileiras, mesmo tendo sido declaradas no recente documento do Livro Branco, lançado no intuito justamente de desvelar seus objetivos, não foram ainda totalmente aceitas pelos outros países, e caso realmente se concretize o plano de rearmamento brasileiro, não devem ser. A capacidade militar de potência almejada pelo Brasil deve ser vista com desconfiança no futuro pelos vizinhos e com isso, deverá afetar o sistema sul-americano, caso não haja consenso e ampliação das capacidades militares dos vizinhos também.

Em cada sistema existe um *optimum* de forças que, se for ultrapassado, provocará uma inversão dialética. Um aumento de força, por parte de uma unidade, leva ao seu enfraquecimento relativo, devido aos aliados que se transferem para uma posição de neutralidade, e os neutros que se passam para o campo adversário. (ARON, R. 1986, p.128-129)

Mesmo tendo se estabelecido um mecanismo de cooperação entre todos os países, o Conselho de Defesa Sul-Americano, institucionalizado pelo processo de integração da UNASUL, o que tem se notado nos últimos anos é a ausência da cooperação em defesa entre os países da América do Sul, demonstrando iniciativas de dissuasão frente aos parceiros do subcontinente, tal qual era experimentado ao longo de todo o século XX. A manutenção dos aparatos militares em regiões de antigos litígios e outras ações que demonstram a ausência de cooperação em defesa serão abordadas no próximo capítulo.

Como conclui Raymond Aron (1986, p.125), “Se os Estados quisessem ser poderosos para poder ter segurança, seriam vítimas de uma estranha ilusão; por outro lado, através da história, a grandeza coletiva tem sido a recompensa de si própria”.

## **Capítulo 4 – A Disposição da Defesa no Subcontinente: Entre a Dissuasão e a Cooperação Estratégica**

Neste capítulo apresentaremos algumas considerações sobre os aspectos atuais dos aparatos de Defesa na América do Sul, os quais entendemos como relevantes para a consecução da cooperação em defesa no subcontinente. A América do Sul com seu passado de rivalidades entre seus Estados nacionais ainda concentra, em grande parte, estruturas responsáveis pela manutenção de aspectos de desconfiança entre países vizinhos. Assim, nossos levantamentos apontam que a localização das bases militares de alguns países da América do Sul<sup>11</sup>, estão orientadas para regiões de conflito, na dissuasão de seus vizinhos. O posicionamento de forças militares nas fronteiras de alguns Estados têm sido responsáveis por incidentes envolvendo as atividades militares na região, permeadas por recentes acusações de uma corrida armamentista. O uso dessas forças militares em momentos de crise política – como na tensão envolvendo Equador, Colômbia e Venezuela – continua a demonstrar a relevância da defesa nas relações diplomáticas entre esses vizinhos, o que entendemos serem ações localizadas no “limite do antagonismo” como aponta Costa (2009).

A manutenção da rivalidade, principalmente entre os países da costa do Pacífico, é demonstrada pela disposição em áreas fronteiriças de unidades do exército e aeronáutica, notadamente com os seus equipamentos militares mais importantes, o que denota desconfianças ainda não superadas em relação às intenções dos vizinhos. No caso do Brasil, mesmo após vinte anos da formalização das intenções de integração com a Argentina, as forças militares do país se concentram nos estados sulinos, fronteira com os vizinhos do MERCOSUL.

Outras questões que se apresentaram nos últimos anos, como o aumento dos investimentos em Defesa e a insatisfação por parte de alguns países quanto aos gastos militares de seus vizinhos, apontam para a possibilidade de paralisação nos processos de integração, demonstrando a dissociação entre as intenções de cooperação de cunho economicista e as estratégias militares de cada país.

As concentrações militares em áreas fronteiriças, comuns em épocas de conflito e de rivalidade aberta, não foram desmobilizadas. Pelo contrário. As informações aqui

---

<sup>11</sup>Exceção concedida às Guianas e Suriname, por conceberem suas forças armadas como forças de auto-defesa, pelo seu tamanho diminuto e pela relativa dependência de suas ex-metrópoles nesses assuntos, sendo que a Guiana Francesa não é um país independente.

apresentadas indicam um reforço nas guarnições militares em algumas regiões, com a transferência de unidades de alto valor para próximo dos limites com os países vizinhos, em áreas que em algum momento foram contestadas por uma das partes.

Regiões como o Atacama e o Sul do Brasil, apresentam uma alta concentração de unidades, fatos que demonstram a relevância das recentes acusações de chefe de Estado de uma corrida armamentista na América do Sul. A não concentração de tropas nas fronteiras é um fator essencial para que se consolide a construção da confiança mútua entre os Estados sul-americanos, o que segundo o General Rocha Paiva (2011) é um dos fatores essenciais para a Cooperação em Defesa. Ainda nesse aspecto, ao analisar a percepção das agências de Defesa na América do Sul, Oscar Medeiros Filho a partir de entrevista com um oficial argentino coletou a opinião a seguinte:

Os países deveriam evitar colocar suas tropas na fronteira, caso contrário, estas serão percebidas como ameaça para o vizinho. Devem deixar as fronteiras para as forças de segurança. Se querem gerar confiança, devem-se concentrar suas forças nos centros, a exemplo da Europa. (MEDEIROS FILHO, 2010, p.127)

Na intenção de demonstrar onde estão localizadas as bases de cada país e a influência recente das atividades militares na região, realizamos o levantamento apresentado a seguir.

#### **4.1 – A Estrutura da Defesa na América do Sul: os gastos**

Como abordado no capítulo anterior, a primeira década do século XX apresentou uma elevação nos gastos em defesa em toda a região sul-americana. Parte desses gastos se deveu a renovação dos equipamentos de combate pelas Forças Armadas da região, na qual a maioria havia sido adquirida entre as décadas de 1970 e 1980. No entanto, alguns desses países apresentaram um plano de renovação “agressivo”, o que motivou posicionamentos contrários de países vizinhos.

Essa década marcou também a introdução de novos tipos de armas na América do Sul, que antigamente tinham a venda restringida, principalmente pelos EUA. Com a introdução pelo Peru de mísseis de longo alcance adquiridos de países do leste europeu, os EUA liberaram o fornecimento de pequenas quantidades de seus similares, o que foi aproveitado logo em seguida pelo Chile.

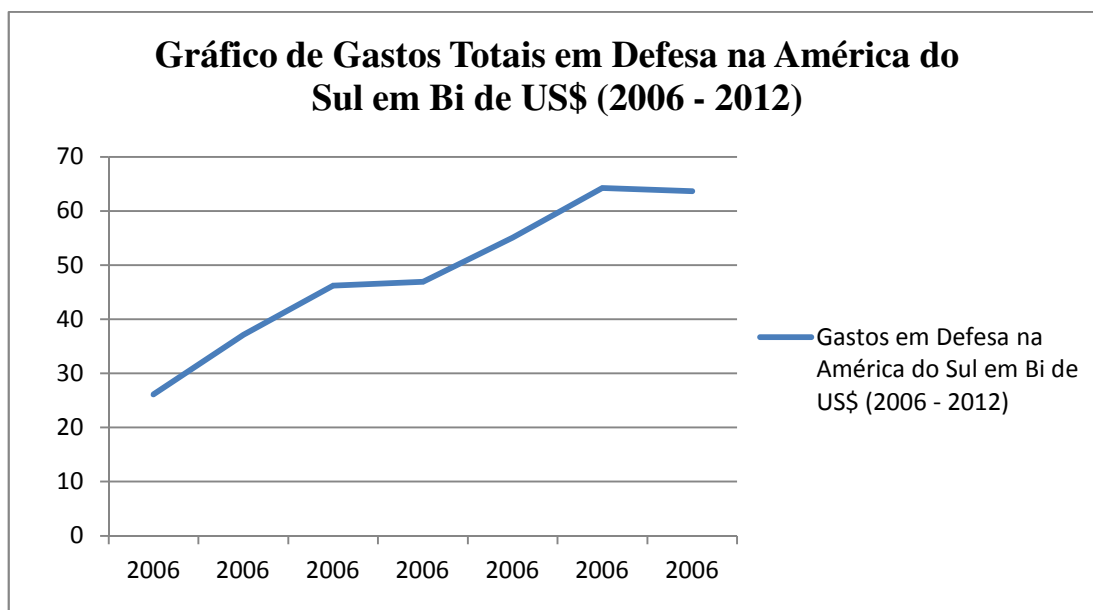
A recomposição militar da Venezuela foi a mais noticiada, tanto pela sua dimensão, como pelo claro posicionamento anti-estadunidense de seu governo. Após a eleição de Hugo Chávez em 1999, o governo dos EUA decretou um embargo no fornecimento de componentes militares ao país sul-americano, levando a quase paralisação das Forças Armadas da Venezuela. A proibição restringiu a aquisição de peças de reposição para sua antiga frota de origem estadunidense e de novos equipamentos ocidentais com peças também fabricadas no país norte-americano. Dessa forma, o governo venezuelano se voltou para fornecedores russos e chineses, praticamente substituindo suas armas por novas desses dois países. As aquisições envolveram desde fuzis de assalto AK-103 e veículos blindados, até aviões de caça *Sukhoi* e radares de controle aéreo. Essa renovação foi apontada pelo governo dos EUA como um incitamento à corrida armamentista regional.

A evolução dos gastos nos últimos anos demonstra que até mesmo os pequenos países da região elevaram seus orçamentos destinados à Defesa (Quadro 4 e Gráfico 3):

<b>Gastos em Defesa na América do Sul em Bi de US\$</b>							
<b>País</b>	<b>2006</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2009</b>	<b>2010</b>	<b>2011</b>	<b>2012</b>
Argentina	1.952	2.120	2.628	2.849	3.138	3.772	4.351
Bolívia	0,197	0,193	0,254	0,307	0,336	0,368	0,400
Brasil	13.692	20.973	26.202	25.911	33.055	39.829	35.512
Chile	3.177	4.276	4.459	4.353	4.778	5.531	5.878
Colômbia	2.872	4.105	6.004	5.534	6.178	6.935	7.907
Equador	0,952	1.168	1.388	1.679	2.156	2.288	2.396
Paraguai	0,095	0,126	0,149	0,176	0,227	0,325	0,430
Peru	1.086	1.252	1.515	1.595	2.061	2.097	2.190
Uruguai	0,215	0,290	0,316	0,322	0,622	0,720	0,705
Venezuela	1.867	2.612	3.351	4.185	2.501	2.390	3.900
<b>Total</b>	<b>26,105</b>	<b>37,115</b>	<b>46,226</b>	<b>46,911</b>	<b>55,052</b>	<b>64,255</b>	<b>63,669</b>

**Quadro 4:** Gastos em Defesa na América do Sul em Bi de US\$. Fonte: RESDAL, 2012. Org. TEIXEIRA, 2013.





**Gráfico 3:** Gráfico de Gastos Totais em Defesa na América do Sul em Bi de US\$ (2006 - 2012). Fonte: RESDAL, 2012. Org. TEIXEIRA, 2013.

De maneira geral todos os países da América do Sul apresentaram grandes elevações nos seus gastos de Defesa, entretanto, isso não chegou a se configurar como uma corrida armamentista na região. Uma análise divulgada em um relatório emitido pelo CDS, comparando o crescimento dos gastos em defesa ao crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) da região, demonstra que a relação porcentual entre eles praticamente se manteve estável nos últimos anos:

“A evolução dos orçamentos de defesa da Unasul não registra variações significativas no período analisado e não permite estabelecer uma tendência armamentismo ou uma militarização da região”, aponta o relatório. Mais ainda o indicador mostra a América do Sul está bem abaixo de outras regiões do mundo. (MERCOPRESS, 2012, tradução nossa)<sup>12</sup>

Outro fator que argumenta contra a propalada “corrida armamentista regional” é o porcentual dos gastos militares regionais revertidos para investimentos reais nas forças armadas. Essa questão se explica pela situação da composição interna dos gastos de cada país com seu aparato militar, na qual a maior parte é destinada ao pagamento dos militares e de

<sup>12</sup> “The evolution of Unasur defence budgets does not register significant variations in the period analyzed and does not enable to establish an armamentism tendency or a militarization of the region”, points out the report. Further more the indicator shows South America is well below other regions of the world. (MERCOPRESS, 2012)<sup>12</sup>

suas aposentadorias, restringindo as aquisições de material militar e treinamento (QUADRO 5).

<b>Distribuição dos Gastos Militares na América do Sul (%)</b>											
<b>País</b>		<b>ARG</b>	<b>BOL</b>	<b>BRA</b>	<b>CHI</b>	<b>COL</b>	<b>EQU</b>	<b>PAR</b>	<b>PER</b>	<b>URU</b>	<b>VEN</b>
<b>2006</b>	<b>P</b>	77,1	69,9	74,8	55,3	48,9	73,0	84,8	51,5	73,6	75,2
	<b>I</b>	2,4	3,8	6,3	25,8	12,7	5,3	3,7	3,3	5,1	13,3
<b>2008</b>	<b>P</b>	78,7	62,1	70,3	50,5	43,9	78,6	84,0	47,6	73,8	76,7
	<b>I</b>	3,1	5,2	10,9	31,6	25,5	1,8	5,7	7,9	5,4	2,3
<b>2010</b>	<b>P</b>	75,4	62,2	71,6	58,4	48,8	74,4	81,8	48,5	79,7	82,5
	<b>I</b>	3,1	5,8	14,0	24,0	14,0	15,3	7,1	14,9	5,8	1,6
<b>2012</b>	<b>P</b>	76,4	63,6	70,0	59,6	49,3	81,4	69,7	48,4	80,0	48,6
	<b>I</b>	3,9	3,7	14,0	21,9	11,3	7,2	18,3	24,9	3,3	40,9
<b>Legenda P - Pessoal, I - Investimentos</b>											

**Quadro 5:** Distribuição dos Gastos Militares na América do Sul (%). Fonte: RESDAL, 2012.  
Org: TEIXEIRA, 2013

O elevado percentual de despesas com o custeio de pessoal acaba minimizando os investimentos em outros setores, como a parte operacional, de pesquisa e de treinamentos dos efetivos. Porém, um dos itens de maior relevância para a construção da confiança mútua entre os países sul-americanos é a questão do sigilo dos gastos militares realizados por alguns de seus países. Mesmo reconhecendo que certas despesas militares devem ser mantidas sobre sigilo, Carlos Almeida (2008) aponta que a necessidade de sigilo deve ser ponderada, pois envolve gastos públicos. Além disso, o gasto com material de defesa é fator de influência para as relações regionais:

Do ponto de vista das relações externas, as despesas reservadas têm o terrível potencial de gerar desconfiança internacional. Os países vizinhos, em particular, são os mais afetados por este efeito colateral do gasto militar sob um manto de segredo. Em um ambiente onde o crescimento das medidas de confiança mútua cada vez mais prevalece, a existência de despesas reservadas emerge como um importante obstáculo a superar. Não por outra razão os representantes diplomáticos, no ano de 2006, na reunião da Comissão de Segurança Hemisférica realizada pela Organização dos Estados Americanos, chegaram à conclusão de que a falta de transparência nos

gastos militares dos países continentais é uma das principais barreiras para o desenvolvimento pleno de confiança entre os países americanos. (ALMEIDA, 2008, p.52, tradução nossa)<sup>13</sup>.

Até o ano de 2012, um dos principais questionamentos direcionados ao Brasil era a ausência de um documento que apontasse as intenções militares do país de maneira geral. Reconhecendo a necessidade de esclarecer os vizinhos e a comunidade nacional, o governo brasileiro lançou a primeira edição do seu Livro Branco da Defesa, tornando-se um dos últimos países a disponibilizá-lo. Mesmo que contando com informações e participação popular limitada, esse documento preenche uma lacuna que era apontada como falha grave ao país proponente do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Países como Chile, Colômbia e Venezuela são exceções nos gastos investidos em renovação militar. Somente esses países investiram somas significativas em equipamentos militares, com destaque para os montantes chilenos, constantemente acima dos vinte por cento. Não por acaso, esses países tem encontrado situações complicadas com seus vizinhos. Somados ao Brasil, que apresentou um plano de modernização de longo prazo e com características singulares para a região, esses países representam os que se enveredaram por um processo de renovação mais “agressivo” de seu arsenal.

Considerando a América do Sul como uma das regiões menos militarizadas do planeta, mesmo que o orçamento destinado à aquisição de material seja uma pequena parte do montante destinado às Forças Armadas desses países, as compras de novas armas e, sobretudo, o posicionamento desse material no território, continua a ter grande influência na política regional, sendo capaz de provocar crises diplomáticas e incidentes entre esses países como se observa a seguir.

---

<sup>13</sup> From the point of view of foreign relations, reserved expenses has the awful potential to generate international distrust. Neighbouring countries in particular, are the most affected by this collateral effect of the military spending under a blanket of secrecy. In an atmosphere where the growth of mutual trust measures increasingly prevails, the existence of reserved expenses emerges as an important hurdle to overcome. For no other reason the diplomatic representatives, in the 2006 meetings held by the Organization of American States Committee on Hemispheric Security, came to the conclusion that the lack of transparency in military spending in the continental countries is one of the main barriers to the full development of trust among the American countries. (ALMEIDA, 2008, p.52)

## **4.2 – O Posicionamento das Bases Militares: A dissuasão ativa frente aos parceiros comerciais**

A partir da proposição de estudos sobre a Cooperação em Defesa na América do Sul, uma das questões levantadas durante a composição deste trabalho foi o posicionamento das bases militares na América do Sul e de seus significados para a construção da confiança mútua e da cooperação entre esses Estados. Acreditando ser o posicionamento das bases militares um indicativo de áreas de tensão, ou de preocupação por parte das forças armadas desses países, esse estudo aponta para a manutenção, e em alguns casos para o reforço das guarnições em áreas de fronteira, contribuindo para críticas dos países vizinhos e para movimentos no sentido de equilibrar a balança de poder na região, levando também ao reforço de sua fronteira pelo outro país. Sendo assim, a partir dos dados obtidos e da elaboração de mapas da estrutura da defesa na América do Sul, procuramos demonstrar como as bases militares e seus equipamentos estão orientados para a dissuasão dos vizinhos sul-americanos. Além disso, o posicionamento de certos tipos de armamentos nas fronteiras tem como motivo a sua contraparte do outro lado da fronteira, simbolizando a manutenção da desconfiança nas relações entre os países na América do Sul e da divergência entre as intenções políticas e das intenções militares no âmbito da integração.

Prova do distanciamento entre o pensamento sul-americano de integração, em todas as suas frentes e blocos criados, e o pensamento militar, ainda focado na dissuasão mútua, é a ausência de exercícios militares conjuntos, uma das formas básicas de cooperação em defesa. Mesmo que a execução de exercícios militares se realize com frequência anual entre alguns parceiros e Forças Armadas da região, nunca se planejou a execução de tais intercâmbios práticos sob a bandeira de blocos regionais, como o MERCOSUL ou Comunidade Andina, e nem mesmo foram compostos por todos os países de um mesmo bloco. A execução de exercícios com a participação de países que ainda mantém desconfianças recíprocas geralmente tem sido feita sob o convite de um terceiro país, geralmente Brasil e EUA, não sendo assim uma proposição dos rivais. Exemplos são os exercícios UNITAS entre as marinhas, promovido pelos EUA, e o exercício entre forças aéreas Cruzeiro do Sul, criado pelo Brasil.

Esse distanciamento institucional é sintomático da ausência do pensamento de defesa dentro dos blocos comerciais sul-americanos, e em certa medida, do receio dos militares de

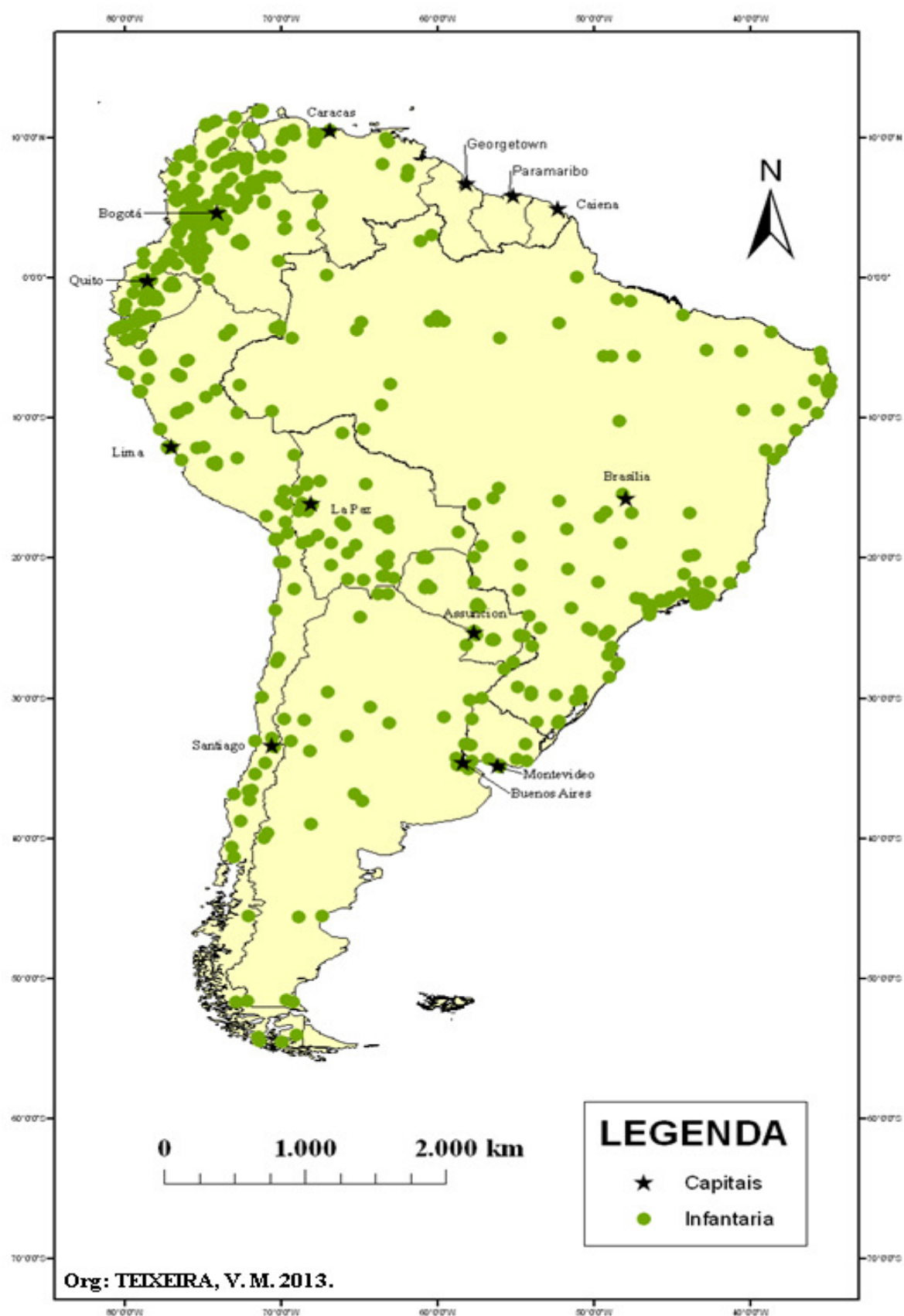
alguns países em submeter suas instituições ao controle, mesmo que relativo, de uma organização supra-estatal, perdendo assim a sua independência de ação. O pensamento militar sul-americano, ainda focado na dissuasão interna do subcontinente, é dessa maneira, um entrave ao avanço de uma cooperação de caráter estratégico na América do Sul.

O mapeamento da disposição das bases militares a partir de localidades já demonstra onde se situam as concentrações dos exércitos da região, os “*hot spots*” da estrutura militar, que em grande parte coincidem com antigas áreas de disputa entre os Impérios Coloniais e os Estados recém independentes do século XIX. Entretanto, somente a localização de quartéis não exemplifica os níveis de concentração que buscamos identificar em nosso trabalho. Dessa maneira buscamos qualificar o posicionamento das bases militares com o desmembramento das cinco armas de combate em que são divididos e organizados geralmente os exércitos sul-americanos atualmente: Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicação.

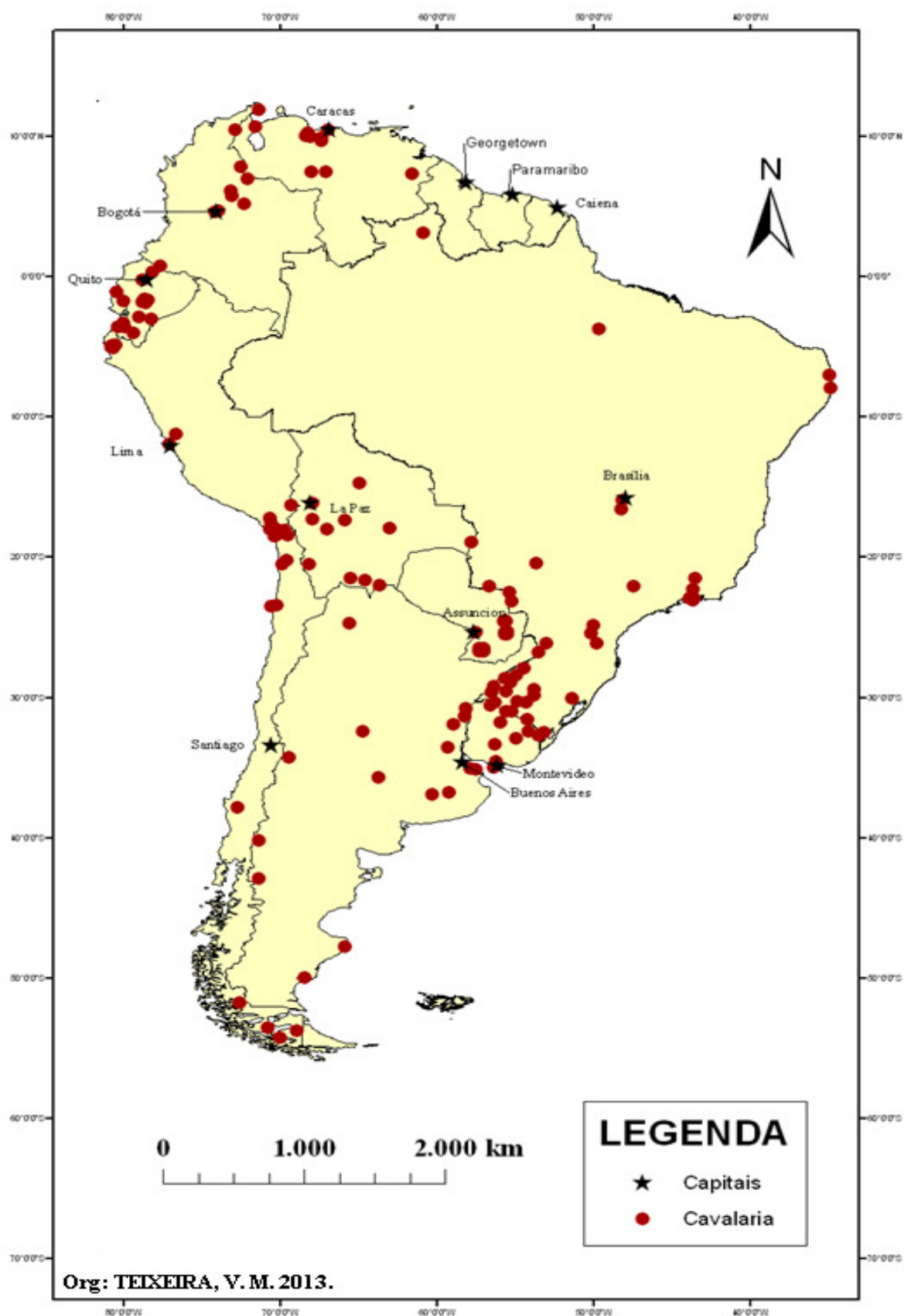
A partir desse desmembramento entre as armas podemos demonstrar com maior precisão onde estão localizadas as unidades militares por seus tipos, sendo que diversas localidades abrigam mais de uma organização militar e também mais de um tipo de arma. Entretanto, devido à complexidade que envolve um trabalho dessa dimensão, não foi possível quantificar essas posições, e também não seria interessante para essa avaliação preliminar.

Os dados levantados não nos dão condições de aferir com precisão as quantidades exatas de homens e equipamentos em cada localidade. Mesmo que os exércitos utilizem nomes semelhantes para se referir as suas unidades (regimento, pelotão, grupo e etc), eles não são compostos pelo mesmo número de homens e também são usados para designar agrupamentos de tamanhos diversos, não podendo assim ser utilizado como unidade de referência para quantificar a presença no território. Também entendemos que seria um engano uma comparação de unidades pelo tamanho, já que induziria a estabelecer valores que não são reais para esse tipo de organização. Como observa Aron (1986), mesmo que equipadas de mesmo modo, duas divisões não se equivalem.

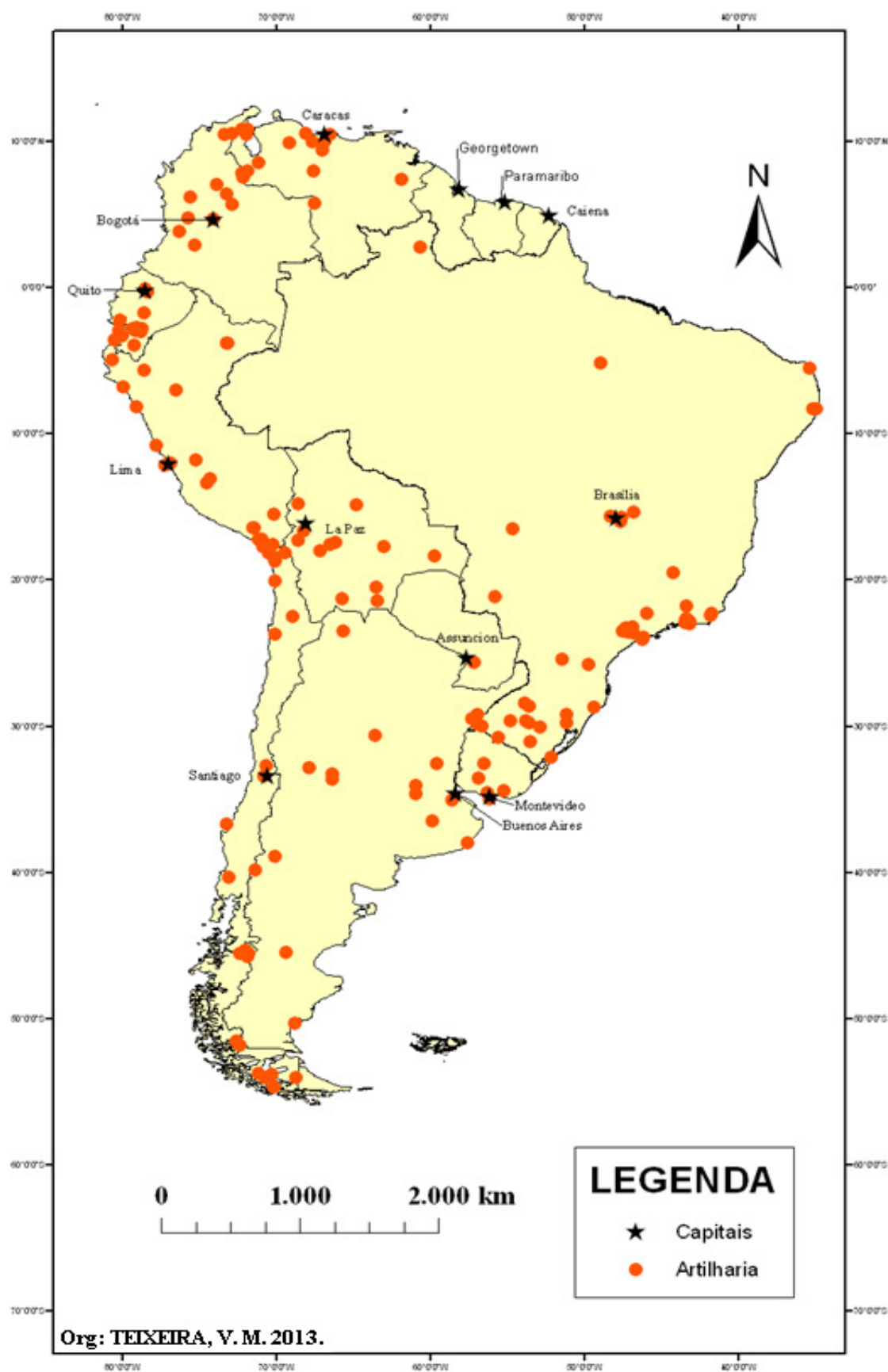
Entendendo que a mesma proposição tenha um valor relativo para o armamento, que um equipamento empregado por um exército não possa se equivaler ao mesmo empregado por outro em quantidade semelhante, o mapeamento que se segue deve ser entendido no sentido de apontar a presença das forças armadas em determinadas regiões e sua ausência em outras e a partir disso questionar seu significado.



**Mapa 2:** Disposição das Unidades Militares de Infantaria na América do Sul. Org. TEIXEIRA, 2013.



**Mapa 3:** Disposição das Unidades Militares de Cavalaria na América do Sul. Org. TEIXEIRA, 2013.



**Mapa 4:** Disposição das Unidades Militares de Artilharia na América do Sul. Org. TEIXEIRA, 2013.





**Mapa 5:** Disposição das Unidades Militares de Engenharia na América do Sul. Org. TEIXEIRA, 2013



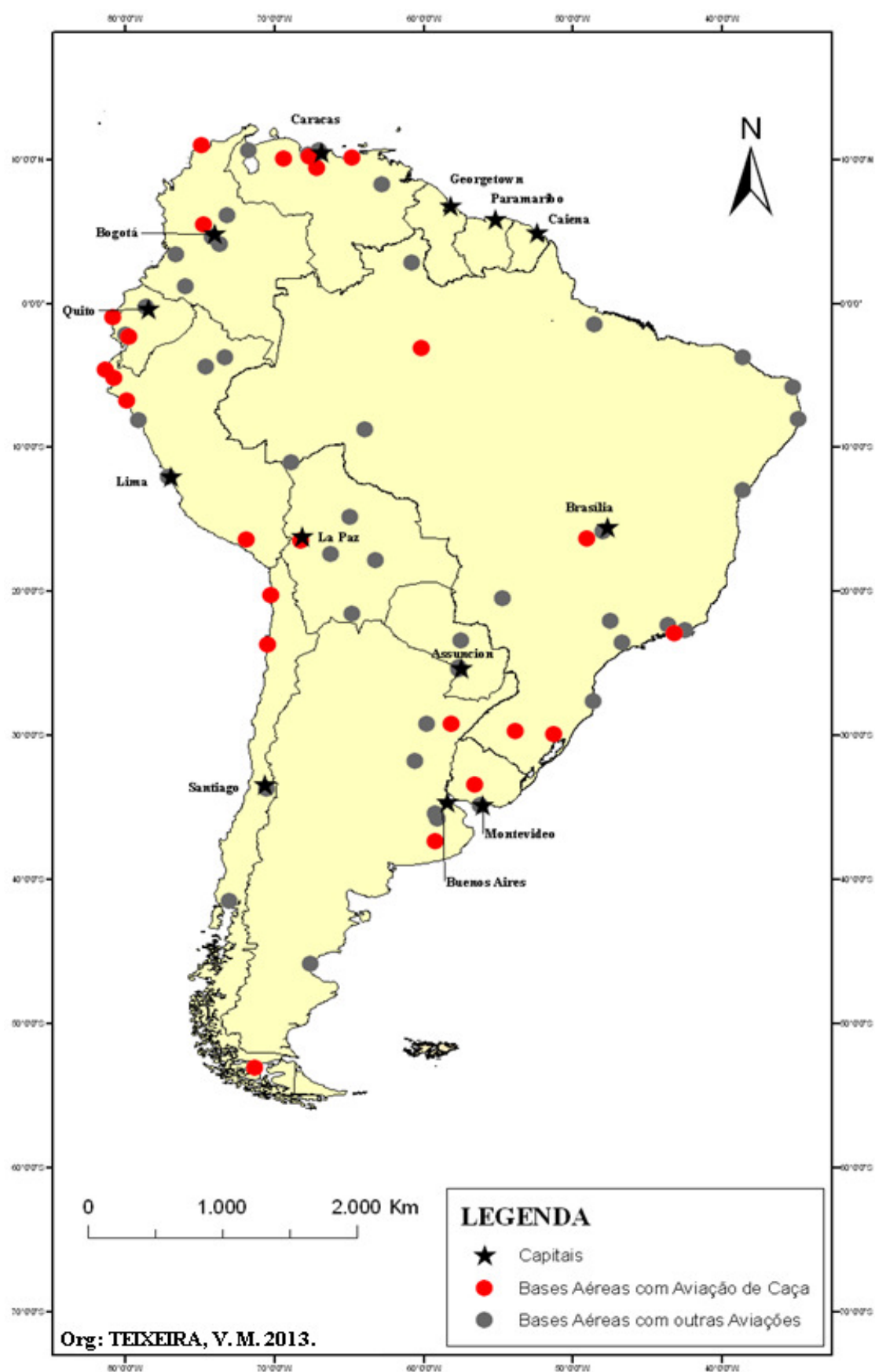
**Mapa 6:** Disposição das Unidades Militares de Comunicação na América do Sul. Org. TEIXEIRA, 2013.

Observando os mapas apresentados podemos estabelecer algumas relações básicas com o posicionamento adotado pela maioria dos exércitos da região. De maneira geral, as concentrações de unidades militares nos países sul-americanos se localizam sob três objetivos: em torno de sua capital federal, ponto de defesa mais importante; nas cercanias de regiões industriais, como o Vale do Paraíba; e em regiões fronteiriças com os antigos rivais.

A defesa da capital nacional continua a ser uma premissa básica ainda nos dias de hoje, sendo assim, facilmente compreensível a disposição de forças militares em sua proximidade, como também de suas indústrias locais. Já as áreas fronteiriças são a parte de contato com outras nações, necessitando assim de vigilância sobre seus fluxos, garantindo a segurança da nação. Entretanto, observa-se uma disposição desigual de estruturas e material militar sobre os territórios desses países, indicando as áreas de preocupação imediata do pensamento militar desses países.

Com relação à disposição da defesa aérea na América do Sul, as forças aéreas também mantêm próximas as suas fronteiras litigiosas. O posicionamento desses meios, entretanto, se encontra a uma distância relativamente maior dos limites nacionais do que as bases dos exércitos. Isso se deve ao alcance e velocidade com que as aeronaves se deslocam, necessitando apenas que para suas operações a sua base se encontre dentro de seus limites operacionais.

Pode-se observar no mapa abaixo que regiões como as fronteiras de Chile, Bolívia a Peru, Equador e Peru, assim como a de Argentina e Brasil ocorre a confluência de bases aéreas equipadas com aeronaves de caça de grande desempenho:



**Mapa 7:** Bases Aéreas na América do Sul. Org. TEIXEIRA, 2013.

A estrutura militar da América do Sul, dessa forma, está distribuída em íntima relação ao histórico secular de conflitos fronteiriços que se desenvolveram na região. Entretanto, o que ressalta de forma significativa a militarização de algumas fronteiras que aqui abordaremos, não é o número de bases e unidades aí localizado, mas sim, o que essas bases abrigam em termos de equipamentos militares, estando aí o significado da dissuasão e da denotação do não abandono das hipóteses de conflitos clássicos entre os Estados sul-americanos.

As concentrações em regiões fronteiriças com potencial de conflito estão geralmente equipadas com o que há de mais moderno no acervo das forças armadas dos países analisados. Além dos equipamentos, destaca-se toda a estrutura de apoio necessária a sua operação, treinamento e manutenção, contando com organizações militares específicas para esses serviços, as quais se somam à concentração, nutrindo os números absolutos das forças militares na fronteira.

Nos mapas apresentados, essa situação é demonstrada observando-se a consecução de unidades de armas diferentes, nas mesmas regiões. Nas áreas onde se observa a concentração de maior número de organizações militares, são encontradas unidades pertencentes às cinco armas de combate, perfazendo assim, uma estrutura militar completa, sem a necessidade de deslocamento de forças de outras regiões.

As unidades pertencentes à infantaria, arma básica dos exércitos, são as mais numerosas em todos os exércitos sul-americanos, e a que está mais bem distribuída pelos territórios desses países. Na Colômbia, o país que atualmente possui o maior exército em números absolutos na região, é a arma com melhor distribuição pelo território, estando presente em todas as suas regiões sem concentração aparente. Sua distribuição também está relacionada com o conflito interno que se arrasta desde a década de 1960. Devido ao combate à guerrilha, o exército colombiano se especializou em ações chamadas de contra-insurgência, o que confere a esse exército um maior destaque às tropas de infantaria e operações especiais. No Brasil, essa é a arma que está mais presente na região amazônica e também melhor distribuída.

Devemos deixar registrado que optamos por não relacionar nesses mapas o posicionamento das bases das marinhas de guerra da região. Tal opção deve-se ao fato de a maior parte dessas marinhas estarem com sua frota concentrada em apenas um porto, geralmente o mais importante do país, orientada para fora do continente e não para as fronteiras internas. Apesar dessas marinhas em sua maioria possuírem componentes terrestres

– fuzileiros navais – e aéreos, elas representam apenas uma pequena parcela de suas forças, cabendo às forças terrestres e aéreas desses países a responsabilidade por essas operações. Além disso, no que tange às marinhas de guerra, o que poderia nos interessar seria a posição de navios e frotas e não as suas bases, porém isso não poderia ser apresentado em mapas devido ao constante movimento dessas embarcações.

A partir da primeira metade da década desse novo século, a América do Sul experimentou um aumento sensível nos orçamentos militares da região que, porém, não foram acompanhados por todos os países no que tange aos investimentos, o que ocasionou “tremores” na região, suscitando o perigo do retrocesso nos planos de integração e mais uma vez demonstrando a importância de mecanismos colaborativos nesse aspecto para o avanço seguro das relações entre os países do subcontinente.

Outro fato bastante representativo da organização das unidades militares nas regiões fronteiriças como forma de dissuasão dos vizinhos, além das cidades onde estão posicionadas, é a coincidência de tipos de equipamentos dos dois lados das fronteiras, sendo que em alguns casos, a fixação de certos dispositivos tem total ligação com as equipagens do exército vizinho, sendo assim, mais uma prova da falta de confiança nos círculos militares dos países da região com relação às ações de seus parceiros nos blocos comerciais.

#### **4.2.1 As Fronteiras do MERCOSUL**

Brasil e Argentina, como apresentado, representaram a primeira escala das rivalidades contidas no continente sem, porém, terem tido um embate frontal de magnitude. As suas forças militares também representaram as mais bem equipadas e organizadas da região, equilíbrio somente perdido após a Guerra das Malvinas. Como relatado, por diversas vezes, encontros entre presidentes e diplomatas dos dois países tencionaram acordos bilaterais nos quais questões relativas ao poderio militar eram postas como fatores importantes para a conciliação e efetivação de um tratado de amizade. Apesar desse reconhecimento sobre a influência das questões de defesa nas suas relações, até próximo ao advento do conflito no Atlântico Sul em 1982 as relações militares encontravam-se em oposição.

Após a Guerra, com o recrudescimento das hipóteses de conflito e o início da cooperação bilateral, as questões militares que influíam nas relações dos dois países foram

postas em segundo plano. Parte dessa atitude deveu-se ao retorno de presidentes civis aos governos locais, minimizando investimentos nas áreas de defesa até toda a década seguinte praticamente. Isso permitiu a evolução da cooperação econômica sem que se encontrassem muitos obstáculos com origem na caserna, à exceção das iniciativas argentinas de filiação à OTAN.

A primeira década do século 21, entretanto, trouxe para o Brasil uma retomada de seus projetos mundiais, onde a América do Sul estaria colocada como sua base de apoio. Dessa forma, antigos projetos militares foram colocados como parte do plano emergente do país, reconhecendo a importância do aparato militar para a projeção mundial do Brasil. Esse plano de crescimento militar foi acompanhado de críticas na região, sempre desconfiada do imperialismo brasileiro que reside por trás de ações como a formulação unilateral do Conselho de Defesa Sul-Americano. Nesse aspecto, a Argentina foi um dos países que observou com atenção os movimentos do Brasil, justamente o seu principal parceiro comercial no MERCOSUL.

A situação argentina desde o fim do Conflito das Malvinas, após sucessivas crises econômicas não permitiu a renovação de suas forças militares. Seu contingente foi reduzido e o serviço militar obrigatório abolido, tornando o exército composto apenas de profissionais. Seus equipamentos na maior parte, entretanto, continuam a ser os mesmo operados no momento pretérito ao embate inglês, demonstrando um alto grau de obsolescência e reduzida capacidade de combate. Nessas últimas décadas foram raros os anúncios de compras militares pelo país portenho.

A Força Aérea Argentina (FAA) e a Armada têm sofrido constantemente com a falta de operacionalidade de seus meios. Recentemente foram comemorados os quarenta anos de operação de sua frota de caças supersônicos *Mirage III*, que em breve serão aposentados sem que se tenha em vista a sua substituição por um avião mais recente. O Brasil nesse aspecto acompanha seu vizinho, estando a quase vinte anos envolvido em um processo de substituição de sua frota sem que tenha tido indicação de modelo vencedor da concorrência, constantemente postergada. No entanto, a situação argentina se mostra a beira de um colapso já que em recente reportagem divulgada pelo periódico *Clarín*, baseando-se em relatório de um grupo parlamentar do país, aponta que somente 17% da frota da encontra-se disponível, situação que vem se degradando desde o fim do conflito com a Inglaterra.

O relatório dos deputados da UCR alerta também sobre a sensível falta de condições para que a FAA exerça adequadamente o controle do espaço aéreo do país. Essa

decadência iniciou-se nos anos de 1980 após a Guerra das Malvinas e se aprofundou nos últimos dez anos, aponta o relatório. No período 2001-2003, a FAA contava com uma disponibilidade de aeronaves ao redor de 50%. Entre 2003 e 2005 esse índice baixou para 40% e chegou a 30% entre 2005 e 2010. (PLAVETZ, 2013)

A Armada tem encontrado dificuldades em diversas áreas. Sua folha de pagamentos assume elevados custos com seu pessoal, representando 81% de seus recursos totais (INFOBAE.COM, 2013). Desprovida de um porta-aviões desde 1990, sua aviação naval fez uso do navio aeródromo brasileiro para manter suas atividades, o que teve de ser interrompido devido à reforma nesse porta-aviões, ocasionando a perda da proficiência em operações com esse tipo de embarcação. Aos seus navios de combate não se tem permitido muitas surtidas de adestramento. Outras notícias recentes, que demonstram tanto o estado de obsolescência dos navios como o das finanças do país foi a da retenção da fragata de instrução *ARA Libertad*, da quebra da corveta *Espora* em águas sul-africanas e o afundamento do fragata *Santísima Trinidad* quando o mesmo estava ancorado para reparos no porto de Mar del Plata (INFOBAE.COM, 2013).

Sua arma submarina está reduzida à apenas três unidades de submarinos as quais contam com idade considerável. Um fato significativo que indica a observação, dos movimentos brasileiros por parte desse país foi a declaração da ministra da defesa argentina Nilda Garré, em 2010, sobre as intenções de seu país construir um submarino de propulsão nuclear, tal qual o Brasil planeja. Segundo a ministra, “A Argentina não pode ficar à margem dessa tecnologia” e que o seu país “nunca renunciou à posse de um submarino atômico” (CARNEIRO, 2012, p.12). As declarações demonstram o interesse argentino em não perder de vista o Brasil na área militar, porém lhe restam dificuldades para efetivar seus planos. Segundo Mário Carneiro (2012), os planos argentinos de equipar um casco de seus atuais submarinos com um reator nuclear teriam como principais dificuldades a dimensão do casco desses submarinos, pequenos demais para comportar um maquinário desse tipo que seja eficiente; a falta de um reator nacional pequeno e com potência para impulsionar o navio; e o custo elevado de tal empreitada, que a Argentina não teria condições de suportar nesse momento.

São nas forças terrestres, entretanto, que encontramos a nossa situação problema e desequilíbrio entre os dois países e que pode ter influência no processo de integração entre os dois países. Desde pelo menos trinta anos, o Brasil tem ressaltado a importância da Amazônia para o país e de sua defesa soberana, fazendo uso de argumentos de “cobiça externa” para alertar a população sobre a necessidade de sua proteção (MARQUES, 2010). Essa situação,



entretanto, não está sendo acompanhada pela mobilização das forças armadas para a proteção desse território que compreende mais da metade do país. Como observa Hector Saint-Pierre:

Sin embargo, y para agravar la situación de seguridad de la región amazónica, la reorientación estratégica brasileña, por la que se cambió el foco de las preocupaciones de la defensa del sur del país (coherente con la vieja hipótesis de guerra con la Argentina) para el norte, no se acompañó de la debida reestructuración de las fuerzas ni de la tecnología militar necesaria para las especificidades de la región, lo que se refleja en los reclamos de los militares ante la falta de recursos para la eficaz vigilancia de la Amazonia. (SAINT-PIERRE, 2009, p.5)

A fronteira entre Brasil e Argentina, que historicamente fora o alvo de remarcações e expedições militares no período colonial, continuou a preservar suas forças militares mesmo após o aceno formalizado da cooperação na Bacia do Prata. Além disso, as forças militares que já se encontravam fortemente concentradas na região passaram a receber reforços que não são compreensíveis para o atual contexto de distensão das rivalidades.

A partir de 2004, o Exército Brasileiro divulgou suas intenções de transferência de unidades militares, através de seu Plano Básico de Reestruturação do Exército. Esse documento preconizava a transferência de unidades blindadas de grandes centros urbanos, para a proximidade de campos de instrução, propiciando a melhora na instrução dessas unidades e economia com a logística, reunindo em uma mesma brigada material de mesmo tipo (SAINT-PIERRE, 2009). A transferência que se efetivou, entretanto, foi feita entre unidades sediadas na região Sudeste para novos destinos na região Sul. Por exemplo, os 1º e 2º Regimentos de Carros de Combate, sediados respectivamente nas cidades do Rio de Janeiro – RJ e Pirassununga – SP, unidades dotadas com os principais tanques do exército, foram transferidas cada qual para Santa Maria – RS e Ponta Grossa – PR. Além dessas, houve a concentração de mais unidades blindadas sob a responsabilidade do Comando Militar do Sul (CMS). O principal argumento para a transferência de unidades blindadas para o Sul do país segundo o exército, é que a condição de terreno propicia a evolução de treinamento com esse tipo de arma (HIGUCHI, BASTOS Jr, 2009). Entretanto, as condições de terreno plano que propiciam o melhor treinamento e operação com veículos blindados são encontradas em outras áreas do país, em todas as regiões, o que torna questionável o argumento da força terrestre brasileira para concentração dessas unidades na região sul.

Segundo Expedito Bastos, a concentração de tropas num país de dimensões continentais como o nosso, longe das regiões mais importantes e mais populosas é algo temerário:

O centro principal envolvendo carros de combate será o Rio Grande do Sul, deslocando desta maneira um grande efetivo para as fronteiras sul do país, num momento em que as antigas tensões pareciam ter sido definitivamente extirpadas. Caso estas mudanças realmente ocorram, ficará evidente que os nossos inimigos estão no sul, países com os quais mantemos boas relações e que sem dúvida reagirão a esta grande concentração de forças próximos à sua fronteira. (BASTOS, 2003, p.1)

A concentração das unidades de Cavalaria, dotadas de veículos blindados, fica evidente quando analisado o Mapa 3. Nota-se a ausência dessas unidades em regiões de relevância para o país, como a região norte e o promontório nordestino. As poucas unidades encontradas nessas regiões são compostas de poucas peças no seu inventário de veículos, já que são classificadas como esquadrões. Na organização clássica de unidades militares, são necessários três esquadrões para a composição de um regimento, que são as unidades mais comuns no sul e sudeste.

Entende-se a dificuldade de operação de tanques pesados em terrenos como o da região amazônica e em outros de relevo íngreme, porém, grande parte dos veículos blindados de transporte de pessoal utilizados pelo exército é dotada de capacidade anfíbia – *M-113* e *Urutu* – tornando-os aptos a operação na região norte. Além das unidades de Cavalaria, outras unidades do exército que se encontram na região sul, também estão dotadas de veículos de combate blindado, mesmo pertencendo a outras armas, como no caso das unidades de comunicações blindadas e engenharia de combate, majoritariamente postadas nessa região. No tocante à arma de infantaria, de seus cinco batalhões de infantaria blindados, quatro estão na região sul, e o último tem sede no Rio de Janeiro como demonstrado no Apêndice B.

A arma de Artilharia também tem suas principais forças concentradas na região, como aponta o Mapa 4. Muitas dessas unidades também estão dotadas de veículos blindados, como no caso das unidades equipadas com os obuseiros alto-propulsados *M-108* e *M-109*, as peças mais importantes do inventário dessa arma.

A dotação de todas essas unidades com veículos blindados demonstra a importância das tarefas atribuídas a essas unidades e o grau de dificuldade dos combates a que estão preparadas. Mantendo-as concentradas no Rio Grande do Sul e as fortalecendo, certamente aponta para uma questão que pode vir um dia a ganhar relevância nas relações bilaterais. Concentrar forças em uma fronteira gera desconfortos e animosidades. Segundo o site DEFESANET (2011) o Comando Militar do Sul conta com 90% dos blindados, 100% da Artilharia Autopropulsada, 75% da Artilharia, 75% da Engenharia e 75% da Cavalaria Mecanizada do Brasil.

As recentes aquisições de veículos blindados pelo Brasil da Alemanha, cerca de 250 tanques *Leopard* modelo 1A5, foram prontamente enviadas para a modernização dos Regimentos de Carros de Combate, dois no Paraná e dois no Rio Grande do Sul. Notícias recentes apontam a possível aquisição pelo Exército de blindados antiaéreos *Gepard*, os quais muito provavelmente serão enviados ao sul caso se concretize a negociação. Essa possibilidade deve-se a similaridade desse veículo com os tanques *Leopard*, facilitando a manutenção e logística operacional.

Outro fator que leva a entendimentos semelhantes aos do exército é a destacada presença da FAB no estado gaúcho. Das cinco unidades da Força Aérea equipadas com jatos de combate, duas se localizam no estado. Essa posição singular é ressaltada pela presença de um esquadrão de caça e de dois esquadrões de ataque, sendo mais de um terço das aeronaves desses modelos. O esquadrão de caça criado mais recentemente foi o 1º/4º Grupo de Aviação, transferido de Natal para Manaus no fim do ano de 2010. As aeronaves que compõe esse esquadrão foram retiradas do 1º Grupo de Aviação de Caça, com sede no Rio de Janeiro, sendo enviados apenas 6 caças *F-5* para a Amazônia. Números como esse revelam questões latentes na estrutura militar brasileira, as quais deverão ser dadas mais atenção caso o interesse pela cooperação regional se fortaleça.

A pujança militar dos planos de modernização brasileira incomodou a alta cúpula do governo argentino em 2009, mesmo que as orientações políticas de seus governos apresentem similaridades. As preocupações argentinas estavam baseadas na condução da política externa do Brasil, aproximando-se como interlocutor do Irã e abrindo uma embaixada na Coreia do Norte (ESTADÃO, 2012), países que contam com programas nucleares secretos, sendo que o segundo é sabidamente detentor de armas nucleares.

Um dos riscos vislumbrados pelo governo argentino era a tentativa de equiparação militar do Brasil com os seus congêneres do BRIC, através da adoção de meios estratégicos nucleares. A possibilidade de o Brasil construir uma arma atômica teria sérias consequências para a geopolítica local, mas principalmente para o país portenho, relegando-o a um patamar ainda mais distante do apresentado atualmente. Apesar do forte reaparelhamento do Chile, esse país não foi visto como um problema, já que algumas medidas de confiança recíproca foram estabelecidas entre esses países:

Ainchil e Dojas descreveram a reação da Argentina a vizinhos capazes de gastar muito mais que a Argentina na modernização militar. No caso do Chile, o governo da Argentina (GOA) entendia que as receitas da exploração do cobre ofereciam um orçamento fixo para aquisições militares, mas que o Chile havia adotado medidas

para amenizar qualquer temor da Argentina de ser superada em tecnologia militar. Uma delas era o compromisso do Chile de desenvolver um batalhão de paz conjunto com a Argentina, o Cruz del Sur. A segunda era o foco do Chile em retirar as minas de sua fronteira com a Argentina, um sinal impressionante de confiança na relação bilateral. (ESTADÃO, 2012)

Uma questão que pode auxiliar na compreensão da visão argentina ser mais amena com relação ao Chile e dotada de desconfianças com o Brasil é justamente o posicionamento militar fronteiriço em relação ao país portenho. Enquanto o Brasil mantém suas forças direcionadas ao seu parceiro comercial, o Chile tem claramente prioridade em sua fronteira norte, minimizando sua presença militar na fronteira com a Argentina, sendo Punta Arenas uma exceção e, além disso, equipada com os equipamentos mais antigos das Forças Armadas chilenas, como observado nos mapas.

A possibilidade de o Brasil construir um artefato nuclear foi relatada no mesmo ano em que o governo argentino firmou suas preocupações. Uma pesquisa desenvolvida no Instituto Militar de Engenharia conseguiu aferir com elevado grau de precisão o funcionamento de um modelo de bomba nuclear estadunidense. Segundo as reportagens veiculadas (QUADROS, 2009), um pesquisador brasileiro conseguiu determinar com sucesso os cálculos de dimensão e a potência da ogiva do arsenal norte americano W-87, o que em teoria poderia conferir a capacidade de montagem pelo país de um objeto semelhante. Nesse mesmo ano, segundo foi revelado pela organização *wikileaks*, a Argentina temeu as ambições na área nuclear com os projetos desenvolvidos pelo Brasil, lavando em consideração, além do submarino e construção de novas usinas, a aproximação entre esse país e o Irã e a Coreia do Norte, países que mantém programas nucleares sob suspeita da ONU (ESTADÃO, 2012)

A Argentina ao demonstrar sua preocupação com a possibilidade do Brasil conseguir armas estratégicas, submarinos de propulsão nuclear, suas pretensões recentes em pertencer à comunidade de defesa do Atlântico Norte e a configuração do aparato militar brasileiro na fronteira com esse país, indicam que as questões de defesa que envolve os antigos rivais estão longe de estarem totalmente superadas, abrindo-se a possibilidade de regressão das iniciativas de integração pelas antigas vias de rivalidade na região.

#### 4.2.2 A Fronteira Chile-Bolívia-Peru

Apesar de não se envolverem em conflitos desde o término da Guerra do Pacífico no século XIX, atualmente, essa é a fronteira onde observamos um dos maiores riscos de retrocesso a um conflito clássico, tendo em vista os recentes protestos de Bolívia e Peru, tanto em relação à revisão dos limites com o Chile, como ao armamento mobilizado por esse país para a região fronteiriça.

O Chile, um dos países que mais investiu em armamentos na última década, fato que tem relação com os recursos disponibilizados pela “Lei do Cobre”<sup>14</sup>, metal que a partir da década de 2000, passou a contar com uma cotação bastante elevada no mercado mundial, possibilitando uma soma de recursos para as FFAA chilenas que foram aproveitadas na compra de diversos materiais. A partir dessa mesma década, o exército chileno reformulou a distribuição de suas unidades sobre seu território, buscando concentrar unidades que estavam dispersas em menos localidades, tornando menos onerosa a manutenção de suas forças e possibilitando a criação de unidades completas, providas de todas as armas de combate.



**Figura 7:** A transformação e modernização do Exército chileno a partir dos anos 2000. Fonte: EJÉRCITO DE CHILE, 2013a

<sup>14</sup> *Ley Reservada del Cobre*, criada em 1958 durante o governo Carlos Ibáñez Del Campo. A Lei previa que 10% do montante arrecadado com a venda do metal fossem destinados às Forças Armadas do país. A Lei foi recentemente extinta pelo congresso.

Segundo o site do Exército do Chile, essa alteração na disposição física de suas unidades transformou essa força de um exército territorial, para um exército operacional, possibilitando maior capacidade de projeção sem a necessidade de grandes mobilizações. Em sua página na internet o Exército chileno destaca que:

Hoy, el ejército operacional, en cambio, se plantea como una Fuerza Terrestre polivalente, con la capacidad para realizar múltiples tareas con la misma estructura, con unidades completas y alta capacidad de proyección; con menor dependencia de la movilización (traslado geográfico de personal de apoyo en caso de crisis o conflicto) y con sistemas operativos que le dan mayor operacionalidad, lo que le otorga potencia, poder de choque y flexibilidad a la fuerza. (EJÉRCITO DE CHILE, 2013a)

A sua reorganização coincidiu com um período de fortes investimentos na modernização de seus equipamentos, dessa maneira, o Chile passou a ser um dos países que mais concentram suas forças de combate em região fronteira, notadamente próxima à tríplice fronteira com Peru e Bolívia, palco da Guerra do Pacífico, e constante alvo de protestos por parte desses dois vizinhos para a revisão de seu traçado. Considerando o envio da maior parte de seus blindados e artilharia para as cidades de Iquique, Arica e Antofagasta, antigos territórios peruanos e boliviano, somados ao significado que o exército chileno atribui ao termo de dissuasão, que é “el efecto mediante el cual se pretende inhibir cualquier intención adversaria de actuar coercitivamente contra los intereses vitales propios” (EJÉRCITO DE CHILE, 2013b), entendemos que na visão chilena, Peru e Bolívia ainda são considerados hipoteticamente como potenciais adversários militares.

Dentre as unidades que estão estacionadas nessas três cidades, destacamos as 1º, 2º e 3º *Brigadas Acorazadas*, as quais compõem as mais importantes unidades equipadas do Chile. Tais unidades estão dotadas com os tanques principais *Leopard II*, obuseiros *M-109*, grupos de artilharia antiaérea dotados de mísseis e veículos blindados de transporte de tropas. Estando três das quatro brigadas encouraçadas situadas ao norte, a representatividade dessa fronteira para o pensamento militar chileno fica assim assinalada de forma contundente. A unidade restante, a 4º *Brigada Acorazada*, situa-se em Punta Arenas, no extremo sul, próximo a antiga zona de litígio com a Argentina, no entanto, essa brigada não dispõe dos mesmos equipamentos que estão destinadas às localizadas ao norte, estando equipadas com os antigos tanques *Leopard 1V*, denotando assim maior importância das outras sobre essa. Nos mapas apresentados, nota-se a concentração das unidades de cavalaria do Chile na região norte.

A criação das 1º e 2º brigadas deu-se em 2007, já seguindo as novas determinações da nova estrutura organizacional, e as 3º e 4º foram inauguradas em 2009. Além dos equipamentos já destacados, todas as brigadas são compostas por unidades de infantaria, unidades de reconhecimento aéreo, de comunicação e de engenharia. Já os equipamentos que foram destinados para essas novas unidades, fazem parte de sucessivos lotes de comprados a partir da segunda metade da década passada. Da Alemanha foram comprados 132 carros de combate *Leopard 2A4*, em 2005, da Suíça e EUA entre 2006 e 2009 foram recebidos 48 obuseiros *M-109*, além de equipamentos de apoio como jipes, radares, peças de manutenção, dentre outros.

Já a Força Aérea Chilena (FACH) levou a cabo uma completa renovação de sua frota de combate, adquirindo 46 caças *F-16* dos EUA e Holanda, em três lotes entre 2000 e 2009, representando hoje o equipamento mais modernos em operação na FACH. Todos esse aviões foram enviados para três grupos de aviação baseados no norte do país, o Grupo de Aviação 3, baseado em Iquique, operando com os 10 jatos mais novos recebidos dos EUA, e os Grupos 7 e 8, baseados em Antofagasta, operando os 36 aviões restantes comprados de segunda mão da Holanda. A única outra unidade a operar aviões de caça da FACH sedia-se em Punta Arenas, operando os antigos caças *F-5*, que anteriormente se encontravam na região norte, tendo sido enviados ao sul depois da compra dos equipamentos mais modernos. Dessa forma, a Força Aérea Chilena também destaca suas mais importantes unidades de combate para a região fronteira com Peru e Bolívia, fato que não tem passado despercebido por ambos vizinhos.

Esses dois países que se localizam na fronteira norte do Chile tem apresentados protestos quanto à crescente disposição de armas chilenas próximos aos seus limites. As perdas territoriais causadas pela Guerra do Pacífico ainda são a base da discórdia entre esses vizinhos.

A Bolívia não mantém relações diplomáticas com o Chile desde 1978, sendo o motivo principal a falta de resolução para a questão da saída para o mar, o assunto mais importante da política externa boliviana. O Governo Evo Morales tem sido especialmente insistente com a questão da saída externa, um forte fator de aglutinação da social. Sistemáticamente esse assunto tem sido abordado pelo governo boliviano, renovando o protesto anualmente junto a OEA. Na última conferência em 2012, depois de feito o pedido para renegociação dos limites da atual fronteira, estabelecida em 1904 em acordo bilateral, o questionamento boliviano obteve como resposta do representante chileno que "O Chile é um país que está estabelecido

em suas fronteiras há muitos anos, essa realidade do que é o Chile hoje não vai mudar, não vai mudar" (QUIROGA; NEJANKIS; BACHEGA, 2012).

Mais recentemente, em outubro de 2012, o presidente boliviano retornou ao assunto durante a cúpula de países sul-americanos e países árabes, em Lima, sendo enfático ao apontar o Chile como ameaça regional, "Chile não é apenas uma ameaça para a Bolívia, mas também para o Peru. O Chile é um perigo para a região porque estamos em época de integração." (MARILUZ, 2012). A reação boliviana caminha, segundo a notícia acima, para o protesto formal na Corte Internacional de Haia, o que deve se confirmar em 2013, caso o Chile continue a recusar as negociações bilaterais.

Nesse mesmo íterim, o Chile já enfrenta outra apelação no mesmo tribunal, apresentada pelo Peru em 2008, relativo aos limites marítimos entre eles. Essa questão também com origem no conflito do século XIX, e refere-se a uma área de aproximadamente 40.000 km<sup>2</sup> da fronteira marítima entre eles. A disputa territorial entre os dois países tem sido marcada por incidentes diplomáticos e acusações por parte do Peru, de que o Chile estaria promovendo uma corrida armamentista na região.

Em novembro de 2009, a missão diplomática peruana abandonou a reunião da APEC em Cingapura, após acusações de que o Chile estaria envolvido com a espionagem de instalações militares peruanas, tendo aliciado um oficial da Força Aérea do Peru para fornecer informações para suas contrapartes chilenas (JARA, 2009). Em fevereiro de 2012 o Peru divulgou nota de protesto contra a invasão de militares chilenos em seu território, que a princípio, teriam como missão a desativação de minas terrestres plantadas pelo Chile no governo Pinochet, as quais teriam sido carregadas por fortes chuvas para o lado peruano da fronteira. Entretanto, um caso bastante alarmante a respeito das relações Peru-Chile, foi a declaração do ex-ministro do exército do Peru, em 2009, para que os peruanos se preparassem para o confronto com o Chile por causa dos limites marítimos. Esse mesmo militar foi retirado do comando do Exército em 2008, após a divulgação de um vídeo onde aparecia demonstrando durante treinamento como matar soldados chilenos, caso estes ingressassem em território peruano (EL ECONOMISTA, 2009).

Da mesma maneira, um vídeo recentemente divulgado na internet no Chile mostra um pelotão com cerca de 50 soldados da marinha do país em uma praia em Viña del Mar, correndo e cantando palavras xenófobas contra os países vizinhos, "argentinos matarei, bolivianos mutilarei, peruanos degolarei" (G1, 2013). O episódio foi colocado sob investigação pela marinha do país, já que em sua declaração oficial essa organização diz que o



fato não representa as boas relações com os vizinhos. Mesmo que um caso isolado, o vídeo pode indicar um claro sinal de pensamento baseado na confrontação por parte dos soldados em treinamento.

O Peru, entretanto, não tem se limitado ao protesto com relação aos gastos militares e posicionamento das bases chilenas, buscando através de um programa de modernização equilibrar a balança de poder na região, entretanto, atuando no sentido inverso do fortalecimento da confiança recíproca.

Observando a disposição das unidades de cavalaria e artilharia do exército peruano, bem como os equipamentos com que elas estão dotadas, percebe-se uma tentativa de contrabalancear a concentração de tropas do lado chileno. A disponibilidade e tipo de equipamentos com que está servido o exército do Peru não se comparam com o material mais recente recebido pelo seu vizinho, estando equipado com tanques principais *T-55* e tanques leves *AMX-13*, com quase cinquenta anos de uso e no limite de suas vidas úteis. As unidades de cavalaria peruana, como observado no Mapa 3, estão orientadas de maneira muito clara para as fronteiras equatorianas e chilenas. Entre essas duas, os limites com o Chile ganham especial atenção, sendo que das oito unidades equipadas com carros de combate, cinco estão situadas nessa região fronteiriça. Os 311° e 211° Batalhões de tanque, situados respectivamente em Locumba e Moqueguá estão equipados com os tanques pesados *T-55*. Em Tacna se situam duas unidades equipadas com os veículos *AMX-13*, assim com uma em Pomata, as margens do Lago Titicaca. Com relação às outras três unidades, duas situam-se na capital, Lima, e a restante em Tumbés, fronteira com o Equador.

Além das unidades de cavalaria, importantes unidades de artilharia também estão deslocadas para essas duas regiões fronteiriças, contando com veículos lançadores de foguetes, mísseis e blindados antiaéreos, respectivamente em Arequipa, Monqueguá. Ainda na fronteira com o Chile se localizam unidades equipadas com mísseis antitanque, as quais serão descritas mais à frente.

Um fator relevante são compras de armamentos realizadas por esses dois países, as quais, ocasionadas em períodos muito próximos, demonstram uma situação de competição entre eles. Outro indício são os tipos de armas, apontando para uma estreita ligação com a aquisição realizada pelo país vizinho, sendo que as ações peruanas têm sucedido as chilenas como reações em busca do equilíbrio de poder militar regional. Dessa maneira, as atividades militares que se encontram relacionadas têm início no ano de 2004, coincidindo com a ascensão dos gastos em defesa nos dois países. Em janeiro desse ano o Chile anunciou a

renovação de sua esquadra, adquirindo da Holanda 4 fragatas de segunda mão, o que logo foi seguido pelo Peru, com o anúncio da aquisição de 4 navios semelhantes da Itália.

O Equador também tem papel fundamental nesse processo, devido a aspectos de uma aliança informal com o Chile, assim como apontado no final do século XIX, como um arco estratégico que uniria esses dois países em torno de seus problemas com o Peru.

Seguindo com o seu processo de modernização naval, o Chile providenciou uma nova compra de oportunidade, adquirindo 3 fragatas da Inglaterra, possibilitando a retirada de serviço de 2 unidades mais antigas. Dessa maneira, as duas fragatas da Classe *Leander* foram vendidas ao Equador por preços e condições de pagamento mais favoráveis, modernizando a pequena marinha desse país. O recebimento dos navios comprados da Inglaterra foi feito entre fins de 2007 e outubro de 2008, quando foi entregue o terceiro e último navio. Em outubro também foi realizada a entrega da segunda e última fragata retirada de serviço ao Equador.

Dois meses após o incremento das marinhas vizinhas, em dezembro de 2008, o Peru destacou 15 navios de combate para a realização de um exercício naval de grandes proporções, ocasião em que testou um míssil anti-navio *Otomat*, atingindo um alvo a 150 km de distância, quebrando o recorde sul-americano nesse tipo de armamento. Considerando o valor unitário do míssil, estimado entre 500 e 700 milhões de dólares, e de que a marinha peruana recebeu 40 exemplares do mesmo, esse exercício pode ser interpretado como uma “mensagem” da Armada do Peru para os países vizinhos, assim como a aquisição de aeronaves de patrulha marítima, que são utilizadas para guiar esse tipo de míssil, realizadas em 2010, também estão relacionadas com o aumento do poder naval na região.

A aquisição de blindados pelo Chile e a venda de seus antigos tanques para o Equador, também foram acompanhadas de compras em sentido de “resposta” por parte do Peru, com a aquisição de duas levadas de mísseis anticarro em um período muito próximo ao dos anúncios das compras dos vizinhos. Em resposta ao acréscimo de aeronaves da FACH, a Força Aérea peruana anunciou o processo de modernização de seus caças, aumentando a vida útil dessas aeronaves.

Força	País	Ação	Data
Marinha	Chile	Compra <sup>1</sup> de 4 Fragatas Classe <i>L e M</i>	Jan/2004
	Peru	Compra <sup>2</sup> de 4 Fragatas Classe <i>Lupo</i>	Fev/2004
	Equador	Compra de 2 Fragatas chilenas Classe <i>Leander</i>	Mar/2008
	Chile	Compra de 3 Fragatas <i>Type 23</i>	Out/2008
	Peru	Lançamento de Míssil anti-navio <i>Otomat</i>	Dez/2008
	Peru	Compra de 2 aviões de patrulha marítima <i>Fokker 60</i>	Fev/2010
	Peru	Compra de 2 aviões de patrulha marítima <i>Fokker 60</i>	Dez/2010
Exército	Chile	Compra de 132 tanques <i>Leopard 2A4</i>	Nov/2007
	Equador	Compra de 30 tanques <i>Leopard 1V</i> do Chile	Dez/2008
	Peru	Compra de 244 mísseis anti-tanque <i>Kornet-E</i>	Dez/2008
	Chile	Compra de batalhão de Artilharia (24 tanques <i>M-109</i> )	Jun/2009
	Peru	Compra de 244 mísseis anti-tanque <i>Spike</i>	Jun/2009
Aeronáutica	Chile	Compra <sup>3</sup> de 18 Caças <i>F-16</i>	Dez/2005
	Peru	Modernização de 19 caças <i>Mig-29</i>	Ago/2008
	Chile	Compra de 18 caças <i>F-16</i>	Mai/2009
	Peru	Modernização de 12 caças <i>Mirage 2000</i>	Jun/2009
<sup>1</sup> – Anúncio da compra, com recebimento entre 2006 e 2007 <sup>2</sup> – Anúncio da compra, com recebimento entre 2004 e 2006 <sup>3</sup> – Recebidos entre 2006 e 2007			

**Quadro 6:** As Atividades Militares Relacionadas de Chile, Peru e Equador. Org. TEIXEIRA, 2013.

Dessa forma, as atividades militares envolvendo esses países podem ser consideradas como as localizadas no limite do antagonismo como aponta Costa (2009). O futuro da região passa a depender de como será absorvido as atividades militares desenvolvidas sobre o prisma do Conselho de Defesa Sul-Americano.

Além disso, recentemente foi anunciado que Chile, Peru, Colômbia e México formalizaram suas intenções para a criação de um bloco chamado Aliança do Pacífico. Esse

bloco, além de se situar na região que ainda concentra tensões na América do Sul, é uma reação à UNASUL, sendo considerada uma iniciativa orientada pela direita política do continente, em resposta ao bloco “esquerdista” (BONIS, 2012).

Essas e outras questões tendem a afetar o futuro pleiteado pelas iniciativas de integração por hora vigente, podendo tornar mais uma o processo moroso, assim como as outras diversas iniciativas lançadas desde os anos 1960.

#### **4.2.3 A Fronteira Venezuela-Colômbia**

As crises entre Venezuela e Colômbia noticiadas pelos canais de imprensa foram frequentes na primeira década do século XXI. Seus governos postados diametralmente opostos no campo ideológico, assim como sua postura frente aos EUA, foram fatores agravantes de suas divergências fronteiriças.

A eleição do presidente Hugo Chávez em 1999 levou a Venezuela para o caminho do “socialismo do século XXI”, postura que entrou em conflito com interesses de classes dominantes em seu país e com os EUA na política externa. Como o maior produtor de petróleo das Américas e com uma das maiores reservas conhecidas do mundo, a Venezuela mantinha estreitas relações com os EUA, sendo um dos principais fornecedores de combustível para esse país desde os anos cinquenta, o que a induziu a estabelecer uma relação preferencial com esse país sobre os demais da América do Sul, o que pode ser entendida como uma postura isolacionista (CERVO, 2001).

Com a revisão de sua política interna e a mudança de postura internacional, as relações entre os dois países se desgastaram principalmente no que cabe ao petróleo e ao comando da companhia petrolífera nacional venezuelana. O petróleo como sendo a principal fonte de recursos do país foi o principal alvo da política “chavista” para a obtenção de recursos, adotando medidas para direcionar seus lucros para investimentos internos e reformas no seu aparato de defesa, o que desagradou à elite local e influenciou as relações com os Estados Unidos. Na medida em que as relações Venezuela-EUA se deterioraram, as relações da vizinha Colômbia com esse mesmo país foram estreitadas, sendo um dos pontos principais a ajuda no combate às guerrilhas de esquerda e a produção de drogas.

Essa ajuda começou a fluir com maior vigor a partir dos anos 2000 com a assinatura do Plano Colômbia, criado em conjunto com os Estados Unidos e esse país, que tinha como objetivo o combate ao tráfico de cocaína associado às guerrilhas em solo colombiano. Esse plano contribuiu para a elevação de gastos em defesa na Colômbia, sendo que parte dos recursos provinha diretamente dos EUA em forma de treinamento, assessores militares e equipamentos. Dessa maneira, com o distanciamento da Venezuela das políticas norte-americanas para a região e a Colômbia se tornando o principal parceiro desse país na região, as suas políticas não tardaram a se tornar conflitantes.

Os embates entre a Venezuela e os EUA foram amplificados após o fracassado golpe de Estado em 2002 na Venezuela. Os norte-americanos decretaram um embargo de armas e materiais relacionados ao país sul-americano, impedindo a manutenção de seus equipamentos, o que afetou diretamente uma venda que o Brasil faria ao país, já que componentes de aviões da Embraer provinham de fontes estadunidenses. Em contrapartida, a Venezuela estreitou suas relações com países incluídos no chamado “Eixo do Mal” pelo governo George W. Bush, como Síria e Irã. Nas Américas, sua aproximação com Cuba e Bolívia criou um elo ideológico em torno do “bolivarianismo” e da contestação das políticas estadunidenses para a região, ao qual se juntou o Equador, país que cancelou os acordos com os Estados Unidos de permissão de uso da Base Aérea de Manta, principal presença militar dos EUA na região.

Frente à presença estadunidense na região e a sua tomada de posição política rumo à esquerda, as tensões regionais foram amplificadas. O embargo sobre a Venezuela e a impossibilidade de continuar a operar equipamentos norte americanos levou esse país a se voltar para a Rússia e China em busca de renovação militar. Um dos pontos chave do regime “chavista” se baseia justamente no fortalecimento de seu aparato de defesa, em vista das intervenções dos EUA em outros países, e estando o país postado como contestador de sua política, na visão do governo cresce a possibilidade de uma intervenção, tal qual a tentada em 2002.

O fornecimento de equipamento militar da Rússia foi certamente o mais pujante na história recente da América do Sul. Dada a necessidade de renovação de todo seu aparato bélico, os anúncios de compras se sucederam com certa rapidez, o que levou a declarações do secretário de Defesa dos EUA, Donald Rumsfeld, a alegar que esse país promovia uma corrida armamentista regional (G1, 2006). Nos primeiros anos as compras de equipamento militar tiveram como destaque a aquisição de 100 mil fuzis de assalto *AK-103*, 24 aviões de caça *Sukhoi-30* e 53 helicópteros de vários tipos. A compra desses aviões foi certamente a

mais significativa, pois seu desempenho e sua capacidade de armas até o presente são únicos na região, representando assim um novo patamar para as forças aéreas da região.

Em contrapartida, a vizinha Colômbia também obteve um aumento nos seus gastos militares (Quadro 4), sendo inclusive superiores aos gastos venezuelanos. Entretanto, a situação colombiana no que tange ao ambiente interno, forçou que esse aumento nos gastos em defesa fossem orientados preponderantemente para o combate às guerrilhas de esquerda. Uma rápida visualização sobre a composição do aparato militar colombiano corrobora com essa análise.

A estrutura militar da Colômbia está fortemente alicerçada em tropas de infantaria e em sistemas destinados ao combate de contra-insurgência. A distribuição de seu pessoal no território é representada por unidades dessa arma. Já no que tange à distribuição das armas de Cavalaria e Artilharia, entretanto, conta com uma maior orientação para a Venezuela, na região do lago Maracaíbo, de onde é retirado o petróleo desse país e onde ocorreu o incidente da corveta *Caldas*, em 1987.

A exceção do exército, que atualmente é o maior em número de militares da América do Sul, as outras forças armadas da Colômbia têm tamanhos bastante reduzidos, assim como poucos equipamentos destinados à dissuasão externa. De suas duas bases aéreas com aeronaves de combate, uma se localiza próximo à capital Bogotá, e outra ao norte, próxima a fronteira venezuelana. Sua principal força reside sob a grande quantidade de helicópteros *Blackhawk*, destinados ao transporte de tropas para as áreas de montanha e combate à guerrilha, sendo a Colômbia um dos principais operadores do modelo.

Apesar de ter relativamente pouca presença militar em suas fronteiras, Colômbia e Venezuela têm se enfrentado no campo diplomático na última década, o que confere um alto potencial de conflito para o norte andino, já que suas forças armadas são os instrumentos que são empregados nesses momentos.

Aas relações entre os dois governos tornaram-se particularmente tensas entre 2004 e 2009, no mandato do colombiano Álvaro Uribe. Esse presidente, ligado a setores mais conservadores da elite colombiana, foi o responsável pelo acirramento do combate às guerrilhas, apoiado pelos EUA. Nesse ínterim, o presidente Uribe acusou os presidentes dos vizinhos Equador e Venezuela de manterem relações com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia, desencadeando uma crise com ambos em 2008, após o ataque a um acampamento guerrilheiro em solo equatoriano.

As relações com a Venezuela tornou-se a recrudescer após a assinatura de um novo acordo militar entre a Colômbia e os EUA para a instalação de bases desse país, fato visto por Hugo Chávez como ameaça à paz regional. Essa nova crise fez com que Caracas convocasse o seu embaixador ao mesmo tempo e que congelou as transações comerciais com o vizinho (BBC, 2010). Nesse mesmo período as declarações de Hugo Chávez diziam para os venezuelanos se “prepararem para a guerra” (FOLHA DE SÃO PAULO, 2009). A Venezuela se desfilou da CAN em 2006 propondo sua entrada no Mercosul, levou o comércio bilateral com o vizinho a níveis irrisórios, mostrando mais uma vez a fragilidade dos mecanismos de cooperação nessa região.

Ao fim do mandato do presidente colombiano em 2010 um novo momento de tensão surgiu, quando a Venezuela mobilizou suas forças armadas para a fronteira vizinha, temendo uma ação nos últimos dias de Uribe no comando (FOLHA DE SÃO PAULO, 2010). As declarações ofensivas entre Chávez e Uribe continuaram mesmo após a saída do segundo da presidência, quando em 2012 o ex-presidente colombiano afirmou não ter tido tempo em seu mandato para atacar possíveis bases das FARC na Venezuela, o que foi prontamente respondida de maneira rude por Chávez (VALOR ECONÔMICO, 2012).

As relações venezuelanas em suas fronteiras, entretanto, não estão somente orientadas para preocupações com a Colômbia, já que há demandas sobre seu vizinho de leste, a Guiana. Particularmente, a demanda venezuelana sobre a Guiana remete à década de 1960, período da retirada da administração britânica sobre esse território, porém, o governo Chávez foi o responsável pela reabertura de maneira bastante incisiva desse litígio que estava latente na América do Sul, requerendo praticamente metade do território guianense, a região conhecida como Essequibo.

Essa situação condiciona o norte andino e caribe a figurar como uma das regiões do subcontinente ainda a conviver sob o espectro do conflito e rivalidade. A recente eleição do presidente colombiano Juan Manuel Santos, ex-ministro da defesa de Uribe, no entanto, inverteu momentaneamente as previsões conflituosas entre seu país e a Venezuela, conseguindo em pouco tempo retomar as conversações bilaterais de forma amistosa e até o momento sem sobressaltos similares aos encontrados com o antigo governo (BBC BRASIL, 2010).

As relações regionais, entretanto, foram balançadas pelo falecimento do mandatário venezuelano no começo de 2013, lançando incertezas tanto sobre o processo revolucionário

em curso no país, como na diplomacia com os vizinhos, já que pairam muitas incertezas sobre o futuro da Venezuela sem Hugo Chávez, presidente durante 14 anos.

### 4.3 – As Possibilidades de Cooperação em Defesa

As atuais perspectivas de defesa na América do Sul estão pautadas tanto pela possibilidade de conflito, através da disposição de grandes quantidades de forças nas fronteiras de alguns países a espera de um enfrentamento clássico, como também pela tentativa de instaurar um mecanismo de cooperação, simbolizado pelo Conselho de Defesa Sul-Americano, até o momento a proposta mais proeminente nesse sentido no continente, assim como, por diversas propostas de cooperação bilaterais entre diversos países.

No sentido da cooperação, a construção conjunta de armamentos é uma área ainda pouco explorada entre governos. Apesar de haver projetos similares em alguns países, a opção tem sido pelo desenvolvimento independente frente à possibilidade de colaboração com seu par, tanto na construção e projeto, como na manutenção e modernização desses equipamentos. Nesse aspecto, cabe ressaltar como comparação a colaboração dos países europeus e os EUA na divisão dos óbices de projetos de defesa há pelo menos meio século.

Como citado no primeiro capítulo, o sistema de cooperação em defesa instituído pela OTAN imprimiu a necessidade de comunhão básica entre os exércitos da Europa ocidental e os EUA para evitar o caos logístico em tempos de conflito. Essa necessidade avançou para a construção conjunta de equipamentos de defesa em solo europeu que buscassem equipar o maior número possível de países, reduzindo o custo por unidade e a sua posterior manutenção. Dessa forma, principalmente no que diz respeito aos aviões de combate, surgiram projetos destinados a equipar o maior número possível de forças aéreas, como foi o caso da construção de modelos estadunidenses *F-104* na década de 1960-1970 e do *F-16* na década seguinte. O caça *F-104 Starfighter* foi fabricado na Europa por empresas dos países baixos, Alemanha e Itália e visava dotar esses países com um vetor supersônico moderno e a capacidade de produção no continente desses caças. Além dos países produtores, Dinamarca, Noruega, Grécia, Espanha e Turquia utilizaram o avião, tornando-se o caça padrão da OTAN na década de 1970.



Já o *F-16*, foi adotado somente por Noruega, Dinamarca, Holanda e Bélgica, e fabricado em um consórcio por esses países visando substituir justamente o antigo *F-104*. A falta de maior incisão no mercado europeu do *F-16* quando comparado ao projeto do *Starfighter* se deve ao fato de no fim da década de 1970 e início dos anos 1980 outros países europeus, como Inglaterra, França, Alemanha, Itália e Espanha estarem envolvidos em projetos autóctones, com a colaboração conjunta em vários deles, demonstrando dessa forma o interesse em investimentos próprios, evitando a compra direta dos EUA. Aviões como o *SEPECAT Jaguar*, o *Eurofighter Typhoon* e helicópteros *Tiger* são frutos de projetos conjuntos datados dessa época e que ajudaram a formar o atual conglomerado europeu de defesa, diminuindo custos de produção e pesquisa, como também ampliando as exportações desses materiais.

A produção conjunta de armamento leva a outros benefícios além da economia de recursos e das divisas de possíveis exportações desses equipamentos. Os acordos para a produção comum de armas e tecnologia em defesa têm como objetivo, sobretudo, a construção da confiança mútua através do desenvolvimento de tecnologias sensíveis, ou estratégicas. Essa cooperação tem como premissa básica a improbabilidade de uma agressão por parte de um país com o qual se coopere no desenvolvimento desse tipo de tecnologia, já que tal feita afetaria o próprio país atacante, sendo assim um claro prejuízo para ele. A associação da base industrial de defesa leva a um entendimento de ordem estratégica que une também os militares desses países através de uma indução por acordos feitos na esfera civil. Para Medeiros Filho (2010) a aproximação dos militares depende do controle civil e facilitaria a aproximação de forças com valores comuns:

Ao considerar os agentes de defesa como atores de destaque no processo de integração regional, ganha relevância a análise das percepções militares. À primeira vista, a possibilidade de uma “diplomacia militar” torna-se inviável, afinal, como sugere o realismo clássico, as relações entre atores estatais tendem a ser pautadas por elementos de hipocrisia. Alguns traços da mentalidade militar, como o primado nacional, a cultura do sigilo e o conservadorismo, poderiam servir de óbice às tentativas de ações cooperativas. Neste caso, o avanço da cooperação em defesa dependeria da ampliação do controle civil nos moldes democráticos, o que tenderia a tornar os processos [sic] mais transparentes. Não se deve, entretanto, desprezar o fato de que os militares compartilham um conjunto de valores comuns, gerador de sentimentos de camaradagem e de pertença, que tende a facilitar as negociações entre Estados-Maiores. (MEDEIROS FILHO, 2010, p.199)

A construção conjunta de equipamentos de defesa, entretanto, não é uma questão simples, mesmo na Europa. O desenvolvimento de um avião de caça comum na década de 1980, baseado no jato *Eurofighter*, tinha como participantes Itália, França, Alemanha, Reino

Unido e Espanha. Porém divergências iniciais quanto ao objetivo final do novo caça fizeram com que a França buscasse uma alternativa independente, que culminou com o projeto do caça *Rafale*: “o Reino Unido almejava uma aeronave de ataque ao solo, a Itália, um interceptador, enquanto os franceses, uma plataforma multimissão” (SILVA, 2010).

A condução do projeto até sua execução e entrada em serviço do equipamento é um longo trajeto que requer uma série de compromissos e aceitação das limitações que um projeto conjunto impõe ao objeto. Porém, até o momento, a solução conjunta de desenvolvimento no caso da aeronave *Eurofighter* se mostrou mais vantajosa do que o desenvolvimento autônomo da França, obtendo um preço mais baixo por avião e tendo conquistado algumas encomendas externas. Atualmente esse é o maior programa militar europeu, com mais de 700 aeronaves contratadas, contribuindo para a manutenção de uma indústria de defesa europeia independente, frente as suas congêneres estadunidenses. Essa também seria a saída para evitar a dependência tecnológica dos EUA:

Em virtude dos orçamentos de defesa europeus praticamente estagnados e dos altos custos e complexidade crescentes dos mais sofisticados equipamentos militares, dificilmente os países da EU conseguirão se contrapor ao poder científico-tecnológico militar dos EUA, e suas influências políticas e econômicas, caso não invistam em soluções cooperativas mais amplas em produtos de defesa. (SILVA, 2010, p.286)

Assim como a Europa, a América do Sul como forma de fomentar a sua integração regional, deveria orientar a cooperação em defesa do continente para a fabricação e aquisição conjunta de equipamentos militares, diminuindo os custos relativos por unidade e manutenção e, também, diminuindo a dependência externa desse tipo de material de alta tecnologia. Para a Europa, que mantém uma proximidade estratégica a partir da OTAN, a dependência militar dos EUA é uma de suas principais fraquezas. Já a América do Sul, que não mantém nenhum pacto para fornecimento e operação militar conjunta, a dependência externa de fontes estadunidense é mais ressaltada, já que além da dependência de peças para a manutenção, a pouca quantidade de armamentos, a restrição com relação a certos tipos de armas e sua obsolescência agravam as deficiências da defesa do continente, tendo consequências nefastas para a superação da condição de subdesenvolvimento da região.

Nesse aspecto, o desenvolvimento conjunto de armamentos na América do Sul tem caminhado de maneira bastante tímida nesse novo século. As parcerias que tem sido estabelecida para a consecução de alguns armamentos são bastante enxutas frente às

possibilidades que tem se apresentado, como a união de projetos na mesma área que estão sendo desenvolvidos por diferentes países.

Um dos poucos exemplos que encontramos na cooperação em defesa é a construção conjunta do veículo leve *Gaúcho*, feito em parceria entre o Brasil e a Argentina. Esse veículo tem características para uso em todo tipo de terreno, podendo ser facilmente transportado por aeronaves de carga, servindo inclusive como reboque de artilharia. Entretanto, deve-se destacar o longo período para a formatação do projeto, que até o momento não entrou em operação em nenhum dos dois exércitos. A fabricação conjunta do veículo tem início ainda nos anos 1980, sendo que os protótipos só ficaram prontos na década de 2000. A produção do veículo e sua adoção pelos exércitos ainda é incerta, já que não há a contratação de nenhuma empresa para a sua fabricação em série. Outro fator que põem em dúvida sua adoção pelo Brasil é a existência de outra viatura na mesma categoria, chamada *Chivunk*, e que deverá disputar a entrada em serviço com o veículo feito em parceria (BASTOS, 2009).

No ano de 2012, entretanto, o Conselho de Defesa Sul-Americano anunciou a intenção de iniciar as conversações para a construção conjunta de um avião da categoria de treinador primário, visando a sua adoção pelas forças aéreas da região. Assim como outros equipamentos militares empregados na região, os aviões de treinamento leve da maioria das forças sul-americanas estão sendo operados no limite de sua vida útil, e assim como os outros equipamentos, esses aviões necessitam de uma substituição num breve horizonte. Dessa forma alguns países da região se manifestaram no sentido de conceber um avião em construção comunitária visando, sobretudo a capacitação regional nessa área.

Essa proposta foi revelada primeiramente no Plano de Ação do CDS para o ano de 2012, onde também se revela a intenção brasileira de constituir um grupo de trabalho para a construção de veículos aéreos não tripulados, conhecidos pela sigla VANT (UNASURCDS, 2012). Durante a terceira reunião de trabalho do Plano de Ação 2012, realizada em Buenos Aires, ficou acertado que a proposta de desenvolvimento conjunto da aeronave seria levada a cabo utilizando-se como base o avião argentino *IA-73* (Figura 8), o qual passou a ser chamado *UNASUR I* (INFODEFENSA.COM, 2012).



**Figura 8:** Projeto do avião UNASUR I. Fonte: infodefensa.com, 2012

Os países que participaram da reunião de trabalho e aceitaram desenvolver o projeto foram Brasil, Equador, Peru, Colômbia, Paraguai, Uruguai, Chile, Venezuela e Argentina, demonstrando elevado interesse regional.

Uma das questões que deve ser tratada na construção de equipamentos de defesa voltados para os países do continente é a completa produção de itens no continente, evitando embargos de determinados itens impostos a países da região. Essa situação é relevante quando se nota que recentemente alguns países do continente romperam com políticas estadunidenses para a região, principalmente os países do eixo “*bolivariano*”, o que significou o embargo de componentes de defesa para eles, enquanto outros como o Brasil sofreram imposições para cancelar vendas para esses países, sob ameaças de represálias comerciais, tal como acontecera em 2005, quando a Venezuela rompeu com as políticas da Direção Americana Antidrogas (DEA):

Em fins deste mesmo ano, Brasil foi surpreendido com a notícia de que os EUA decidiram vetar a venda de aviões militares da Embraer para a Venezuela. Este País compraria da Embraer 12 aviões AMX-T e 24 aviões de patrulha Super Tucano, por um valor de cerca US\$ 470 milhões. De acordo com as fontes, se o governo brasileiro ousasse dar continuidade a negociação, o Departamento de Estado proibiria as empresas estadunidenses a fornecer os componentes tecnológicos à Embraer. (CORRÊA, 2013)

Outro avião que conta com a parceria regional é o transporte militar KC-390. Esse novo avião criado pela EMBRAER deverá servir como substituto ao avião cargueiro *C-130 Hercules*, um dos principais produtos dos EUA com mais de cinquenta anos de produção ativa. Entretanto, a participação regional não é majoritária, sendo que a empresa brasileira escolheu algumas companhias europeias e estadunidenses como parceiras de risco no projeto. No entanto, na América do Sul alguns países já demonstraram interesse no avião e participando como fornecedores de algumas peças do modelo. Até o momento foram firmadas encomendas por Argentina, 6 aviões, Chile, 6, e Colômbia com 12, onde todos eles deverão fabricar componentes para cargueiro (BERTAZZO, 2013).

Esse desenvolvimento incipiente de equipamentos militares na região deverá passar por alguns obstáculos, comuns em projetos de cooperação como esse, situação conhecida da experiência europeia nesse sentido. Um dos principais problemas deverá ser a incorporação de objetivos regionais sobre objetivos nacionais sem, no entanto, significar a perda de controle ou independência por parte dos países concordantes. O desenvolvimento e a compra desses materiais deverá levar em conta o benefício comum da comunidade sul-americana, promovendo o *spin-off* de empresas de defesa regional. Nesse sentido algumas reações no sentido contrário ao fortalecimento regional têm sido notadas.

O Peru recentemente revelou suas intenções de compra de 20 aviões de treinamento sul-coreanos *KT-1*, muito similar ao modelo *Super Tucano* brasileiro que concorria para a venda. Pelo contrato assinado ao menos 16 treinadores deverão ser montados no país (MINISTERIO DE DEFENSA DEL PERÚ, 2012), o que certamente significou uma vantagem frente ao concorrente brasileiro, que seriam todos entregues depois da fabricação no Brasil, sem benefícios ao país andino.

Já com relação ao Brasil, apesar de ser um dos propositores do avião *UNASUR I*, não há indicações de que irá participar ativamente do projeto ou mesmo adquiri-lo. Isso se deve ao recorrente anúncio na imprensa especializada do país da provável aquisição – não confirmada – do avião *Tx Pilgrim* fabricado pela empresa nacional NOVAER, instalada em Santa Catarina. Esse avião tem sido anunciado como o provável substituto do avião de treinamento usado pelo Brasil *T-25 Universal*, já com mais de 40 anos de uso.

Caso se concretize a opção pelo modelo brasileiro, seria esse um passo atrás dos incentivos a cooperação regional, principalmente por ser o Brasil o seu idealizador. Outra possibilidade seria a aquisição do avião argentino *AT-63 Pampa II* para o treinamento avançado, já que segundo Salvatore (2011), caso o Brasil lance uma concorrência para a

aquisição de jatos de treinamento, com pequenas modificações esse jato poderia servir aos requisitos operacionais da FAB.

Além disso, a compra de um modelo argentino para equipar a força aérea brasileira poderia ser entendida como a inversão da posição majoritária de vendedor para a de comprador, sinalizando intenções de cooperar e não somente vender seus produtos de defesa, facilitando assim o diálogo entre a comunidade militar sul-americana. Uma exceção nesse sentido foi a recém anunciada compra pelo Brasil de quatro lanchas de patrulha fluvial de fabricação colombiana (CAIAFA, 2012). Essas lanchas de patrulha são uma exceção na trajetória brasileira de vendedor de material militar na América do Sul. A interpretação desse caso, no entanto, nos leva a crer que a compra dessas lanchas da Colômbia tenha intenções de atrair esse país para as políticas regionais de defesa, desvinculando-o paulatinamente dos EUA, já que esse país é justamente o mais próximo da potência do norte e o que sistematicamente tem resistido a uma articulação com os vizinhos.

Certamente o posicionamento nacional de parte da comunidade militar, assim como o *lobby* de indústrias locais no sentido de barrar compras de produtos que poderiam ser fabricados no país, principalmente no caso do Brasil, são obstáculos de maior envergadura que teriam de ser transpassados para a consecução da cooperação em defesa. Esses assuntos já se encontram inseridos na agenda de discussões do Plano de Ações do ano de 2012, no qual uma das intenções é a integração da chamada Base Industrial de Defesa, estando inserida no Eixo 3, “Indústria e Tecnologia da Defesa” (UNASURCDS, 2012).

Além da construção conjunta de equipamentos militares, uma das iniciativas regionais que mais se destacaram nos últimos anos no campo da cooperação em defesa foi a formação da Força de Paz Binacional *Cruz del Sur*, envolvendo Chile e Argentina. A criação dessa força conjunta entre os dois países tem como objetivo atuar em missões de paz sob a tutela da ONU, sendo uma das iniciativas mais positivas no âmbito da cooperação militar bilateral no continente, principalmente quando se leva em conta o histórico de tensão vivido por esses dois vizinhos.

Essa força de paz, em formação desde 2006, surgiu do manifesto interesse desses dois países em promover sua aproximação por essa via no ano de 2003, criando uma força combinada para atuar nos mais diversos cenários ao redor do mundo, sendo formada na atualidade por cerca de mil militares dos dois países, um navio e oito helicópteros, sendo o comando da força alternada anualmente entre eles. No exercício realizado no ano de 2012 o

Brasil participou como observador, sendo aventada a possibilidade futura de sua participação na unidade (DEFESANET, 2012).

## Considerações Finais

O cenário sul-americano aponta cada vez mais para a opção pela integração regional, com o aumento dos ambientes de discussão e a criação de mecanismos geradores de confiança. Nesse aspecto, a cooperação em defesa aparenta ter sido finalmente incorporada ao discurso integracionista dos países sul-americanos, reconhecendo-a como um passo importante para a evolução de uma de suas últimas propostas nesse sentido, a UNASUL. Ainda que incipiente, os avanços no processo de cooperação que o Conselho de Defesa Sul-Americano deverá proporcionar, já começam a se materializar e devem se tornar o eixo condutor desse mecanismo de cooperação regional.

No século XX, as diversas propostas de blocos de integração que foram apresentadas foram superadas por momentos de crise, ou mesmo guerras, o que demonstrou um movimento de alternância, que se iniciava com uma aproximação e logo retornava para posições de rivalidade. O longo histórico das tumultuadas relações entre os países sul-americanos que ao mesmo tempo em que reconheciam a necessidade de se integrarem, mantinham pensamentos bélicos entre si, expressa a necessidade de um órgão capaz de diminuir a desconfiança nas atividades militares entre eles.

O afloramento de rivalidades em momentos de afirmação dos blocos econômicos, assim como a ligação da política externa com as estratégias militares contra vizinhos rivais, acabou penalizando os diversos entendimentos firmados para a aproximação. Em contrapartida, a formação de “arcos estratégicos” fomentou cooperações em defesa entre países com inimigos em comum, com vistas a sua dissuasão, o que demonstrou a fragilidade de alguns blocos frente às desconfianças recíprocas entre os parceiros sul-americanos.

Mesmo em um bloco como a CAN que durante muito tempo esteve presente nas negociações entre países sul-americanos, o que se notou foi a insuficiência desse mecanismo de trocas comerciais para superar as contendas históricas entre Peru e Equador, e Colômbia e Venezuela. Como demonstrado, o comércio bilateral entre esses supostos parceiros era praticamente inexistente no primeiro caso, e foi profundamente afetado pela crise diplomática entre os presidentes Chávez e Uribe em 2010, no segundo. Os conflitos entre Peru e Equador, somados ao apoio do Chile ao segundo país e a morosidade no processo de integração do bloco andino, acabaram relegando essa comunidade a um pequeno papel no sistema sul-americano, o que se agravou ainda mais com a saída Venezuelana em 2006, para se juntar ao



Mercosul. A saída do Chile logo no início da criação do bloco, colocou em cheque a estabilidade da região para desenvolvimento de uma proposta de integração, já que sua rivalidade com o Peru e a estreita ligação estratégica com o Equador continuaram a ser pontos de extrema relevância geopolítica na região.

Na atualidade, o que se apresenta é o retorno do discurso integracionista voltado para a inclusão da totalidade dos países do continente através da UNASUL, ao mesmo tempo em que se manifesta um cenário de renovação dos envelhecidos aparatos militares da região, incluindo novos vetores bélicos de avançada capacidade. Ao mesmo tempo, as questões sobre defesa no subcontinente estão cada vez mais presentes na mídia, sendo que alguns projetos de modernização regional chamaram a atenção pelo volume incomum de investimentos, despertando novamente proposições conflituosas, contrárias à iniciativa de integração.

Nesse cenário de renovação bélica, outro fator foi a recente introdução de meios militares que antes eram restritos aos países da região, como mísseis, aviões e artilharia terrestre e antiaérea de longo alcance, aumentando as capacidades de projeção de força e inserindo a América do Sul em uma nova realidade militar. Com isso, mais uma vez as relações entre alguns países tornaram a se estremecer devido a questões envolvendo defesa e gastos militares, sobressaltos que sem dúvida poderiam ser evitados a partir de um ambiente de comunicação e cooperação sul-americano para assuntos de defesa. Exemplos disso foram as recentes compras de equipamentos militares por parte da Venezuela, Chile e Brasil, extremamente representativas para a mudança do cenário militar na região.

Como apontado, a importância conferida aos aparatos militares na América do Sul foi de grande relevância ao longo do século XX para a condução de aproximações ou distanciamentos entre alguns países rivais, sendo também responsáveis por diversas crises e imbróglis diplomáticos, e, com toda certeza, continua a ser um fator que continua a requerer atenção no momento atual.

A existência de forças militares em “equilíbrio antagônico”, principalmente entre os países do Cone Sul, foi durante boa parte desse período um exemplo de como a rivalidade e desconfiança no continente atuava na condução das estratégias e posturas dos países da região. O aumento do poder militar por qualquer membro do sistema levava a uma imediata reformulação das defesas de seus vizinhos, ou quando se careciam de recursos, a protestos que denunciavam o armamentismo do rival. Esse fator foi sabiamente aproveitado por outras potências para manter separadas essas nações, frente às inúmeras tentativas de aproximação

comercial. Dessa forma, a defesa atuou como ponto crítico para a exploração da rivalidade e fator de divergência entre possíveis parceiros.

Ainda que no atual momento os debates sobre a necessidade de cooperação em defesa tenham sido incorporados ao discurso oficial dos diversos países da região, os mapas apresentados apontam para a existência de concentrações de forças militares em regiões fronteiriças, tal qual em épocas passadas, quando a rivalidade era a tônica das relações. Nesse cenário, a continuidade da militarização desses espaços não colabora para o avanço dos projetos de integração, podendo reavivar antigos discursos belicistas. Nesse ponto, a questão mais complexa certamente recai sobre a situação apresentada pela fronteira Chile – Bolívia – Peru, espaço que continua a fomentar análises conflituosas.

A intensa concentração das forças militares chilenas, a tentativa do Peru em se precaver no sentido contrário e a retomada dos pedidos de revisão fronteiriça de forma mais incisiva por parte da Bolívia, tentando reaver sua saída para o mar, demonstram que a possibilidade de uma crise na América do Sul ainda não foi extirpada. Além disso, os problemas dos limites marítimos entre Chile e Peru e o constante intercâmbio entre as forças do primeiro com o Equador, revelam a continuidade do “arco estratégico” que liga esses dois países em torno das rivalidades com o segundo.

No que se refere aos investimentos em defesa, as compras de material militar por esses países, como apresentado, se mostram intimamente relacionadas, já que o aumento da capacidade chilena, somado à transferência de seus antigos equipamentos para o Equador, levou o Peru a empreender compras na tentativa de equilibrar as forças na região, em um movimento de dissuasão. Dessa forma, a configuração das forças armadas desses países se posta de forma claramente interligadas aos seus vizinhos, fazendo com que o movimento de um seja imediatamente acompanhado pelo outro.

Surpreende, entretanto, o recente anúncio de um bloco envolvendo Peru e Chile, a chamada “Aliança do Pacífico”, o que coloca mais uma vez esses países em uma dinâmica ligada ao conflito e integração, já que o novo bloco corre o risco de esbarrar na retórica militar ainda não solucionada e nos constantes incidentes diplomáticos que os dois recorrentemente apresentam. Além disso, esse novo bloco tem sido encarado como uma resposta desses países à ampliação do Mercosul, o que a mídia tem tentado plasmar como blocos com ideologias divergentes, em um suposto embate entre correntes de direita e esquerda na América do Sul. Outro fator é a participação do Equador como candidato a

membro pleno do Mercosul, o que poderia tornar mais complexa a sua relação com o Peru, assim como com o Chile, seu parceiro estratégico.

Os acontecimentos envolvendo esses países e os discursos de autoridades em toda América do Sul revelam também que, mesmo Brasil e Argentina ainda não estabeleceram relações completamente harmônicas, já que a configuração das forças armadas brasileiras está totalmente voltada para o vizinho platino, e continua a ser reforçada, sem sinais de uma distribuição de suas unidades militares para outras áreas do país. Como exemplo da não completa harmonização das relações, os discursos do ministério da defesa argentino envolvendo a construção do submarino nuclear por parte do Brasil, projeto que no início dos anos 1990 chegou a pleitear a Argentina como parceira, indica que o país vizinho ressentido a perda de seu poder militar frente ao Brasil.

A falta de um mecanismo no Mercosul para o intercâmbio de defesa, a demora do Brasil em revelar seu Livro Branco e os projetos para o aumento de seu poderio militar, certamente são pontos notáveis em que podem esbarrar o efetivo estabelecimento da integração nesse bloco. Como resultado, a Argentina poderá se afastar do Brasil na área de defesa, procurando em outros países soluções que satisfaçam seus anseios militares, como já demonstram os recentes informes da mídia sobre possíveis contratos de produção conjunta de aviões e helicópteros com a China. Nesse caso, um possível distanciamento entre as forças armadas desses países pode ser esperado.

Na Europa do pós-guerra, a construção conjunta de equipamentos e doutrina militar entre antigos rivais, envolvidos no cenário conflituoso da Guerra Fria, obrigou a formação de parcerias para a sustentação de uma indústria europeia de defesa, fazendo frente tanto ao avanço das corporações americanas, como ao poderio soviético que colocava a Europa na linha de frente no caso de eclosão de conflito. Essa aproximação induzida por esses fatores externos e inserida na OTAN, colocou a Europa ocidental como um território improvável ao surgimento de conflitos internos. Em um cenário onde os enfrentamentos se tornavam cada vez mais impensáveis, a evolução de um bloco econômico se mostrou mais estável, favorecendo a construção dos vários níveis de integração até a formalização da União Européia.

Logicamente, diversas crises e retrocessos se apresentaram no caminho para a formação da União Europeia, assim como no que concerne a OTAN, porém nenhum deles recaiu sobre as antigas rivalidades que o cenário europeu abrigava.

No que concerne a América do Sul, acreditamos que a construção de um bloco econômico na região, seja ele a UNASUL, envolvendo a totalidade dos Estados sul-americanos; o Mercosul, atual ou de forma ampliada no escopo de seus sócios; ou a recente Aliança do Pacífico, envolvendo a região com maior potencial de conflitos, deverá levar em conta a defesa como uma questão estratégica para a evolução de seus acertos políticos e econômicos.

Em contrapartida, integrar não deve significar desarmar. Não se deve confundir a integração sul-americana em defesa como um processo de desmonte das forças armadas da região, já que essas aparentemente não seriam mais necessárias, ao ter vizinhos partilhando de uma interdependência política e econômica. A possibilidade de integração, vislumbrando também a defesa deve, pelo contrário, propiciar um ambiente seguro, no qual os investimentos em defesa não mais representariam riscos para continuidade das políticas regionais, mas também, criar a possibilidade de investimentos conjuntos nesse campo tecnológico altamente estratégico para esses países.

Os membros partícipes de um projeto de cooperação nessa área devem ter por objetivo a interdependência (aliada à independência externa) na construção de seus mecanismos de defesa. Com certeza, um ambiente de construção conjunta de equipamentos militares, com as encomendas mínimas garantidas pelos países participantes, tornaria o processo de desenvolvimento mais seguro, com aporte necessário ao desenvolvimento desses sistemas, assim como seria gerador de confiança regional. Como observado, deve-se evitar a “compra de oportunidade” de material de defesa em fontes externas, o que em épocas passadas foram instrumentos de cerceamento tecnológico para a região. Ao invés disso, deve-se ter por objetivo, sua construção local o que ampliaria a independência na política internacional, no qual a defesa acaba por ser parte essencial dessa postura frente a ingerências.

A construção da cooperação sul-americana é um pensamento que deverá ser executado no longo prazo, mas que, no entanto, possui raízes antigas. Para que se realize a contento esse projeto, as forças armadas da região deverão se tornar partícipes desse processo, tornando-o mais complexo em sua abrangência, ao mesmo tempo em que minimizam os antigos efeitos das rivalidades, entendendo que não há mais espaço para essas situações em um continente que visa à integração. Dessa forma, os países proponentes dos projetos de integração veriam uns aos outros como parceiros nessa área, e não mais como possíveis inimigos no futuro.

As forças armadas da região deverão também se enxergar como parceiros, tanto para a condução de exercícios e operações conjuntas, como para sua defesa comum. A atual

estrutura militar da América do Sul, como apontado nos mapas, não demonstra isso, e sim que as posturas ainda são de possibilidade de confrontação. Dessa feita, deve-se repensar a defesa sul-americana para prover sustentação aos projetos de integração, e os estudos em cooperação em defesa deverão ser essenciais para o seu avanço continente.

## REFERÊNCIAS

ALAMINO, Aparecido C. **Bombardeiros Bimotores da FAB**. São Paulo, C&R Editorial, 2008.

ALMEIDA, Carlos E. Leite de. **Reserved Expenses** In: RESDAL. A Comparative Atlas of Defence in Latin America. Buenos Aires, 2008. Disponível em: <<http://www.resdal.org/atlas/atlas-libro08-ingles.html>>. Acesso em 15 de Julho de 2012.

ALMEIDA, Paulo Roberto. O Desenvolvimento Do Mercosul: progressos e limitações. **Revista Espaço da Sophia**, Ano 5, N. 43, p. 63-79, jul./set. 2011. Disponível em: <<http://www.pralmeida.org/05DocsPRA/2258MSulDesenvHist.pdf>>. Acesso em 15 de Outubro de 2012.

ALVES, Vágner Camilo. Ilusão desfeita: a “aliança especial” Brasil Estados Unidos e o poder naval brasileiro durante e após a Segunda Guerra Mundial. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro V.48, n.1, p.151-177, jan./jun. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292005000100006](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000100006)>. Acesso em: 15 de Janeiro de 2012.

ANTIQUERA, Daniel de C. **A Amazônia e a Política Externa Brasileira**: Análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). 2006. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2006.

AREAMILITAR. **Argentina Envia Sinais ao Brasil...**: Ministra argentina da defesa, relembra capacidade nuclear do país. 2010. Disponível em: <<http://www.areamilitar.net/noticias/noticias.aspx?NrNot=925>>. Acesso em 21 de Outubro de 2012

BASTOS, Expedito Carlos S. **O Futuro Incerto Da Arma Blindada Brasileira**. 2003. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/arq/Art%2033.htm>>. Acesso em 20 de Outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Gaúcho 4x4 Blindado Uma Nova Versão Argentina**. 2009. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/GAUCHOBLINDADO.pdf>>. Acesso em 20 de Fevereiro de 2013.

BBC BRASIL. **Chile e EUA assinam acordo de livre comércio**. 2003. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/030606\\_chilepc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/economia/030606_chilepc.shtml)>. Acesso em 20 de Janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Uruguai e EUA assinam acordo de cooperação comercial**. 2007. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2007/01/070125\\_uruguai\\_eua\\_dg.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/story/2007/01/070125_uruguai_eua_dg.shtml)>. Acesso em 12 de Janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Colômbia e Venezuela Reatam Relações e Encerram Crise**. 2010. Disponível em: <[http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/08/100810\\_venezuelaconsolidada\\_cj\\_rc.shtml](http://www.bbc.co.uk/portuguese/noticias/2010/08/100810_venezuelaconsolidada_cj_rc.shtml)>. Acesso em 22 de Outubro de 2012.

BERTAZZO, Roberto P. **North American F-86: O Sabre na América Latina**. 2006. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/NAF-86.pdf>>. Acesso em 26 de Julho de 2012.

BERTAZZO, Roberto P. **EMBRAR KC-390: O cargueiro Latino – Americano**. 2013. Disponível em: <<http://www.ecsbdefesa.com.br/defesa/fts/EMBKC390.pdf>>. Acesso em 10 de Março de 2013.

BONILLA, Javier. Uruguay: **La Aviación Naval tras el Lockheed S-3 "Viking"**. 2009. Disponível em: <[http://www.nuestromar.org/noticias/defensa\\_seguridad\\_y\\_proteccion\\_082009\\_25231\\_uruguay\\_la\\_aviacion\\_naval\\_tras\\_el\\_loc](http://www.nuestromar.org/noticias/defensa_seguridad_y_proteccion_082009_25231_uruguay_la_aviacion_naval_tras_el_loc)>. Acesso em 20 de Outubro de 2012.

BONIS, Gabriel. **Criada à direita, Aliança do Pacífico rivaliza com o 'esquerdista' Mercosul**. 2012. Disponível em: <<http://www.cartacapital.com.br/internacional/criada-a-direita-alianca-do-pacifico-rivaliza-com-o-esquerdista-Mercosul/>>. Acesso em 14 de Dezembro de 2012.

CANDEAS, Alessandro. **A Integração Brasil-Argentina: História de uma ideia na “visão do outro”**. Brasília, Fundação Alexandre de Gusmão, 2010. Disponível em: <[http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/A\\_integracao\\_brasil\\_argentina2.pdf](http://www.funag.gov.br/biblioteca/dmdocuments/A_integracao_brasil_argentina2.pdf)>. Acesso em 15 de Julho de 2012.

CAIAFA, R. **O Brasil vai comprar Colômbia lanchas patrulha fluviais para os rios fronteiriços da Amazônia**. 2012. Disponível em: <<http://www.infodefesa.com/?noticia=o-brasil-vai-comprar-colombia-lanchas-patrulha-fluviais-para-os-rios-fronteiricos-da-amazonia>>. Acesso em: 10 de Março de 2013

CARNEIRO, Mario R. Vaz. Submarinos na América do Sul: uma atualização. **Revista Segurança & Defesa**, Rio de Janeiro, N. 106, p. 12-21, 2012.

CERVO, Amado Luiz. A Venezuela e seus vizinhos. **Cena Internacional**, Brasília, v. 3, n.1, p. 5-24, 2001.

CORRÊA, Fernanda. **Defesa em Debate - O legado de Hugo Chávez nas propostas de paz, cooperação e integração na AL Parte I**. 2013. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/al/noticia/9957/Defesa-em-Debate---O-legado-de-Hugo-Chavez-nas-propostas-de-paz--cooperacao-e-integracao-na-AL-Parte-I>>. Acesso em 12 de Março de 2013

COSTA, R. Haesbaert da. **Blocos Internacionais de Poder**. 2ª Ed. São Paulo, Contexto, 1991.

COSTA, Wanderley M. **Geografia Política e Geopolítica: Discursos sobre o Território e o Poder**. 2ª ed. São Paulo, EDUSP, 2008.

\_\_\_\_\_. O Brasil e a América do Sul: Cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins**, São Paulo, n. 7, 2009. Disponível em <http://confins.revues.org/index6107.html>. Acesso em: 28 de Jan. 2010.

COSTA, Darc. **Fundamentos Para o Estudo da Estratégia Nacional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2009.

DEFESANET. **CMS - Gen Bolivar Assume**. 2011. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/terrestre/noticia/1109/CMS---Gen-Bolivar-Assume>>. Acesso em 15 de Julho de 2012.

\_\_\_\_\_. **Brasil envia observadores à Argentina para acompanhar exercício militar combinado com o Chile**. 2012. Disponível em: <<http://www.defesanet.com.br/geopolitica/noticia/8503/Brasil-envia-observadores-a-Argentina-para-acompanhar-exercicio-militar-combinado-com-o-Chile>>. Acesso em 12 de Março de 2013.

DONGHI, Tulio H. **História da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

DORATIOTO, Francisco F. M. A política platina do Barão do Rio Branco. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, V. 43, n.2, p.130-149, jul./dez. 2000.



Disponível em: < [http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200006&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73292000000200006&script=sci_arttext)>. Acesso em: 15 de fev. 2012

DUARTE, Paulo de Queiroz. **Conflito das Malvinas**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1986. 2v.

EL ECONOMISTA. **Avizoran en Perú guerra contra Chile**. 2009. Disponível em: <<http://eleconomista.com.mx/internacional/2009/03/18/avizoran-peru-guerra-contra-chile>>. Acesso em 10 de Outubro de 2012.

EJERCITO DE CHILE. **Fuerza Terrestre**: La transformación y modernización. 2013A. Disponível em: < <http://www.ejercito.cl/fuerza-terrestre.php>>. Acesso em 18 de Janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Conceptos de Importancia**. 2013b. Disponível em: <<http://www.ejercito.cl/conceptos-de-importancia.php>>. Acesso em 18 de Janeiro de 2013.

EMBAIXADA ARGENTINA. **Declaração do Porta-voz do Ministério das Relações Exteriores do Brasil, sobre a solicitude argentina de ingresso à OTAN**. 1999. Disponível em: <<http://www.embarg.org.br/DeclArgOTAN090799.htm>>. Acesso em 19 de Dezembro de 2012.

ESPÓSITO NETO, Tomaz. **A política externa brasileira frente ao conflito das Falklands/Malvinas (1982)**. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2006a. 189 p.

\_\_\_\_\_. **A diplomacia das armas**: Considerações sobre a política externa argentina do período militar (de 1976 a 1983). 2006b. Disponível em: <<http://www.geocities.com/politicausp/M5-Esposito.doc>>. Acesso em: 14 de jan. de 2009.

\_\_\_\_\_. **As águas da discórdia**. 2008. Disponível em: < <http://www.abeddefesa.org/page4/page8/page9/page17/files/TomazEsposito.pdf>>. Acesso em: 14 de jan. de 2009.

ESTADÃO. **Argentina temeu ambição nuclear do Brasil no governo Lula, revela Wikileaks**. 2012. Disponível em: <<http://blogs.estadao.com.br/radar-politico/2012/03/22/wikileaks-vaza-telegrama-sobre-temor-do-governo-argentino-com-ambicao-nuclear-do-brasil/>>. Acesso em 10 de Janeiro de 2013.

ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA. **Departamento de Estado**. 677. Memorandum From the President's Deputy Assistant for National Security Affairs (Haig) to

President Nixon, Washington, July 5, 1971. Disponível em: <<http://history.state.gov/historicaldocuments/frus1969-76ve10/d677>>. Acesso em 12 de ago. 2012.

FOLHA DE SÃO PAULO. **Chávez fecha embaixada em Bogotá e mobiliza tropas na fronteira**. 2008. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u377813.shtml>>. Acesso em 12 de Janeiro de 2013.

\_\_\_\_\_. **Chávez pede que Venezuela se prepare "para a guerra"**. 2009. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/folha/mundo/ult94u649383.shtml>>. Acesso em 20 de Outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Chávez mobiliza tropas na fronteira com a Colômbia**. 2012. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/mundo/775633-chavez-mobiliza-tropas-na-fronteira-com-a-colombia.shtml>>. Acesso em 20 de Outubro de 2012,

G1. **Venezuela Não Está Em Corrida Armamentista, diz Especialista Britânica**. 2006. Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Mundo/0,,AA1296687-5602,00.html>>. Acesso em 20 de Outubro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Chile investigará vídeo em que militares cantam palavras xenófobas**. 2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mundo/noticia/2013/02/chile-investigara-video-em-que-militares-cantam-palavras-xenofobas.html>>. Acesso em 06 de Fevereiro de 2013.

GALASTRI, L. O. **A missão de observadores militares Equador-Peru – MOMEPE (1995 – 1999) e a participação do Exército Brasileiro**. Outubro de 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GALVÃO, Thiago G. **América do Sul: Construção pela Reinvenção (2000 – 2008)**. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, V. 52, n.2, p.63 – 80, jul./dez. 2009. Disponível em: <<http://cronopio.flacso.cl/fondo/pub/openaccess/2009/revista/031471.pdf>>. Acesso em: 28 de Maio de 2012.

GUGLIAMELLI, Juan Enrique. **Geopolítica del Cono Sur**. Buenos Aires, El Cid, 1979.

GUIMARÃES, Marina. **Jobim defende soberania da América do Sul sobre defesa**. 2008. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,jobim-defende-soberania-da-america-do-sul-sobre-defesa,279157,0.htm>>. Acesso em 12 de Dezembro de 2012

GUIMARÃES, Samuel Pinheiro. **Desafios Brasileiros na Era de Gigantes**. Rio de Janeiro, Contraponto, 2005.

HIGUCHI, Helio; BASTOS JUNIOR, Paulo R. **M4 Sherman no Brasil**. São Paulo, C&R Editorial, 2008.

\_\_\_\_\_. Foi Por Pouco. **Tecnologia & Defesa**. Canal de Beagle: 1978 – Uma quase Guerra. Encarte N. 13. São Paulo, n. 128, p. 52-63 2012. Encarte especial n.13.

INFOBAE. **El mantenimiento de buques recibe el 8% del presupuesto de la Armada. 2012** Disponível em: <<http://www.infobae.com/notas/693551-El-mantenimiento-de-buques-recibe-el-8-del-presupuesto-de-la-Armada.html>>. Acesso em 07 de Fevereiro de 2013.

INFODEFENSA. **Avanza el proyecto del avión de entrenamiento básico UNASUR 1**. 2012. Disponível em: <<http://www.infodefensa.com/?noticia=avanza-el-proyecto-del-avion-de-entrenamiento-basico-unasur-1>>. Acesso em 10 de Março de 2013.

JARA, Antonio De La. **Peru acusa Chile de espionagem e abandona reunião da Apec**. 2009. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,peru-acusa-chile-de-espionagem-e-abandona-reuniao-da-apec,466460,0.htm>>. Acesso em 10 de Outubro de 2012.

KENNEDY, Paul. **Ascensão e Queda das Grandes Potências**: Transformação econômica e conflito militar de 1500 a 2000. Rio de Janeiro, Editora Campus, 1989.

LENINE, Vladimir I. **O Imperialismo**: Fase superior do Capitalismo. 4ª Ed. São Paulo, Centauro, 2008.

MACHADO, Márcia Kaipers. **A presença do Exército e da Aeronáutica na organização espacial de Santa Maria - RS**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Santa Maria, 2008. 175 p.

MAGNOLI, D. **União Européia**: História e Geopolítica. 9º Ed. Editora Moderna, São Paulo, 1995.

MARILUZ, Omar. **Chile diz que respeitará tratados após crítica da Bolívia sobre mar**. 2012. Disponível em: <<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE89109X20121002>>. Acesso em 10 de Janeiro de 2013.

MARTINS FILHO, João Roberto. As Políticas Militares dos EUA para a América Latina (1947-1989). **Teoria & Pesquisa**, N. 46. V.1, p. 105-139, 2005.

\_\_\_\_\_. **A Marinha do Brasil na Era dos Encouraçados, 1895-1910**. Rio de Janeiro, FGV, 2010.

MATTOS, Carlos de Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica**. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

\_\_\_\_\_. **Geopolítica e Modernidade**: A geopolítica brasileira. Rio de Janeiro, Biblioteca do Exército, 2002.

MARQUES, Adriana. A. . **A Amazônia no pensamento militar sul-americano**. In: Svartman, Eduardo; Arias Neto José Miguel; Godoy, Tânia; Alves, Vágner Camilo. (Org.). Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas: textos selecionados do III Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos de Defesa. Campinas: Mercado de Letras, 2010.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Cenários geopolíticos e emprego das Forças Armadas na América do Sul**. 2005. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Geografia Política sul-americana e percepções das agências de defesa**. In: D Araújo, Maria Celina Soares; Soares, Samuel Alves; Svartman, Eduardo. (Org.). Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas II Encontro da ABED. Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas II Encontro da ABED. Campinas, Mercado das Letras, 2009.

\_\_\_\_\_. **Conselho de Defesa Sulamericano**: Origens, Demandas e Propósitos. In: Eduardo Munhoz Svartman; José Miguel Arias Neto; Tania Regina Pires de Godoy; Vágner Camilo Alves. (Org.). Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas III Encontro da ABED. Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas III Encontro da ABED. Campinas, Mercado das Letras, 2010a.

\_\_\_\_\_. **Entre a cooperação e a dissuasão: políticas de defesa e percepções militares na América do Sul**. 2010b. 240f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010.

MELLO, Leonel Itaussu A. **Argentina e Brasil**: a balança de poder no Cone Sul. São Paulo, ANNABLUME, 1996.

MERCOPRESS. **Unasur Defence Spending One of the Lowest in the World: average 0.91 % of GDP**. 2012. Disponível em: < <http://en.mercopress.com/2012/05/14/unasur-defence-spending-one-of-the-lowest-in-the-world-average-0.91-of-gdp>>. Acesso em 10 de Março de 2013.

MINISTERIO DE DEFENSA DEL PERÚ. **Perú Y Corea Coproducirán Aviones De Instrucción, En Virtud A Contrato De Gobierno A Gobierno**. 2012. Disponível em: <[http://www.mindef.gob.pe/vernoticias.php?id\\_note=874&sw4\\_dc=dt012317](http://www.mindef.gob.pe/vernoticias.php?id_note=874&sw4_dc=dt012317)>. Acesso em 10 de Março de 2013.

MONIZ BANDEIRA, Luiz Alberto. **O eixo Argentina-Brasil: o processo de integração da América Latina**. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1987.

\_\_\_\_\_. **Brasil, Argentina e Estados Unidos: Conflito e integração na América do Sul (Da Tríplice Aliança ao Mercosul)**. 2º ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

MONTEIRO, Lício C. R. Da defesa hemisférica à segurança regional: a América do Sul nas construções teóricas de Nicholas Spykman (1942) e Buzan e Weaver (2003). In: **II Simpósio Nacional de Geografia Política, Território e Poder/ I Simpósio Nacional de Geografia Política e Territórios Transfronteiriços**, 2011, Foz do Iguaçu

MORAES, Rodrigo Fracalosi de. **A Cooperação Brasil-Argentina na Área Militar: Da autonomia das Forças Armadas às Relações Estratégicas**. Dissertação (Mestrado em Relações Internacionais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2010. 237 p.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil : O território colonial brasileiro no “longo” século XVI**. São Paulo: Hucitec, 2000.

OLIVEIRA, Odete Maria de. A integração bilateral Brasil-Argentina: tecnologia nuclear e Mercosul. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro V.41, n.1, p. 5 - 23, 1998. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000100001&script=sci\\_abstract&tlng=pt](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0034-73291998000100001&script=sci_abstract&tlng=pt)>. Acesso em 15 de Junho de 2012.

ORGANIZAÇÃO DOS ESTADOS AMERICANOS. **A Organização Dos Estados Americanos e a Junta Interamericana de Defesa**. Comissão de Segurança Hemisférica. 1993. Disponível em: <<http://www.oas.org/csh/portuguese/novosdoc%20oea%20e%20jid.asp>>. Acesso em: 25 jul. 2012

\_\_\_\_\_. **Tratado Interamericano de Asistencia Recíproca. Departamento de Derecho Internacional. 1948. Disponível em:**

<<http://www.oas.org/juridico/spanish/tratados/b-29.html>>. Acesso em: 25 jul. 2012.

ORTIZ, Ramón D. **Ecuador- Perú: acuerdos para una paz definitiva.** 1999. In: Grupo de Estudios Estratégicos. Disponível em: <

[http://www.gees.org/articulos/ecuador\\_peru\\_acuerdos\\_para\\_una\\_paz\\_definitiva\\_119](http://www.gees.org/articulos/ecuador_peru_acuerdos_para_una_paz_definitiva_119)>.

Acesso em 16 de Outubro de 2012.

PAIVA, Luiz Eduardo Rocha. **Principais Áreas de Fricção no Mundo Atual:** Reflexos para a Defesa Nacional. In: ACIOLY, L; MORAES, R. F. *Prospectiva, Estratégias e Cenários Globais: Visões de Atlântico Sul, África Lusófona, América do Sul e Amazônia.* Brasília, IPEA, 2011.

PIERI, Vitor Stuart G. de. Geopolítica de los Conflictos Intermésticos en Sudamérica.

**Revista de Geopolítica.** Natal v. 2, nº 2, p. 28 – 48, jul./dez. 2011.

PIMENTA, João Paulo G.. **Estado Nação no Fim dos Impérios Ibéricos no Prata (1808-1828).** São Paulo, HUCITEC, 2006.

PLAVETZ, Ivan. **Apenas 17% da frota pode voar: Crise na Fuerza Aerea Argentina.**

2012. Disponível em: <<http://tecnodefesa.com.br/materia.php?materia=844>>. Acesso em 13 de Março de 2013.

QUADROS, Vasconcelo. **Brasil já tem tecnologia para desenvolver bomba atômica.** 2009.

Disponível em: < <http://noticias.terra.com.br/ciencia/pesquisa/brasil-ja-tem-tecnologia-para-desenvolver-bomba-atmica,63198d06878ea310VgnCLD200000bbcceb0aRCRD.html>>.

Acesso em 23 de Fevereiro de 2013.

QUIROGA, Carlos A.; NEJAMKIS, Guido; BACHEGA, Hugo. **Bolívia pede pela primeira vez renegociar fronteiras com Chile.** 2012. Disponível em: <

<http://br.reuters.com/article/worldNews/idBRSPE85500820120606>>. Acesso em 21 de Outubro de 2012.

RESDAL. **Atlas Comparativo de La Defensa en América Latina y Caribe** – Edición 2012.

2012. Disponível em: <<http://www.resdal.org/atlas/atlas-libro-12-espanol.html>>. Acesso em 30 de Setembro de 2012.

SAINT-PIERRE, Héctor L. *La Defensa en la Política Exterior del Brasil: el Consejo Suramericano y la Estrategia Nacional de Defensa.* Madrid: **Real Instituto Elcano**, 2009, 31p. Disponível em: <

[http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM\\_GLOBAL\\_CONTEXT=/elcano/elcano\\_es/zonas\\_es/defensa+y+seguridad/dt50-2009](http://www.realinstitutoelcano.org/wps/portal/rielcano/contenido?WCM_GLOBAL_CONTEXT=/elcano/elcano_es/zonas_es/defensa+y+seguridad/dt50-2009)>. Acesso em: 23 de set. 2011.

SALVATORE, Alfredo. PAMPA!: Alfredo Salvatore voa o AT-63 sobre os Andes. In: **Revista Força Aérea**, Rio de Janeiro, n.68, ano 15, p.46-57, fev./mar. 2011.

SANTOS, Luís Cláudio Villafañe G. **O Império e as Repúblicas do Pacífico**: As relações do Brasil com Chile, Bolívia, Peru, Equador e Colômbia (1822-1889). Curitiba, Editora da UFPR, 2002.

\_\_\_\_\_. A América do Sul no discurso diplomático brasileiro. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro, V. 48, n.2, p.185-204, jul./dez. 2005. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0034-73292005000200010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-73292005000200010)>. Acesso em 20 de mar. 2011.

SARAIVA, Miriam Gomes; TEDESCO, Laura. Argentina e Brasil: políticas exteriores comparadas depois da Guerra Fria. **Revista Brasileira de Política Internacional**, Rio de Janeiro. V. 44 (2), p. 126-150, 2001. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v44n2/a07v44n2.pdf>>. Acesso em 14 de Outubro de 2012

SARNEY, José. **Mercosul, o Perigo Está Chegando**. O Globo, 10 de Abril de 1997, p.7. Disponível em: <[http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/241342/1/PS\\_1997%20-%200060.pdf](http://www2.senado.gov.br/bdsf/bitstream/id/241342/1/PS_1997%20-%200060.pdf)>. Acesso em 4 de Novembro de 2012.

SILVA, Peterson Ferreira. Aprendendo a cooperar: a experiência recente da União Européia em programas conjuntos de produtos de defesa. In: SVARTMAN; ARIAS NETO; GODOY; ALVES. (Org.). **Defesa, Segurança Internacional e Forças Armadas**: III Encontro da ABED. Campinas, Mercado de letras - TEMAS, 2010, p. 283-296.

SILVEIRA, Helder Gordim da. **Integração latino-americana**: projetos e realidades. Porto Alegre, EDIPUCRS, 1992.

STOCKHOLM INTERNATIONAL PEACE RESEARCH INSTITUTE. **Background paper on SIPRI military expenditure data, 2011**. 2011 Disponível em: <<http://www.sipri.org/databases/milex>>. Acesso em 12 de junho de 2012.

TEIXEIRA, V. M.; ANSELMO, Rita De C. M. S. A Militarização Da Região Sul Do Brasil Como Estratégia Portuguesa de Apropriação. **Revista Caminhos da Geografia**. Uberlândia, V. 13, N. 41, p.329-342, 2012.

THE WORLD BANK. **Data:** countries and economies. 2012. Disponível em: <<http://data.worldbank.org/>>. Acesso em 14 de Outubro de 2012.

UNASUR. **Estatuto de Creación del Consejo de Defensa Suramericano**. 2008. Disponível em:

<[http://www.unasursg.org/index.php?option=com\\_content&view=article&catid=82:consejo-suramericano-de-defensa&id=329:estatutos-de-creacion-consejo-de-defensa-suramericano](http://www.unasursg.org/index.php?option=com_content&view=article&catid=82:consejo-suramericano-de-defensa&id=329:estatutos-de-creacion-consejo-de-defensa-suramericano)>. Acesso em 12 de Setembro de 2012.

\_\_\_\_\_. **Plano de Ação CDS – 2012**. 2012. Disponível em:

<[http://www.unasurcds.org/index.php?option=com\\_content&view=article&id=333&Itemid=261&lang=pt](http://www.unasurcds.org/index.php?option=com_content&view=article&id=333&Itemid=261&lang=pt)>. Acesso em 10 de Março de 2013.

UNITED STATES PRINTING OFFICE. **United States Code**. 2012. Disponível em: <<http://www.gpo.gov/fdsys/browse/collectionUScode.action?collectionCode=USCODE&searchPath=Title+22%2FCHAPTER+22&oldPath=Title+22%2FChapter+31a%2FSubchapter+II%2FPart+II&isCollapsed=true&selectedYearFrom=1996&ycord=2000>>. Acesso em 15 de Outubro de 2012.

VALOR ECONÔMICO. **Chávez e Uribe se insultam e trocam acusações sobre as Farc**. 2012. Disponível em: <<http://www.valor.com.br/internacional/2790614/chavez-e-uribe-se-insultam-e-trocam-acusacoes-sobre-farc#ixzz2NZNwJ5OY>>. Acesso em 20 de Outubro de 2012.

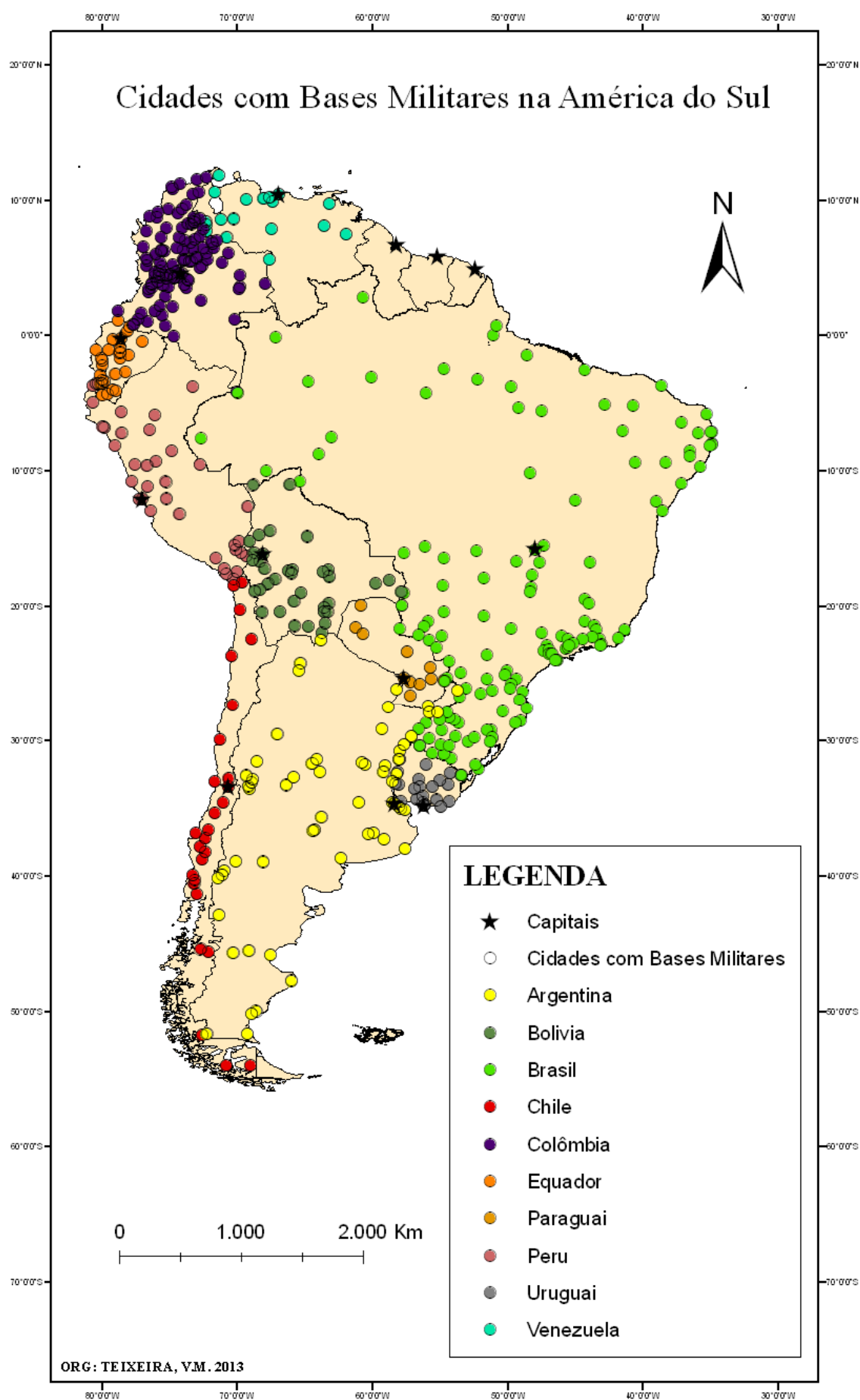
VLACH, Vânia Rubia Faria. Estudo Preliminar acerca dos Geopolíticos Militares Brasileiros. **Terra Brasilis** – Revista de História do Pensamento Geográfico no Brasil. Rio de Janeiro, Anos III-IV, N.4/5 - Território, p.137-159, 2002-2003.

WALLERSTEIN, Immanuel. Um Sistema em Transição. Entrevista a Jorge Pontual. **Programa Milênio**. Exibido 15/02/2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/globo-news/milenio/platb/tag/immanuel-wallerstein>>. Acesso em 12 de Julho de 2012.



## **APÊNDICE A**

### **MAPA DAS CIDADES COM BASES MILITARES NA AMÉRICA DO SUL**



## APÊNDICE B

### QUADRO DE PRESENÇA MILITAR DOS EXÉRCITOS NA AMÉRICA DO SUL

#### EXÉRCITO ARGENTINO

<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Apostoles	-Regimiento de infantería de monte 30	
Arana	-Regimiento de infantería mecanizado 7	
Bernardo Irigoyen	-Compañía de cazadores de monte 18	
Buenos Aires	-Regimiento de asalto aéreo 601 -Regimiento de infantería 1 “patricios” - Regimiento de infantería mecanizado 3 "general belgrano"	
Comodoro Rivadavia	-Regimiento de infantería mecanizado 8	
Córdoba	-Regimiento de infantería paracaidista 2 -Regimiento de infantería paracaidista 14	
Formosa Capital	-Compañía de cazadores de monte 19	
Junin de Los Andes	-Regimiento de infantería de montaña 26	
Las Lajas	-Regimiento de infantería de montaña 21	
La Rioja	-Regimiento de infantería de montaña 15 “grl francisco ortiz de ocampo”	
Marquesado	-Regimiento de infantería de montaña 22 “tcnl juan manuel cabot”	
Monte Caseros	-Regimiento de infantería mecanizado 4 “coronel manuel fraga”	
Neuquen	-Regimiento de infantería de montaña 10 "teniente general racedo"	
Primeiros Pinos	Compañía de cazadores de montaña 6	
Puerta Del Inca	-Compañía de cazadores de montaña	

	8 “teniente lro ibañez”	
Rio Gallegos	-Regimiento de infantería mecanizado 24	
Rospentek	-Regimiento de infantería mecanizado 35	
San Javier	-Regimiento de infantería de monte 9	
San Salvador de Jujuy	-Regimiento de infantería de montaña 20	
Sarmiento	-Regimiento de infantería mecanizado 25	
Tartagal	-Regimiento de infantería de monte 28 “general juana azurduy” -Regimiento de infantería de monte 29 “coronel ignacio josé javier warnes”	
Toay	-Regimiento de infantería mecanizado 6 -Regimiento de infantería mecanizado 12	
Tupungato	-Regimiento de infantería de montaña 11	
Uspallata Mendoza	-Regimiento de infantería de montaña 16 “cazadores de los andes”	
Villaguay	-Regimiento de infantería mecanizado 5 “grl felix de olazábal”	
<b>CAVALARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Arana	-Escuadrón de exploración de caballería blindado 1 “coronel isidoro suarez”	
Azul	-Regimiento de caballería de tanques 10 "húsares de pueyrredón"	
Campo de los Andes	-Regimiento de caballería de exploración 15 “libertador simón bolivar”	
Chaja	-Regimiento de caballería de tanques 7 "coraceros coronel ramón estomba"	
Concordia	-Regimiento de caballería de tanques 6 - "blandengues"	
Esquel	-Regimiento de caballería de exploración 3 "coraceros general pacheco"	
General Pico	-Regimiento de caballería de tanques 13 “tte grl juan esteban pedernera”	
Gualedguaychu	-Regimiento de caballería de tanques 12 "dragones coronel zelaya"	
Magdalena	-Regimiento de caballería de tanques	

	8 "cazadores general necochea"	
Malagueno	-Escuadrón De Exploración De Caballería Paracaidista 4	
Olavarria	-Regimiento de caballería de tanques 2 "lanceros general paz"	
Puerto Deseado	-Regimiento de caballería de tanques 9 "general josé gervasio artigas"	
Puerto Santa Cruz	-Regimiento de caballería de tanques 11 "defensores del honor nacional"	
Salta	-Regimiento de caballería ligero 5 "general güemes"	
San Martin de los Andes	-Regimiento de caballería de montaña 4 "coraceros general lavalle"	
Villaguay	-Regimiento de caballería de tanques 1 "coronel brandsen"	
<b>ARTILHARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Azul	-Grupo de artillería blindado 1 "coronel chilavert"	
Buenos Aires	-Regimiento de artillería 1 "brigadier general iriarte"	
Comandante Luis Pie	-Grupo de artillería blindado 11	
Córdoba	-Grupo de artillería paracaidista 4	
Junin	-Grupo de artillería de sistemas lanzadores multiples	
Junín de Los Andes	-Grupo de artillería de montaña 6	
Mar del Plata	-Grupo de artillería antiaéreo 601 "teniente general pablo riccheri"	
Passo de los libres	-Grupo de artillería 3	
Rosario del T	-Grupo de artillería blindado 2	
Salta	-Grupo de artillería 15 "coronel francisco bolognesi cervantes"	
San Luis	-Grupo de artillería 7 -Grupo de artillería antiaéreo 161	
San Salvador de Jujuy	-Grupo de artillería de montaña 5 "capitán felipe antonio pereyra de lucena"	
Sarmiento	-Grupo de artillería blindado 9	
Uspallata	-Grupo de artillería de montaña 8	
Zapala	-Grupo de artillería 16	
<b>ENGENHARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Buenos Aires	-Batallón de ingenieros 601	
Campo de Los Andes	-Batallón de ingenieros de montaña 8 "barreteros de cuyo"	
Comandante Luis Pie	-Batallón de ingenieros 11	
Concepcion del Uruguay	-Batallón de ingenieros blindado 2	

Goya	-Batallón de ingenieros de monte 12	
La Rioja	-Compañía de ingenieros de construcciones 5	
Neuquem	-Batallón de ingenieros de montaña 6	
Olavarria	-Escuadrón de ingenieros blindado 1	
San Nicolas	-Destacamento de vigilancia cuartel "san nicolas"	
Santa Rosa	-Compañía de ingenieros mecanizada 10	
Santo Tomé	-Batallón de ingenieros 1 "zapadores coronel czetz" -Batallón de ingenieros anfibios 121	
Villa Carlo Paz	-Compañía de ingenieros paracaidista 4	
Villa Marteli	-Destacamento de vigilancia cuartel "villa martelli"	
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Bahia Blanca	-Batallón de comunicaciones 181 "sargento mayor santiago buratovich"	
Buenos Aires	-Compañía de comunicaciones 601 -Batallón de comunicaciones 602	
City Bell	-Agrupación de comunicaciones 601 "tcnl higinio vallejos" -Batallón de comunicaciones 601 -Batallón de operaciones electrónicas 601	
Comodoro Rivadavia	-Compañía de comunicaciones mecanizada 9	
Córdoba	-Batallón de comunicaciones 141 -Compañía de comunicaciones paracaidista 4 "tte 1ro josé maría severino"	
Corrientes	-Batallón de comunicaciones 121	
Mendoza	-Compañía de comunicaciones de montaña 8	
Neuquen	-Compañía de comunicaciones de montaña 6	
Parana	-Escuadrón de comunicaciones blindado 2	
Posadas	-Compañía de comunicaciones de monte 12	
Salta	-Compañía de comunicaciones de montaña 5	
Santa Rosa	-Compañía de comunicaciones mecanizada 10	
Rio Gallegos	-Compañía de comunicaciones mecanizada 11	

Tandil	-Escuadrón de comunicaciones blindado 1	
--------	---	--

### EXÉRCITO BOLIVIANO

INFANTARIA		
Cidade	Organização Militar	Observações
Achacachi	-R.I. 22 Chuquisaca	
Apolo	-R.I. 8 Ayacucho -R.I. (and.) 19 Murillo	
Baupés	-R.I. 13 Quijarro	
Boyubé	-R.I. 6 Campos	
Carandaití	-R.I. 25 Aguarague	
Camiri	-R.I. 31 Boqueron	
Challapata	-R.I. (ranger) 24 Teniente Mendez	
Charagua	-R.I. 32 Arce	
Charazani	-R.I. 18 saavedra	
Cliza	-R.I. (Andino) 33 Capitan Victor Ustares	
Cochabamba	-R.I. (Mec.) 26 Rene Barrientos	
Coraguará de Carangas	-R.I. 14 (Andino Escuela) Tocopilla	
Corque	-R.I. 16 Mejillones	
Guabira	-R.I. (Mec.) 9 Warnes	
Guaqui	-R.I. 5 Lanza	
Huachacalla	-R.I. Andino)17 Illimani	
La Paz	-R.I. 1 Colorados	
Montero	-R.I. 7 Azurduy	
Potosí	-R.I. 3 Perez	
Riberalta	-R.I.11 Bage	
San Buenaventura	-R.I. 10 Riosinho	
Santa Cruz	-R.I. (Ranger) 27 Manchego	
Sucre	-R.I. 2 Sucre	
Tarija	-R.I. 21 Padilla	
Trinidad	-R.I. 20 Jordan	
Tupiza	-R.I. 4 Loa	
Uyuni	-R.I. 28 Antofagasta	
Viacha	-R.I. (Mec.) 23 Max Toledo	
Villamontes	-R.I. Campero	
CAVALARIA		
Cidade	Organização Militar	Observações
Campo Pajoso	-R.C. 3 Aroma	
Choretí	-R.C. 1 Avaroa	
Colomi	-B.Tanques 4 Victoria	
El Alto	-B.Bl. 1 Tarapaca	
La Paz	-R.C. (Mec.) 4 Ingavi	
Oruro	-B.Bl. 2 Topater	

Patacamaya	-B.Tanques 3 Calama	
Pto. Suárez	-R.C. 6 Castrillo	
Santa Cruz	-R.C. 8 Braun	
Trinidad	-R.C. 2 Ballivian	
Tupiza	-R.C. 7 Chichas	
<b>ARTILHARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Apolo	-R.A. 10 Flores	
Cochabamba	-R.A. (Escuela) 7 Pinto	
Cuevo	-R.A. 3 Bullain	
Oruro	-R.A. 1 Camacho	
Roboré	-R.A. 5 Vergara	
Santa Cruz	-R.A. 9 Mitre	
Trinidad	-R.A. 8 Mendez	
Tupiza	-R.A. 12 Ayohuma	
Viacha	-R.A. 2 Bolivar	
Villamontes	-R.A. 6 Paredes	
<b>ENGENHARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Apolo	-B.Ing. 55	
Camiri	-B.Ing. (-) 66	
Cobija	-B.Ing. 6	
Riberalta	-B.Ing. 4 Alto De La Alianza	
Santa Cruz	-B.Ing. 1 Pando	
Suárez Arana	-B.Ing. 44	
Tarija	-B.Ing. 33 Chorolque	
Tupiza	-B.Ing. (-) 66	

**EXÉRCITO BRASILEIRO**  
(Dividido por estados)

<b>ACRE</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Cruzeiro do Sul	-61º Batalhão de Infantaria de Selva	
<b>ENGENHARIA</b>		
Rio Branco	-7º Batalhão de Engenharia de Construção	

<b>ALAGOAS</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Maceió	-59º Batalhão de Infantaria	Maceió



	Motorizado	
--	------------	--

AMAPÁ		
INFANTARIA		
Cidade	Organização Militar	Observações
Macapá	-34º Batalhão de Infantaria de Selva	

AMAZONAS		
INFANTARIA		
Cidade	Organização Militar	Observações
Humaitá	-54º Batalhão de Infantaria de Selva	
Manaus	-1º Batalhão de Infantaria de Selva -3ª Companhia de Forças Especiais -4º Batalhão de Aviação do Exército	
São Gabriel da Cachoeira	-22º Pelotão de Polícia do Exército	
Tabatinga	-8º Batalhão de Infantaria de Selva	
Tefé	-17º Batalhão de Infantaria de Selva - -34º Pelotão de Polícia do Exército	
ENGENHARIA		
São Gabriel da Cachoeira	-21ª Companhia de Engenharia de Construção	
COMUNICAÇÕES		
Manaus	-1ª Companhia de Comunicações de Selva	
Tefé	-16º Pelotão de Comunicações de Selva	

BAHIA		
INFANTARIA		
Cidade	Organização Militar	Observações
Feira de Santana	-35º Batalhão de Infantaria	
Paulo Afonso	-1ª Companhia de Infantaria	
Salvador	-19º Batalhão de Caçadores 4ª Companhia de Guardas	
ENGENHARIA		
Barreiras	-4º Batalhão de Engenharia de Construção	

<b>CEARÁ</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Cratêus	-40º Batalhão de Infantaria	
Fortaleza	-23º Batalhão de Caçadores	

<b>DISTRITO FEDERAL</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Brasília	-Batalhão de Polícia do Exército de Brasília	
<b>CAVALARIA</b>		
Brasília	-1º Regimento de Cavalaria de Guardas -3º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	
<b>ARTILHARIA</b>		
Brasília	-11º Grupo de <b>Artilharia</b> Antiaérea -32º Grupo de <b>Artilharia</b> de Campanha -1ª Bateria de <b>Artilharia</b> Anti-Aérea	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Brasília	-1ª Companhia de Guerra Eletrônica	

<b>ESPÍRITO SANTO</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Vila Velha	-38º Batalhão de Infantaria	

<b>GOIÁS</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Aragarças	-58º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Cristalina	-23º Pelotão de Polícia do Exército	
Goiânia	-1º Batalhão de Forças Especiais -6º Pelotão de Polícia do Exército	
Jataí	-41º Batalhão de Infantaria Motorizado	
<b>ARTILHARIA</b>		
Formosa	-6º Grupo de Lançadores Múltiplos de Foguetes	
<b>ENGENHARIA</b>		

Ipameri	-23ª Companhia de Engenharia de Combate	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Cristalina	-6ª Companhia de Comunicações	

<b>MARANHÃO</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
São Luis	-24º Batalhão de Caçadores	
Imperatriz	-50º Batalhão de Infantaria de Selva	

<b>MATO GROSSO</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Cáceres	-2º Batalhão de Fronteira	
Cuiabá	- 44º Batalhão de Infantaria Motorizado - 13º Pelotão de Polícia do Exército	
<b>ARTILHARIA</b>		
Rondonópolis	-18º Grupo de Artilharia de Campanha	
<b>ENGENHARIA</b>		
Cuiabá	-9º Batalhão de Engenharia de Construção	

<b>Mato Grosso do Sul</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Campo Grande	-14ª Companhia de Polícia do Exército	
Corumbá	-17º Batalhão de Fronteira	
Coxim	-47º Batalhão de Infantaria	
Dourados	-4º Pelotão de Polícia do Exército	
Forte Coimbra	-3ª Companhia de Fronteira	
Porto Murtinho	-2ª Companhia de Fronteira	
Três Lagoas	-2ª Companhia de Infantaria	
<b>CAVALARIA</b>		
Amambaí	-17º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
Bela Vista	-10º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
Campo Grande	-20º Regimento de Cavalaria Blindado	

Ponta Porã	-11º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
<b>ARTILHARIA</b>		
Nioaque	-9º Grupo de Artilharia de Campanha	
<b>ENGENHARIA</b>		
Aquidauna	-9º Batalhão de Engenharia de Combate	
Jardim	-4ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Dourados	-14ª Companhia de Comunicações Mecanizada	
<b>MINAS GERAIS</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Belo Horizonte	-12º Batalhão de Infantaria -4ª Companhia de Polícia do Exército	
Juiz de Fora	-10º Batalhão de Infantaria -35º Pelotão de Polícia do Exército	
Montes Claros	-55º Batalhão de Infantaria	
São João Del Rei	-11º Batalhão de Infantaria de Montanha	
Uberlândia	-36º Batalhão de Infantaria Motorizado	
<b>CAVALARIA</b>		
Santos Dumont	-4º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	
<b>ARTILHARIA</b>		
Juiz de Fora	4º Grupo de Artilharia de Campanha	
Pouso Alegre	-14º Grupo de Artilharia de Campanha	
Sete Lagoas	-4º Grupo de Artilharia Antiaérea	
<b>ENGENHARIA</b>		
Araguari	-11º Batalhão de Engenharia de construção	
Itajubá	-4º Batalhão de Engenharia de Combate	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Belo Horizonte	-4ª Companhia de Comunicações	

<b>PARÁ</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Altamira	-51º Batalhão de Infantaria de Selva	
Belém	- 2º Batalhão de Infantaria de Selva	

	- 5ª Companhia de Guardas	
Itaituba	-53º Batalhão de Infantaria de Selva	
Marabá	- 52º Batalhão de Infantaria de Selva - 33º Pelotão de Polícia do Exército	
<b>CAVALARIA</b>		
Tucuruí	-23º Esquadrão de Cavalaria de Selva	
<b>ARTILHARIA</b>		
Marabá	-1º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva	
<b>ENGENHARIA</b>		
Santarém	-8º Batalhão de Engenharia de Construção	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Marabá	-23ª Companhia de Comunicações de Selva	

<b>PARAÍBA</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Campina Grande	-31º Batalhão de Infantaria Motorizado	
João Pessoa	-15º Batalhão de Infantaria Motorizado	
<b>CAVALARIA</b>		
Bayeux	-16º Regimento de Cavalaria Mecanizado	

<b>PARANÁ</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Apucarana	-30º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Cascavel	-33º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Curitiba	- 20º Batalhão de Infantaria Blindado - 5ª Companhia de Polícia do Exército	
Foz do Iguaçu	-34º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Guairá	-3ª Companhia do 34º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Ponta Grossa	-13º Batalhão de Infantaria Blindado - 25º Pelotão de Polícia do Exército	
<b>CAVALARIA</b>		

Castro	-5º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	
Francisco Beltrão	-16º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	
Ponta Grossa	-3º Regimento de Carros de Combate	Equipados com Carros Leopard 1A5
Rio Negro	-5º Regimento de Carros de Combate	Equipados com Carros Leopard 1A5
<b>ARTILHARIA</b>		
Guarapuava	-26º Grupo de Artilharia de Campanha	
Lapa	-15º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado	
<b>ENGENHARIA</b>		
Palmas	-15ª Companhia de Engenharia de Combate	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Curitiba	-5ª Companhia de Comunicações Blindada	

<b>PERNAMBUCO</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Garanhuns	-71º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Jaboatão dos Guararapes	-14º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Petrolina	-72º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Recife	-4º Batalhão de Polícia do Exército -10º Pelotão de Polícia do Exército -2ª Companhia de Guardas -	
<b>CAVALARIA</b>		
Recife	-10º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	
<b>ARTILHARIA</b>		
Olinda	-14ª Bateria de Artilharia Anti-Aérea -7º Grupo de Artilharia de Campanha	
<b>ENGENHARIA</b>		
São Bento do Uno	-10ª Companhia de Engenharia de Combate	

<b>PIAUÍ</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Teresina	-25º Batalhão de Caçadores	
<b>ENGENHARIA</b>		

Picos	-3º Batalhão de Engenharia de Construção	
Teresina	-2º Batalhão de Engenharia de Construção	

<b>RIO DE JANEIRO</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Campos dos Goitacazes	-56º Batalhão de Infantaria	
Niterói	-22º Pelotão de Polícia do Exército	
Petrópolis	-32º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Resende	-Academia Militar das Agulhas Negras	Centro de Treinamento de Oficiais
Rio de Janeiro	-1º Batalhão de Guardas -1º Batalhão de Infantaria Motorizado -1º Batalhão de Polícia do Exército -1ª Companhia de Polícia do Exército -2º Batalhão de Infantaria Motorizado -24º Batalhão de Infantaria Blindado -25º Batalhão de Infantaria Paraquedista -26º Batalhão de Infantaria Paraquedista -27º Batalhão de Infantaria Paraquedista -36º Pelotão de Polícia do Exército Paraquedista -5º Pelotão de Polícia do Exército -57º Batalhão de Infantaria Motorizado -9º Pelotão de Polícia do Exército	
São Gonçalo	-3º Batalhão de Infantaria	
<b>CAVALARIA</b>		
Rio de Janeiro	-1º Esquadrão de Cavalaria Paraquedista -15º Regimento de Cavalaria Mecanizado -2º Regimento de Cavalaria de Guardas	
Valença	-1º Esquadrão de Cavalaria Leve	
<b>ARTILHARIA</b>		
Macaé	-9ª Bateria de Artilharia Antiaérea	

Rio de Janeiro	-1º Grupo de Artilharia Antiaérea -11º Grupo de Artilharia de Campanha -21ª Bateria de Artilharia Anti-Aérea Paraquedista -21º Grupo de Artilharia de Campanha -31º Grupo de Artilharia de Campanha -8º Grupo de Artilharia de Campanha Paraquedista	
<b>ENGENHARIA</b>		
Rio de Janeiro	-1ª Companhia de Engenharia de Combate Paraquedista -7ª Companhia de Engenharia de Combate Blindada	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Rio de Janeiro	-1ª Companhia de Comunicações Blindada -20ª Companhia de Comunicações Paraquedista	

<b>RIO GRANDE DO NORTE</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Natal	-16º Batalhão de Infantaria Motorizado -7º Pelotão de Polícia do Exército	
<b>ARTILHARIA</b>		
Natal	-17º Grupo de Artilharia de Campanha	
<b>ENGENHARIA</b>		
Caicó	-1º Batalhão de Engenharia de Construção	
Natal	-7º Batalhão de Engenharia de Combate	

<b>RIO GRANDE DO SUL</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Porto Alegre	-3º Batalhão de Polícia do Exército	
Pelotas	- 9º Batalhão de Infantaria Motorizado - 8º Pelotão de Polícia do Exército	
Santa Cruz do Sul	-7º Batalhão de Infantaria Blindado	



Santa Maria	- 29º Batalhão de Infantaria Blindado - 26º Pelotão de Polícia do Exército	
Santiago	-1º Pelotão de Polícia do Exército	
São Leopoldo	-19º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Sapucaia do Sul	-18º Batalhão de Infantaria Motorizado	
Uruguaiana	-2º Pelotão de Polícia do Exército	
<b>CAVALARIA</b>		
Alegrete	-6º Regimento de Cavalaria Blindado	
Bagé	-3º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
Itaqui	-1º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
Jaguarão	-12º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
Porto Alegre	-8º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	
Quarai	-5º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
Rosário do Sul	-4º Regimento de Carros de Combate	
Santa Maria	-6º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado -1º Regimento de Carros de Combate	
Santa Rosa	-19º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
Santana do Livramento	-7º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
Santiago	-1ª Brigada de Cavalaria Mecanizada	
São Borja	-2º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
São Gabriel	-9º Regimento de Cavalaria Blindado	
São Luiz Gonzaga	-4º Regimento de Cavalaria Blindado	
Uruguaina	-8º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
<b>ARTILHARIA</b>		
Bagé	-25º Grupo de Artilharia de Campanha	
Cachoeira do Sul	-13º Grupo de Artilharia de Campanha	
Caxias do Sul	-3º Grupo de Artilharia Antiaérea	
Cruz Alta	-29º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado	

Ijuí	-27º Grupo de Artilharia de Campanha	
Rio Grande	-6º Grupo de Artilharia de Campanha	
Santa Maria	-3º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado -6ª Bateria de Artilharia Anti-Aérea	
Santana do Livramento	-2ª Bateria de Artilharia Antiaérea	
Santiago	-19º Grupo de Artilharia de Campanha	
São Leopoldo	-16º Grupo de Artilharia de Campanha Autopropulsado	
Uruguaina	-22º Grupo de Artilharia de Campanha -3ª Bateria de Artilharia Anti-Aérea	
<b>ENGENHARIA</b>		
Alegrete	-12º Batalhão de Engenharia de Combate -2ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada	
Cachoeira do Sul	-3º Batalhão de Engenharia de Combate	
Dom Pedrito	-3ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada	
São Borja	-1ª Companhia de Engenharia de Combate Mecanizada	
São Gabriel	-6º Batalhão de Engenharia de Combate	
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Alegrete	-12ª Companhia de Comunicações	
Bento Gonçalves	-6º Batalhão de Comunicações	
Dourados	-14ª Companhia de Comunicações Mecanizada	
Porto Alegre	-3º Batalhão de Comunicações de Exército	
Santa Maria	-3ª Companhia de Comunicações Blindada	
Santiago	-11ª Companhia de Comunicações Mecanizada	
Santo Ângelo	-1º Batalhão de Comunicações	
São Gabriel	-13ª Companhia de Comunicações Mecanizada	

<b>RONDÔNIA</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Guajará-Mirim	-6º Batalhão de Infantaria de Selva	

Porto Velho	-17º Pelotão de Polícia do Exército	
<b>ENGENHARIA</b>		
Porto Velho	-5º Batalhão de Engenharia de Construção	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Porto Velho	-17º Pelotão de Comunicações de Selva	

<b>RORAIMA</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Boa Vista	-7º Batalhão de Infantaria de Selva -32º Pelotão de Polícia do Exército	
<b>CAVALARIA</b>		
Boa Vista	-12º Esquadrão de Cavalaria Mecanizado	
<b>ARTILHARIA</b>		
Boa Vista	-10º Grupo de Artilharia de Campanha de Selva	
<b>ENGENHARIA</b>		
Boa Vista	-6º Batalhão de Engenharia de Construção	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Boa Vista	-1º Pelotão de Comunicações de Selva	

<b>SANTA CATARINA</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Blumenau	23º Batalhão de Infantaria	
Florianópolis	-14º Pelotão de Polícia do Exército -63º Batalhão de Infantaria	
Joinville	-62º Batalhão de Infantaria	
Tubarão	-3ª Companhia do 63º Batalhão de Infantaria	
<b>CAVALARIA</b>		
São Miguel D'Oeste	-14º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
<b>ARTILHARIA</b>		
Criciúma	-28º Grupo de Artilharia de Campanha	
<b>ENGENHARIA</b>		
Lages	-10º Batalhão de Engenharia de Construção	
Porto União	-5º Batalhão de Engenharia de Combate	

<b>SÃO PAULO</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Campinas	-11º Pelotão de Polícia do Exército -28º Batalhão de Infantaria Leve	
Caçapava	-12º Pelotão de Polícia do Exército -6º Batalhão de Infantaria Leve	
Lins	-37º Batalhão de Infantaria Leve	
Lorena	-5º Batalhão de Infantaria Leve	
Osasco	-4º Batalhão de Infantaria Leve -2º Batalhão de Polícia do Exército	
São Paulo	-2ª Companhia de Transporte -8º Batalhão de Polícia do Exército	
Taubaté	-2º Batalhão de Aviação do Exército -3º Batalhão de Aviação do Exército	
São Vicente	-2º Batalhão de Infantaria Leve	
<b>CAVALARIA</b>		
Pirassununga	-13º Regimento de Cavalaria Mecanizado	
<b>ARTILHARIA</b>		
Barueri	-20º Grupo de Artilharia de Campanha Leve	
Guarujá	-1ª Brigada de Artilharia Antiaérea	
Itu	-11ª Bateria de Artilharia Antiaérea Leve -2º Grupo de Artilharia de Campanha Leve	
Jundiaí	-12º Grupo de Artilharia de Campanha	
Osasco	-5ª Bateria de Artilharia Anti-Aérea Leve	
Praia Grande	-2º Grupo de Artilharia Antiaérea	
<b>ENGENHARIA</b>		
Pindamonhangaba	-11ª Companhia de Engenharia de Combate Leve -12ª Companhia de Engenharia de Combate Leve -2º Batalhão de Engenharia de Combate	
<b>COMUNICAÇÃO</b>		
Campinas	-2ª Companhia de Comunicações Leve	
Caçapava	-12ª Companhia de Comunicações Leve	

<b>SERGIPE</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Aracajú	-28º Batalhão de Caçadores	

<b>TOCANTINS</b>		
<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Palmas	-22º Batalhão de Infantaria	

### **EXÉRCITO CHILENO**

<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Antofagasta	- Batallón de Infantería Blindada N°7 Esmeralda"	
Arica	- Batallón de Infantería Blindado N° 27 "Bulnes" - Batallón de Infantería Motorizada N° 4 "Rancagua" - Compañía Antiblindaje de Misiles	Companhia de mísseis anti-tanque
Calama	-Batallón de Infantería N° 15 "Calama"	
Chillán	-9º Batallón de Infantería "Chillán". -Compañía AntiTanque.	Companhia de mísseis anti-tanque
Concepción	-Batallón de Infantería N° 6 "Chacabuco".	
Copiapó	-Batallón de Infantería N° 23 "Copiapó" -Compañía Anti Tanque Infantería	Companhia de mísseis anti-tanque
Coyhaique	- Batallón de Infantería Motorizado N° 26 "Aysén" - Compañía Anti-Tanque	Companhia de mísseis anti-tanque
Isla Grande de Tierra del Fuego	-Batallón de Infantería N° 11 "Caupolicán" - Compañía Anti-Tanque	Companhia de mísseis anti-tanque
Los Andes	-Batallón de Infantería de Montaña N° 18 "Guardia Vieja"	
Los Ángeles	-Batallón de Infantería de Montaña N° 17 "Tarpellanca"	
La Serena	-Batallón de Infantería 21 "Coquimbo"	
Osornos	-Batallón de Infantería de Montaña	

	Nº 13 "Andalién"	
Pozo Almonte	-Batallón de Infantería Mecanizada Nº 5 "Carampangue"	
Puerto Varas	-Batallón de Infantería Nº 12 "Sangra"	
Puerto Natales	-Batallón de Infantería Mecanizada	
Punta Arenas	- Batallón de Infantería Mecanizado Nº 25 "El Roble" - Batallón de Infantería Motorizada Nº 27 "Galvarino" - Compañía Anti-Tanque "Pelantaru"	Companhia de mísseis anti-tanque
Putre	- Batallón de Infantería Motorizada Nº 24 "Huamachuco". - Compañía Anti-Tanque	Companhia de mísseis anti-tanque
San Fernando	-Batallón de Infantería de Montaña	
Santiago	- Batallón de Infantería Mecanizada Nº 1 "Buin" - Compañía Independiente de Misiles.	
Talca	-Regimiento de Infantería n.º 16 "Talca"	
Temuco	-Regimiento de Infantería Nº 8 "Tucapel"	
Valparaíso	-Batallón de Infantería Mecanizada Nº 2 "Maipo"	
<b>CAVALARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Angol	-Regimiento de Caballería Blindada Nº 3 "Húsares"	
Antofagasta	- Grupo Blindado Nº 8 "Exploradores" - Pelotón de Exploración Blindado	
Arica	- Grupo Blindado Nº 9 "Vencedores" - Pelotón de Exploración Blindado	
Pozo Almonte	- Grupo Blindado Nº 7 "Guías" - Pelotón de Exploración Blindado	
Puerto Natales	- Grupo Blindado Nº 5 "Lanceros" - Escuadrón de Tanques	
Punta Arenas	- Grupo Blindado Nº 6 "Dragones" - Pelotón de Exploración Blindado	
Putre	-Pelotón de Exploración Blindado	
<b>ARTILHARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Antofagasta	-Grupo de Artillería Autopropulsada Nº 5 "Antofagasta"	
	- Grupo de Artillería Autopropulsada Nº 4 "Miraflores"	

Arica	-Grupo de Artillería N° 6 "Dolores" -Batería de Artillería Antiaérea	
Calama	-Grupo de Artillería N° 10 "Borgoño"	
Concepción	-Grupo de Artillería N° 3 "Silva Renard".	
Coyhaique	-Grupo de Artillería N° "San Carlos de Ancud"	
Isla Grande de Tierra del Fuego	-Grupo de Artillería N° 13 "Tierra del Fuego"	
La Union	-Regimiento de Artillería N° 2 "Maturana"	
Los Andes	-Grupo de Artillería N° 2 "Arica"	
Pozo Almonte	-Grupo de Artillería Autopropulsada N° 9 "Salvo"	
Puerto Natales	-Grupo de Artillería N° 12 "Magallanes"	
Punta Arenas	- Grupo de Artillería N° 7 "Wood" - Pelotón de Artillería Antiaérea	
Putre	-Grupo de Artillería N° 14 "Parinacota"	
<b>ENGENHARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Antofagasta	-Compañía de Ingenieros Mecanizada N° 10 "Pontoneros"	
Arica	- Compañía de Ingenieros Mecanizada N° 9 "Zapadores" - Batallón de Ingenieros N° 6 "Azapa"	
Calama	-Batallón de Ingenieros N° 1 "Atacama"	
Los Andes	-Compañía de Ingenieros de Montaña N° 2 "Puente Alto"	
Los Ángeles	-Compañía de Ingenieros N° 3 "Los Ángeles"	
Osorno	-Batallón de Ingenieros Motorizados N° 4 "Arauco"	
Pozo Almonte	Compañía de Ingenieros Mecanizada N° 7 "Aconcagua"	
Punta Arenas	-Compañía de Ingenieros Mecanizados N° 11 "Tehuelches" -Batallón de Ingenieros N° 5 "Punta Arenas"	
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Antofagasta	-Compañía de Telecomunicaciones N° 7	
	-Compañía de Telecomunicaciones	

Arica	Nº 10 "San Marcos de Arica"	
Concepción	-Compañía Motorizada de Telecomunicaciones Nº 3 "Curicó".	
Coyhaique	-Compañía de Telecomunicaciones Divisionaria Nº 8 "Coyhaique"	
Pozo Almonte	-Compañía de Telecomunicaciones	
Punta Arenas	-Batallón de Telecomunicaciones Nº 5 "Patagonia"	
Valdivia	-Regimiento de Telecomunicaciones Nº 4 "Membrillar"	

### EXÉRCITO COLOMBIANO

INFANTARIA		
Cidade	Organização Militar	Observações
Aguachica	-5º Batalhão de Treinamento	
Aguazul	-65º Batalhão de Contra Insurgência	
Andes	-11º Batalhão de Infantaria	
Apiay	-20º Batalhão de Infantaria aeromóvel	
Arauquita	-30º Batalhão de Contra Insurgência	
Arbolete	-Força Tarefa Conjunta Sucre	
Arriba	-21º Batalhão de Contra Insurgência	
Bogotá	- 13º Batalhão de Contra Insurgência - 28º Batalhão de Infantaria aero móvel - 37º Batalhão de Infantaria - 38º Batalhão de Infantaria -Grupo Gaula Cundinamarca	
Barrancominas	-58º Batalhão de Contra Insurgência	
Barranquilla	-Grupo Gaula Atlântico	
Bucaramanga	-14º Batalhão de Infantaria Grupo Gaula Santander	
Calamar	-24º Batalhão de Infantaria	
Cali	-3º Batalhão de Contra Insurgência - 8º Batalhão de Infantaria - 37º Batalhão de Contra Insurgência - 29º Batalhão de Treinamento Grupo Gaula Valle	
Cartago	-23º Batalhão de Infantaria	
Castilletes	- 2º Batalhão Especial Móvel - 3º Batalhão Especial Móvel	
Caucasia	-31º Batalhão de Infantaria aero móvel	
Codazzi	-7º Batalhão de Infantaria Motorizada	



Cimitarra	-41° Batalhão de Infantaria	
Chapalito	-23° Batalhão de Treinamento	
Chaparral	-17° Batalhão de Infantaria	
Chiquinquirá	-2° Batalhão de Infantaria	
Cubarral	-7° Batalhão de Treinamento	
Cupiagua	-16° Batalhão de Treinamento	
Cururú	-52° Batalhão de Infantaria de Selva	
El Cenizo	-2° Batalhão de Treinamento	
El Espino	-1° Batalhão de Infantaria Motorizada	
El Tarra	-127° Batalhão de Contra Insurgência	
Florencia	-12° Batalhão de Contra Insurgência -34° Batalhão de Infantaria Grupo Gaula Caquetá	
Fortul	-24° Batalhão de Contra Insurgência	
Fundación	-6° Batalhão Mecanizado	
Fusagasugá	-39° Batalhão de Infantaria	
Garzón	-26° Batalhão de Infantaria	
Génova	-8° Batalhão de Treinamento -5° Batalhão de Infantaria Motorizada	
Granada - Meta	-21° Batalhão de Infantaria aeromóvel	
Guaital	-Força Tarefa Conjunta Palmarez	
Guasimal	- 42° Batalhão de Infantaria - 14° Batalhão de Treinamento	
Hacarí	-125° Batalhão de Contra Insurgência	
Honda	-16° Batalhão de Infantaria	
Ibagué	- 18° Batalhão de Infantaria - 6° Batalhão de Contra Insurgência Grupo Gaula Tolima	
La Australia	-13° Batalhão de Treinamento	
La Loma – El Paso	-10° Batalhão de Treinamento	
La Pradera	-9° Batalhão de Treinamento	
La Tagua	-49° Batalhão de Infantaria de Selva	
Larandia	- 87° Batalhão de Contra Insurgência - 88° Batalhão de Contra Insurgência - 89° Batalhão de Contra Insurgência - 90° Batalhão de Contra Insurgência - 75° Batalhão de Contra Insurgência - 76° Batalhão de Contra Insurgência - 77° Batalhão de Contra Insurgência - 78° Batalhão de Contra Insurgência - 2° Batalhão Contra Narcóticos - 3° Batalhão Contra Narcóticos - 12° Batalhão de Treinamento - 35° Batalhão de Infantaria	

Leticia	- 50° Batalhão de Infantaria de Selva - 74° Batalhão de Contra Insurgência - 26° Batalhão de Treinamento - 4° Batalhão de Treinamento	
Los Farallones	-3° Batalhão de Infantaria Motorizada	
Malambo	-4° Batalhão Mecanizado	
Manizales	-22° Batalhão de Treinamento	
Medellín	- Grupo Gaula Antioquia - 10° Batalhão de Infantaria - 32° Batalhão de Infantaria	
Melgar	- 15° Batalhão de Contra Insurgência - 16° Batalhão de Contra Insurgência - 17° Batalhão de Contra Insurgência - 18° Batalhão de Contra Insurgência - 22° Batalhão de Contra Insurgência - 51° Batalhão de Contra Insurgência - 52° Batalhão de Contra Insurgência - 53° Batalhão de Contra Insurgência - 54° Batalhão de Contra Insurgência	
Miraflores	- 51° Batalhão de Infantaria de Selva - 120° Batalhão de Contra Insurgência	
Mitú	-30° Batalhão de Infantaria	
Monteria	- 11° Batalhão de Contra Insurgência - 33° Batalhão de Infantaria Grupo Gaula Córdoba	
Natagaima	-34° Batalhão de Contra Insurgência	
Neiva	- 66° Batalhão de Contra Insurgência - 67° Batalhão de Contra Insurgência - 68° Batalhão de Contra Insurgência - 69° Batalhão de Contra Insurgência - 9° Batalhão de Contra Insurgência - Grupo Gaula Huila	
Nunchia	-29° Batalhão de Contra Insurgência	
Ocaña	- 15° Batalhão de Infantaria - 30° Batalhão de Treinamento	
Pamplona	-13° Batalhão de Infantaria	
Panama	-30° Batalhão de Contra Insurgência	
Pasto	-93° Batalhão de Contra Insurgência	
Pereira	-Grupo Gaula Risaralda	
Piedras	-6° Batalhão de Treinamento	
Pitalito	- 27° Batalhão de Infantaria - 28° Batalhão de Contra Insurgência	
Popayán	-7° Batalhão de Infantaria	
Puerto Calderón	-3° Batalhão de Treinamento	
Puerto Inírida	-45° Batalhão de Infantaria	

Quibdó	- 12° Batalhão de Infantaria - 94° Batalhão de Contra Insurgência - 100° Batalhão de Contra Insurgência	
Riohacha	- 6° Batalhão de Infantaria Mecanizada - Grupo Gaula Guajira	
Riosucio	-Força Tarefa Conjunta Riosucio	
Rovira	-31° Batalhão de Contra Insurgência	
Sacama	-23° Batalhão de Contra Insurgência	
Samacá	-1° Batalhão de Treinamento	
San Sebastian	-4° Batalhão de Infantaria de Montanha	
San Calixto	-126° Batalhão de Contra Insurgência	
San Jose do Guaviare	- 19° Batalhão de Infantaria aero móvel - 61° Batalhão de Contra Insurgência - 62° Batalhão de Contra Insurgência - 63° Batalhão de Contra Insurgência - 64° Batalhão de Contra Insurgência	
San Juan del Pasto	-9° Batalhão de Infantaria	
San Pedro	-47° Batalhão de Infantaria	
San Vicente	-19° Batalhão de Contra Insurgência	
San Vicente de Caguán	-36° Batalhão de Infantaria	
San Vicente de Chucurí	-40° Batalhão de Infantaria	
Saravena	-18° Batalhão de Treinamento	
Santa Marta	-5° Batalhão Mecanizado Grupo Gaula Magdalena	
Santa Rosa del Sur	-48° Batalhão de Infantaria	
Tame	- 43° Batalhão de Contra Insurgência - 44° Batalhão de Contra Insurgência - 45° Batalhão de Contra Insurgência - 46° Batalhão de Contra Insurgência	
Tauramena	-44° Batalhão de Infantaria	
Teorema	-128° Batalhão de Contra Insurgência	
Tierralta	-11° Batalhão de Treinamento	
Tibú	-46° Batalhão de Contra Insurgência	
Tolemeida	- 20° Batalhão de Contra Insurgência - 1° Batalhão de Forças Especiais - 2° Batalhão de Forças Especiais - 3° Batalhão de Forças Especiais - 4° Batalhão de Forças Especiais	
Tres Esquinas	-1° Batalhão Contra Narcóticos	
Tunja	-1° Batalhão de Infantaria Grupo Gaula Boyacá	
Uribe	-29° Batalhão de Infantaria	
Valledupar	-Grupo Gaula Cesar	

Vigía del Fuerte	-Força Tarefa Conjunta Atrato	
Villagarzón	-25° Batalhão de Infantaria	
Villavicencio	- Grupo Gaula Meta - 7° Batalhão de Contra Insurgência	
Yopal	-Grupo Gaula Casanare	
Yuto	-15° Batalhão de Treinamento	
Zarzal	-3° Batalhão de Treinamento	
<b>CAVALARIA</b>		
Bogotá	- 10° Esquadrão de Cavalaria Mecanizada -13° Esquadrão de Cavalaria Mecanizada	
Bonza	-1° Esquadrão de Cavalaria Mecanizada	
Buenavista	-2° Esquadrão de Cavalaria Mecanizada	
Ipiales	-3° Esquadrão de Cavalaria	
Rionegro	-4° Esquadrão de Cavalaria Mecanizada	
San Jose de Cúcuta	-5° Esquadrão de Cavalaria Mecanizada	
Saravena	-18° Esquadrão de Cavalaria Mecanizada	
Uribia	-Esquadrão Médio de Tanques	
Yopal	-16° Esquadrão de Cavalaria Mecanizada	
<b>ARTILHARIA</b>		
Barrancabermeja	-2° Batalhão de Defesa Aérea	
Bogotá	-13° Batalhão de Artilharia	
Buenavista	-10 Batalhão de Artilharia de Campanha	
Buga	-3° Batalhão de Artilharia	
El Socorro	-5° Batalhão de Artilharia	
Medellín	-4° Batalhão de Artilharia	
Neiva	-9° Batalhão de Artilharia	
Pereira	-8° Batalhão de Artilharia	
Sogamoso	-1° Batalhão de Artilharia	
Valledupar	-2° Batalhão de Artilharia	
<b>ENGENHARIA</b>		
Apiay	-7° Batalhão de Engenharia Aeromóvel	
Bello	-4° Batalhão de Engenharia	
Bogotá	-13° Batalhão de Engenharia	
Bucaramanga	-5° Batalhão de Engenharia	
Cantimplora	-14° Batalhão de Engenharia	
Carepa	-17° Batalhão de Engenharia	
Florencia	-12° Batalhão de Engenharia	
Istmina	-15° Batalhão de Engenharia	

Malambo	-2° Batalhão de Engenharia	
Palmira	-3° Batalhão de Engenharia	
Pueblo Tapao	-8° Batalhão de Engenharia	
Tame	-18° Batalhão de Engenharia	
Tolemaida	- Batalhão de Engenharia Construção - Batalhão de Engenharia de Manutenção - Batalhão de Engenharia EOD - Batalhão de Engenharia Demolição	
Valledupar	-10° Batalhão de Engenharia	
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Facatativá	- 1° Batalhão de Sinalizadores - 1° Batalhão de Sinalizadores - Batalhão de Manutenção Sinalizadores	

## EXÉRCITO EQUADOR

<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Ambato	-BI-38 (Bn. de Inf. 38) AMBATO	
Arenillas	-BI-1 (Bn. de Inf. 1) CONSTITUCIÓN	
Cariamanga	-BI-20 (Bn. de Inf. 20) CAPITÁN DÍAZ	
Cuenca	-BIM-7 (Bn. de Inf. Mec. 7) -BI-8 (Bn. de Inf. 8) -BI-9 (Bn. de Inf. 9) -CFE-3 (Cía de Fzas. Esps. 3)	
Daule	-GFE 24 (Gpo. de Fzas.Esp. 24) RAYO	
Guayaquil	-5-BI (Bda. de Inf. No. 5) -BI-15 (Bn. de Inf. 15) GUAYAQUIL -CFE-5 (Cía. de Fzas. Esps. 5)	
Horquilla	-BI-19 (Bn. de Inf. 19) CARCHI (ex-CAYAMBE)	
La Libertad	-BI-14 (Bn. de Inf. 14) MARAÑÓN	
Latacunga	-9-BFE (Bda. de Fuerzas Especiales No.9) PATRIA -GFE-27 (Gpo. de Fzas.Esp. 27)	
Loja	-CFE-7 (Cía. de Fzas. Esps. 7)	
Macará	-BI-21 (Bn. de Inf. 21) CAYAMBE (ex-MACARA)	

Machala	-1-BI (Bda. de Inf. No.1) EL ORO -CFE-1 (Cía. de Fzas. Esps. 1)	
Pasaje	-BI-3 (Bn. de Inf. 3) PICHINCHA	
Pictuca	-BOES-60 (Bn. de Operaciones Especiales) 60 CAPITÁN CALLES -BIS-61 (Bn. de Inf. de Selva 61) SANTIAGO -BIS-63 (Bn. de Inf. de Selva 63) GUALAQUIZA	
Puerto Francisco de Orellana	-BIS-54 (Bn. de Inf. de Selva 54) -BIS-55 (Bn. de Inf. de Selva 55) -BIS-56 (Bn. de Inf. de Selva 56) TUNGURAHUA -BIS-57 (Bn. de Inf. de Selva 57) MONTECRISTI -CFE-19 (Cía. de Fzas. Esps. 19)	
Quevedo	-GFE-26 (Gpo. de Fzas.Esp. 26)	
Quito	-13-BI (Bda. de Inf. No.13) -BEI-37 (Bn. Escuela de Inf. 37) VENCEDORES -CFE-13 (Cía. de Fzas. Esps. 13)	
Riobamba	-BIB-30 (Bn. de Inf. Bl. 30)	
Sta. Rosa	-BI-2 (Bn. de Inf. 2) IMBABURA	
Sto. Domingo de los Colorados	-GFE-25 (Gpo. de Fzas.Esp. 25)	
Shell Mera	-BIS-49 (Bn. de Inf. de Selva 49) -BIS-50 (Bn. de Inf. de Selva 50) -BIS-51 (Bn. de Inf. de Selva 51) -CFE-17 (Cía. de Fzas. Esps. 17)	
Tulcán	-BI-39 (Bn. de Inf. 39) MAYOR GALO MOLINA	
Zamora	-BIS-62 (Bn. de Inf. de Selva 62) ZAMORA	
<b>CAVALARIA</b>		
Cuenca	-GCM-6 (Gpo. de Cab. Mec. 6) GENERAL DÁVALOS	
Ibarra	-GCM-36 (Gpo. de Cab. Mot. 36) YAGUACHI	
La Avanzada	-GCB-4 (Gpo. de Cab.Bl. 4) FEBRES CORDERO	
Loja	-GCB-18 (Gpo. de Cab. Bl. 18) CAZADORES DE LOS RÍOS	
Machala	-ERM-1 (Escn. de Rec. Mec. 1)	
Playas	-GCM-16 (Gpo. de Cab. Mec. 16) SAN ANTONIO	
Portoviejo	-GCM-12 (Gpo. de Cab. Mec. 12) TENIENTE HUGO ORTIZ	
Quito	-ERM-13 (Escn. de Rec. Mec. 13)	

Riobamba	-11-BCB (Bda. de Cab. Bl. No.11) <b>GALÁPAGOS</b> -GCB-32 (Gpo. de Cab. Bl. 32) G.Escuela. de C.Bl. 31 -GCB-33 (G.C .Bl. 33)	
<b>ARTILHARIA</b>		
Cuenca	-GA-10 (Gpo. de Art. 10) -CMP-3 (Cía. de Morteros Pesados 1) -GAAR-79 (Gpo. de Art. Auto-Remolcado 79) -GAL-80 (Gpo. de Art. Lanzacohetes 80) -GAA-81 (Gpo. de Art. Anti-Aérea 81)	
Guayaquil	-Agrupamiento de Artillería	
Loja	-GA-22 (Gpo. de Art. 22)	
Machala	-GA-5 (Gpo. de Art. 5)	
Quito	-GEA-40 (Gpo. Escuela de Art. 40) <b>MARISCAL SUCRE</b> -CMP-13 (Cía. de Morteros Pesados 13)	
Riobamba	-GAB-34 (Gpo. de Art. 34)	
Salinas	-GA-13 (Gpo. de Art. 13) <b>ATAHUALPA</b>	
<b>ENGENHARIA</b>		
Cuenca	-CE-3 (Cía. de Ingenieros 3)	
Guayaquil	-CE-5 (Cía. de Ingenieros 5)	
Loja	-CE-7 (Cía. de Ingenieros 7)	
Machala	-CE-1 (Cía. de Ingenieros 1)	
Pictuca	-CE-21 (Cía. de Ingenieros 21)	
Puerto Francisco de Orellana	-CE-19 (Cía. de Ingenieros 19)	
Quito	-CE-13 (Cía. de Ingenieros 13)	
Shell Mera	-CE-17 (Cía. de Ingenieros 17)	
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Cuenca	-CC-3 (Cía. de Comunicaciones 3)	
Guayaquil	-CC-5 (Cía. de Comunicaciones)	
Loja	-CC-7 (Cía. de Comunicaciones 7)	
Machala	-CC-1 (Cía. de Comunicaciones 1)	
Pictuca	-CC-21 (Cía. de Comunicaciones 21)	
Puerto Francisco de Orellana	-CC-19 (Cía. de Comunicaciones 19)	
Quito	-CC-13 (Cía. de Comunicaciones 13)	
Shell Mera	-CC-17 (Cía. de Comunicaciones 17)	

## EXÉRCITO DO PARAGUAI

<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Asunción	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regimento de Infantaria RI 1 "2 de Mayo"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 2 "Ytororó"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 3 "Corrales"</li> </ul>	
Cap. Pablo Lagerenza	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regimento de Infantaria RI 13 "Tuyuti"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 14 "Cerro Cora"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 15 "Lomas Valentinas"</li> </ul>	
Ciudad del Este	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regimento de Infantaria RI 7 "24 de Mayo"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 8 "Piribebuy"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 9 "Itá Ybate"</li> </ul>	
Concepción	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regimento de Infantaria RI 10 "Sauce"</li> <li>-Regimento de -Infantaria RI 11 "Abay"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 12 "Rubio Ñu"</li> </ul>	
Mariscal. Estigarribia	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regimento de Infantaria RI 16 "Mcal. Francisco Solano López"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 17 "Yataity Cora"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 18 "Pitiantuta"</li> </ul>	
Villarrica	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regimento de Infantaria RI 4 "Curupayty"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 5 "Gral. Díaz"</li> <li>- Regimento de Infantaria RI 6 "Boquerón"</li> </ul>	
<b>CAVALARIA</b>		
Asunción	Regimento de Cavalaria RC- 4 "Acá Carayá"	
Curuguaty	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Regimento de Cavalaria RC 8 "Gral. Pedro"</li> <li>- Regimento de Cavalaria Duarte" RC 9 "Cap. José Matías Bado"</li> </ul>	



	- Regimento de Cavalaria RC 10 "Cnel. Florentino Oviedo"	
Joel Estigarribia	- Regimento de Cavalaria RC 1 "Valois Rivarola" - Regimento de Cavalaria RC 3 "Cnel. Vicente Mongelós" - Regimento de Cavalaria RC 11 - Regimento de Cavalaria RC 12	
San Juan Bautista de las Misiones	- Regimento de Cavalaria RC 2 "Cnel. Felipe Toledo" - Regimento de Cavalaria RC 5 "Acá Vera" - Regimento de Cavalaria RC 6 "Nanawa" - Regimento de Cavalaria RC 7 "Campo Vía"	
<b>ARTILHARIA</b>		
Paraguarí	-Grupos de Artilheria	
<b>ENGENHARIA</b>		
Asunción	-Batallones de Ingeniería	
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Asunción	-Batallones de Comunicaciones	

### EXÉRCITO DO PERU

<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Angamos	- 2° Unidade Militar Rural	
Ayacucho	- 33° Batalhão de Infantaria - 43° Batalhão de Infantaria - 53° Batalhão de Infantaria	
Breu	- 4° Unidade Militar Rural	
Callao	- 19° Batalhão de Forças Especiais - 29° Batalhão de Forças Especiais - 39° Batalhão de Forças Especiais - 61° Batalhão de Forças Especiais	
Chiclayo	- 20° Batalhão de Infantaria	
Chorrillos	- 7° Batalhão de Forças Especiais - 8° Batalhão de Forças Especiais - 31° Batalhão de Forças Especiais	
Cajamarca	- 17° Batalhão de Infantaria	
Cantagallo	- 3° Unidade Militar Rural	
Cuzco	- 9° Batalhão de Infantaria - 15° Batalhão de Infantaria - 1° Companhia de Infantaria de Selva	

El Milagro	- 25 ° Batalhão de Infantaria de Selva - 69 ° Batalhão de Infantaria de Selva - 85 ° Batalhão de Infantaria de Selva - 111 ° Batalhão de Infantaria de Selva	
Esperanza	- 5 ° Unidade Militar Rural	
Güepi	- 23 ° Batalhão de Infantaria de Selva - 25 ° Batalhão de Infantaria de Selva	
Ilave	- 59 ° Batalhão de Infantaria	
Iquitos	- 125 ° Batalhão de Forças Especiais - 27 ° Batalhão de Infantaria de Selva - 511 ° Companhia Anti Tanque - - 521 ° Companhia Anti Tanque	
Lambayeque	- 13 ° Batalhão de Infantaria	
Lima	- 18 ° Batalhão Infantaria Blindada - Batalhão de Ataque e Reconhecimento - Batalhão de Transporte Batalhão de Assalto	
Huancané	- 21 ° Batalhão de Infantaria	
Huancayo	- 312 ° Batalhão de Infantaria - 314 ° Batalhão de Infantaria	
Moqueguá	- 41 ° Batalhão Infantaria Blindada	
Pucallpa	- 6 ° Companhia de Infantaria de Selva	
Puerto Artueo	- 2 ° Companhia de Infantaria de Selva - 4 ° Companhia de Infantaria de Selva	
Puerto Maldonado	- 3 ° Companhia de Infantaria de Selva	
Puno	- 55 ° Batalhão de Infantaria	
Quillabamba	- 5 ° Companhia de Infantaria de Selva	
Tarata	- 35 ° Batalhão de Infantaria	
Tingo Maria	- 313 ° Batalhão de Infantaria	
Trujillo	- 321 ° Batalhão de Infantaria - 322 ° Batalhão de Infantaria - 323 ° Batalhão de Infantaria	
Tumbés	- 51 ° Batalhão de Infantaria	
Zarumilla	- 5 ° Batalhão de Infantaria	
Zorritos	- 3 ° Batalhão de Infantaria	
<b>CAVALARIA</b>		
Callapalca	- 123 ° Regimento de Cavalaria Blindada	
Lima	- 181 ° Batalhão de Tanques - 182 ° Batalhão de Tanques	
Locumba	- 311 ° Batalhão de Tanques	Equipados com tanques T-55

Moqueguá	- 211° Batalhão de Tanques	Equipados com tanques T-55
Pomata	- 9° Regimento de Cavalaria Blindada	Equipado com tanques AMX-13
Sullana	- 5° Regimento de Cavalaria Mecanizada - 6° Regimento de Cavalaria Mecanizada - 7° Regimento de Cavalaria Mecanizada - 31° Regimento de Cavalaria Mecanizada	
Tacna	- 3° Regimento de Cavalaria Blindada - 113° Regimento de Cavalaria Blindada - 211° Regimento de Cavalaria Blindada	Equipado com tanques AMX-13
Tumbés	- 223° Batalhão de Tanques	
<b>ARTILHARIA</b>		
Arequipa	-113° Grupo de Artilharia Batalhão de Artilharia Anti Aérea	
Ayacucho	- 2° Grupo de Artilharia de Campanha - 112° Grupo de Artilharia	
Callao	-10° Grupo de Artilharia Móvel	
Chorrillos	8° Grupo de Artilharia de Campanha	
Cuzco	-114° Grupo de Artilharia	
El Milagro	-115° Batalhão de Artilharia Anti Aérea	
Huancayo	-31° Grupo de Artilharia de Campanha	
Iquitos	- 5° Grupo de Artilharia de Selva - 125° Batalhão de Artilharia Anti Aérea	
Juliaca	-4° Grupo de Artilharia de Campanha	
Lambayeque	-7° Grupo de Artilharia de Campanha	
Lima	- 18° Grupo de Artilharia Blindada - 1° Batalhão de Artilharia Anti Aérea	
Locumba	- 6° Companhia Anti Tanque	
Moqueguá	- 3° Grupo de Artilharia Blindada - 3° Batalhão de Mísseis Anti Aéreos	
Sullana	- 31° Grupo de Artilharia	
Tacna	- 6° Grupo de Artilharia - 6° Batalhão de Artilharia Anti Aérea	

Trujillo	- 32° Grupo de Artilharia de Campanha	
Tumbés	- 1° Grupo de Artilharia de Campanha	
<b>ENGENHARIA</b>		
Cuzco	- 4° Batalhão de Construção	
El Milagro	- 1° Batalhão de Engenharia de Combate	
Huaraz	- 2° Batalhão de Engenharia de Combate	
Iquitos	- 5° Batalhão de Engenharia de Combate de Selva	
Lima	- 241 Batalhão de Engenharia	
Moqueguá	- 3° Batalhão de Engenharia Blindada - 3° Batalhão de Construção	
Tacna	- 6° Batalhão de Engenharia Blindada	

### EXÉRCITO DO URUGUAI

<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Colonia	-Batallón de Infantería N°4	
Fray Bentos	-Batallón de Infantería N°9	
Mercedes	-Batallón de Infantería N°5	
Minas	-Batallón de Infantería N°11	
Montevideo	-Regimiento de Caballería N°1 - Brigada de Caballería N°3 Mdeo. - Regimiento de Caballería N°4 Mdeo.	
Paysandú	-Batallón de Infantería N°8	
Rocha	-Batallón de Infantería N°12	
Salto	-Batallón de Infantería N°7	
San José	-Batallón de Infantería N°6	
Toledo	-Batallón de Infantería N°14	
Treinta y Tres	-Batallón de Infantería N°10	
<b>CAVALARIA</b>		
Artigas	-Regimiento de Caballería N°10	
Canelones	-Regimiento de Caballería N°6	
Durazno	-Regimiento de Caballería N°2	
Melo	-Regimiento de Caballería N°8	
Río Branco	-Regimiento de Caballería N°7	
Rivera	-Regimiento de Caballería N°3	

Sta. Clara	-Regimiento de Caballería N°9	
Tacuarembó	-Regimiento de Caballería N°5	
<b>ARTILHARIA</b>		
Canelones	-Grupo de Artillería A.A. N°1	
Minas	-Grupo de Artillería N°4	
Montevideo	-Grupo de Artillería N°5 -Grupo de Artillería N°1	
Paso de los Toros	-Grupo de Artillería N°3	
Trinidad	-Grupo de Artillería N°2	
<b>ENGENHARIA</b>		
Florida	-Batallón de Ingenieros N°2	
Maldonado	-Batallón de Ingenieros N°4	
Montevideo	-Batallón de Ingenieros N°5 -Batallón de Ingenieros N°6 -Batallón de Ingenieros N°1	
Paso de los Toros	-Batallón de Ingenieros N°3	
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Montevideo	-Batallón de Comunicaciones N°1 -Batallón de Comunicaciones N°2	

### EXÉRCITO DA VENEZUELA

<b>INFANTARIA</b>		
<b>Cidade</b>	<b>Organização Militar</b>	<b>Observações</b>
Barinas	-231 Batallón de Infantería Motorizado -232 Batallón de Cazadores -233 Batallón de Cazadores	
Barquisimeto	-131 Batallón de Infantería Motorizado -132 Batallón de Infantería Motorizado -133 Batallón de Infantería Motorizado	
Caracas	-311 Batallón de Infantería Motorizado	
Ciudad Bolívar	-507 Batallón de Fuerzas Especiales	
Guadualito	-241 Batallón de Cazadores -242 Batallón de Cazadores 243 Batallón de Cazadores	
Guasipati	-512 Batallón de Infantería de Selva -513 Batallón de Infantería de Selva	
La Fría	-251 Batallón de Cazadores -252 Batallón de Cazadores -253 Batallón de Cazadores	
	-107 Batallón de Fuerzas Especiales -111 Batallón de Infantería	

Maracaibo	Motorizado -112 Batallón de Infantería Mecanizada (Tpz.1) -121 Batallón de Infantería Motorizado	
Maracay	-4203 Compañía de Comunicaciones Paracaidista -421 Batallón de Infantería Paracaidista -422 Batallón de Infantería Paracaidista -4205 Unidad de Despliegue Rápido	
Maturín	-321 Batallón de Cazadores -322 Batallón de Cazadores	
Mérida	-221 Batallón de Infantería de Montaña -222 Batallón de Infantería Motorizado	
Puerto Ayacucho	-521 Batallón de Infantería de Selva -522 Batallón de Infantería de Selva	
San Cristóbal	-212 Batallón de Infantería Motorizado	
Valencia	-411 Batallón de Infantería Mecanizado	
<b>CAVALARIA</b>		
Caracas	-302 Grupo de Caballería Motorizado	
Guasipati	-5102 Escuadrón de Caballería Motorizado	
Maracaibo	-102 Grupo de Caballería Motorizado	
San Fernando	-431 Grupo de Caballería Motorizado -432 Grupo de Caballería Motorizado	
San Juan de los Morros	-441 Batallón Blindado Ligero (Scorpion 90) -442 Batallón Blindado Ligero (Scorpion 90)	
<b>ARTILHARIA</b>		
Barquisimeto	-134 Grupo de Artillería de Campaña (M-56)	
Caracas	-304 Grupo de Artillería de Defensa Antiaérea (RBS-70) -314 Grupo de Artillería de Campaña (M-56)	
Guasipati	-5104 Batería de Morteros (120 mm.)	

Maracaibo	-103 Grupo de Artillería de Campaña Misilístico -104 Grupo de Artillería de Defensa Antiaérea -114 Grupo de Artillería de Campaña (M-101A1)	
Maracay	-402 Batallón Misilístico Antitanque (Mapat 2) -403 Grupo de Artillería de Campaña (M-114A-1)	
Mérida	-2204 Batería de Morteros (120 mm.)	
Puerto Ayacucho	-5204 Batería de Morteros (120 mm.)	
San Cristóbal	-203 Grupo de Artillería de Campaña (M-114A1) -2104 Batería de Defensa Antiaérea (Bofors M-1) -214 Grupo de Artillería de Campaña (M-56)	
San Fernando	-4304 Batería de Morteros (120 mm.)	
Valencia	-415 Grupo de Artillería de Campaña Autopropulsado	
<b>ENGENHARIA</b>		
Barquisimeto	-621 Batallón de Ingenieros Ferroviarios -622 Batallón de Ingenieros de Construcción y Mantenimiento	
Caracas	-611 Batallón de Ingenieros de Construcción y Mantenimiento -612 Batallón de Ingenieros de Construcción y Mantenimiento -613 Batallón de Ingenieros Ferroviarios	
Ciudad Bolívar	-505 Batallón de Ingenieros de Combate	
Maracaibo	-105 Batallón de Ingenieros de Combate	
Maracay	-405 Batallón de Ingenieros de Combate	
Maturín	-631 Batallón de Ingenieros de Construcción y Mantenimiento -632 Batallón de Ingenieros de Ingenieros Ferroviarios	

San Cristóbal	-205 Batallón de Ingenieros de Combate	
<b>COMUNICAÇÕES</b>		
Caracas	-3203 Compañía de Comunicaciones -341 Batallón de Comunicaciones Tácticas -342 Batallón de Comunicaciones Tácticas -343 Batallón de Apoyo de Comunicaciones	
Valencia	-4105 Compañía de Comunicaciones	



## APÊNDICE C

### BASES AÉREAS NA AMÉRICA DO SUL

#### FORÇA AÉREA ARGENTINA

<b>Cidade</b>	<b>Unidades Aéreas</b>	<b>Observações</b>
Comodoro Rivadavia	IX Brigada Aérea	
El Palomar	I Brigada Aérea	
Mariano Moreno	VII Brigada Aérea	
Mercedes	V Brigada Aérea	Equipada com A/AO-4AR Fighting Hawk
Paraná	II Brigada Aérea	
Reconquista	III Brigada Aérea	
Tandil	VI Brigada Aérea	Equipada com Mirage III e derivados

#### FORÇA AÉREA BOLIVIANA

<b>Cidade</b>	<b>Unidades Aéreas</b>	<b>Observações</b>
Cobija	VI Brigada Aérea	
Cochabamba	II Brigada Aérea	
La Paz	I Brigada Aérea	Equipada com antigos aviões T-33
Santa Cruz de la Sierra	III Brigada Aérea	
Tarija	IV Brigada Aérea	
Trinidad	V Brigada Aérea	

#### FORÇA AÉREA BRASILEIRA

<b>Cidade</b>	<b>Unidades Aéreas</b>	<b>Observações</b>
Anápolis	- 1º Grupo de Defesa Aérea - 2º/6º Grupo de Aviação	Equipados com 12 Mirage 2000
Belém	- 1º/8º Grupo de Aviação - 1º Esquadrão de Transporte Aéreo 3º/7º Grupo de Aviação	
Boa Vista	1º/3º Grupo de Aviação	
Brasília	6º Esquadrão de Transporte Aéreo Grupo de Transporte Especial	
Campo Grande	3º/3º Grupo de Aviação 2º/10º Grupo de Aviação	

	1°/15° Grupo de Aviação	
Canoas	1°/14° Grupo de Aviação 5° Esquadrão de Transporte Aéreo	Equipados com F-5EM Tiger II
Florianópolis	2°/7° Grupo de Aviação	
Fortaleza	1°/5° Grupo de Aviação	
Manaus	1°/4° Grupo de Aviação 1°/9° Grupo de Aviação 7°/8° Grupo de Aviação 7° Esquadrão de Transporte Aéreo	- Equipados com 6 F-5EM Tiger II
Natal	1°/11° Grupo de Aviação 2°/5° Grupo de Aviação	
Pirassununga	- Esquadrões de Instrução Aérea - Esquadrão de Demonstração Aérea	
Porto Velho	2°/3° Grupo de Aviação 2°/8° Grupo de Aviação	
Recife	1°/6° Grupo de Aviação 2° Esquadrão de Transporte Aéreo	
Rio de Janeiro (3 bases)	<u>Afonsos</u> 1° Grupo de Transporte de Tropas 3°/8° Grupo de Aviação  <u>Galeão</u> 3° Esquadrão de Transporte Aéreo 1°/1° Grupo de Transporte 1°/2° Grupo de Transporte 2°/2° Grupo de Transporte  <u>Santa Cruz</u> - 1° Grupo de Aviação de Caça - 1°/16° Grupo de Aviação	Equipados respectivamente com F-5EM Tiger II e A-1 AMX
Salvador	1°/7° Grupo de Aviação	
Santa Maria	1°/10° Grupo de Aviação 3°/10° Grupo de Aviação 5°/8° Grupo de Aviação	Dois Esquadrões equipados com jatos de ataque A-1 AMX
São Paulo	4° Esquadrão de Transporte Aéreo	

### FORÇA AÉREA CHILENA

Cidade	Unidades Aéreas	Observações
Antofagasta	V Brigada Aérea	Equipada com 36 F-16A/B MLU
Iquique	I Brigada Aérea	Equipada com 10 F-16C/D

		Block 50
Puerto Montt	III Brigada Aérea	
Punta Arenas	IV Brigada Aérea	Equipada com F-5E Tiger III
Santiago	II Brigada Aérea	

### FORÇA AÉREA COLOMBIANA

Cidade	Unidades Aéreas	Observações
Apiay	Comando Aéreo de Combate - 2	
Barranquilla	Comando Aéreo de Combate - 3	Equipados com jatos A-37B
Bogotá	Comando Aéreo de Transporte	
Cali	Escola Militar de Aviação	
Rionegro	Comando Aéreo de Combate - 5	
Puerto Salgar	Comando Aéreo de Combate - 1	Equipados com aviões Kfir
Tres Esquinas	Comando Aéreo de Combate - 6	

### FORÇA AÉREA EQUATORIANA

Cidade	Unidades Aéreas	Observações
Taura	Ala de Combate N° 21	Dois Esquadrões equipados cada qual com caças Atlas Cheetah e Kfir
Guayaquil	Ala de Combate N° 22	
Manta	- Ala de Combate N° 23 - Ala de Transporte N° 11	Equipado com Mirage 50EV
Quito	Esquadrão de Transporte Presidencial	

### FORÇA AÉREA PARAGUAIA

Cidade	Unidades Aéreas	Observações
Assuncion	- Grupo Aéreo de Transporte Especial - Grupo Aéreo de Transporte - Grupo Aerotático	Caças encontram-se desativados
Concepción	Grupo Aéreo de Instrução	
Ñu-Guazú	Grupo Aéreo de Helicópteros	

### FORÇA AÉREA PERUANA

Cidade	Unidades Aéreas	Observações
--------	-----------------	-------------

Chiclayo	Grupo Aéreo N° 6	Equipado com caças Mig-29S
Iquitos	Grupo Aéreo N°42	
La Joya	Grupo Aéreo N° 4	Equipado com caças Mirage-2000
Lima	Grupo Aéreo N° 3 Grupo Aéreo N° 8	
Pisco	Grupo Aéreo N° 51	
Piura	Grupo Aéreo N° 7	Equipado com jatos A-37B
Talara	Grupo Aéreo N° 11	Equipado com caças Sukhoi-25
Victor	Grupo Aéreo N°2	

### FORÇA AÉREA URUGUAIA

<b>Cidade</b>	<b>Unidades Aéreas</b>	<b>Observações</b>
Durazno	Brigada Aérea N°2	Equipados com jatos A-37B
Montevideu	Brigada Aérea N°1 Brigada Aérea N°3	

### FORÇA AÉREA VENEZUELANA

<b>Cidade</b>	<b>Unidades Aéreas</b>	<b>Observações</b>
Barcelona	Grupo de Caça N° 13	Dois Esquadrões equipados com de caças Sukhoi-30Mk2V
Barquisimeto	Grupo de Caça N° 12	Equipado com caças VF-5 e jatos K-8W
Caracas	Grupo Aéreo de Transporte Administrativo N°5	
El Sombrero	Grupo Aéreo de Caça N° 11	Dois Esquadrões equipados com de caças Sukhoi-30Mk2V
Maiquetia	Grupo Aéreo de Transporte N°4	
Maracay - Aragua	- Grupo de Treinamento de Voo Por Instrumentos N°7 - Grupo Aéreo de Treinamento N°14	
Maracay - Zulia	Grupo Aéreo de Operações Especiais N°15	
Palo Negro	- Grupo Aéreo de Transporte N°6 - Grupo Aéreo de Vigilância, Inteligência e Reconhecimento Eletrônico N°8 - Grupo Aéreo de Operações	

	Especiais - Grupo Aéreo de Caça N°16	Equipados com caças F-16A/B
Puerto Ordaz	- Grupo Aéreo de Transporte N°9 - Grupo Aéreo de Operações Especiais N°17	